

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PRISCILLA DANTAS DELPHINO

**REPRESENTAÇÕES DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO JOÃO DEL-REI- MG POR
PARTE DAS POPULAÇÕES DE TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS.**

Minas Gerais
Março de 2015

Priscilla Dantas Delphino

REPRESENTAÇÕES DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO JOÃO DEL-REI- MG POR PARTE
DAS POPULAÇÕES DE TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação Do
Departamento de História da
Universidade Federal de Minas
Gerais como requisito parcial à
obtenção do Título de Mestre
em História.

Área de concentração: História
Social da Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Regina
Helena Alves Silva.

Belo Horizonte
Departamento de História da UFMG
2015

981.51 Delphino, Priscilla Dantas
D363r Representações do centro histórico de São João del-Rei
2015 por parte de populações de bairros periféricos [manuscrito] /
Priscilla Dantas Delphino. - 2015.
205 f. : il.
Orientadora: Regina Helena Alves Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. História – Teses. 2. Patrimônio cultural - Teses. 3. Periferias urbanas – Teses. 4. São João del Rei (MG) – História - Teses. I. Silva, Regina Helena Alves. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida pelo aluno **Priscilla Dantas Delphino**, intitulada: “**REPRESENTAÇÕES DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO JOÃO DEL-REI - MG POR PARTE DAS POPULAÇÕES DE TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS**” no dia 24 de abril de 2015 e **aprovada**, pela banca examinadora constituída pelos professores:



Prof.ª. Dra. **Regina Helena Alves da Silva** (UFMG) - Orientador



Prof.ª. Dra. **Miriam Hermeto de Sá Motta** (UFMG)



Prof. Dr. **Eder Jurandir Carneiro** (UFSJ)



Prof.ª. Dra. **Rita Lages Rodrigues** (UFMG)

Dedico essa dissertação à minha família, que me apoiou, em todos os sentidos e de todas as maneiras, no desenvolvimento dessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, que sempre esteve presente em momentos de ansiedade que ocorrem no processo de produção e escrita de uma pesquisa. Agradeço por sempre me repassarem força e incentivo.

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais e à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) que me concederam a bolsa e os auxílios para a execução do trabalho.

Agradeço à Profa. Dra. Regina Helena Alves Silva pela orientação.

Agradeço aos Professores Rita Lages Rodrigues e Éder Jurandir Carneiro e Míriam Hermeto por aceitarem participar da banca examinadora dessa dissertação bem como da banca de qualificação. Agradeço pelas sugestões e críticas que aperfeiçoaram o trabalho.

Agradeço ao Prof. Dr. Éder Jurandir Carneiro e ao Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA) pelo contato com objetos e críticas concernidos com a Sociologia dos Conflitos Territoriais.

Agradeço à Profa. Dra. Letícia Martins de Andrade por me apresentar um olhar observador e histórico sobre o patrimônio arquitetônico urbanístico de São João del-Rei - MG.

Agradeço aos meus amigos de Arcos; Bruna Soraggi, Giovanni Paim, Sarah Arruda, Sônia Rodrigues e aos meus companheiros de São João del-Rei – MG; Cristiano Lima, Dirceu Vieira e minha querida amiga Patrícia Palma que me auxiliou em momentos de ansiedade, mesmo passando por um processo de escrita de uma dissertação, tal como eu. Uma gratidão especial dirigida ao meu amigo Márcio Geraldo, onde estiveres lhe agradeço por me ensinar a encarar a vida com rebeldia e doçura. Agradeço também aos meus queridos amigos de Belo Horizonte; Lourenço Cardoso, Gabrielly Fernandes e Moisés Borges, alguns meio arcoenses, meio belorizontinos. Todos vocês me acompanharam e me concederam momentos de conversas, risos e relaxamento nessa trajetória, tantas vezes árdua de elaboração de uma dissertação.

Um agradecimento mais que notável e especial é dirigido aos moradores dos três bairros sanjoanenses enfocados na pesquisa, sem suas colaborações, esse trabalho seria impossível.

REPRESENTAÇÕES DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO JOÃO DEL-REI- MG POR PARTE DAS POPULAÇÕES DE TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS

RESUMO

Essa pesquisa propõe reconhecer as representações de moradores de territórios operários e periféricos sobre o conjunto arquitetônico urbanístico central considerado e legitimado enquanto patrimônio histórico na cidade de São João del-Rei - MG. Essas representações são formuladas a partir da construção sociohistórica do discurso preservacionista vigentes no recorte temporal da pesquisa que contempla desde os anos 1960 até a atualidade. Por intermédio dos depoimentos dos cidadãos, procura-se reconhecer a evolução desse discurso bem como se existe identificação e memória dos moradores em relação a esses monumentos, considerados “lugares de memória”, símbolos da identidade do sanjoanense. A metodologia de História Oral busca evocar a memória dos entrevistados, construídas em seus lugares de moradia e também por uma convivência no espaço do centro “histórico”. Os resultados demonstram uma larga variedade de representações e de usos do espaço central, ao mesmo tempo em que confirmam que as visões desses moradores, sobre o que é patrimônio e História, limitam-se ao estilo e ao discurso das instituições sobre esses bens culturais, localizados no centro, em sua maioria, exemplares e edifícios que remontam ao estilo colonial. Outro fator a ser discutido é se a convivência com esse patrimônio, com os edifícios protegidos do centro propiciam uma reflexão sobre seus locais de moradia e sobre suas próprias histórias.

Palavras-chave: patrimônio arquitetônico; identidade, memória, História.

RÉSUMÉ

Cette recherche propose de reconnaître les représentations des résidents des territoires de travailleurs et des régions extérieures à l'ensemble architectural urbain central considéré et légitimé comme patrimoine historique de la ville de São João del Rei - MG. Ces représentations sont formulés de la construction socio-historique du discours écologiste existant dans le délai de la recherche qui comprend des les années 1960 jusqu'à aujourd'hui. À travers les témoignages de la ville à la recherche reconnaissant le développement de la parole et si il ya l'identification et la mémoire des résidents par rapport à ces monuments, considéré comme "lieux de mémoire", symboles de l'identité sanjoanense. La méthodologie de l'histoire orale vise à évoquer la mémoire des répondants, construit dans leur lieu de résidence et également par la coexistence au sein du centre "historique". Les résultats montrent une grande variété de représentations et les utilisations de l'espace central, tout en confirmant que les points de vue des résidents sur ce qui est patrimoine et l'histoire est limitée aux institutions de style et de la parole sur ces biens culturels situés dans le centre la plupart des copies et des bâtiments datant du style colonial. Un autre facteur à examiner est de savoir si à vivre avec ce patrimoine, avec les bâtiments du centre-ville protégées offrent une réflexion sur leurs quartiers et leurs propres histoires.

Mots-clés: patrimoine architectural; identité, la mémoire, l'histoire.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO PRESERVACIONISTA EM SÃO JOÃO DEL-REI, TOMBAMENTO E ESCOLHA DOS BENS “SALVAGUARDADOS”	24
1.1 Patrimônio cultural e paradigmas de planejamento urbano em São João del-Rei, no Brasile no mundo.....	24
1.2 História do município e formação de seu conjunto arquitetônico urbanístico.....	37
2. HISTÓRIA ORAL, HISTÓRIA DOS BAIRROS E OS CONCEITOS DE LUGAR, TERRITÓRIO, ESPAÇO, PAISAGEM.....	65
2.1 A História Oral e a pesquisa historiográfica.....	65
2.2 Território, paisagem e espaço. Pequeno histórico e quadro socioambiental dos bairros Águas Gerais, Gameleira e Fábricas.	73
2.3 História dos bairros Águas Gerais e Gameleira.....	78
2.4 História do Bairro Fábricas	102
3. MEMÓRIA E IDENTIDADE: REPRESENTAÇÕES DO CENTRO PARA OS HABITANTES SANJOANSES	111
3.1 Patrimônio, memória, identidades e os centros “históricos”	112
3.2 Os centros “históricos”: lugares de memória ou estratégia de marketing?	120
3.2 Memória e identidade do centro para os moradores das Águas Gerais e Gameleira ...	126
3.3 Memórias e representações do centro histórico e dos bairros	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
APÊNDICE A	191
APÊNDICE B.....	193
BILIOGRAFIA.....	195

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Foto da disposição espacial das principais igrejas de São João del-Rei, 1982.	11
Foto 2 - Foto do Chafariz e Aqueduto dos Arcos de São João del-Rei, Largo Tamandaré.	12
Foto 3 - Foto da rua Artur Bernardes em São João del-Rei no início do século XX.	17
Foto 4 - Foto da Rua Getúlio Vargas e frontispício da Igreja do Carmo.	18
Foto 5 - Paisagem de São João del-Rei no século XIX.	38
Foto 6- Casarão do Barão João Antônio da Silva Mourão, construído no Largo do Tamandaré em 1859. Hoje Museu Regional de São João del-Rei.	39
Foto 7 - Foto do Beco do Capitão do Mato. Atalho entre céu e inferno na São João del-Rei colonial	40
Foto 8 - Casarão eclético.	41
Foto 9 - Conjunto eclético e neoclássico no centro tombado de São João del-Rei.	42
Foto 10 - Foto dos casarões demolidos no centro da cidade de São João del-Rei.	62
Foto 11 - Casas e serras do bairro Águas Gerais.	85
Foto 12 - Córrego que corta o bairro Águas Gerais.	89
Foto 13 - Foto do bairro Gameleira.	91
Foto 14 - Imagem de lote vago que abriga voçoroca.	95
Foto 15 - Rua Santo Antônio. Início de trecho asfaltado em via tombada pelo patrimônio histórico.	97
Foto 16 - Ainda ativa na atualidade, a Fábrica de Tecidos Sanjoanense.	102
Foto 17 - Casas construídas nos anos 1950 que formam o conjunto IAPI.	105
Foto 18 - Foto do bairro Fábricas.	107
Foto 19 - Foto da construção da antiga Fábrica de Estanhos.	107
Foto 20 - Foto da Rua Santo Antônio, perímetro tombado de São João del-Rei.	111

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa aéreo da cidade de São João del-Rei - MG. Vista área da localização dos três bairros pesquisados.....	21
Mapa 2 - Mapa do roteiro turístico de São João del-Rei.....	111

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propõe situar historicamente o discurso preservacionista e sua dissipação na cidade de São João del-Rei – MG. A pesquisa em pauta são inquietações de cinco anos, nos quais me ocupei em investigar jornais do município que sugerem maneiras distintas de discursar acerca do patrimônio edificado, correspondentes a paradigmas distintos de planejamento urbano presentes nas décadas de 1960 até a atualidade, recorte temporal do estudo.

O conjunto arquitetônico urbanístico de São João del-Rei foi tombado em 1938, logo após a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937. A história do município, iniciada em fins do século XVII, possibilitou a formação de edificações que narram um processo histórico que ostenta a cultura barroca, da *Belle Époque*, traduzida em estilo neoclássico e eclético, bem como construções de feições modernas, expostas em exemplares do século XX e da atualidade (PORTAL IPHAN, 2014).

A maioria dos bens salvaguardados, sobretudo no início da aplicação das políticas de preservação no Brasil, remonta ao século XVIII e XIX e manifesta traços e representações da cultura barroca, que traduzia o poder da Igreja Católica e dos reis que dominavam e administravam as riquezas da Colônia. Entende-se como cultura barroca as manifestações e práticas que remetiam à instituição do Padroado, que se apresentam por intermédio da predisposição espacial própria, das procissões que se arrastam pelas vias públicas, expondo os santos e as figuras dos reis e príncipes, as festas e ritos religiosos em que os destaques e magnificência de figuras ilustres da metrópole e da colônia deveriam ser dignificadas. A religiosidade, coadunada a um modelo de Antigo Regime, também se debruçava sobre os símbolos e rituais. A cultura barroca exprimia as simbologias das hierarquias que constituíam aquela sociedade e apregoava a vigilância das ações e das práticas orientadas pela Igreja e pela união que essa estabelecia com o Estado monárquico até o século XIX (BOSCHI, 1986; FIORAVANTI, 2006).

As igrejas suntuosas, com disposição pré-determinada em sua localização no conjunto da vila ou da cidade, os casarões imponentes, os passinhos de oração, dentre outras edificações, possibilitaram, ao município, o reconhecimento institucional para o tombamento de seu conjunto. A delimitação da área tombada não foi determinada em 1938, ocorrendo nove anos depois.

Foto 1 - Foto da disposição espacial das principais igrejas de São João del-Rei, 1982.



Fonte: Autor desconhecido. Site Instituto Iba Mendes de Pesquisa.¹

O perímetro urbano tombado é fruto de uma mediação do conflito entre aqueles que desejavam preservar, leia-se SPHAN, e aqueles que desejavam a modernização do espaço para fins lucrativos. A decisão, então, buscando agradar aos profissionais da área e aos investidores imobiliários, surtiu no tombamento do conjunto arquitetônico urbanístico mais homogêneo localizado à margem esquerda do Córrego do Lenheiro, ou seja, os exemplares barroco-rococó. Ruas que se localizavam à margem direita do Córrego, em que se situam a Avenida Tiradentes, Hermílio Alves e a Rua Ministro Gabriel Passos, foram excluídas do perímetro de tombamento, ainda que possuíssem edificações barrocas, todavia, isoladas,

¹Disponível em http://www.ibamendes.com/2013_04_01_archive.html. Acesso em: 28 ago. 2014. A foto mostra a cidade sendo visualizada por cima e a posição das principais igrejas, Nossa Senhora do Carmo, Igreja Matriz do Pilar, Igreja do Rosário, Igreja das Mercês. Não está nessa imagem a Igreja de São Francisco, localizada no Largo de São Francisco. Nesse perímetro localiza-se a maior parte do conjunto tombado atualmente.

destoadas do conjunto. Tais localidades também possuíam vários exemplares ecléticos, estilo não contemplado pelo projeto protecionista do SPHAN (TAVARES, 2012). É bom frisar que, com o passar dos anos, outros bens foram tombados, mesmo estando “desambientados”, sobretudo, após a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural em 1998.

Foto 2 - Foto do Chafariz e Aqueduto dos Arcos de São João del-Rei, Largo Tamandaré.



Fonte: Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei.²

Os principais instrumentos de preservação na cidade em questão são o tombamento, direcionado aos bens móveis e imóveis, e o inventário, destinado a salvaguardar bens culturais imateriais. Essas funções encontram-se nas competências do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural.

Atualmente, o conjunto arquitetônico urbanístico apresenta setecentos imóveis tombados que coexistem em um entorno muitas vezes transformado que, segundo alguns moradores e profissionais, principalmente os envolvidos com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, descaracteriza o conjunto e provoca prejuízos ao turismo.

²Disponível em: <http://saojoaodelreitransparente.com.br/galleries/view/96&groupID=7>. Acesso em: 23 ago. 2014. Sobrados e casarões às margens do Córrego que cortam a cidade, paisagem provavelmente retratada no século XIX. No Largo Tamandaré, situam-se edificações de estilo Colonial, destacando-se o sobrado onde viveu o Comendador João Antônio da Silva Mourão. O sobrado, apesar de ter sofrido várias intervenções, foi restaurado nos anos 1950, após ser tombado, para se transformar, posteriormente, na sede do IPHAN em São João del-Rei, ostentando, também, o reconhecimento como Museu Regional.

O início da implantação das políticas de preservação em São João del-Rei formula-se em uma conjuntura ambígua, na qual se institucionaliza a salvaguarda do patrimônio arquitetônico face a uma época de intensa modernização, urbanização e industrialização no Brasil e na cidade em foco.

A modernidade, aqui considerada enquanto modo de vida, mentalidade e organização social própria de uma época, no Brasil e na América Latina, segundo Gorelik (2003), era o instrumento que geraria a modernização, esta considerada enquanto processos concretos que reforçam, na mudança do espaço, a transformação de uma sociedade que se pretende cada vez mais racionalizada. O espaço urbano foi o *locus* por excelência desse quadro em que uma ideologia guiaria um processo material no referido continente. O recorte temporal dessa pesquisa concentra-se em um momento no qual os ideais de planejamento urbano eram reconhecidos enquanto princípios de uma vanguarda que visava aos ideais de modernização oriundos do século XIX. Isso quer dizer que esse movimento de urbanização se inicia nesse século, adentrando o século XX. No Brasil, a intervenção do Estado nas políticas urbanas perdura aproximadamente até os anos 1980 (MARICATO, 2000). Até esse período, os governos nacionais pleiteavam a construção de um nacionalismo que legitimasse a economia, a cultura, o retorno a uma tradição que reafirmaria a identidade dos grupos que compõem a nação. Deste modo, uma vanguarda artística dialogava com novas técnicas construtivas e com a presença do concreto. Ressalto que a busca da ordem e da organização como soluções para os males causados pela urbanização é uma premissa desse processo de intervenção no território (ibidem, 2003).

O atual momento de dissipação de discursos referentes a cidades, sobretudo as últimas três décadas e, por conseguinte, de modernização em São João del-Rei, no Brasil e no mundo, cede um lugar de destaque ao patrimônio edificado, com a atenção voltada para os centros das grandes, médias e pequenas cidades. Muitas vezes caracterizados como “históricos”, esses espaços que abrigam monumentos reintegram-se ao funcionamento urbano enquanto lugar de revitalizações, restaurações, centros de consumo de todos os tipos, sítio de rituais e de festas religiosas. O paradigma modernista de planejamento urbano que dividia as cidades em setores industriais, comerciais e residenciais é modificado, e um mesmo espaço abriga o local de trabalho, de moradia, de lazer. Monumentos antigos, paisagens coloniais, igrejas e casarões, a partir desse período, são dotados de valoração afetiva e econômica (SANCHES, 2001, 1999; BEREINTEIN, 2004; TEOBALDO, 2010).

De certo que a recepção do discurso transcende essa problematização historiográfica que contempla conjunturas históricas. Por isso, o trabalho abre-se à compreensão de percepções e recepções do discurso preservacionista, formuladas a partir de apropriações outras, pois o discurso hegemônico é ressignificado de acordo com percepções e vivências variadas dos atores sociais. O fato de haver homens e mulheres que moram em bairros de precária situação socioeconômica e em localidades operárias, o grau de escolaridade deles, seus posicionamentos e envolvimento com a problemática da preservação interferem na compreensão do homem acerca do seu espaço, da conservação e do uso dos monumentos abrigados no território. Assim, pretende-se demonstrar que o patrimônio urbanístico tombado, para esses atores sociais, é algo que pode ser modificado, pois ele se transforma com o passar dos anos, e o olhar dos moradores para o conjunto arquitetônico também pode se modificar em decorrência das mudanças do espaço e das mudanças de usos e interpretações que nele incidem (ZANIRATO, 2009).

A transformação das ações de preservação ao longo dos anos, expressa na fala dos entrevistados, representa a pluralidade desse discurso e suas possibilidades de apropriação. Considera-se a História e o tempo como não lineares e tampouco únicos, em que épocas distintas, discursos antagônicos e intenções contrárias podem coexistir em um mesmo tempo. Ou seja, resquícios de edificações, ou de costumes antigos, que remetem a outra temporalidade, existem e sobrevivem à contemporaneidade e às influências da indústria cultural, da modernização e da urbanização. Segundo Bernard Lepetit (2001) e Milton Santos (1997), o espaço é o local por excelência em que ocorre o diálogo ou o conflito entre elementos do passado e do presente. Cabe ao historiador verificar a dialética de seus objetos e dos contextos que os permeiam (BENJAMIN, 1986). Ou seja, os grupos e indivíduos se apropriarão desses discursos históricos, de distintas maneiras de se gerir a cidade, cada qual à sua maneira, conforme as conveniências, adequações e desvantagens que o discurso preservacionista propõe e impõe em seu entorno e em suas vidas.

Além do relato dos moradores, existe a leitura e fichamento de exemplares de jornais referentes ao período pesquisado, dos anos de 1960 até 2008. O jornal *Diário do Comércio, O Correio* e *A Comunidade* emitiram, circularam e formaram opiniões entre os anos de 1960 e 1971. O *Jornal de São João del-Rei*, que circulou a partir de 1985, é um excelente instrumento para captar um momento de transição em que o patrimônio edificado, de coadjuvante, torna-se o ator principal. Os exemplares possuem as reportagens relacionadas ao patrimônio cultural sanjoanense que foram fichadas e catalogadas e mostram uma mudança de

pensamento ao se comparar as notícias e os editoriais dos periódicos pesquisados nos anos de 2004 a 2008, no que se refere a espaço quantitativo e qualitativo dedicados à exposição do patrimônio cultural, sobretudo o edificado. Ao todo, foram pesquisados mais de 600 jornais, e quase 3000 reportagens foram lidas e, 2521 fichadas e catalogadas. Essas pesquisas são uma das fontes que auxiliam na compreensão da construção do discurso preservacionista nos últimos cinquenta anos, sobretudo se considerarmos uma visão das elites sobre esse processo.

As entrevistas com moradores de bairros operários e periféricos mostrarão as possíveis recepções e apropriações dos dizeres e das ações relacionadas ao ato de se preservar edificações e conjuntos urbanos em uma perspectiva histórica. A fala será o substrato que propiciará uma reflexão acerca das relações de memória e de vivência com esse patrimônio edificado. A narração, depoimento ou relato dos moradores será analisado no sentido de despertar um retorno às lembranças do entrevistado em direção ao centro histórico e a seus lugares de moradia e convivência. Histórias e memórias se constroem no espaço, no lugar, no território e, ao mesmo tempo em que constituem um processo histórico e de rememoração, são, por esses, constituídas (BENJAMIN, 1987; BOSI, 1983; POLLACK, 1997).

Além dos relatos e reportagens, há pesquisas que foram realizadas no âmbito do Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental, amparados por agências de fomento CNPQ, CAPES e FAPEMIG, que se ocuparam de analisar a situação de bairros operários, periféricos e em situação de risco da cidade de São João del-Rei e da mesorregião dos Campos das Vertentes. Esse material será subsídio teórico e de dados, pois registra aspectos da história dos bairros a serem por mim pesquisados - Águas Gerais, Gameleira e Fábricas - todos localizados no município supracitado, bem como expressa a situação e o perfil socioeconômico dos moradores dessas localidades. A influência desses trabalhos, orientados por uma elaboração teórica voltada para a dimensão dos conflitos territoriais, influenciam, também, a pesquisa em pauta.

Uma vez exposto o objeto de pesquisa, a fala dos moradores e a temática – a recepção do discurso preservacionista acerca do patrimônio arquitetônico nos moradores de bairros periféricos– vê-se a relevância desse trabalho para o entendimento das políticas nacionais dirigidas à proteção do patrimônio cultural. Sabe-se pouco a respeito da aceitação desse discurso em grupos que não participaram diretamente do processo de tombamento de bens edificados. No caso de São João del-Rei, ainda é desconhecida a reação proveniente do contato dos moradores com o patrimônio edificado no centro. Sabe-se dos conflitos que envolveram o tombamento e os grupos que o direcionaram em contraposição aos grupos contrários e

favoráveis à modernização. Desta forma, esse trabalho possibilita a continuação de uma análise direcionada à aplicação das políticas preservacionistas da cidade em pauta, bem como uma reflexão acerca da implantação dessas ações de proteção ao patrimônio cultural no Brasil.

Outro ponto importante refere-se à possível utilidade dessa pesquisa na elaboração de ações relacionadas à “educação patrimonial”, ou mesmo a uma educação cidadã, uma vez que se deve reconhecer o pensamento de moradores da cidade em sua totalidade em relação a esse patrimônio tão mencionado em instituições, como a família, a escola, a mídia. Tal reconhecimento da opinião do “outro”, além de representar uma atitude mais democrática, permite analisar se os indivíduos e grupos se identificam com os bens culturais, que lhes foram ditos, e se são algo que lhes pertence.

Ademais, em contato com os moradores de bairros periféricos, têm-se a noção de quantos bens culturais já foram negligenciados e quantos objetos, edificações e bens naturais não são protegidos por simplesmente não se localizarem em um perímetro urbano passível de proteção aos olhos dos órgãos responsáveis. Refiro-me, sobretudo, ao conjunto arquitetônico urbanístico tombado em 1938, pelo SPHAN, bem como o perímetro urbano protegido oficialmente nos anos 1980, pelo IEPHA e por intervenção municipal, em especial, às construções de estilo eclético e ao conjunto ferroviário da Av. Leite de Castro e adjacências. No que pese outros bairros fora desse território central protegido, muitos bens culturais foram demolidos, outros ainda existem negligenciados, desgastados pelo tempo e propensos a serem derrubados. Enfim, com essa pesquisa, existem chances de se descobrir possíveis patrimônios culturais e naturais, mencionados pelos moradores, localizados em bairros periféricos e industriais, que não receberam a devida atenção do poder público.

Não é intenção dessa pesquisa depreciar ou obliterar o valor estético e histórico do conjunto arquitetônico urbanístico central de São João del-Rei. O foco da pesquisa é a maneira como se difunde o discurso preservacionista, por qual grupo se formula, de que forma se dissipa, qual a participação dos setores populares na elaboração e recepção desse discurso e na preservação e uso dos bens. E, o principal: existe de fato uma identificação das populações periféricas com o patrimônio histórico e artístico do centro, baseada na memória?

Além dos fatores acima citados, esse estudo deveria interessar às autoridades locais no sentido de fazê-los reconhecer a real situação dos bairros pesquisados para além dos territórios citadinos “oficiais”; sobre o que pensam esses moradores acerca do espaço em que vivem e sobre o espaço que visitam quase diariamente, ou seja, o centro “histórico”.

Diante desse contexto acima problematizado têm-se duas indagações: de que maneira a recepção do discurso preservacionista constrói uma identidade e uma memória nos moradores de territórios periféricos? Esse discurso preservacionista contribui para a formação de uma **cidade dual** que cinge bairros e centro histórico em uma dimensão espacial física e simbólica?

Isto posto, a dissertação será construída em quatro capítulos: o primeiro trecho da dissertação, intitulado *A construção do discurso preservacionista em São João del-Rei. Tombamento e escolha dos bens salvaguardados*, descreverá a cidade investigada pela pesquisa, sua história e a constituição do discurso preservacionista direcionado para edificações que, na visão de grupos específicos, representam a história desse município e parte da história de Minas Gerais e do Brasil. O capítulo também menciona o processo de tombamento do conjunto arquitetônico urbanístico da cidade e os métodos de proteção do patrimônio utilizados para a preservação do centro desse município. Será falado também sobre o perímetro urbano selecionado passível de tombamento e o porquê dessa seleção, o que ela representou para o acirramento ou atenuação do conflito entre os grupos que desejavam modernizar e outros que desejavam o tombamento, independente das consequências econômicas e sociais.

Foto 3 - Foto da rua Artur Bernardes em São João del-Rei início do século XX (s/d).



Fonte: Autor desconhecido³.

³Disponível em <https://www.flickr.com/photos/dacaconsultoria/7343477824/in/photostream/>. Acesso em: 21ago. 2014. As duas imagens demonstram uma diversidade arquitetônica, de telhados coloniais, sobrados, ruas estreitas já convivendo com características neoclássicas, como as fachadas igualmente divididas por janelas. Há também a presença de automóvel típico da primeira metade do século XX (IPHAN, S/D). Disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1443.

Foto 4 - Foto da Rua Getúlio Vargas e frontispício da Igreja do Carmo.



Fonte: Autor desconhecido(s/d). Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei.⁴

Considera-se, ao longo do tempo, noções de valoração e preservação de edificações “históricas” em períodos temporais distintos, que compreendem os anos de 1960 até a contemporaneidade. No Brasil, as primeiras políticas de proteção do patrimônio nacional desenvolveram-se em uma perspectiva desenvolvimentista e progressista em relação ao planejamento urbano cujo documento orientador é a Carta de Atenas, elaborada no contexto pós-guerra e propunha a salvaguarda de edificações que, embora selecionadas, existiam em detrimento das forças do progresso. Com o passar dos anos, a preservação de conjuntos urbanos desenvolve-se em um contexto de retirada do Estado enquanto provedor. Aliado a esse fator, ocorre transformações culturais que ampliam as possibilidades de objetos e artefatos humanos serem considerados patrimônios culturais, reconhecendo, também, o valor da imaterialidade na produção da cultura.

⁴ A Rua Getúlio Vargas representa um dos pontos turísticos mais importantes do município, uma vez que ali se encontra três igrejas do conjunto arquitetônico urbanístico local, a Matriz do Pilar, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Na imagem avista-se a Igreja do Carmo quando se atravessa a parte curvilínea dessa via, curva essa que impede que se aviste-se uma igreja desde a outra. A Igreja do Carmo possui uma praça em sua frente e é uma das edificações barroco-rococó mais admiradas de Minas Gerais por sua delicadeza característica da influência rococó e sua beleza que não ostenta em demasia o ouro, já que sua construção se iniciou na segunda metade do século XVIII, tempo em que esse minério já se escasseava. Além das três igrejas, nessa rua situam-se residências de traços coloniais. Mais informações no texto de: COSTA, Marcos O. A Rua Getúlio Vargas e o Largo das Mercês em São João Del-Rei. Publicação encontrada no blog marcosocosta.wordpress.com, 20 de novembro de 2011. Disponível em: <https://marcosocosta.wordpress.com/2011/11/20/a-rua-getulio-vargas-e-o-largo-das-mercês-em-sao-joao-del-rei/>. Acesso dia 16 de maio de 2015.

Ao longo dos mais de cinquenta anos enfocados nessa pesquisa, narra-se um processo em que o patrimônio, símbolo da identidade nacional, transforma-se em mercadoria para consumo, em catalisador de políticas públicas e privadas e em angariador de recursos para municípios. Processo esse que, no Brasil, inicia-se em 1937, ano em que é criado o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) pelas mãos fortes de componentes do Estado Novo. Ao longo de quase seis décadas, a construção de um discurso preservacionista ancorado em ideais de um projeto de identidade nacional, iniciado no século XIX, mesclou-se com um paradigma de preservação em que o patrimônio, além de remeter a identidades, torna-se mercadoria. Esse processo é influenciado por conjunturas específicas do capitalismo internacional que repercutiram nos paradigmas de planejamento urbano que, por sua vez, incidiram no *modus operandi* das políticas preservacionistas no Brasil e, por conseguinte, em São João del-Rei. (MARICATO, 2000; SANCHES, 2001).

Nesse cenário e nesse processo de transformação, as políticas de preservação do patrimônio edificado nessa cidade disputam entre si e, não raras vezes, são vitoriosas diante de propostas de modificação do espaço que denotam o progresso, a industrialização e modernidade, como asfaltamento de ruas e construções de prédios. Pretende-se utilizar, como ilustrador e documento dessa mudança de paradigma, reportagens de jornais locais já pesquisados e fichados, cujos patrocinadores e editores, comprometidos ideologicamente com ideais de preservação e de modernização, ensejaram uma disputa simbólica sobre o que podia e o que deveria ser preservado no conjunto arquitetônico urbanístico em questão. Frações da elite local, tais grupos sempre estiveram à frente dessas discussões, contudo, a pesquisa questiona a recepção do discurso preservacionista por parte de populações de bairros afastados ou próximos do centro que não participaram das lutas simbólicas que selecionavam edificações, bem como do processo de escolha institucional das construções que seriam tombadas ou protegidas. Para o entendimento desse quadro, é imprescindível a elucidação do desenvolvimento das políticas de preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil e em São João del-Rei.

O segundo capítulo *História Oral, história dos bairros e os conceitos de lugar, território, espaço, paisagem* discute a metodologia de História Oral e seu uso como documento para a história dos bairros e para as falas dos moradores concernentes com o tema da pesquisa. A história dos bairros será analisada por intermédio dos relatos dos entrevistados e de trabalhos realizados com apoio de fontes documentais que descrevem parte da ocupação desses lugares. Nesse trecho será exposta a metodologia de História Oral e o arcabouço teórico que a

envolve. Para uma reflexão acerca da metodologia de história oral e sua validade na pesquisa e escrita da História, consultar AMADO, 1997; POLLACK, 1997, 1989; ALBERTI, 2004.

Embora a ausência de documentos na Prefeitura e em arquivos municipais dificulte o acesso à história dessas localidades, é possível traçar um panorama de suas respectivas construções e formações. A percepção sobre o patrimônio edificado do centro formula-se, também, em consonância ou em contraposição ao lugar e bairro em que vive os depoentes. Noções sobre identidade e cidadania também influenciam na elaboração de uma percepção do espaço em que se tentará identificar se os monumentos do centro são considerados objetos de “meu” pertencimento e “minha” história ou tão somente a identidade do “outro” com o qual se convive. Nesse ponto do trabalho, abordarei algumas pesquisas que se ocuparam da análise da construção dos bairros populares de São João del-Rei, produzidas dentro do âmbito do Núcleo de Investigação de Justiça Ambiental - (NINJA) UFSJ.

O que se deseja, em suma, é perceber se o fato de um morador reconhecer ou não a história de seu “lugar”, bairro, interfere na maneira como os cidadãos enxergam sua cidade, sobretudo os lugares de memória (NORA, 1993) que personificam a história do município. A fala dos entrevistados será o instrumental que delineará as histórias dos bairros e norteará uma análise que responda às indagações da pesquisa. Os bairros selecionados para a coleta de entrevistas dos moradores são Águas Gerais, Gameleira e Fábricas. Os dois primeiros surgiram no início da ocupação dos bandeirantes, locais em que se retirava o ouro e que expõem, em sua paisagem, marcas e memórias dessa exploração nos buracos e betas que não foram fechados. São territórios periféricos, embora se situem nas proximidades do centro “histórico”, convivem diariamente com a ausência dos serviços públicos mais básicos, como coleta de lixo, transporte, educação, segurança e lazer. O terceiro formou-se em decorrência do surto de industrialização dos anos 1920-30, manifestando, em sua gênese, uma população majoritariamente operária, não apresentando problemas de infraestrutura tão delicados.

Mapa 1 - Mapa aéreo da cidade de São João del-Rei – MG. Vista área da localização dos três bairros pesquisados.



Fonte: Google Earth. Elaborado por: Patrícia Palma e Ricardo Carvalho Couto.⁵

A população e a feição dessas localidades se modificaram com o passar dos anos e seu espaço, por conseguinte, também se modificou. A interferência dos poderes públicos e dos moradores nesses espaços, que ocorrera mediante contextos diferenciados de suas formações, também colaboraram para a inteligibilidade de suas situações socioeconômicas e para a constituição material e paisagística das localidades.

Juntamente à história dos bairros serão abordados os conceitos de **espaço, território, lugar e paisagem** na elaboração de alguns pensadores, uma delas, a contribuição teórica de Michel de Certeau (1994); Milton Santos (1997) e a problematização do espaço enquanto *locus* de interferência e transformação de indivíduos e grupos. A resistência em forma de

⁵ Esse mapa expõe os três bairros pesquisados e sugere a distância ou proximidade de cada um deles do “centro histórico”. Os bairros Gameleira e Águas Gerais, respectivamente, estão mais próximos do centro turístico, tendo como ponto de passagem a Rua Santo Antônio, que liga esses dois bairros aos pontos de visitação centrais, ao comércio, aos serviços de saúde, dentre outros. Na imagem, essas duas localidades estão do lado oeste do centro. Também do lado oeste, porém, em direção oposta e apresentando maior distância, encontra-se o bairro das Fábricas.

ações cotidianas, lutas que se consolidam e que se constroem (estratégias) em hábitos, costumes que identificam os grupos e demarcam o espaço por eles utilizado. Essas estratégias configuram-se no campo da cultura e da sociedade, dos componentes simbólicos que se exercitam no espaço e que podem identificar seus formuladores, ou seja, atores sociais que escrevem sua própria história. Cabe ao conceito de território explicitar a dimensão do conflito, da utilização e da disputa material e simbólica para sua transformação. Aqui a dimensão econômica ocupa papel proeminente, pois o capital é o agente transformador da paisagem urbana e rural que preconiza a reprodução e a execução do comércio e do mercado (HARVEY, 2006; CLAVAL, 2013).

As fontes, ou seja, os relatos dos moradores, também expressam a maneira como estes encaram e compreendem a história de seu espaço de vivência, suas histórias de vida que se passaram, muitas vezes, quase integralmente, nessas localidades, pois há aqueles que sempre moraram e viveram ali. Aqueles que residiram em outras localidades e se mudaram para lá também apresentam depoimentos riquíssimos, pois expõem os motivos e as situações que os levaram para aquele bairro e a história de uma afeição, uma memória que se cultivou pelo local.

Com esses subsídios teóricos, propõe-se pensar o entendimento do espaço pelos moradores acerca de seus bairros. Se estes repensam seu “lugar” físico e simbólico na vivência de seu território (bairro residencial e centro que abriga monumentos). Será questionado se os habitantes comparam políticas públicas de suas localidades em relação ao centro, a simbologia conferida a este e se eles valorizam o seu território, seu lugar físico e simbólico no mundo.

O terceiro e último capítulo *Memória, identidade e a valoração histórica do patrimônio são-joanense nos anos de 1960 (e) 2008* esboçará os conceitos de **memória** e **identidade** e como estes são inseparáveis do conceito de patrimônio. Para isso será utilizado autores condizentes com a temática: Paul Ricoeur e a problematização da memória enquanto consciência, vivência e exercício do pensamento em atos de rememoração (RICOEUR, 2007), bem como Halbwachs (2006) e a discussão sobre a memória de grupos. O termo **lugares de memória** (NORA, 1993) servirá de subsídio teórico para o auxílio da compreensão da fala dos entrevistados a respeito dos monumentos localizados no centro. É importante frisar que o material coletado, ou seja, a oralidade dos moradores será analisada conjuntamente com as contribuições dos autores selecionados para a pesquisa.

Noções sobre identidade e cidadania também influenciam na elaboração de uma percepção do espaço em que se identificará se os monumentos do centro são considerados objetos de “meu” pertencimento e de “minha” história ou tão somente a identidade do “outro” com o qual se convive. Como o conceito de identidade será amplamente explorado nas páginas seguintes, esboçarei sucintamente sobre o uso do termo cidadania nessa pesquisa. Refirir-se-á, sobretudo, a uma noção de cidadania acoplada ao conceito de identidade, sobretudo a de grupos. Significa interagir com os pares de uma comunidade ou de uma coletividade e ter consciência dos direitos e deveres os quais estão submetidos. Significa cobrar dos poderes públicos os serviços necessários e garantidos por lei para as transformações necessárias do seu espaço de vivência. Entrementes, essa identidade cultural encontra-se ligada a uma noção de autoridade, qual seja o cidadão deve obrigações para o Estado e espera que esse corresponda e retribua com ações direcionadas à sociedade. Ser cidadão é possuir liberdade, educação, moradia, transportes, acesso a lazer e às várias formas de manifestações culturais. Considero que o reconhecimento e identificação com os patrimônios culturais sejam repensados pelos grupos, ou por eles elaborados, como uma das maneiras de exercer a cidadania, ainda que saibamos que esse conceito se transformou durante o tempo e se modifica de lugares a lugares (PINSKY, 2003).

O capítulo esboça e conclui se a **recepção** desse discurso emancipa os cidadãos, se estes constroem uma noção de identidade que reflete sobre sua própria história, a história de seu lugar físico e simbólico na cidade e no mundo. Ou se ocorre o contrário, uma homogeneização de identidades, centradas no símbolo próprio que é o patrimônio edificado, como estandarte que personifica toda a riqueza e expressão do espaço urbano, no caso São João del-Rei-MG.

O esboço compilará as conclusões retiradas dos três capítulos. Na realidade, todo discurso analisado, seja escrito ou falado, será entendido e lido enquanto ideologias e construções que dizem de um contexto social, uma época, ou seja, serve de documento histórico (BACKTHIN, 1995).

1. A CONSTRUÇÃO DO DISCURSOPRESERVACIONISTA EM SÃO JOÃO DEL-REI, TOMBAMENTO E ESCOLHA DOS BENS “SALVAGUARDADOS”

1.1 Patrimônio cultural e paradigmas de planejamento urbano em São João del-Rei, no Brasil e no mundo

A arquitetura, embora apresente exemplares que são considerados e enaltecidos como obras de arte e monumentos, possui a função de construir as cidades, de edificar e conferir materialidade àquilo que é legitimado como urbano. É função da arquitetura promover, sempre que possível, a construção de uma cidade que possibilite a comunicação entre os cidadãos, a integração entre os atores sociais que devem participar da vida política e opinar nas questões que se direcionam ao ambiente urbano. Além disso, a Arquitetura, integrada ao Urbanismo, é responsável por estruturar a cidade em relação aos edifícios e instituições econômicas, culturais e sociais, considerando as relações sociais que ocorrem nesses espaços.

Argan (2005), Jane Jacobs (2003) denunciaram a deterioração dos monumentos históricos em um contexto de crescimento da industrialização e do êxodo rural. Críticas dirigidas a um modelo de planejamento urbano que divide a cidade em setores, muitas delas constituídas de um arsenal arquitetônico e urbanístico louvável, porém, segundo esses autores, em vias de degradação cotidiana e constante. Embora a realidade de uma cidade como São João del-Rei tenha profundas distinções em relação a Roma ou Veneza, Nova York ou Chicago, é perceptível ainda na atualidade a degradação nos arredores do conjunto arquitetônico e urbanístico do município. Aprofundando a análise, é necessário considerar a cidade como um todo, em que partes e fragmentos se comunicam e se interagem. Nessa pesquisa, procuro mostrar que em São João del-Rei também ocorreu esse período de ameaça aos monumentos históricos e artísticos, porém, hoje o centro é valorizado, mesmo sendo rodeado de áreas carentes socioeconomicamente. Seu entorno padece com problemas de infraestrutura alarmantes, e, do próprio perímetro tombado, avista-se um crescimento desordenado que merece a mesma ou maior preocupação que o território protegido, considerado um conjunto arquitetônico e urbanístico que é patrimônio cultural.

O conjunto arquitetônico urbanístico de São João del-Rei e o discurso preservacionista que o legitima são considerados representações que formulam outras representações pelos atores sociais que residem em localidades diferenciadas e distantes do centro. Assim, é oportuno esmiuçar esse conceito, que possui vários significados e aplicações na escrita da História contemporânea. Sua evolução nas Ciências Humanas, de acordo com Santos (2011), remeteria a um raciocínio dos séculos XIII, XIV que decorre da filosofia cristã, em que a palavra *representare* adequa-se à função dos cardeais e dos sacerdotes, que representariam a figura de Cristo na Terra. Essa terminologia perpassa os séculos XVIII e XIX, em que esse vocábulo ainda possuía a função de trazer ao presente algo ausente, ou utilizar-se de algo palpável, ou mesmo uma palavra, para personificar e nomear algo abstrato. No século XIX, Émile Durkheim elaborou o conceito de representações coletivas que se acoplam aos ritos, mitos, comemorações e outras condutas de sociedades de todo o mundo, sejam simples ou complexas, que se ancoram nas coletividades. Essa elaboração conceitual de Durkheim expressa também a supremacia de algumas regras desenvolvidas no âmbito social que condicionam a formação da individualidade. Essa premissa orientou de forma significativa a formação da Psicologia Social, que contesta o reducionismo que concebe a Sociologia como conhecimento da sociedade; e a Psicologia como conhecimento do indivíduo. Mais tarde, Serge Moscovici trabalhou o termo e referencial teórico “representações sociais” que, sucintamente, emite a pluralidade das manifestações culturais coletivas, uma vez que existem várias sociedades e grupos imersos em sociedades maiores, ou seja, a uma unidade social tal como um estado, um país, ou a sociedade ocidental. Esse referencial construído por Moscovici é muito importante, pois, embora se refira a outra área de conhecimento, contempla a capacidade que possui os indivíduos de formularem suas referências e manifestações em consonância com os costumes, os hábitos e as condutas dos grupos, que são constituídos de sujeitos e praticantes de sua cultura e espaço.

Na História, o conceito de representações remonta a transformações que se referem à construção e à escrita da História e está intrinsecamente ligado à História Cultural, ou mesmo a uma História Social da Cultura (CARDOSO, 2000). A partir dos anos 1980, no Brasil, ocorre uma mudança de foco de objetos passíveis de estudo, privilegiando-se os aspectos culturais, os costumes, os hábitos, em detrimento de categorias analíticas próprias da História Social. Os recortes temporais longos, o estudo de séries, a noção de mentalidades que perduram com o tempo e formulam a sociedade e os indivíduos, cedem lugar a estudos que se interessam pelo papel do sujeito histórico como ator social, ou seja, alguém que participa ativamente de sua

comunidade e de sua sociedade. Dessa forma, os grupos se representam e se colocam perante o mundo de distintas maneiras, a começar pelos questionamentos que fazem acerca do espaço em que vivem, e de outros espaços, participando deles, praticando-os. Representação, nesse trabalho, refere-se à capacidade que os grupos possuem de se apresentarem perante a sociedade, expondo seus interesses, seus lugares de exclusão ou privilégios, seus hábitos culturais, suas percepções de mundo, sempre integrado a uma coletividade (CHARTIER, 1991). Os discursos, falados ou escritos, também o são, pois elaboram pensamentos e ações de acordo com uma visão grupal de mundo, remetendo a uma realidade. Aí reside a relevância e as contradições desse conceito na escrita da história, qual seja, a relação da História e sua capacidade de reconhecer e mostrar a realidade em uma perspectiva temporal. Executa-se uma análise de representações, ou seja, de hábitos culturais ou discursos, de elaborações acerca do real, do que os grupos interpretam como sendo a realidade ou parte dela (LEFEBVRE, 1983). Essa discussão é longa e complexa e renderia algumas páginas. Como não é objetivo do trabalho discutir esse tópico da Teoria da História, é oportuno mencionar sobre as representações que serão abordadas nessa pesquisa.

Uma vez exposta a noção de representação com a qual trabalharei, cito uma formulação teoria trabalhada por Henri Lefebvre e apropriada por outros autores:

1) emerge e se formula em condições históricas; 2) possui limites que devem ser circunscritos; 3) suscita novos conceitos; 4) condensa uma gênese que implicitamente o acompanha requerendo assim, um trabalho de genealogia; 5) pretende ser verdadeira e atuante; e 6) tem caráter dinâmico.(SANTOS, 2011, p.36-37)

Defino, então, sobre qual representação refiro-me na dissertação, o discurso preservacionista, formulado a partir dos anos 1930 do século passado, sendo apropriado e reelaborado com o passar dos anos. Seus limites se encontram e se conflitam a partir do momento em que alguns grupos não desejam preservar um bem cultural, tal como delineado pelas elaborações desse discurso. Não se pode deixar de conceber conceitos como identidade, memória e cidadania, portanto, o discurso preservacionista suscita a apresentação de novos conceitos. Possui um marco temporal e teórico, sendo possível e necessário voltar-se para sua gênese, sendo, também, um discurso que se pretende verdadeiro, transformando-se, assim, em

prática. Esse discurso possui um caráter dinâmico e se modificou com o tempo, elevando novos objetos à categoria de simbólicos e passíveis de preservação.

Outro fator importante do conceito de representações é seu caráter e efeito multiplicador. Uma representação, ao ser apropriada por um grupo que não a formulou, todavia, que a ela está receptível, elabora, assim, outra concepção de mundo sobre o discurso ou o hábito que lhe foi apresentado. Entrementes, é preciso definir o que seria apropriação, segundo Chartier, significa tornar próprio um discurso, uma ideia ou um hábito. Quando algo se torna próprio de alguém, quer dizer que houve uma transformação do objeto ao deparar-se com a subjetividade do indivíduo, em que esse impingiu traços de sua visão de mundo sobre a nova percepção que encontrara.

Isto posto, compreendo que uma discussão desse conceito implicaria uma revisão de vários autores e de distintas interpretações, contudo, a pesquisa se apropria das visões de Chartier e de Lefebvre sobre esse conceito. De Chartier, retiro a compreensão de representações enquanto maneiras de se enxergar o mundo, compreender e interferir na sociedade. De Lefebvre, aproprio-me do aspecto histórico do conceito de representações, sua gênese, sua dependência de outros conceitos para que seja utilizado, textualmente e analiticamente, seu caráter dinâmico, mutável e desejoso de emitir um discurso próximo à verdade, ao real.

Mas antes de esclarecer sobre a representação do patrimônio cultural focado nessa pesquisa, é oportuno elucidar a história desse conceito e sua aplicação no Brasil e em São João del-Rei. O termo patrimônio nesse estudo refere-se à perspectiva e significado cultural do termo, ou seja, objeto criado na e pela sociedade para simbolizar uma coletividade. Compreende-se o patrimônio cultural como um objeto que carrega em si juízos de valor construídos por grupos que dividem um espaço físico ou simbólico no mundo. As características que um bem cultural possui, por si só, não o elevam ao *status* de patrimônio cultural, mas, tais características somente tornam-se reconhecíveis quando possuem significado para uma coletividade (GONÇALVES, 2002, 1988; DUHRAM, 1993).

Embora a abrangência de objetos e de bens culturais considerados patrimônios tenha aumentado nos últimos sessenta anos, essa pesquisa ocupa-se do patrimônio edificado que é a expressão mais antiga do significado desse termo, desde que se iniciaram as políticas públicas a ele relacionadas. As primeiras políticas institucionais de proteção às edificações históricas ocorreram na Europa, a partir do século XVIII, e selecionaram obras arquitetônicas antigas para classificá-las como patrimônio histórico e artístico. Tais ações se efetivaram em um

contexto de “perda” de exemplares construtivos em decorrência da onda de vandalismo ocorrida na Revolução Francesa. A destruição em massa de edificações antigas surtira em reações de alguns setores da sociedade francesa e inglesa que preconizavam a proteção daquilo que consideravam ser a História de seus estados nacionais. Outra característica desse período de formação das políticas estatais de preservação do patrimônio arquitetônico é a atribuição do conceito de monumento “histórico” para as edificações selecionadas(CHOAY, 2001; POULOT, 2009).

Monumento histórico, a princípio, seriam os objetos construídos com a intenção de memorizar um passado comum, impedindo o esquecimento de feitos antigos que necessitavam ser rememorados. Nesse sentido, podem ser considerados monumentos, os objetos de longa data, pois remetem a culturas e a civilizações antigas, perpassando as construções contemporâneas que representavam uma coletividade e possuíam significado, sobretudo, para a formação de uma identidade nacional. Com o tempo, o conceito de monumento histórico modificou-se, uma vez que é difícil estabelecer com precisão se uma edificação foi executada com o intuito de rememoração. Além disso, a evolução do conceito de patrimônio e a evolução das políticas de preservação ampliaram as possibilidades de classificação do conceito de patrimônio histórico e artístico, dirigindo-se não somente a objetos do mundo concreto, ou seja, transcendeu o patrimônio material arquitetônico e a função exclusiva da edificação de pedra e cal(CHOAY, 2001; FONSECA, 2006, 2003).

Para tanto, para se compreender as políticas de preservação dos monumentos urbanos, é necessário reconhecer suas ligações com o modelo e a gestão do funcionamento das cidades e das orientações político-ideológicas de seus gestores. Embora as políticas preservacionistas possuam especificidades que variam de país para país, elas foram consequência, muitas vezes, de conflitos internos e guerras civis, como ocorreu na França; ou produto do desenvolvimento tecnológico e industrial que almeja uma supressão do passado em nome de um projeto teleológico, como na Inglaterra. Suas elaborações se asseguram mediante planejamentos e projetos direcionados ao melhor funcionamento das cidades em período de crescimento desordenado e de ascensão ou aumento demográfico de uma classe operária (CHOAY, 2001; JEUDY, 2005).

É oportuno voltar-se para modelos de organização de sítios urbanos, uma vez que as políticas de preservação do patrimônio estão intimamente ligadas à maneira como se administra e se transforma o espaço citadino. Considerando que tais ações são influenciadas por percepções e projetos de sociedade em tempos distintos, utilizarei algumas linhas para

esmiuçar modelos de planejamento urbano que abarcaram diferentes maneiras de se preservar monumentos edificados. Outra consideração que deve ser feita refere-se a peculiaridades que os modelos de planejamento se revestem da Europa para a América Latina, desta para o Brasil e perante o reconhecimento da influência dos modelos europeus, apesar das particularidades locais.

No século XVIII, XIX e início do XX, Londres conviveu com a criminalidade, as doenças e os odores fétidos de uma localidade que recebe novos moradores de uma maneira nunca antes vivenciada. Em Paris, os mesmos problemas apresentam-se juntamente à classe trabalhadora que, injustiçada, se organiza em grupos, barricadas e conspirações. A transformação do espaço é, de antemão, um projeto político, que se reveste do discurso sanitarista e precursor da ordem, nem que para isso se destruam espaços inteiros, retirem-se moradores de suas localidades, provoquem-se mudanças de hábitos e revoltas. O Rio de Janeiro, nesse período, capital da República, enfrentava os mesmos problemas com a peculiaridade de possuir imigrantes e escravos libertos que se retiravam de suas fazendas e se dirigiam à cidade com o intuito de conseguir trabalho e reconhecimento social. A Revolta da Vacina foi um dos episódios que narram parte desse período (SVENCKHO, 2003).

O século XIX e o início do XX, no que se refere a projetos urbanos e a ações públicas, pautavam-se na reforma do ambiente urbano e em seu embelezamento como resoluções sistemáticas para os males causados pela modernização. O planejamento modernista não se ocupava das causas exteriores econômicas e políticas que provocavam o adensamento das cidades e de suas imperfeições, de forma que a interferência projetada no espaço urbano, como por uma fórmula mágica, cessaria com as contradições e conflitos territoriais. Projeto que, elaborado por uma ótica europeia de embelezamento da cidade, foi apropriado por países da América Latina e levado a cabo por prefeituras que adequavam suas intenções conforme as necessidades de problemas citadinos que, aos olhos dessas administrações, eram os mais urgentes. O plano colocado em prática com maior zelo no Brasil foi o de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, então capital do Brasil (MARICATO, 2000). Em relação à salvaguarda do patrimônio arquitetônico, diferentemente da Europa, o Brasil ainda não difundia uma política de preservação de monumentos históricos, embora existisse a criação dos símbolos que legitimariam a República recém-implantada.

Os séculos XIX e XX, na América Latina, foram marcantes no que tange a interferências dos governos e instituições públicas no espaço que visavam a uma limpeza social do ponto de vista construtivo, bem como daqueles que habitavam as cidades. Gorelik

(2003), por sua vez, separa três processos temporais que desenham um ciclo de expansão e modernização do espaço urbano na América Latina. Ressalto que o Brasil se integra nesse período histórico mesmo sendo produto da colonização portuguesa. Baseado nesse autor, o primeiro ciclo de modernização seria o liberal conservador, que se caracterizava pela relação estabelecida entre organicidade, embelezamento e urbanização. Consequência da primazia concedida ao mercado, a desordem no espaço urbano se instalara, bem como a especulação imobiliária e o êxodo rural. A intervenção no território sustentava-se sob o discurso sanitalista e naturalista visando à correção dos males causados pelo processo de modernização impulsionado pelo livre mercado. A cidade, mais que consequência do processo modernizador, é fator que traz em si a modernização, pois possibilita mudança de hábitos, principalmente para o homem do campo, que necessita se reinventar e se adequar às transformações espaciais e culturais que o rodeiam.

A cidade que, segundo Gorelik (2003), é o próprio ideal da modernidade, entendida enquanto conjunto de hábitos, ideias e substrato cultural que guia o processo modernizador, seria a supremacia da cultura, coexistindo, se adiantando ou mesmo impulsionando transformações materiais e estruturais. A modernização, consequência da modernidade, representaria as próprias transformações que se instituíam no espaço – as novas construções, as adequações a estilos passados – remetendo significado a situações novas, uma forma de controle do espaço e das mentalidades. Como símbolo do ideal liberal conservador, tem-se os *boulevards*, grandes avenidas que dispersavam o movimento e desafogava o trânsito de veículos e pessoas; os parques urbanos, que reuniam a burguesia em tardes de primavera e verão; a cidade, dividida em distritos, bairros operários, com moradias operárias, uma cidade setorial. Os centros cívicos, a monumentalidade de fachadas classicizantes e obras que remetem ao republicanismo intencionavam a utilização do espaço público pelo cidadão, um público eleito (ibidem, 2003). Era tempo de reafirmação e de construção das identidades nacionais, e as uniões coletivas possibilitavam ao governante falar a um maior número de pessoas. Por isso, a cidade, de certa forma, almeja integrar o cidadão, embora interfira no espaço tão intensamente que ultrapasse qualquer opinião distinta daquela colocada em prática nos projetos.

É nesse contexto que nasce o culto ao patrimônio histórico e artístico no ambiente urbano. Oliveira (2010), utilizando as proposições de Françoise Choay, endossa a afirmação que, desde a segunda metade do século XIX até a década de 1960, seria um momento de consagração do monumento histórico que, selecionado pelos representantes do poder,

políticos e intelectuais, apresentava uma nova forma de se compreender a temporalidade dentro do espaço cidadão. Os homens e a sociedade reconhecem de forma mais nítida o passado, o presente e o futuro, e algumas edificações que, por representarem essa localização no tempo, tornaram-se obras a serem transmitidas à posteridade. O deleite de se apreciar objetos antigos, abrigados até então em antiquários, não possibilitava construir a identidade de uma nação, embora se legitimasse como documento histórico, alargando, também, as fontes utilizadas pelo historiador, até então preso ao modelo rankiano que ligava a fonte escrita às fontes oficiais. Os antiquários eram estabelecimentos constituídos e mantidos por particulares que escolhiam os objetos a serem contemplados conforme gostos e predileções individuais. Os museus e edificações antigas favoreciam a apreciação por turistas de famílias abastadas, é o início da mercantilização dos bens culturais, das paisagens urbanas compostas por monumentos históricos. O aspecto coletivo de proteção e salvaguarda dos bens culturais presentes nessas instituições só é considerado legítimo a partir do século XVIII, no contexto europeu.

Nesse momento, as políticas de preservação dos monumentos históricos ainda não são destaque no Brasil. Há a construção de mitos para a formulação dos ideais republicanos em um país cuja história se constituía em um governo monárquico e colonial. A figura de Tiradentes e a criação de uma tradição voltada para a Inconfidência Mineira foi o símbolo de luta pela libertação do jugo colonial (CARVALHO, 1990). A construção da República Brasileira baseou-se em moldes europeus e norte-americanos na política, na cultura e na economia, haja vista o caráter exportador de matérias-primas que o país mantinha. Civilizar-se e assemelhar-se ao europeu era o que desejavam as elites brasileiras; a cultura desenvolvida e vivenciada no Brasil, como o samba, a capoeira, as cantigas populares e o próprio povo que as celebrava, era perseguido e reprimido. Esse cenário se modificou após a entrada de Getúlio Vargas, via golpe político, na presidência do Brasil (SVECHENKO, 2003; SOUZA, 2014).

O segundo momento caracteriza-se pela modernização pautada nas vanguardas que, por ocorrer nas peculiaridades do continente americano, ao invés de renegar a modernização, seus processos e desdobramentos, como ocorreu na Europa no pós-primeira guerra, é a chave, um ingrediente que faltava para complementar o projeto modernizador na América Latina. É um projeto que, ao mesmo tempo nacionalista, visa a uma urbanização pautada na ausência de conflitos, em momento de exercício de autoritarismo, de construção do Estado Nação e de todo o aparato ideológico que o sustentaria. Disputas entre forças liberais e desejos de uma industrialização ancorados no capital nacional, ou seja, em um estado interventor que se

incumbia de modernizar o Brasil, era significativamente comandado por capitalistas agroexportadores. A mudança nas formas e nas maneiras de se construir foi um marco desse novo rompante do ciclo de modernização que representava um avanço tecnológico e industrial. É um momento de criação de universidades e aparecimento ou surgimento de intelectuais que necessitam reescrever a História do Brasil, distanciando-se do passado recente da *Belle Époque* ocupada em copiar modelos europeus, e reafirmar o Brasil enquanto civilização (SEVCENKO, 2003).

Ermínia Maricato (2000), embora se preocupe mais especificamente com o período de modernização funcionalista, considera que os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMS) elaboravam as diretrizes da execução de um novo planejamento urbano, o primeiro aconteceu no final da década de vinte e início dos anos 30. A maior preocupação dos arquitetos referia-se às habitações para os operários, à circulação urbana, sobretudo, nos países centrais, a essa política urbana voltada para questões sociais. Assim, reconhece-se outra peculiaridade do caso brasileiro em relação à Europa: urbanização e políticas patrimoniais que não privilegiaram a questão social, concedendo proeminência e prioridade à urbanização, à industrialização, à exportação. Ou seja, a população responsável por aderir ao discurso elaborado pelas elites dirigentes em nada opinou ou participou da formulação das políticas urbanas e de preservação do patrimônio histórico e artístico (CHUVA, 2009).

Tal como no período anterior, a cidade modernizada seria um projeto e uma solução para os males causados pela industrialização e densidade demográfica. A aplicação desse projeto significava construir uma América do Sul adequada aos ideais de vanguarda e a uma expectativa que eram inevitáveis para o desenvolvimento do continente. A América do Sul foi o lugar de excelência para a execução desse processo, de modo que construir significava, não apenas materialidade, como também ideologias, identidades e mentalidades (GORELIK, 2003).

O Estado brasileiro, de caráter agroexportador e inserido nos moldes do capitalismo tardio, intencionava programar o projeto modernizador, sob as mãos fortes de Getúlio e de uma elite que o acompanhava, almejando substituir as importações, criando um país autônomo na produção de suas matérias-primas e bens industrializados. Assim, entende-se que o projeto modernizador da economia, sociedade e cidades brasileiras foi erigido por uma elite “apurada” pelo executivo que foi incumbido de criar e constituir o sistema burocrático que, ao exercer seu papel modernizador, vilipendiava as questões sociais (BONFIM, 2006).

É nesse cenário de necessidade de modernização dirigida por elites burocratizadas e ausência quase completa de participação política da sociedade civil que se processa a urbanização das cidades brasileiras, bem como surgem políticas de preservação dos bens nacionais, sua catalogação, a descrição e criação de inventários das belezas do território que se tornaram patrimônio salvaguardado pelo SPHAN. O reconhecimento do que seria ou não preservado, levado a cabo por intelectuais, como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade, Lúcio Costa, Sylvio Vasconcelos, Gustavo Capanema, propiciou elaborar e programar as primeiras leis de tombamento. O privilégio concedido ao aspecto estético do monumento em detrimento da valoração histórica, ou seja, da representação social do objeto no tempo e no espaço, foi um fator que direcionou algumas críticas ao projeto em pauta. Outro equívoco dessa gestão, presidida em sua maior parte por Rodrigo Melo Franco de Andrade, refere-se ao reconhecimento dos exemplares barrocos e modernistas e ao esquecimento de outros estilos, como o eclético e as artes populares (FONSECA, 2006).

A constituição das primeiras políticas de preservação, principalmente o decreto lei nº 25 de 1937 e as ações dele decorrentes, iniciam a chamada fase do Patrimônio de Pedra e Cal, ou seja, as primeiras ações de tombamento relacionadas com edificações, o patrimônio material. Essa percepção e constituição de instrumento de preservação do patrimônio histórico, segundo Gonçalves (2002), é pautada em uma categoria de pensamento ligada à monumentalidade, o que é utilizado, também, pela apropriação dessas construções como símbolos da identidade nacional. Essa categoria ancora-se na tradição, isto é, em aspectos do passado, reconhecidos enquanto memoráveis e representantes de uma coletividade para relacionar-se e elevar-se um bem a patrimônio histórico e artístico ou a patrimônio cultural. A orientação pelo critério de monumentalidade apresenta uma relação estreita com o pretérito, distanciando-se do cotidiano e do presente por cultivar uma relação romantizada com um “fragmento do passado”, ou seja, a cultura produzida no período colonial. Rodrigo Melo Franco de Andrade ancorou-se nesses preceitos para elaborar e direcionar as primeiras ações do SPHAN em todo o período conhecido como “anos áureos”. Mário de Andrade propôs que se reconhecesse também o patrimônio imaterial: as manifestações culturais, rítmicas, rituais e festas. Essa elaboração, segundo José Reginaldo Gonçalves, é orientada pela categoria de cotidiano, ou seja, para a vivência do hábito, do cultivo de costumes dentro de uma comunidade ou sociedade. Independente de seu suporte material, o patrimônio imaterial necessita tão somente das pessoas que o praticam. Esse pensamento somente tornou-

se instrumento jurídico efetivo no ano 2000, em que foi reconhecida a legitimidade de registro para a salvaguarda desse arsenal de bens culturais no Brasil.

Entretantes, pode-se inferir que as políticas de preservação dos patrimônios histórico e artístico, posteriormente classificados como patrimônios culturais, desenvolvem-se no seio da consolidação e legitimação dos Estados Nacionais modernos europeus, dispersando-se posteriormente para todo o Ocidente. Essa identidade nacional necessitava ancorar-se em um substrato ideológico do passado, da tradição que confirmaria uma vivência em comum compartilhada por um grupo. O passado oferta um material que constrói a identidade⁶ e, para isso, evoca a memória, mas, de que forma esse passado orienta uma perspectiva, um horizonte de expectativa sobre o futuro? O passado serve de instrumento para a confirmação do presente e para a construção de um futuro que representa a completude do conceito de civilização por ser a cultura dos Estados Nacionais europeus voltados para a constituição de um projeto evolutivo, sobretudo das técnicas e da arte. Os monumentos deveriam relatar esse processo evolutivo de cada nação remetendo a, sobretudo, suas glórias e tudo que sugerisse força, ordem, progresso.

No Brasil, a formulação das primeiras políticas de preservação direcionadas ao patrimônio histórico e artístico iniciou-se nos anos trinta do século passado. Está intimamente ligado ao movimento modernista e tinha como expoentes Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Oswald Andrade e outros representantes de famílias tradicionais de São Paulo. O Modernismo do Brasil é caracterizado por um movimento de vanguarda que desejava quebrar paradigmas, sobretudo, na literatura e nas artes plásticas. Esse modelo referia-se à incorporação dos valores da arte europeia e, de modo mais amplo, buscava compreender, reconhecer e criar uma identidade baseada na história e nos aspectos que são próprios do Brasil. Assim sendo, o projeto modernista, artístico e urbanístico, casou-se perfeitamente com a legitimação do Estado Nacional brasileiro e sua consolidação a partir dos anos trinta, ou seja, a partir da administração de Getúlio Vargas, que incentivou a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), possibilitando a elaboração e criação das primeiras leis de tombamento no Brasil.

O terceiro momento de implantação de diretrizes urbanas no Brasil caracteriza-se pela continuação do parâmetro nacional desenvolvimentista que impulsionou a construção de

⁶O conceito de identidade relacionado à pesquisa transcende e vai além dos nacionalismos e abarca uma série de manifestações e representações que se interligam ao termo. Identidade que não somente une, porém, separa e fragmenta, toda identidade implica a renúncia de distintos reconhecimentos no mundo. A identidade é híbrida e, muitas vezes, contraditória e pressupõe a negação do outro (TODOROV, 2002; CANCLINI, 2000).

Brasília. A funcionalidade era uma premissa desse projeto. Possibilitada pelo caráter “virgem” da América Latina, em sua maior parte desprovida dos caracteres que traçam modernidade, o cenário estaria propício para o emprego de teorias sociológicas formuladas na Escola de Chicago, elaboradas para a realidade das grandes cidades norte-americanas. Mais uma vez a cidade seria o *lócus* de aprendizado do homem do campo, a resolução para o êxodo rural, enfim, a intervenção planejada como ferramenta capaz de, por si só, acabar com os males causados pela modernidade (GORELIK, 2003).

A cidade de Brasília é o símbolo dessa orientação praticada no território urbano brasileiro, ao nortear diretrizes de planejamentos urbanos e dar corpo a projetos. Sua construção absorve a mão de obra que infla a demografia da cidade, recebe o migrante que serve de mão de obra, entretanto, quando as obras acabarem, para onde vai esse operário, o trabalhador e seus filhos? O sonho não demora a tomar contornos do real. Os noticiários, na atualidade, já apontam uma cidade bem menos harmônica, em que a desigualdade social se traduz em violência, enchentes e segregação do espaço urbano.

A modernização funcionalista, segundo Maricato (2000), corresponde a um feito exitoso do capitalismo que logrou congregar anseios da classe operária com as necessidades de expansão do grande capital. Sindicatos e empresas estabeleceram acordos, o que por um momento garantiu um crescimento da produção e uma melhoria da qualidade de vida para a classe trabalhadora. As moradias operárias, em bairros cujas construções obedeciam a um novo desenho, padronizavam a moradia dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que lhes conferia dignidade. Porém, o termo “cidade do pensamento único”, de Francisco de Oliveira e cunhado por essa autora, reflete o funcionamento da execução dos projetos de planejamento urbano no Brasil, o que significa que ele se refere e se aplica a uma parte da cidade. No caso do paradigma modernista funcionalista, essa cidade oficial conheceu em partes uma melhora de sua infraestrutura, de moradias dos bairros operários, porém, uma cidade oculta dos mapas urbanos, do zoneamento citadino, nunca reconheceu melhorias, embelezamento ou funcionalidade. O planejamento urbano no Brasil, para parte considerável das grandes e médias cidades brasileiras, limitou-se às prateleiras acadêmicas, aos discursos entre pesquisadores, enfim, localizou-se e morou em um fosso entre as ideias e a realidade, a teoria e a prática.

Ainda que o projeto modernista funcionalista tivesse êxito, como ocorreu em alguns países da Europa, as críticas surgiram, como as inúmeras direcionadas a Le Corbusier, à cidade segregada e dividida setorialmente, dificultando a união dos cidadãos no espaço

público, à cidade fantasma, sem relacionamento social e contato entre os cidadãos. A análise de Jane Jacobs (2003) aponta esse quadro em que se encontrava a cidade e responsabiliza esse planejamento modernista funcionalista. A diretriz de políticas urbanas atual, já se sabe, não impedira o separatismo, a violência e a desumanidade retaliados do planejamento passado, apenas adéqua-se aos moldes neoliberais e com outros traços de desigualdade. Ambas as autoras consideram a territorialidade da cidade oficial, o espaço das classes médias e altas e seus patrimônios.

Esse planejamento racionalizado, voltado para o ideal de modernização e para os operários, em teoria, salvaguardava alguns monumentos, selecionados pelo SPHAN, órgão criado para tal. Essa proteção restringia-se tão somente aos exemplares escolhidos como representantes da identidade brasileira, ainda em construção. Os bens culturais que se distanciavam desse padrão estavam submetidos a esse processo modernizador que se voltava para o passado tão somente para se constituir enquanto nação, porém, destruía, derrubava ou se omitia em relação às construções desprovidas de suas valorações, repito, mais estéticas, artísticas que históricas.

É nesse contexto que a cidade garante a salvaguarda de determinados bens e perde ou descarta inúmeros outros. A população, ainda distante da participação política, enganada por campanhas publicitárias e simbologias criadas do Estado Novo, em sua maior parte, encontrava-se alienada do reconhecimento dos padrões estabelecidos para se preservar um bem cultural. Por intermédio das entrevistas, cheguei à conclusão de que o reconhecimento da obra de arte ou do objeto “histórico” é desconhecido, não representativo, reflexão que a maior parte dos entrevistados não domina, bem como os motivos e leis que tombam uma edificação, um costume, um espaço. Proponho dizer que existe, em parte dos entrevistados, a recepção e apropriação do discurso preservacionista sem questionamentos, sem aprofundamentos, sem esclarecimentos, o que compreendo como consequência de um modelo de preservação que se difunde, se confirma, mas que não emancipa. Essa discussão será aprofundada no terceiro capítulo, em que se utilizará a fala dos entrevistados.

Essa dissipação do discurso preservacionista exala uma temporalidade própria e de horizontes de expectativas que se modificaram em uma conjuntura que é, também, proveniente das fórmulas de se administrar as cidades. O paradigma modernista no Brasil foi se deteriorando perante os intelectuais, os políticos, os habitantes, realçava-se o abismo entre uma cidade que era provida de recursos do Estado, mormente o estado ditatorial, em que planos foram traçados, órgãos foram criados. A cidade ilegal, desregulamentada, crescia

desordenadamente destacando as insuficiências de políticas públicas para determinados territórios urbanos (MARICATO, 2000).

É nesse contexto que o conjunto arquitetônico urbanístico central de São João del-Rei foi tombado, sobretudo no que se refere às segunda e terceira fases de ciclo de modernização apontadas por Gorelik (2003). Importa saber o que esse conjunto possuía e possui para ser salvaguardado em âmbito institucional, e isso é possível ao voltar-se para a história desse município.

1.2 História do município e formação de seu conjunto arquitetônico urbanístico

A história de São João del-Rei assemelha-se à formação da maior parte dos municípios mineiros e se insere no processo de expansão dos territórios da Coroa portuguesa para a região dos sertões em que se buscava o ouro. Em 1697, Tomé Portes del-Rei, bandeirante, fixou-se às margens do Rio das Mortes com o intuito de cultivar alimentos e criar animais que abasteceriam os recém-chegados em busca de ouro. A ocupação do arraial ocorrera de forma difusa e pouco concentrada, dissipando-se pelo interior desse território que hoje corresponde ao bairro Matosinhos e ao atual centro da cidade, sobretudo, à margem esquerda do córrego do Lenheiro. Os primeiros a se sedentarizarem ali foram os bandeirantes paulistas e, depois, os emboabas, em sua maior parte vindos das províncias do Nordeste e Portugal (BRUGGER, 2007).

A descoberta do ouro, em 1704, imantava cada vez mais forasteiros, intensificando-se a ocupação do território que foi elevado à vila em 1713. A exploração e o comércio auríferos atraíram a atenção do governo metropolitano, o que impulsionou a criação de câmaras e órgãos que representariam Portugal em sua colônia. Além dessas construções, que asseguravam o domínio da metrópole, formava-se um dos mais representativos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos de Minas Gerais e, quiçá, do Brasil. Cultivar esse “*modus vivendi*” católico implicava em manter a ordem em um território que somente aumentava o número de habitantes, em sua maioria negros escravos que serviam de mão de obra para as construções civis e eclesiásticas.

Foto 5 - Paisagem de São João del-Rei no século XIX.



Fonte: História Viva. Foto retirada do Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei – MG. ⁷

A exploração do ouro, já em decadência na segunda metade do século XVIII, não afetou o desenvolvimento da cidade, pois, junto à mineração, configurou-se um comércio de alimentos e de vestuários que abastecia o local e outras regiões, como o Rio de Janeiro, até então capital do Brasil (GRAÇA FILHO; 2002). Enquanto girava capital na localidade, por todo século XIX, também ocorriam alterações em igrejas barrocas, que possuem um processo construtivo de longa duração patrocinado pelas irmandades e por seus componentes.

Esse patrimônio barroco e sua constituição é de extrema importância para a compreensão do discurso preservacionista, bem como sua gênese, em São João del-Rei, pois a sociedade que o produziu, possibilitara seu reconhecimento como substrato simbólico para o tombamento do conjunto arquitetônico em questão. As viagens dos modernistas ao interior do Brasil e de Minas Gerais, importante frisar que as proposições desses intelectuais influenciaram na criação do SPHAN, os fizeram escolher o Barroco como símbolo da arte produzida em território nacional capaz de representara genialidade brasileira mestiça. A influência do barroco europeu, acoplado-se ao manuseio dos artistas nascidos na colônia, parte deles negros, mulatos e indígenas, representava o encontro entre as três raças, simbolizando o que há de mais autêntico na produção da arte brasileira, ao mesmo tempo em que sugere a adequação à cultura europeia, que representava o exemplo de civilização a ser seguido. Todo esse contexto adequou-se aos movimentos de criação da

⁷Disponível em: http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/tres_seculos_de_sao_joao_del-rei.html. A imagem mostra parte do centro de São João Del-Rei em que se avista a Igreja Matriz do Pilar, a Igreja do Carmo, o atual Museu Regional e antigo sobrado do Comendador João Antônio da Silva Mourão, além de outras construções e edificações com janelas e telhados do estilo colonial.

identidade nacional brasileira nos anos 1930-40, sob as mãos fortes do Estado Novo e o esforço de se legitimar a identidade brasileira em uma perspectiva de harmonia e de encontro das raças (GOMES JÚNIOR, 1998).

Foto 6- Casarão do Barão João Antônio da Silva Mourão, construído no Largo do Tamandaré em 1859. Hoje Museu Regional de São João del-Rei, MG.



Fonte: Blog São João del-Rei Transparente.⁸

⁸Museu Regional de São João Del-Rei nos dias atuais, após várias restaurações. Na imagem também pode-se ver as torres da Igreja do Pilar, situada na Rua Getúlio Vargas. Disponível em: <http://saojoadelreitransparente.com.br/projects/view/957>. Acesso em: 3 fev. 2015.

Foto 7 - Foto do Beco do Capitão do Mato. Atalho entre céu e inferno na São João del-Rei colonial (S/D).



Fonte: Blog Direto de São João del-Rei.⁹

Além da seleção de exemplares arquitetônicos barrocos, privilegiados no limiar da elaboração e aplicação das políticas de tombamento, São João del-Rei dispõe e dispunha de construções que se enquadravam na estética neoclássica e eclética, manifestações rechaçadas pelos intelectuais modernistas e pelo SPHAN, por representarem a *Belle Époque* em detrimento da produção artística nacional. Ainda assim, com o passar dos anos, esses monumentos foram valorizados e salvaguardados dentro do tenso e conflituoso processo de tombamento das edificações do conjunto arquitetônico urbanístico do município. Na gestão do prefeito Cid Valério (1983-1985), momento de intensa modificação da arquitetura da cidade e de intensa modernização, porém, de forte conscientização das instituições e de parte

⁹ Disponível em: http://2.bp.blogspot.com/-hUqu7bxUT-o/UbcMPNWdaI/AAAAAAAAAC4c/rVUF6lafR10/s1600/IMG_1354.JPG. Acesso em: 15 fev. 2015. Esse beco, cujo nome se liga a uma concepção barroca referente à existência do céu e do inferno, representa uma memória viva da cidade, remetendo à fé católica. A passagem situa-se à frente do Solar de Bárbara Heliodora, conhecido como Solar da Baronesa que é, também, o Centro Cultural da Universidade Federal de São João Del-Rei.

da população acerca da preservação das edificações, foi devidamente tombado o conjunto eclético. Ele foi salvaguardado por uma lei municipal que tornou irrevogável a proteção a esse patrimônio que se situava em sua maior parte na Avenida Tancredo Neves, na Rua Hermílio Alves e arredor (DÂNGELO, S/D). Aos poucos, foi se constituindo e se protegendo o conjunto arquitetônico urbanístico do município que narra um processo histórico.

Foto 8 - Casarão eclético.



Fonte: Blog São João Alternativa.¹⁰

¹⁰Disponível em: <http://sjdralternativa.blogspot.com.br/2010/05/descharacterizacao-visual-arquitetonica.html>. Acesso em: 20 jul. 2014. Localizado no bairro das Fábricas na Rua Aldo Zelortini.

Foto 9 - Conjunto eclético e neoclássico no centro tombado de São João del-Rei.



Fonte: Blog São João Alternativa.¹¹

Essa miscelânea de manifestações arquitetônicas foi possível pelo acúmulo de capital adquirido por alguns empresários e famílias desde o século XVIII, o que propiciou o investimento na criação de bancos e indústrias no século XX (GRAÇA FILHO, 2002). Fábricas têxteis, de produção de cobre e de estanho atraíram populações de cidades circunvizinhas, adensando a demografia local e impulsionando investimentos imobiliários de feições condizentes com cada tempo e seus respectivos estilos. Desde o século XIX até a década de 1960, em São João del-Rei, desenvolveu-se indústrias e manufaturas, como a de tecidos, de estanho e o próprio comércio, que abastecia há tempos as cidades circunvizinhas e a cidade do Rio de Janeiro. Nesse período foram construídas ferrovias, edifícios, bancos que dinamizaram a economia local e, o mais importante, ascenderam grupos envolvidos com o mercado imobiliário, donos de construtoras que se colocavam na posição de modernizadores, como se a arquitetura inovadora impulsionasse a industrialização, segundo Tavares (2012), as mudanças que investidores sanjoanenses necessitavam empreender.

A cidade de São João del-Rei foi palco das disputas que se travaram entre industrialização, modificações no espaço urbano e patrimônio histórico. As seleções dos bens culturais, em comparação à contemporaneidade, foram mais restritas, e os lugares, muitas

¹¹Disponível em: <http://sjdralternativa.blogspot.com.br/2010/05/descharacterizacao-visual-arquitetonica.html>. Acesso em: 20 jul. 2014. Essas edificações de traços ecléticos situam-se no centro da cidade, mais especificamente na Avenida Tancredo Neves, ponto comercial mais visitado na cidade. Muitas casas perderam características desse estilo, foram transformadas por estarem distantes do perímetro inicial de tombamento estipulado pelo IPHAN.

vezes, fragmentados diante das mudanças arquitetônicas que ocorreram em seu entorno. No período em questão, manifestou-se uma sede de modernização e industrialização, direcionado por um grupo, em contraposição à vontade do SPHAN de salvaguardar igrejas e alguns exemplares de casarões. Jornais locais demonstram o conflito entre os que desejavam a modernização, um parque industrial para o município e aqueles, leia-se SPHAN, que iniciava seu projeto de tombamento de bens culturais cujo foco se dirigia para os exemplares barrocos e coloniais. Parte do discurso dos periódicos relaciona a paisagem barroca a um atraso econômico e social, o relevante seria a recepção de indústrias que produziriam empregos e riqueza para a cidade. Além disso, havia a incorporação do discurso sanitarista pelos expoentes sanjoanenses que desejavam a preservação tão somente das Igrejas e a supressão das edificações antigas, sobretudo os casarões, considerados por eles como estruturas insalubres que representavam um risco para a saúde pública do município (TAVARES, 2012).

Em São João del-Rei não ocorreu um processo de verticalização, todavia, houve crescimento, construção e adensamentos de outros bairros, próximos ou não do centro. O patrimônio edificado do centro, protegido pelo SPHAN, permanecera, a despeito da vontade dos construtores e industriais. Bairros que também abrigavam construções setecentistas e coloniais tiveram edificações destruídas para a feitura de novas construções que, deixadas ao desalento, esquecidas, tornaram-se depreciadas pelas marcas do tempo. O SPHAN, voltado para as construções localizadas no centro, vilipendiou inúmeros exemplares arquitetônicos em bairros distantes e periféricos, porém, com a mesma idade de existência do centro, às vezes até mais antigas. Como exemplo o bairro Matozinhos, entrada da cidade e primeiro local em que a comitiva de Tomé Portes del-Rei se estacionou e desenvolveu um povoado e uma agricultura que abasteceria locais e fazendas próximas no processo minerador. Uma obra setecentista, uma capela colonial no bairro Matozinhos, na década de 1970, foi demolida para a construção de uma nova igreja, com feições mais modernas e traços mais racionalizados. Parte significativa da população concordou com a derrubada do templo, inclusive o pároco foi grande incentivador, pois visava uma igreja que recebesse mais fiéis cuja quantidade aumentava dia após dia. O SPHAN, embora notificado do episódio, não interviu em prol da conservação da igreja do Nosso Senhor de Matozinhos, pois esta não era tombada, ou seja, não se encontrava no perímetro urbano selecionado. Hoje, a porta do templo, encontrada em uma propriedade em São Paulo, pode retornar a seu lugar de origem, depois de longo processo realizado no âmbito do IPHAN. Esse acontecimento ilustra a ideia que pretendo mostrar nesse capítulo, qual seja uma mudança de discurso e atitude em relação a patrimônios e bens

culturais que serão elucidadas linhas abaixo. O exemplo da igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos é apenas um de edificação derrubada por não se encontrar no perímetro urbano selecionado pelo SPHAN.

Edificações selecionadas, na região central da cidade, eram tombadas por seu caráter colonial que atendia a demandas e projeções da instituição. No entanto, uma parte considerável da população não desejava ter sua cidade reconhecida pelo caráter colonial, e sim pela industrialização, pela modernidade. Construções de grande “valor histórico” eram vilipendiadas, outras, tombadas e salvaguardadas; seu entorno, uma vez exposto a interferências, modificou e muito os traços coloniais da cidade setecentista.

A modernização, para os setores industriais e os investidores em imóveis deveria se limitar à constituição material e urbanística da cidade. Os costumes deveriam permanecer, e a São João del-Rei, católica e tradicional; para esses grupos, deveria permanecer nesse processo de modernização.

Evitar a implantação em nossa tradicional cidade de ideologias exóticas, materialistas e atéias contrárias à nossa formação, baseada fundamentalmente nos princípios da sã moral cristã. (...)

Urge, portanto, tomar-se a posição de defesa em prol da conservação do patrimônio moral e intelectual, que herdamos de nossos antepassados, afim de que possamos legá-lo aos nossos pósteros, senão enriquecido, pelo menos, intacto. (...)

Aceitar tais ideologias seria contribuir para aquele patrimônio, tão caro e tão precioso, viesse a perecer, pois, prestes a esboroar-se com a perigosa avalanche de modernização. (Equipe do jornal *O Correio*. Apelo às autoridades eclesiásticas, civis, educacionais e policiais. *O Correio* São João del-Rei, 19 de agosto de 1962. Manchete de capa, p.1)

Digna de figurar no mapa turístico do Brasil, esta cidade, pontilhada para a realidade satelitana advindo de contrastes curiosos e sugestivos. Sob um cenário barroco que nos transporta aos tempos da colônia, o proletariado toma caminho das fábricas de tecelagem fornecedoras da base econômica do município enquanto o garimpeiro num gesto tricentenário afunda sua bateia nos córregos circunvizinhos. A criançada já apologista do blue jeans borrija-se de água vetusto chafariz da libertação, trocando ante ele a mais moderna nomenclatura de xingamento. São João é, portanto, um tutu à mineira regado à coca-cola e tradição. (Equipe do *Jornal Diário do Comércio*. O berço de Tiradentes, São João del-Rei. *O Diário do Comércio* nº 3044, São João del-Rei, 29 de fevereiro de 1961. Manchete de capa, p.1)

O binômio hábito-memória, esta caracteriza-se enquanto passado que almeja ser lembrado, lembrado, suscetível de um esforço, um trabalho de recordação, ao passo que o hábito seria tudo aquilo que foi internalizado de tal forma que sua execução é quase espontânea em nosso cotidiano (BERGSON apud RICOEUR, 2007), não raras vezes se

contrapõe a projetos de modernização. Porém, em uma sociedade em que a mudança é proeminente; a cultura, dinâmica e diversa, como repetir os hábitos de nossos avôs, como fazer as mesmas escolhas e desejar objetos e sensações que em outro tempo eram agradáveis ou socialmente aceitas(KOSELLEK, 2006)? O fragmento do jornal expressa a cultura imaterial do município coexistindo, disputando ou convivendo com a modernidade, o operariado, a juventude. Aquilo que foi cultivado durante séculos, como o catolicismo, vive lado a lado com o moderno; a tradição e o novo se contemplam. Esse traço paradoxal se reflete na criação e implantação das políticas patrimoniais em São João del-Rei ainda na atualidade.

Hartog (1996)problematiza o fenômeno da patrimonialização que ocorreu na última década do século passado. Tomando como marco histórico a queda do muro de Berlim, o historiador reflete sobre um processo que se inicia no século XX, período de evolução das tecnologias, da crença de que algumas nações teriam atingido o ápice de seu desenvolvimento humano pelo aprimoramento da técnica. Em nome disso houve guerras e catástrofes, aniquilamento do “outro”, humilhações e provações. Os feitos e vitórias de uma nacionalidade se constroem sobre derrotas, constrangimentos e tristezas de outros grupos. Apesar da crença da ideia de progresso, o século XX amargou a monstruosidade humana que os nacionalismos e o liberalismo econômico puderam causar. A pretensa vitória do capitalismo, o questionamento do racionalismo e da superioridade da técnica, fez emergir uma nostalgia, uma saudade de um passado mais calmo, em que o tempo, pelo menos aparentemente, “corria mais devagar” e se podia fruir outros prazeres. As mudanças do espaço que preconizavam a materialidade do ideal de modernidade passam a conviver com reivindicações de objetos e ações que remetem ao passado. A museificação de edificações e de espaços e conjuntos urbanos, o excessivo aumento da patrimonialização e, como não considerar, até mesmo a vulgarização do termo, não transformaram apenas o espaço urbano, mas, também as culturas e grupos que os vivenciam. Patrimônio, na atualidade, não se refere tão somente aos artefatos da humanidade e do Estado Nacional, mas se interliga aos territórios urbanos e rurais, contemplando identidades e patrimônios locais.

Descrevo esse cenário para concluir uma percepção de preservação do patrimônio sanjoanense interligada a um ideal de modernização e de desenvolvimento, o monumento histórico selecionado era restrito e deveria estar “ambientado em um entorno harmônico”, ou seja, deveria abrigar construções inseridas em um conjunto colonial. Sua preservação ancorava-se em ideais nacionalistas em que a ideologia da miscigenação, vista na

arte barroca, cujo mito fundador é Aleijadinho, era o único objeto a ser salvaguardado, juntamente com exemplares da arte moderna em quantidades parcas. Assinalo a força de um patrimônio imaterial, dos costumes, do catolicismo, do hábito de ir à missa, acompanhar procissões, rezar em passinhos e destaco a força de conservadorismo em relação às atitudes da mulher, ao medo das ideias novas comunistas e de indícios da modernidade, esse *ethos* simbólico e cultural que se aproxima suavemente, dialoga com a tradição, mistura-se a ela ao mesmo tempo em que exala novos costumes de forma suave ou ríspida.

Esse encontro entre tradição e modernidade é cotidiano e permeia a vida dos habitantes de cidades como São João del-Rei. Mudanças na maneira de se gerir as cidades podem ocorrer de forma gradual e lenta. A partir de finais da década de 1970 e início dos anos 1980, ocorrera uma mudança de orientação em relação à preservação dos monumentos históricos do município. Acirrava-se o debate que preconizava a preservação do patrimônio arquitetônico como vantagem para cidade em uma perspectiva de turismo e geração de renda. Casarões e outras edificações que foram derrubados são lembrados como prejuízo para a memória e história da cidade, o que fortificou o discurso da preservação. Jornais locais mencionam com mais frequência as políticas de preservação do patrimônio cultural como positivas, apontam as vantagens de se salvaguardar um conjunto arquitetônico urbanístico.

O Jornal de São João del-Rei, lançado no ano de 1985, fora um veículo impresso que atendia demandas de setores da sociedade sanjoanense, bem como do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que obtinha espaço e voz privilegiada no periódico. Arquitetos e historiadores emitiam seus pareceres, convidando e sensibilizando a sociedade sanjoanense à preservação e revitalização, sobretudo do patrimônio edificado. O número de reportagens relacionadas ao patrimônio, assim como o espaço concedido às unidades de informação sobre a proteção dos bens culturais sanjoanenses, aumentara de forma substancial. Um dos fatos memoráveis que serviu de estímulo para o aumento do turismo na cidade foi a morte de Tancredo que, de acordo com unidades de informação dos periódicos, era visitado por muitos brasileiros; as pessoas rezavam e choravam no túmulo, aglutinando as vias sanjoanenses. Esse acontecimento foi transmitido pela Rede Globo e tornou a cidade mais reconhecida¹². Isso aumentou o fluxo de turistas na cidade, chamando a atenção de autoridades e de moradores para o potencial turístico do município.

¹² Para saber mais a respeito da repercussão da morte de Tancredo Neves, acessar <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/tancredo-eleicao-e-morte/o-cortejo-funebre-e-o-enterro.htm>. Mais detalhes e problematizações em: <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/morte-de-tancredo-neves-pela-tv-algumas-reflex%C3%B5es-sobre-rituais-mem%C3%B3ria-e-identidade-nacional>.

O fragmento da reportagem abaixo, enunciada *Barroco Mineiro, patrimônio e Portinari este mês no Museu*, expressa a mudança de conduta de orientação discursiva em relação à utilização e apreciação do patrimônio histórico por parte dos órgãos locais e da população. Expõe-se uma foto do arquiteto do SPHAN Sérgio Fagundes Lima da 7ª Diretoria Regional da Sub Secretaria do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que preferira a palestra intitulada “A preservação do núcleo histórico de São João del-Rei”. Vejamos o excerto:

Quatro filmes coloridos de média metragem, e duas palestras constituem a programação do Museu Regional de São João del-Rei para os sábados e domingos 7,8,14,15 de dezembro. Os filmes, três produzidos pela Rede Globo Minas, em 16 mm, e um em vídeo, da Fundação João Pinheiro de Belo Horizonte, que tem como tema o Barroco mineiro, a pintura do paulista Cândido Portinari e o patrimônio histórico arquitetônico de São João del-Rei e Ouro Preto. (Equipe do *Jornal de São João del-Rei*. Barroco Mineiro, patrimônio e Portinari, este mês no Museu. São João del-Rei, 3 a 7 de dezembro de 1985, Caderno Programação Cultural, p.3).

Além de a reportagem expor claramente o apreço pela preservação do patrimônio arquitetônico em São João del-Rei, esta evoca o parecer de um arquiteto vinculado ao SPHAN para legitimar e propiciar argumentos mais tácitos que possam subtrair pensamentos menos afeitos à temática preservacionista.

Outra reportagem, elaborada pela equipe do jornal, mais uma vez recorre ao juízo de valor do arquiteto Sérgio Fagundes Lima –o qual valoriza as circularidades culturais e o hibridismo arquitetônico do ecletismo, preservado de forma legítima a partir da década de 1980 em São João del-Rei – além de elucidar mudanças nas políticas municipais e nacionais em relação ao patrimônio edificado, analisemos:

[...] o tombamento de prédios como os da Prefeitura e vários outros ao largo do Córrego do Lenheiro, a implantação de uma lei municipal de zoneamento e uso do solo, a difusão de idéias preservacionistas nas escolas e o aumento de recursos financeiros para a preservação.

Estas são medidas defendidas para São João del-Rei pelo diretor do escritório do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) na cidade, arquiteto Sérgio Fagundes Lima ...

[...] a defesa da extensão do tombamento a novos imóveis é feita por Sérgio Fagundes Lima na base da constatação de que vários prédios de arquitetura eclética (corrente estética híbrida que, já no fim do século XIX incorporava inovações técnicas da Revolução Industrial) estão desprotegidos já que não foram incluídos no núcleo do tombamento histórico em 1928.

[...] ele considera importante as valorizações do ecletismo na cidade, em contraste com os prédios da arquitetura colonial. “Essa questão foi sempre mal vista,” observa “quando na verdade faz de São João um dos conjuntos mais belos do Brasil que as pessoas, daqui, não tem sabido valorizar”

[...] Ele manifesta expectativa, também em relação (sic) maiores incentivos fiscais do governo federal para gastos na área da preservação. (Equipe do *Jornal de São João del-Rei. Arquiteto do SPHAN defende novos tombamentos. Jornal de São João del-Rei*, São João del-Rei, 3 a 7 de dezembro de 1985. Cultura e História, p.2)

A reportagem também menciona a necessidade de se criar uma lei de zoneamento em que se delimite a área de crescimento demográfico e ocupacional do município em direção aos arredores do Tejuco e Matozinhos, poupando a integridade estilística do centro “histórico”, já que a Câmara de Vereadores rejeitara projeto semelhante no ano de 1979. Essa mentalidade de proteger o centro das “modernidades e aberrações” arquitetônicas é abraçada na cidade de São João del-Rei a partir dessa dada conjuntura, perdurando até hoje, nos jornais analisados entre os anos de 2004 e 2008, ápice do enaltecimento ao patrimônio em todas as nuances (material, imaterial, arquitetônico, integrado, móveis e imóveis, dentre outras categorias). E, não obstante, o auxílio do Governo Federal é respaldo concreto em isenções de impostos e direcionamento de recursos para tal empreitada.

Em outro trabalho, *Os jornais, a cidade, e a não cidade. Representações de São João del-Rei na imprensa local*, realizado no ano de 2008, pesquisei os três jornais locais mais importantes. O estudo possuía como recorte temporal os anos de 2004 a 2008, e os nomes dos três veículos de informação eram: *Gazeta de São João del-Rei*, patrocinada por Andreia Neves, *Tribuna Sanjoanense*, de Eduardo de Araújo Brito, filho de militares que afirma que seu jornal é apartidário, e o terceiro jornal seria o *Folha das Vertentes*, dirigido por Ancil Souza Filho, que estabelece estreitas ligações com o deputado Reginaldo Lopes.

Pesquisou-se o espaço desses periódicos direcionados à cidade oficial e à oculta, que foram categorias de análise para quantificar o espaço concedido ao “tipo” de cidade. Entende-se que a cidade oficial é representada pelo centro “histórico”; e a cidade oculta seria a periferia que, independente da distância espacial, encontra-se à mercê das políticas públicas necessárias aos cidadãos. Mais de 78% das unidades de informação foram direcionadas à cidade legal. A cidade ilegal, ou seja, a periferia, recebera tão somente 15% do total das unidades de informação no total dos três periódicos entrevistados. Quase 9% da área dos três periódicos era dedicada a reportagens que imiscuíam pautas referentes à cidade oficial e à cidade oculta. Como exemplo, podem ser citadas ações policiais interferindo na segurança desses bairros, ou a cobertura de episódios trágicos, como enchentes, muito comuns no município e que afetam grande parte da cidade, entrecortada por rios. Essas inundações causam estragos enormes em várias localidades periféricas, retirando a maior parte dos bens

daqueles que quase nada possuem. Ainda assim, é perceptível que os estragos causados no perímetro e nas construções tombados causa maior preocupação e ocupam mais espaço na área informativa desses periódicos.

Além dos jornais locais, que propiciaram uma rica análise de consistentes dados acerca do destaque do perímetro urbano oficial do município no espaço dos periódicos, outros fatores também comprovam uma mudança de orientação e atenção voltadas para o discurso preservacionista do patrimônio arquitetônico na cidade. Um deles é a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, no ano de 1998, um órgão normativo, deliberativo e consultivo. Uma de suas funções é o registro de manifestações culturais locais imateriais e inventário e tombamento dos bens culturais móveis e imóveis (PORTAL SÃO JOÃO DEL-REI TRANSPARENTE, 1999). A constituição de um Conselho mostra a preocupação de parte da população em preservar aquilo que pode ser eleito de forma mais democrática, pelos apelos desta, como patrimônio cultural.

Além da criação desse Conselho, em 2007, São João del-Rei foi homenageada como Capital Brasileira da Cultura, o que repercutiu em uma série de eventos direcionados à preservação do patrimônio material e imaterial do município. O cenário aqui explorado confirma uma mudança de conduta em relação à importância concedida à preservação do patrimônio cultural edificado. São João del-Rei é representada enquanto uma cidade digna de proteção e salvaguarda de seus bens culturais para o turismo e também para seu progresso. Ressalto que essa conduta é incorporada por distintas instituições de poder dentro da cidade, tais como: IPHAN, UFSJ, Irmandades e Ordens Terceiras, Prefeitura, Conselhos Municipais, Secretarias Municipais. As políticas nacionais de orientação de gestão das cidades repercutiram nesse município, adequando-se à realidade e às possibilidades do que a cidade oferecia como patrimônio edificado.

A preservação do patrimônio, a partir dos anos oitenta, sobretudo, tornou-se um investimento que supostamente propiciaria o bem estar para os cidadãos, tal como a industrialização foi considerada a principal forma de crescimento da renda local pelos grupos modernizadores das décadas de 1930-40. É perceptível que essa mudança de conduta, que atravessa administrações municipais distintas, é consequência de transformações na economia local, que, desde a década de 1970, começava a manifestar sinais de arrefecimento. As indústrias têxteis e de estanho, que empregavam a maior parte da mão de obra, quase todas faliram; e o parque industrial, tão contemplado pelos afeitos à “modernização”, não saíra do papel. São João del-Rei, a partir dos anos 1970, conheceu um período de recessão. A própria

Ferrovia Oeste Minas, construída no século XIX para escoar a produção da próspera cidade, foi demolida na década de 1980, cedendo lugar para a atual Avenida Leite de Castro. Essa destruição das ferrovias ocorreu em grande parte dos estados brasileiros e, por isso, é compreensível que a destruição do complexo ferroviário sanjoanense também fosse demolido e se construísse uma via pública.

De *Princesa do Oeste*, sinônimo de cidade próspera e desenvolvida São João del-Rei, torna-se, pouco a pouco, uma cidade repleta de problemas de infraestrutura, parca industrialização e um excesso de mão de obra que, dispensada pelas empresas têxteis e de produção de estanho, agora fechadas, aumentava consideravelmente o índice de desemprego da cidade. Outro problema seria a ocupação de áreas que não eram assistidas pelo poder público, agravando a situação de bairros que já possuíam situação socioeconômica precária, alguns deles são a Gameleira e as Águas Gerais, objetos dessa pesquisa. É importante frisar que essa mão de obra, que a menos de uma década migrava para a cidade de São João del-Rei, oriunda dos municípios que constituem a mesorregião dos Campo das Vertentes, em busca de trabalho, transformou-se em um lumpesinato, buscou abrigo nas periferias, tais como as Águas Gerais e Gameleira.¹³

¹³O NINJA, Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental da Universidade Federal de São João del-Rei, coordenado pelo Prof. Dr. Éder Jurandir Carneiro, durante essa década tem-se ocupado de investigar as injustiça socioambientais de São João del-Rei e cidades circunvizinhas localizadas no Campo das Vertentes. Além de pesquisar os conflitos ambientais dos bairros que constituem a cidade em pauta, esse núcleo de estudos pesquisou os entraves socioambientais das cidades circunvizinhas através de entrevistas, coleta de dados em documentação da Câmara de Vereadores, pesquisas de campo e pesquisas de jornais do município. Esses trabalhos possibilitam reconhecer a situação socioeconômica e parte da história dos três bairros pesquisados. Ressalto que todas as pesquisas foram realizadas por universitários de graduação e mestrados situados em várias universidades do Brasil, como UFSJ, UFMG, UFRJ. Além desses estudos atuais, menciona-se o período de estagnação econômica na cidade de São João del-Rei a partir dos anos 1970: CARNEIRO, Éder Jurandir; LEITE, Dayse de Souza. **A poeira dos empregos.** Mineração e conflitos ambientais em Santa Cruz de Minas-MG. Artigo de pesquisa desenvolvida no âmbito do CNPq, 2008. CARNEIRO, Éder Jurandir; LEITE, Dayse de Souza. **O barroco nas asas da modernidade.** Competição inter local e articulação das elites na cidade mineira de São João del-Rei- MG. Aeroporto, shopping center e revitalização do “centro histórico”. Artigo de projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do CNPq, 2009. CARNEIRO, Éder Jurandir; TAVARES, Dênis Pereira. **O plano diretor e a capital brasileira da cultura 2007:** estratégias de consenso e empreendedorismo urbano em São João Del-Rei/MG. [Artigo de pesquisa desenvolvida no âmbito do CNPq], 2008. CARNEIRO, Eder Jurandir. SILVA, Luis Raimundo Tadeu. **A construção de territórios urbanos de populações de baixa renda em São João del-Rei-MG:** conjuntos habitacionais do IAPI e seus entornos. Artigo de conclusão de pesquisa desenvolvida no âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFSJ, 2007. CARNEIRO, Éder Jurandir; DELPHINO, Priscilla Dantas. **A construção sócio histórica do patrimônio histórico.** Uma análise comparativa entre os jornais de 1960-1970 até a contemporaneidade. Artigo de projeto de pesquisa desenvolvida no âmbito do CNPQ, 2009. CARNEIRO, Éder Jurandir; DELPHINO, Priscilla Dantas. **Os jornais, o discurso, a cidade e a não cidade. Representações de São João del-Rei na imprensa local.** Artigo de pesquisa desenvolvida no âmbito do CNPq, 2009. CARNEIRO, Éder Jurandir; PINTO, Lucas Henrique. **Notas sobre uma experiência de extensão nos bairros Águas Gerais e Gameleira – São João del-Rei-MG.** Artigo de projeto de extensão desenvolvida no âmbito da UFSJ, 2007.

Além da decadência econômica, própria da região em questão, ocorrera o direcionamento do investimento estatal à parte central de Minas Gerais e à área conhecida como Vale do Aço, forte produtora de matérias-primas minerais que possibilitavam a industrialização brasileira, bem como a exportação para países com produção industrial. Delineio esse cenário para sugerir o que ocorria em uma perspectiva micro, centrada no contexto temporal situado entre os anos 1970 até os dias atuais (CARNEIRO, 2003).

Em 1970, tempo em que ainda vigorava uma mentalidade que interligava patrimônio a atraso, foi estabelecido na cidade o Escritório Técnico do IPHAN em decorrência da descentralização do órgão pelo país. A decisão das ações de preservação encontrava-se a cargo de cada técnico e profissional próprio do município. Nos anos 1980, o instituto adquiriu mais autonomia, pois

Na década de 1980, como consequência da reestruturação do IPHAN – sob coordenação de Aloísio de Magalhães – ocorreram alguns avanços: 1) o Escritório Técnico local consolidou uma política de preservação baseada no controle de gabaritos e preservação de visadas; 2) foi instituído o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), ampliando a gestão sob o patrimônio nas cidades “históricas mineiras” (COTA, SILVA, 2009, p.7) .

Em uma perspectiva macro, outro fator que influenciou uma mudança nas políticas de preservação do patrimônio em São João del-Rei foi a transição de um estado interventor para um estado neoliberal. Nos anos 1980, após a crise do Petróleo e a reformulação dos rumos da economia e da política, a decisão dos governos de liberar a capacidade e os domínios dos mercados para a sociedade afastava o Estado interventor do mundo dos negócios e do trabalho. Na prática, esse Estado também se eximia de sua função de elaborador e difusor de bem-estar social na crença de que os mercados, as Organizações não Governamentais, e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Ocips), materializadas por indivíduos e grupos da sociedade civil, pudessem ofertar as demandas sociais. Na década de 1980-90, é importante salientar que as medidas neoliberais no Brasil se intensificam; a partir da década de 1990, o Brasil vivia o fervor da redemocratização. Houve a ascensão de diversos movimentos sociais que reivindicavam questões que, diretamente ou indiretamente, referiam-se à tomada do espaço público e do direito de usufruto da cidade, compreendida enquanto espaço político. O contexto propiciou também a inserção do patrimônio imaterial e intangível que rememoram tradições, oralidades e rituais (FONSECA, 2006).

A constituição de 1988, além de evoluir no aspecto que se refere a direitos humanos e reconhecimento de minorias, buscava alterar o funcionamento dos planejamentos estratégicos, concedendo poder aos municípios que elaborariam seus planos diretores de acordo com sua população, possibilidades e recursos. Em cidades cuja população era superior a 20.000 habitantes, foi obrigatória a elaboração do plano mencionado. Nesse momento os municípios, desprovidos dos recursos federais, voltam-se para a captação de recursos, utilizando dos atributos das próprias cidades, sejam arquitetônicos, simbólicos ou “naturais” em prol do turismo. São João del-Rei, com uma margem de 80.000 a 100.000 habitantes, ostenta um plano diretor, elaborado no ano de 2006 que, tal como no Planejamento modernista funcionalista, só funciona para uma parte da cidade, a oficial” (MARICATO, 2000; VAINER, 2000).

O Plano Diretor também se insere nessas ações de reorientação das diretrizes de políticas urbanas no município. No entanto, percebe-se que suas premissas não são colocadas em prática nas cidades por ele orientadas. Da mesma forma que, de acordo com Maricato (2000), acreditava-se que a aplicação dos projetos modernistas por si só resolveriam os problemas da sociedade urbana, os planos diretores e sua suposta autoridade por si só colocariam em ordem os problemas de infraestrutura urbana dos municípios. Os problemas socioambientais das cidades brasileiras, sejam antigas ou mais recentes, têm como raiz de suas mazelas a primazia concedida ao grande capital imobiliário, ao agronegócio, à indústria. Enquanto o empresariado de todos os tipos representarem os únicos a intervir no espaço, podem haver planos diretores, planejamentos estratégicos que, ainda assim, a cidade será um lugar de desigualdade, bem como de mercantilização e fetichização do patrimônio cultural (BENJAMIN, 1955).

Nesse contexto neoliberal, é concedido aos investimentos privados e às empresas, um poder de interferência no espaço mais expressivo no que se refere a uma união entre governos municipais e recepção de recursos e impostos. As cidades disputam grandes empresas e corporações, que aumentarão as rendas e arrecadação das prefeituras. A prioridade do planejamento urbano reside na transformação e interferência do espaço visando à utilização de territórios múltiplos adequados a novas demandas do mercado e das organizações políticas.

Alguns trabalhos recentes apontam mudanças espaciais em cidades cujas características são semelhantes a São João del-Rei, alguns se debruçaram sobre Ouro Preto (CIFELLI, 2005), outros sobre Tiradentes (NEVES, 2013; COSTA, 2008). Esses Trabalhos apontam as consequências da aplicação de um projeto neoliberal dirigido às cidades e o papel

de mercantilização do patrimônio cultural com intuito de aprimorar e aumentar o fluxo turístico. Endossam a transformação material do território urbano e a participação do setor privado e a convivência do poder público no que se refere à teatralização e à banalização do espaço. Essa análise é muito importante para a História Urbana, para o entendimento das políticas patrimoniais, porém, uma reflexão acerca da historicidade desse processo auxilia a compreensão do espaço enquanto dinamicidade, sobreposição de temporalidades e disputas simbólicas que discorrem no tempo.

A apropriação do espaço, principalmente no que concerne aos usos e utilizações do patrimônio, decorre não só das políticas urbanas constituídas historicamente, mas, como afirma Gorelik (2003), sobretudo na América Latina, também refere-se a um substrato cultural que legitima as ações econômicas e políticas dirigidas por grupos. Somado a essas ações do Estado e dos mercados, encontra-se o aval da população que, na incerteza da mudança do espaço intermitente, da dificuldade cada vez maior de se voltar para o passado através da memória incorporada e construída, ajusta-se a tais políticas de patrimonialização e de espetacularização espacial. A mudança de hábitos e a mudança do espaço interferem na possibilidade de reconhecer e guardar identidades, o que, em contrapartida, estimula a defesa de “histórias grupais”, de memórias fragmentárias que reivindicam reconhecimento em uma sociedade multifacetada, plural e que luta pela manutenção de sua existência e de suas culturas.

O reconhecimento da historicidade do local, atingido por mudanças conjunturais e estruturais que repercutiram no espaço, possibilita reconhecer as especificidades de cada município que acata ou acatou as diretrizes de planejamento urbano ou as políticas patrimoniais. Por mais semelhanças que haja entre a mercantilização e teatralização do espaço urbano em Tiradentes, Ouro Preto e São João del-Rei ou em outros municípios, há peculiaridades que ajudam a entender porquê de a transformação de determinado espaço acontecer de tal forma, e em outro de maneira diferenciada.

Em Tiradentes, por exemplo, na década de 1970 em diante, ocorreu e ocorre um esquema nítido de gentrificação em que moradores são impelidos a se retirarem de suas localidades residenciais e de trabalho, cedendo lugar a investidores que em maioria são originários das grandes capitais do país. A manutenção de construções coloniais e a paisagem bucólica da cidade caracterizaram-na como espaço conveniente para reformas e revitalizações, transformando-se no local preferido para as gravações da programação da Rede Globo de Televisão e lugar de passeio de Ives Alves, então diretor geral do canal. Desde

então, a transformação do espaço tiradentino tornou-se cada vez mais intensa, atraindo empresários, sobretudo, para o espaço central da cidade. Habitantes que lá residiam, por pressão dos investidores, do SPHAN, ou IPHAN, foram pressionados a se retirarem para localidades mais distantes, propensas a enchentes por estarem à margem do rio que entrecorta a cidade. Sem renda suficiente para sustentarem uma reforma em suas casas tombadas, de acordo com as regras e disposições do Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional (IPHAN), esses moradores preferiram vender suas residências para investidores do Rio de Janeiro e de São Paulo que poderiam arcar com o processo de revitalização e transformação de suas residências, orientadas a serem reformadas no estilo colonial, condizente com a ambientação da maior parte de Tiradentes. Interessados na proposta financeira dos investidores, esses moradores dirigiram-se para áreas menos agraciadas pelo poder público. Hoje, Tiradentes, com sua paisagem barroca revitalizada e pastiche, caracteriza-se por um turismo caro e luxuoso que foca na arquitetura setecentista e oitocentista, na alta gastronomia e cozinha mineira, nos festivais de cinema. A população que lá vive há muitos anos, em sua maior parte, está excluída do uso daquele território que há pouco desfrutava, devido ao padrão alto de preços e custos dos produtos vendidos, devido ao número de turistas e pessoas que modificam um ambiente em que, outrora, reconheciam-se nele (NEVES, 2013).

Outro fator que ressalto refere-se ao conteúdo de violência simbólica da transformação de um espaço que visa à manutenção ou ao retorno ao passado colonial, um espaço que apetece a vista dos turistas, mas que agride o cidadão que acompanhou e viveu outro desenvolvimento, modificação da cidade, ou a falta deles. O pastiche arquitetônico que tanto encanta os visitantes representa um tempo já pretérito que, por conveniência se reapresenta, se reinventa em nome teatralização do espaço (BEREINSTEIN, 2008; TEOBALDO, 2010). Visitantes de grandes metrópoles brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, para evadirem do trânsito, do barulho e do caos, dirigem-se a lugares como Tiradentes para sentirem, ainda que seja por um final de semana, o prazer de uma vida sem poluição e a paisagem barroca envolta pela Serra de São José.

Uma pesquisa de Neves (2012) já aponta tais mudanças no território tiradentino em que moradores perderam seus locais de moradia, seus comércios, enfim, o espaço em que sobreviviam e se constituíam enquanto cidadãos, em nome da patrimonialização, da teatralização e do pastiche. Famílias e indivíduos que se dirigem a zonas marginais, próximas a rios que transbordam, foram destituídas de seus direitos individuais; as possibilidades de controle de seus destinos, limitadas pela imposição do mercado e do Estado. Suas autoestimas

e identidades ainda não foram estudadas, pesquisadas a fundo, porém, sabendo que a memória também constitui a identidade, e que lugares, segundo Ricoeur (2005), também são memória, é possível dimensionar o desrespeito pela população e o que estes podem ou devem sentir em relação a essa violência simbólica legalizada.

Esses atributos de Tiradentes, constituídos pela ausência de urbanização intensificada no município, bem como de industrialização, não provocaram a diversidade de exemplares arquitetônicos como ocorre em São João del-Rei, sempre alvo de investimentos de construtores que aplicavam estilos próprios de cada época. Nesse sentido, assinalo que, embora a tendência de mercantilização de bens patrimoniais aconteça em várias cidades do Brasil, pela influência da Lei Rouanet, dentre outras, ela se apropria do patrimônio inerente a cada localidade. Municípios dotados de um arsenal arquitetônico, imaterial ou natural, dentre outros, utilizam-no para capitanear recursos através do turismo. Porém, fica uma pergunta: e as cidades desprovidas de bens antigos, de natureza exuberante, de tradições e rituais, como se garantem, como se sustentam nessa corrida desleal pela sobrevivência de seus territórios?

Em São João del-Rei ocorreu e ocorre a mercantilização dos bens culturais, materiais, imateriais, dentre outros. Porém, seu turismo, comparado ao de Tiradentes, é menos intenso e lucrativo, sua paisagem urbana não remete ao barroco e ao colonial de forma tão intensa como no município vizinho, sua urbanização atingiu e degradou parte de seu patrimônio natural: rios poluídos, serras e morros esburacados por betas provenientes do processo e exploração aurífera. Todavia, algumas edificações, remanescentes dos surtos de desenvolvimento e de progresso presentes na história sanjoanense, conseguiram sobreviver, a despeito de tempos pretéritos em que coexistia a ânsia de desenvolvimento, industrialização e modernização – com a necessidade e imposição de preservar a arte, paisagem e memória barroca. (TAVARES, 2012). A consequência, o desdobramento desse conflito, expressa-se, dentre outras formas, na paisagem sanjoanense, composta de edificações do período barroco, rococó, neoclássico, eclético e moderno. Essa diversidade, não por acaso, expressa-se na morfologia das igrejas, edificadas em períodos longos que perpassam tendências construtivas diversas, convive com o asfaltamento das ruas, com a chegada de migrantes e visitantes. A dinamicidade do espaço, as camadas “históricas” nele presentes, embora provocassem e provoquem conflito, foi apropriada por poderes públicos e privados para a aplicação de um paradoxo um tanto envolvente que congrega o antigo/novo, tradição/modernidade, barroco/profano. A publicidade, a propaganda, o marketing dessa cidade utilizou de seus próprios conflitos para construir sua peculiaridade, seu status que a comercializa. Embora a

paisagem mais “homogênea” de Tiradentes atraia mais turistas em suas respectivas ânsias de retorno ao passado, São João del-Rei utilizou as características que possuía, visando à maior presença de turistas, maior captação de recursos, maior "desenvolvimento"; desta vez usufruindo da arquitetura que, até pouco tempo, era considerada o “símbolo” de seu atraso econômico e social.

A onda de patrimonialização presente em São João del-Rei interliga-se a um paradigma de urbanização e de preservação do patrimônio neoliberal, contemporâneo, e fatos recentes têm comprovado isso. Um deles seria a construção de um aeroporto que imantou uma quantia exorbitante de recursos para sua construção, bem como um Shopping Center, de arquitetura bem moderna, em pleno centro da cidade, coexistindo e até exigindo a demolição e descaracterização do “ambiente” e do conjunto de edificações antigas.

Portanto, o patrimônio sanjoanense, outrora ameaçado por grupos desenvolvimentistas da cidade em contraposição à ação do SPHAN no auge de seu ímpeto regulador, identificador, catalogador e de tombamentos, hoje amarga seu fracasso de industrialização; restando-lhe investir em seus bens antigos, em suas construções revitalizadas, restauradas e tombadas. Assim sendo, parte considerável dos recursos se direcionam a esse patrimônio antigo, bem como a novas construções que conferem ao município seu caráter moderno. Enquanto isso, bairros periféricos padecem com problemas de infraestrutura, saneamento, educação, transporte, ausência de comércio, de investimentos. Sobretudo se considerarmos o bairro Águas Gerais, visivelmente negligenciado pelo poder público, o que afeta diretamente a vida de seus moradores. Toda essa problematização permite-me referendar que o discurso preservacionista, seja em um paradigma urbano modernista, seja neoliberal, colabora para a criação e manutenção de uma cidade cingida espacialmente e simbolicamente. Essa cidade dual é consequência de um modelo de desenvolvimento que visa à economia e à expansão dos mercados, mais que isso, do capital.

O capital e a necessidade de sua reprodução conciliam planejamentos urbanos e tendências do mercado investidor e consumidor (HARVEY, 2005). Em grandes capitais, presencia-se a chegada de grandes empresas que se apoderam de uma mão de obra ou de matérias-primas escassas ou inexistentes em seus locais de origem. Nas cidades do interior, o capitalismo também chega, não em forma de grandes empresas multinacionais, porém, em formas de discursos globais, a própria globalização se aconchega nas possibilidades locais, reproduzindo uma desigualdade quase secular. Tais acontecimentos operam-se na esteira do silêncio, poucos reconhecem a cidade transformada em mercadoria, o patrimônio perde

expressão e áurea em nome do pastiche, da teatralização, da segregação. Muito pelo contrário, em entrevista com moradores de bairros periféricos, percebo que há um orgulho de se residir em uma cidade histórica, e eles acreditam que o turismo arrecada verbas para o município, porém, pouquíssimos entrevistados alegaram que conhecem diretamente pessoas envolvidas com essa atividade, ou seja, sobrevivendo dela.

A construção sociohistórica do discurso preservacionista, tal como a elaboração e execução de políticas patrimoniais, acompanhadas dos planejamentos urbanos subjacentes, transforma-se, traveste-se com o passar dos anos, porém, seu caráter autoritário e sua ação seletiva que segrega, persiste com o tempo. Ele se formula em consonância a projetos políticos e ideológicos, utiliza a linguagem e todos os símbolos possíveis para se legitimar, se constituir enquanto verdade ancorada em leis. Ainda que o tempo tenha aberto o leque de possibilidades de objetos a serem contemplados, alguns foram, são e serão privilegiados, em qualquer conjuntura histórica, como as igrejas barrocas.

A força da igreja católica e dos costumes por ela difundidos, presente nas mentalidades de grande parte dos moradores da cidade, por si só, conferem um poder e uma simbologia própria aos monumentos em morfologia de templos. Contudo, percebo que o monumento, enquanto documento compreendido como objeto que diz de um processo histórico (LE GOFF, 1996) é reconhecido e difundido de acordo com a história que o catolicismo e os órgãos de preservação desejam tornar pública.

Assim, de acordo com a leitura dos jornais, com o depoimento de indivíduos de diferentes idades, é perceptível uma transformação do discurso preservacionista que é compreendida caso analisada sob a ótica de conjunturas de planejamento urbanos distintas. Mais que isso, refere-se a modelos de desenvolvimento e de reprodução do grande capital, ou seja, fases distintas do capitalismo, e de como este reordena o espaço, via grupos identitários e projetos políticos e econômicos no território urbano.

Na crença de que a diversidade e a reflexão sobre a cidade, por parte daqueles que a habita é algo tangível e dinâmico e que possibilita uma ação política de transformação do espaço como local de congregação e ação, vê-se a possibilidade de os cidadãos desfrutarem do direito à cidade, e penso que o reconhecimento sobre como o cidadão recebe, apropria de seu espaço, é uma excelente arma contra a segregação territorial.

Explorando as quatro fases de constituição e representações do patrimônio cultural brasileiro para a compreensão das políticas de preservação na cidade mineira em pauta, ressalto que o recorte temporal da pesquisa permite reconhecer a transformação dos espaços citadinos em

diálogo com essa periodização. Primeiro, a Gênese do Patrimônio Cultural Brasileiro, obedecendo a óticas apropriadas de gestão do espaço entre os séculos XVI, XVII, XVIII, XIX no Brasil colônia, época de construção dos exemplares barroco/rococó, da ocupação do solo para exploração aurífera e agricultura que abastecia parte da região central do Brasil. Esse período foi responsável por possibilitar a construção de um conjunto arquitetônico que, ainda hoje, é explorado como objeto principal do turismo na cidade (COSTA & SCARLATO, 2009).

A segunda fase corresponde aos momentos de conflitos, expressos com propriedade por jornais locais entre os anos 1930-1969. É a continuação de uma fase próspera na cidade a qual ocorre a instalação de fábricas têxteis e de estanho. Essa onda de industrialização impulsionou a formação de um bairro operário, o Fábricas, e o crescimento e investimento do e no setor imobiliário, que pleiteava o domínio do espaço central e a derrubada de edificações antigas (ibidem, 2009).

O terceiro momento representa a entrada de São João del-Rei nas cidades de planejamento estratégico, no circuito das cidades “históricas” e “coloniais turísticas”, contexto de restaurações e revitalizações dos espaços. Pode-se conceber como marco temporal dessa mudança de tratamento direcionado ao patrimônio cultural a Carta de Veneza, elaborada em 1964. Esse documento propicia algumas modificações nos moldes de preservação e restauração dos bens culturais como a associação entre preservação do patrimônio cultural a planejamento urbano em que o monumento ou qualquer objeto passível de proteção possui sua valoração contextualizada a um reconhecimento cultural no interior do ambiente urbano. Os conjuntos arquitetônicos urbanísticos e todos os monumentos, a partir daí, se tornam recursos para atrair o turismo e, conseqüentemente, renda. A relevância do entorno de um dado monumento, privilegiando a salvaguarda de uma ambiência e não somente de monumentos isolados também é um ponto inovador que direcionou políticas de preservação públicas. Ademais, nos governos militares ocorreu uma descentralização das ações preservacionistas, até então dirigidas sumariamente pelo Estado, representado na figura do IPHAN. As responsabilidades seriam distribuídas nas esferas estaduais e municipais dividindo-se as obrigações do instituto que, até então, encontrava-se centralizada e ancorada, em grande medida, por uma proteção de bens culturais que visava uma identidade nacional. Essa nova maneira de se operar sobre as ações referentes à cultura e proteção de bens, segundo (Costa & Scarlato, 2009) possibilitaria a apreciação e reconhecimento de patrimônios localizados e enaltecidos nas cidades e nos estados, outrora negligenciados diante da concepção mais generalista e nacionalista do IPHAN. Caracteriza esse período uma profusão de discursos e ações que visam à preservação de

edificações que, até pouco tempo, eram negligenciadas pelo poder público, sobretudo nas esferas estaduais e municipais. É um período de modificação extrema dos territórios urbanos, o que será consubstanciado por discursos dos periódicos locais que se ocuparam de reforçar a evidência e a importância do patrimônio secular edificado no centro. Pude constatar, em iniciação científica realizada entre os anos de 2008-2009 com os jornais *Gazeta de São João del-Rei*, *Folha das Vertentes* e *Tribuna Sanjoanense*, um destaque dirigido ao centro “histórico e comercial” em detrimento de parques espaços nos jornais que evidenciavam problemas de infraestrutura em bairros periféricos e operários do município. A disposição espacial e os jornais, linguagem e estrutura de comunicação que dissipa ideologias, mais do que nunca reforçou a dualidade das cidades (*Ibidem*, 2009).

Uma adequação do patrimônio aos moldes neoliberais, às leis de incentivo à cultura, caracteriza a quarta fase, que corresponde à espetacularização dos monumentos em seus contextos. A cenarização do espaço público e, sobretudo, as transformações dos usos e apropriações desse espaço aos moldes da globalização e de um patrimônio que subjaz a identidade nacional ensejam, ascendem identidades locais e universais. O que diferencia essa fase da etapa anterior é a intensa modificação dos valores de troca e uso do espaço e das manifestações culturais que nele acontecem. Aos objetos salvaguardados são destinados outros usos e fins, distintos daqueles que remetem à sua criação em tempos pretéritos:

O conhecer sobrepõe-se ao reconhecer; antigas e novas formas e conteúdos mesclam-se (re)produzindo um patrimônio que vem perdendo o sentido tradicional, a identidade, o significado de memória, enfim, são formas destituídas de conteúdo social e histórico coletivo. O patrimônio refuncionalizado para o desenvolvimento turístico pouco guarda do símbolo do processo civilizatório brasileiro, de seu valor afetivo e cognitivo; a perda desses sentidos tradicionais mais valiosos deve-se à ação do próprio agente que o resgatou, em outro momento, o Estado, agora, *pari passu* ao mercado. (COSTA & SCARLATO, 2009, p. 30)

Ou seja, um monumento ou uma manifestação cultural, bem como um conjunto arquitetônico, além de se tornarem mercadoria, perdem o sentido original e essência em prol da cenarização progressiva e do espetáculo. Como exemplo, pode-se citar festas religiosas que ocorrem não mais somente pela devoção e pela adoração a um santo ou personagem religioso. Sobretudo em relação ao patrimônio imaterial, quando acontecem em cidades inseridas nesses circuitos culturais de cidades “antigas”, elas ocorrem para a angariação de recursos que se direcionam tanto aos grupos organizadores como também para os comerciantes e, às vezes, às

prefeituras das cidades. Quanto ao patrimônio material edificado, pode-se reconhecer revitalizações e restaurações que se desenvolvem nem sempre buscando uma semelhança com o projeto ou a construção inicial, remetendo ao tempo de origem. Em Tiradentes é reconhecido que o centro da cidade, após reformas, apresentou um conjunto em que se privilegiou a apresentação e o cenário, de modo que os pastiches na constituição do município atraem os olhos dos visitantes, dos turistas, fazendo do turismo dessa cidade um dos mais caros do Brasil. Nesse cenário de cenarização progressiva, ao bem cultural, não basta ser, é necessário, antes de tudo, parecer, sobretudo aos olhos dos turistas. Corresponder às expectativas que eles cultivam quando visitam tal cenário. De acordo com o autor supracitado, essas transformações nos usos e funções do patrimônio cultural se intensificam a partir da década de 1990.

Aqui é oportuno mencionar que Tiradentes e São João del-Rei presenciaram uma intervenção em seus espaços, transformações estas que interferem na sociabilidade dos atores sociais entre si e com os territórios em que habitam (*Ibidem*, 2009). Tais transformações referem-se ao encarecimento dos imóveis, da interferência do IPHAN na maneira como os proprietários devem cuidar de sua casa, restando-lhes, diante de tais exigências, retirarem-se de seus locais de moradia, buscando uma residência em que os reparos não tenham custos tão altos. Ainda assim, é importante lembrar que em São João del-Rei não ocorreu um movimento de gentrificação tal como em Tiradentes. O que ocorre e incomoda alguns moradores do centro são as interferências do SPHAN quando resolvem reformar suas casas e os conflitos que decorrem disso.

Em São João del-Rei, alguns imóveis restaurados e a revitalização de alguns espaços coadunaram-se à modernização do cenário urbano com um Shopping Center e um aeroporto, cujo investimento implicou gasto exorbitante de capital público e privado. Hoje esse aeroporto está desativado, não funciona, passada a febre de adequação do município ao circuito internacional das cidades, aos planos diretores e aos planejamentos estratégicos.

Quanto aos moradores e a recepção dessa construção sócio-histórica dos discursos preservacionistas, as apropriações dela possíveis, é evidente a presença de várias temporalidades dessas trajetórias de vida e de políticas de preservação. Várias sensações foram observadas, porém, a força do discurso preservacionista, embora se modifique com o tempo, é poder simbólico que salvaguarda, protege e privilegia o lugar que ostenta o patrimônio cultural da humanidade, nacional ou local. Essas fases não se separam umas das outras por total ruptura, o

que pode ser compreendido se pensarmos que, ainda hoje, as políticas de preservação carregam traços das quatro fases de construção das representações do patrimônio cultural brasileiro.

Há poucos dias, menos de um mês, ocorreu a demolição de dois casarões na Rua Ribeiro Bastos, provocando a reação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, que acionou o Ministério Público. O acontecimento foi noticiado em vários portais, sites e jornais impressos e televisivos de Minas Gerais e do Brasil. Arquitetos e profissionais do Conselho de Patrimônio já haviam alertado o proprietário para a proibição de se modificar a fachada, já que os casarões, em seus interiores, encontravam-se bem alterados. Ainda assim os proprietários optaram por derrubá-los. As edificações, ressaltado, segundo o portal G1 encontravam-se no perímetro urbano tombado, embora não fossem protegidos individualmente, inseriam-se no conjunto. A indignação dos profissionais do campo de preservação como de parte da população foi evidente, expressa em redes sociais e rádios locais, como se mostra no trecho de uma reportagem de um portal da Rede Globo:

A presidente do conselho, Ruth Nascimento, disse que aguarda providências. “Esperamos que a Justiça faça a reconstituição do que existia para mostrar que São João Del Rei é protegida pelos seus poderes, tanto judicial como municipal, e do conselho também. Mostrar que realmente nós temos leis para serem cumpridas”, explicou. [...]Uma moradora disse ainda que ficou triste com a demolição. “Eu fui criada aqui e moro aqui há muitos anos. Isso é um absurdo porque dizem que a rua é tombada”, afirmou. (PORTAL G1, 31 de julho de 2014¹⁴)

Na abordagem do Portal da Rede Globo, G1, é informado que os imóveis se encontravam em área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o que foi desmentido por um jornal local, o *Gazeta de São João del-Rei*. Outra reportagem do periódico sanjoanense, confirmou a indignação de Conselheiros do Patrimônio, a busca pela punição dos proprietários, porém, o texto emite um parecer do IPHAN que afirma que as construções não eram e nem se encontravam ancoradas em instrumento de tombamento.

Ruth afirmou que a intenção é de que o imóvel fosse reconstruído. “Entramos em contato com o promotor Marcos Paulo Miranda, que nos atendeu prontamente. Agora a decisão compete ao Ministério Público, mas para nós o imóvel deveria ser refeito”. Posicionamento distinto ao de Miranda, que não vê essa possibilidade como

¹⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2014/07/mp-investiga-demolicao-de-casaroes-antigos-em-sao-joao-del-rei.html>. Acessado dia 17 de agosto de 2014.

solução. [...]“Entendo que nesse caso a hipótese é remota, porque estaríamos criando um falso histórico. Seria apresentar uma coisa nova como se fosse antiga. É o que chamamos de ‘fachadismo’ e essa não é uma medida adotada em casos de destruição total. Quando se tem uma destruição parcial, com elementos ainda existente, faz-se o que se chama de ‘anastilose’, misturando o velho com o novo”, explicou o promotor, lembrando que de qualquer forma aguardará o laudo técnico. “Tudo depende do parecer dos peritos. Mesmo assim, pela nossa experiência, entendemos que a reconstrução das fachadas é algo improvável, desprovido de qualquer valor. Ali, muito mais do que a fachada, havia as técnicas construtivas, o adobe, os materiais originais. Isso infelizmente se perdeu”.

Iphan

O escritório técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Belo Horizonte informou, por e-mail, que os casarões não estão inseridos na área de tombamento do instituto, mas caso o proprietário tenha a intenção de edificar o espaço, o projeto deve ser encaminhado para análise e aprovação do órgão, que indicará os parâmetros para construção. (GAZETA DE SÃO JOÃO DEL-REI, 2 agosto de 2014)¹⁵

Foto 10 - Foto dos casarões demolidos no centro da cidade de São João del-Rei.



Fonte: Foto do jornal Gazeta de São João del-Rei, 2 de agosto de 2014.¹⁶

A reportagem do jornal local demonstra que o conflito entre os órgãos e instituições, que desejam preservar, e os proprietários, que possuem a vontade de modificar a sua propriedade, neste caso o imóvel, de acordo com o IPHAN, não era tombado, é algo atual e ocorre mesmo após o término da chamada “idade de ouro do IPHAN”. Na realidade, a difusão do discurso preservacionista nos últimos anos tem surtido efeito na população citadina, embora seja sempre possível encontrar opositores ou moradores e proprietários dispostos a enfrentar a instituição e suas normas. Ou até mesmo a comunidade, ou parte dela, que internalizou a necessidade de

¹⁵Disponível em: <http://www.gazetadesaojoaodelrei.com.br/site/2014/08/duas-casas-do-centro-historico-sao-demolidas/>. Acesso em: 17 ago. 2014.

¹⁶Disponível em: <http://www.gazetadesaojoaodelrei.com.br/site/2014/08/duas-casas-do-centro-historico-saodemolidas/>. Acesso em: 22 de ago. 2014.

preservação trabalhada em domínio público e privado nas últimas décadas. É importante frisar que mais uma vez o IPHAN não interferiu na demolição desses imóveis por não se localizarem em área tombada.

Não tive acesso a nenhuma reportagem em que encontrasse declarações dos proprietários em que esses justificassem os motivos para a derrubada do casarão. A demolição desses casarões ou de estruturas arquitetônicas antigas, em perímetro “possivelmente” tombado no centro da cidade, ocasiona uma comoção midiática e popular considerável. Essa cidade tombada, ou próxima do perímetro resguardado, possui uma atenção, um zelo, que a população não cultiva pelos bairros Águas Geraise Gameleira. O discurso preservacionista e sua difusão direcionam a população no sentido de se identificarem com o centro, pois lá abriga a história de “todo sanjoanense”. A oferta de serviços, a presença das mãos e ações da prefeitura propicia ao cidadão um exercício de apropriação daquele território, nem sempre realizado, porém, incentivado pela sociedade. Assim, parte dos cidadãos se ocupa de cuidar daquele território enquanto desconhecem o bairro Águas Gerais e Gameleira, suas belezas e seus problemas de infraestrutura, pois é pouco frequentado pelos sanjoanenses.

O trabalho mostrará que discurso preservacionista, considerando todo o processo e constituição que ele possui, enraizou-se em parte da população local, nem sempre aliado à concepção de cidadania, de emancipação, de se considerar a cidade como um todo e cada bairro possuidor de um potencial que pode ser tornar patrimônio cultural ou mesmo local digno de cuidados pelo poder público. Além do discurso escrito e falado, considero a cidade também como uma linguagem que revela e sugere um centro detentor de privilégios, não só por ser patrimônio, mas por ser a área de comércio, lazer e, sobretudo, por possuir cuidados do poder público. O passante, ou “praticante do espaço”, ao observar, ao viver a dinâmica espacial que existe no percurso que vai de sua casa até o centro, pode observar, sentir que seu bairro é diferente, seu espaço distinto.

Assim, considero que todos os paradigmas de planejamento urbano e as ações de preservação do patrimônio edificados deles decorrentes são contribuintes da formação de uma cidade cingida espacialmente em uma perspectiva material e simbólica.

Essa cidade ainda busca sua identidade “a construção de seu marketing” nesse circuito competitivo das cidades em disputa por seus recursos. Existe a imagem de uma São João del-Rei próspera e tradicional, moderna e antiga. Porém, será que os moradores de territórios periféricos compreendem, concordam com esse paradoxo difundido por grupos locais? Ou será que eles percebem e desejam somente uma dessas cidades, a moderna ou a tradicional? O que é

perceptível é que o discurso preservacionista é hegemônico, porém, a cisão das várias São João del-Rei, a convivência com a cidade oculta servem de leitura crítica para parte dos entrevistados, esse discurso é ressignificado. A cidade moderna ou tradicional, preservada ou modificada, desconhece e não dialoga com a cidade oculta.

2. HISTÓRIA ORAL, HISTÓRIA DOS BAIRROS E OS CONCEITOS DE LUGAR, TERRITÓRIO, ESPAÇO, PAISAGEM

2.1 A História Oral e a pesquisa historiográfica

A História Oral, dentro do arcabouço teórico metodológico da produção historiográfica, tem adquirido destaque e credibilidade principalmente a partir dos anos 1970 no Brasil. Sua notoriedade e aplicação são consequências de uma série de transformações que ocorreram na epistemologia das Ciências Humanas. Essas mudanças, primeiramente, distinguem-se de um modelo de produção do conhecimento histórico, originário no século XIX, e que ainda vigora nos ambientes acadêmicos em que o documento, a fonte primária impressa e, sobretudo, escrita, seria considerada o suporte ideal para a consulta e pesquisa por parte do historiador.

Esse modelo rankiano jamais consideraria a fala, a oralidade como documento histórico por diversificadas razões. A primeira refere-se à ausência de objetividade da fala, objetividade esta almejada por historiadores positivistas e por todos os estudiosos que confiavam tão somente no documento escrito. Na oralidade, estaria intrínseca uma subjetividade que comprometeria o rigor metodológico e o distanciamento do pesquisador sobre o tema, o que, segundo o modelo rankiano, garantiria a idoneidade de uma pesquisa, produzida à revelia do pensamento pré-concebido do pesquisador, que tinha como função a observação de seu objeto e nenhum envolvimento subjetivo com ele. Outra razão seria a primazia do fato histórico e do personagem histórico na narrativa historiográfica: os grandes acontecimentos, como guerras, domínios de Estados Nacionais sobre outros povos, morte de líderes de Estado documentadas. Isso contrasta com uma das prerrogativas da História Oral que possibilita conferir voz aos esquecidos, aos oprimidos, ao homem comum que relata uma cotidianidade, e não um fato excepcional.

Um traço muito próprio dessa metodologia é seu caráter interdisciplinar e seu suporte que orienta e dialoga com a Sociologia, Antropologia, a Psicologia Social e outras áreas. Segundo Thompson (2000) a História Oral, seja como disciplina ou metodologia, é capaz de propiciar novos olhares para temas e conceitos que se adequam à visão de vários saberes. Para o sociólogo, em uma concepção sucinta de uso dessa metodologia, são importantes os aspectos que remetem a pensamentos originados de uma mentalidade estrutural construída na

e pela sociedade. Ao antropólogo, importa reconhecer as peculiaridades que possuem certos grupos ao construírem suas alternativas de sobrevivência e vivência no espaço social. Para um historiador, é relevante a percepção temporal de uma fala, a evocação de uma memória, seja individual ou coletiva. De certo que cada área do conhecimento considerará suas prioridades e seus questionamentos ao utilizar o método, contudo, segundo o autor supracitado, o que torna a História Oral rica e proveitosa é a capacidade que ela possui de explicitar, por intermédio da memória e da própria vivência do presente, aspectos sociais e psicológicos do entrevistado. Isso seria um caminho para compreender a formação subjetiva através da cultura.

O pesquisador, ao adotar essa metodologia, pretende não somente cobrir uma lacuna no que se refere a documentos escritos sobre atores sociais inseridos em classes e grupos não mencionados na produção da História tradicional. Ela possibilita, bem mais que a fonte escrita, perceber o papel, as chances que tiveram os oprimidos, explorados ou excluídos de orientarem e constituírem sua própria história como possíveis interventores em seus contextos sociais (Etienne, 1998). O reconhecimento do trabalhador e das minorias étnicas e de gênero, a partir da eclosão de movimentos sociais em toda a década de 1960, no Brasil e no mundo, incentivaram a pesquisa sobre as reações de grupos oprimidos. O estudo das reivindicações relacionado a eles foi possível pela aplicação da História Oral, uma vez que aqueles que atuam e escrevem sua história são os mais gabaritados para esclarecerem e falarem sobre suas próprias vidas.

Falar com os vivos é, sobretudo, posicionar-se, mostrando, também, o posicionamento do outro. O pesquisador que seleciona a História Oral como metodologia, principalmente quando objetiva um grupo considerado oprimido ou injustiçado, deve destacar as impressões de mundo dos esquecidos. Ele deve também levantar uma bandeira que é política, desconstruir um discurso hegemônico que transcende o fator descritivo e analítico da pesquisa, atingindo, de forma leve ou intensa, a subjetividade do profissional.

Uma crítica dirigida à História Oral refere-se à veracidade dos relatos do entrevistado, que pode mentir ou omitir alguns fatos, exagerar e conferir um heroísmo às suas ações. Caso cultive alguma antipatia ou sentimento de vingança sobre uma pessoa ou um grupo, pode-se destacar os defeitos de uma instituição ou de um indivíduo ao se narrar os fatos. Entretanto, essa seletividade daquele que fala pode ser contestada, considerando-se que a evocação da memória pode manifestar emoções e lembranças que não são controladas pela racionalidade do depoente. Nesses momentos em que a subjetividade e as emoções afloram, o entrevistador desfruta do acesso a informações únicas que oferecerão um diferencial para o trabalho

(AMADO, 1997). Essas e outras possibilidades, que de fato podem ser agravantes para uma pesquisa mais idônea, ameaçam, também, a interpretação das fontes escritas, que podem ter sido produzidas em um contexto de exageros, relatos falsos e, por que não, também muito influenciada pelas ideologias.

Manusear ou ouvir uma fonte, escrita, pictórica, arquitetônica ou oral, depende incansavelmente do bom senso do historiador, que deve dispôr-se a questionar sua fonte incessantemente e selecionar, na feitura e na análise de seus dados, aquilo que possui mais chances de ser verdadeiro e coerente. Verdade essa que deve ser compreendida de acordo com os gestos, os sentimentos e as expressões das pessoas em consonância com as histórias, os espaços de vivência dos entrevistados.

Essa cautela, que deve estar presente no ofício do historiador quando trabalha com a fonte escrita ou oral, para Janaína Amado (1997) e Delgado (2003), não é uma questão de metodologia, mas de ética. A partir do momento em que o historiador resolve falar com os vivos e não somente com os mortos, ele deve se responsabilizar pelas consequências daquilo que será publicado e lido pelo público atingido. As informações processadas podem interferir na vida do entrevistado, da família e das pessoas e grupos que, com ele, convivem.

Hoje, grande parte dos historiadores compreende a metodologia de História Oral como uma fonte ou uma ferramenta de grande valia na análise da tessitura das relações sociais. Estas, que, em uma medida significativa, ocorrem no espaço urbano, sejam periferias, centros, ou qualquer lugar que abrigue um patrimônio cultural. Assim sendo, nessa pesquisa, considero a fala dos entrevistados, dos cidadãos, a ferramenta ideal para refletir acerca da recepção das ações e discursos preservacionistas por parte cidadãos que ostentam um conjunto arquitetônico urbanístico de construções e estilos antigos, sobretudo o Barroco. É também analisando as narrações e exposições orais do habitante sanjoanense, que se poderá detectar a evolução e as transformações desse discurso ao longo do tempo (ibdem, 1997).

Ademais, considero o espaço urbano e a arquitetura de uma cidade mensagens e metáforas que exalam, constituem, através de sua linguagem intrínseca, relações de poder ancoradas em materialidades e em expressões simbólicas. Acredito que os indivíduos e grupos constroem suas personalidades e trajetórias, apropriando-se subjetivamente da cultura, e é oportuno mencionar que discursos hegemônicos aliados a uma arquitetura que perdurou no tempo são internalizados pelos passantes, transeuntes e praticantes do espaço. Contudo, apropriar-se dele significa que algo externo a sua vivência tornou-se próprio e ressignificado. O cidadão, por ser sujeito de sua própria história, é capaz de emitir e de elaborar um juízo de

valor sobre os bens considerados patrimônios culturais. Reflete-se sobre sua relação com um edifício, sobre o significado que se cultiva por um bem cultural, sobre o sentido e a necessidade dessa preservação. Além dessas reflexões, o sujeito histórico, o praticante do espaço, cultiva memórias sobre a cidade e seus monumentos, bem como de seu local de moradia e, mais que isso, a relação desse patrimônio com seu espaço de vivência.

Embora a dissertação elucide o conceito de memória com mais propriedade no terceiro capítulo, este trecho pretende-se sintetizar o conceito e relacioná-lo à utilização da História Oral. Michael Pollack (1997; 1989), endossando as proposições de Maurice Halbwachs, afirma que a memória é um fenômeno coletivo e grupal. Isso implica na proposição de que memórias são construídas em consonâncias e semelhanças entre as coletividades mais variadas. Além disso, é importante mensurar que a memória é um misto de negociação e conflito entre aquela que é individual e outra, considerada coletiva.

O uso da História Oral em trabalhos contemporâneos tem se debruçado mais intensamente sobre os aspectos conflituosos e tensos das memórias (ROSAS, 2009). A ascensão das memórias dos excluídos e marginalizados, endossadas e consideradas como “memórias subterrâneas” contrastam com a versão mais homogênea e agregadora da memória e da História oficial. Enquanto a memória oficial se constrói sobre pressupostos de união, semelhança e nacionalidades, as memórias subterrâneas ancoram-se no aspecto desarmônico de uma elaboração que suprime as diferenças, as desigualdades e as perdas em sua formalização. A memória, distintamente do que propunha Halbwachs, é encarada com uma construção e não somente como um fato social. Daí a importância de se aprofundar nos mecanismos de constituição e formação das memórias, questionar sobre a sua legitimidade e duração ao longo dos anos e, principalmente, reconhecer a sua dinamicidade realizada pelos grupos sociais que a construíram.

A memória, seja individual ou coletiva, é seletiva e origina-se de uma construção social. Muitos são os aparatos urbanos, concretos e abstratos, que constroem e delineiam memórias. A própria disposição arquitetônica urbana, os grupos que utilizam o espaço e o reutilizam com o passar dos anos, os acontecimentos que aglomeram pessoas, as ideias e pensamentos expressos no espaço, formulam memórias. Ecléa Bosi (1983), Halbwachs (2006) e Meneses (2010) convergem no sentido de que lugares são constituídos de memórias que auxiliam na construção das memórias coletivas e individuais. Lugares, para esses autores, são suportes de memórias.

Ao considerar oportuna essa observação, questiono: se lugares comuns podem guardar lembranças e recordações, formular memórias, imagine os lugares de memória (NORA, 1993)? Os monumentos antigos, além de representarem edifícios especiais, dignos de rememoração, ancoram-se no discurso preservacionista para se revestirem das representações que os elevam a obras de arte que produzem a memória. Esse constructo social foi utilizado para a reafirmação da memória coletiva de legitimação do Estado Nacional brasileiro. Portanto, as entrevistas pretendem também analisar de que forma ocorre a apropriação dessa memória coletiva, nacional, em contraposição à memória individual ou grupal, considerando, por exemplo, as memórias construídas nos lugares e as pessoas que caracterizam seu bairro, seu local de moradia. Memórias que se desenvolveram em um tempo, em uma história e em um discurso que se modificaram.

A utilização da História Oral tem sido uma grande aliada para a rememoração de recordações e identidades construídas no espaço urbano. Ela transforma os objetos em sujeitos e concede informações sobre as lutas cotidianas dos indivíduos inseridos nos bairros e localidades de estudo (FORTUNATO; RUSCHEINSKY, 2004). Por intermédio da fala dos cidadãos e da evocação da memória construída pela cidade, pode-se dimensionar se o conjunto arquitetônico urbanístico de São João del-Rei é lembrança e referência para moradores que residem em bairros diferentes. A memória cultivada, construída com o aparato arquitetônico secular que separa, ou uma memória que une em contraposição às memórias elaboradas em suas localidades. É importante frisar em quais circunstâncias e momentos essas memórias se encontram.

Por esse trabalho se ocupar de um tema específico, que é a recepção do discurso preservacionista, ele pratica uma modalidade de História Oral, que é a temática. Essa maneira de praticá-la caracteriza-se por privilegiar um assunto específico na condução da entrevista. Essa delimitação dirige-se também à fala do entrevistado, que é diferente da prática da história de vida, em que o entrevistado é livre para recordar e dizer detalhes sobre sua trajetória. Isso, de maneira alguma, quer dizer que deve haver interrupções, polimento ou contenção da fala. Porém, o entrevistador deve, de forma educada e cortês, incentivar o retorno ao raciocínio ou ao sentimento do indivíduo para o assunto em pauta, pois há um roteiro, uma demanda a ser cumprida. Ademais, mesmo que se execute uma História Oral temática, sempre serão lembrados aspectos da história de vida do entrevistado, que podem relatar proximidades com o tema selecionado (ALBERTI, 2001; BONI, 2013).

Isto posto, considero e utilizo as fontes orais e a metodologia da História Oral não como algo complementar à fonte escrita, mesmo utilizando-a. Nesse trabalho, as fontes escritas é que complementam a palavra falada, a voz. A opção por essa metodologia, bem como o reconhecimento da fala enquanto fonte histórica e documento, impelem a várias indagações e ao estabelecimento de uma atitude ética diante do entrevistado e na condução da pesquisa. Por isso, escolhi os bairros a serem pesquisados pela situação socioeconômica e pela aproximação com o centro: no caso, os bairros Águas Gerais e Gameleira. Pelo histórico industrial e operário selecionei a localidade chamada Fábricas. Escolha que se justifica pelo fato de serem considerados dois locais distintos, com características arquitetônicas e urbanísticas diferenciadas que produz, acredito, em seus moradores, opiniões próprias acerca de seu espaço de vivência e dos patrimônios culturais dispostos na cidade.

Após a escolha dos bairros, concluiu-se qual seria o perfil dos entrevistados, que foi definido como o mais variado possível em relação a gênero, idade, categoria profissional, religião e grau de escolaridade. Homens e mulheres enxergam a cidade com olhares distintos; idades diferenciadas permitem-me reconhecer a evolução do discurso preservacionista ao longo dos anos e sua recepção. Profissões variadas podem proporcionar usos distintos do espaço urbano e formular percepções favoráveis ou contrárias acerca do sentido e da valorização do patrimônio cultural. A religião interfere e muito na construção de um juízo de valor sobre o conjunto arquitetônico e urbanístico, principalmente quando se entrevistam católicos e protestantes.

Para compreender a diversidade de recepção dos discursos, deve-se considerar a diversidade dos atores sociais entrevistados. A primeira divisão do perfil de entrevistados, pelo próprio intuito da pesquisa de observar a evolução sócio-histórica do discurso por intermédio de sua recepção, será a idade. Pretendo entrevistar pessoas da adolescência até a terceira idade. A segunda divisão será por gênero, pois a visão da cidade e do patrimônio histórico é encarada de forma diferenciada por homens e mulheres, o que foi percebido na realização das entrevistas. As mulheres, ao falarem de seus bairros, lamentavam e reivindicavam serviços e lazeres distintos daqueles almejados pelos homens, o que será abordado nos capítulos que apresentam depoimentos. Ao todo serão 31 entrevistados, respeitando essas variações de perfil. Por meio dos relatos, observarei outros traços dos entrevistados, tais como: religião, perfil socioeconômico, grau de escolaridade, engajamento político e social, traços que auxiliem na compreensão do que eles possuem sobre o discurso preservacionista.

Optei por visitar as localidades, realizar uma observação sobre o local, das residências, da topografia, da limpeza das ruas, do asfaltamento das vias e outras características que dizem respeito à qualidade de vida dos moradores. A escolha dos entrevistados foi aleatória, o que se justifica pelo desejo de não me render a um pensamento prévio que pudesse influenciar na opção por um morador o qual eu já esperasse sua opinião, podendo reafirmar a hipótese do projeto ou esboço do tema de minha dissertação. O único ator social que foi procurado por nome e pela profissão foi o vereador Gilberto, um representante da comunidade na Câmara Municipal.

Foi elaborado um roteiro constituído de algumas questões que orientaram o diálogo com os moradores. O que não quer dizer que a conversa entre pesquisador e entrevistado ficou engessada nessas indagações. São apenas proposições que desejam incitar uma reflexão acerca do tema proposto, porém deixando o depoente expressar-se livremente, exprimindo sua visão de mundo sobre o patrimônio cultural arquitetônico e também sobre o que se percebe a respeito de sua localidade de moradia.

Busquei, sempre que possível, evocar a memória do entrevistado sobre o conjunto arquitetônico urbanístico antigo e sobre o bairro de residência do entrevistado. Indaguei a respeito de momentos vividos em ambos os espaços, as lembranças e recordações que são cultivadas neles e por eles.

Orientei os diálogos no sentido de encontrar sinais das mudanças e transformações do discurso preservacionista ao longo dos anos. Sobretudo àquilo que se relaciona com a dissipação desse discurso na vida escolar e social dos moradores.

Os depoentes foram entrevistados e, de antemão, avisados que seus relatos seriam utilizados para a construção de uma pesquisa que visava compreender a maneira pela qual os moradores daquela localidade percebiam, enxergavam o patrimônio arquitetônico abrigado no centro. Após a finalização da pesquisa, retornarei a campo e repassarei, aos moradores desses bairros, os resultados e as conclusões adquiridas com o estudo. Também pretendo oferecer, à prefeitura e ao Conselho Municipal de Patrimônio e ao IPHAN da cidade de São João del-Rei, um exemplar dessa dissertação.

Após recolher os depoimentos, iniciei o processo de transcrição, fase árdua que remete à atenção intensa na voz do entrevistado, a escutar novamente, e de maneira focada, frases e palavras que decifram nosso objeto e preenche as informações necessárias na construção do que se propõe. O ato de ouvir novamente o depoente propicia uma audição mais apurada, distinta daquela praticada no ato da gravação, já que, de certa forma, preocupa-se em coletar e

guardar. Isso contribui para que alguns detalhes importantes da fala do entrevistado, de sua narrativa, passem despercebidos, o que pode ser recuperado no ato de ouvir as entrevistas e transcrevê-las.

Os relatos foram transcritos na íntegra e exprimem uma linguagem popular, não acadêmica, utilizada no dia a dia. Essa coloquialidade existe em minha fala e na fala dos moradores e demonstra faces de uma vida comum, de suas impressões sobre os objetos do espaço de moradia e do centro. Além de expressarem o que os homens pensam sobre os objetos, a linguagem revela apropriações culturais, termos próprios de grupos profissionais e classes sociais. Ademais, considero esse aspecto da cotidianidade, do reconhecimento de tudo que é usado em um viver diário, um dos diferenciais da metodologia de História Oral. Os indivíduos falam e se expressam através da linguagem usada no convívio diário e, desse modo, expõem traços muito intrínsecos e subjetivos que formam as identidades culturais desses moradores (MATOS; DE SENNA, 2011).

Esse procedimento metodológico, segundo Sandra Pesavento (2005), é oportuno quando se deseja empreender um estudo sobre a história de uma cidade. No espaço urbano, embora se expressem o passado e o presente por intermédio de seus objetos antigos e novos e também pelos velhos e novos usos que deles se faz, existe um aspecto das cidades que é sensível, simbólico, situa-se no plano dos discursos. Não só de materialidade vive uma cidade, ela se constitui dos pensamentos, das ideologias das construções culturais, sociais que são históricas.

Esse é um procedimento de definição de um pertencimento, composto não apenas pelos registros do mundo material, dados a ver, tangíveis, à disposição do passante, como também daqueles advindos do esfera do imaterial, depositado na memória, nas tradições, na rememoração das vivências passadas, no mundo das coisas ditas. Ou seja, para o resgate da memória e da história de uma cidade é preciso convocar e recolher registros de uma outra época, testemunhos e traços de diferentes naturezas, que possam dar conta das transformações do espaço urbano no tempo. (PESAVENTO, 2005, p. 3)

Observar a cidade de São João del-Rei possibilita agregar e analisar conjuntamente as fontes arquitetônicas, os testemunhos orais e os jornais de várias décadas. Todas as fontes trabalhadas para a produção desse estudo contribuem para a decifração de tempos, discursos e ideologias, porém, os testemunhos permitem uma visualização do plano subjetivo do grupo ou do indivíduo que cedeu sua fala, sua versão dos fatos.

As fontes escritas são os jornais locais, que foram analisados em um período de dois anos: *Gazeta de São João del-Rei*, *Tribuna Sanjonense*, *Folha das Vertentes*, *Diário do Comércio*, *O Correio*, *A Comunidade* e *Jornal de São João del-Rei*. Ao todo, foram pesquisados mais de 600 jornais, quase 3000 reportagens foram lidas e, 2521 fichadas e catalogadas. A análise do conteúdo dos jornais visava compreender as transformações do discurso ao longo dos anos, bem como as relações de poder que favoreciam a preservação do conjunto arquitetônico urbanístico ou reações de setores da sociedade que não eram favoráveis à salvaguarda deste patrimônio. Esses documentos, é importante frisar, referem-se às opiniões das elites – grupos abastados de capital econômico e cultural – acerca desse patrimônio, no que concerne aos seus interesses e intervenções no espaço.

2.2 Território, paisagem e espaço. Pequeno histórico e quadro socioambiental dos bairros Águas Gerais, Gameleira e Fábricas.

O homem caracteriza-se como um ser social que vive e trabalha transformando a natureza e a materialidade que se encontra à sua volta. No exercício do trabalho, no ato de produzir dos homens, a história se faz, torna-se real. Esse raciocínio pressupõe a importância do lugar, do espaço na construção do processo histórico, pois esse se consubstancia pelo uso dos recursos localizados no território (MARX, 1968; SANTOS, 1997; CAMPOS, 2008). As matérias primas, as edificações erguidas, os usos e as conformações espaciais são elementos constituintes da formação da construção sócio-histórica do discurso preservacionista.

A Geografia subsidia a História no que se refere a uma adequação dos conceitos de espaço, território, paisagem e de lugar. Primeiramente, discorrerei sobre o conceito de espaço, que possui, como uma de suas características, a dinamicidade, a mudança contínua de seus traços ao mesmo tempo em que ostenta elementos do passado. O espaço seria ruptura e tradição em convivência, expressão de momentos harmônicos e conflituosos entre os seres humanos representados pelas construções, vias e monumentos produzidos.

Para Milton Santos (1997), o espaço representa o cenário em que ocorre a História, porém, mais do que isso, corresponde a um lócus de vivência e ações de homens e grupos, ou seja, uma possibilidade real de transformação da sociedade, embora limitada no que tange à participação do homem comum e sua corporeidade. Milton Santos aponta que as

decisões sobre as transformações espaciais partem das grandes corporações, dos governos e, também, de instituições financeiras. Possuem o capital econômico e cultural que conduzem e financiam as interferências espaciais, ao mesmo tempo em que legitimam ideologicamente as transformações por eles realizadas.

Entendido também como sistemas de objetos e ações, o espaço é intrinsecamente dialético e contraditório, pois os sistemas de ações concretos são incorporados pela linguagem e pelos símbolos, que são representações de grupos que disputam seu lugar no mundo. Esses objetos, que podem ser naturais ou artefatos da mais alta tecnologia, influem decisivamente no sistema de ações de modo que o sistema de objetos e o sistema de ações estão intimamente imbricados.

Sistema de objetos e sistema de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 1997, p. 52)

Pensar o espaço por intermédio do raciocínio de Milton Santos, pressupõe a consciência de que o homem faz uso da natureza, dos recursos e dos objetos que esta dispõe. E na vivência cotidiana com esses objetos e com novas necessidades, os homens criam novos objetos. Porém, novas necessidades são criadas a partir da produção de novos artefatos, e essa relação entre necessidades materiais, cultura, pensamento não é somente de subordinação, porém, de diálogo e de trocas constantes. Na sociedade tecnológica, informacional e de consumo, os objetos e as tecnologias se desterritorializam, sendo apropriadas por culturas e costumes diversos. Assim, novas tecnologias, ao possibilitarem novas maneiras de se viver o cotidiano e de se adiantar trabalhos e serviços, são aceitas e emolduradas por outras culturas. Porém, as tecnologias, muitas vezes compradas, importadas de países desenvolvidos, criam uma relação de dependência e subordinação em relação aos países importadores. Junto às tecnologias, também é incorporado um *modus vivendi* que tende a convencer e adequar pessoas e usos à maneira que lhe convém, o que, para este autor, representa a face cruel da globalização.

O patrimônio cultural edificado, arquitetônico, considerado enquanto elemento do espaço e sendo ele mesmo o espaço, carrega as contradições e o mal-estar latente de se posicionar como local suscetível de interferências provenientes do mercado e de ações centradas no planejamento estratégico. São artefatos privilegiados, por deterem uma história

que almeja representar, de acordo com o discurso do IPHAN, os bens culturais que remontam à identidade e história do brasileiro. Falo especificamente das construções barrocas, neoclássicas, ecléticas e outros estilos que hoje são selecionados como passíveis de proteção do Estado.

A partir da elucidação que problematiza o espaço como construção histórica que desenha um presente e apresenta resquícios de um passado, os entrevistados formulam suas maneiras de observação do patrimônio edificado a partir das relações que estabelecem com os sistemas de objetos e ações que se encontram no espaço. Esse espaço corresponde a seu bairro e aos usos que o homem faz dos outros espaços citadinos. Dependerá também do acesso a instrumentos intelectuais e esclarecedores que o sujeito possui para interpretar a si mesmo e o mundo (ZANIRATO, 2009; ARANTES, 2006). Para a transformação do espaço, em consonância com uma ação política, o homem deve ter a consciência e reconhecimento dele e de sua capacidade de ação em sua corporeidade no mesmo. O acesso à informação, no atual estágio de desenvolvimento das relações econômicas e sociais, implica repensar o lugar das redes sociais, da mídia impressa e televisiva na análise e no entendimento dos homens acerca de seu espaço de vivência. O que requer uma reflexão sobre o sentido dos “lugares” e dos usos que os atores sociais fazem do espaço e a propaganda e o marketing que um discurso hegemônico realiza sobre um mesmo local. Ou seja, mais especificamente, questiono se os espaços enaltecidos como representantes da memória e identidade nacional, quais sejam, as edificações antigas tombadas e salvaguardadas de São João del-Rei, são localidades reconhecidas e memoráveis para moradores de bairros operários e periféricos.

Meneses (2010) diferencia usos possíveis dos espaços, sobretudo aqueles considerados patrimônios culturais, e alerta para utilizações e representações dos chamados bens culturais, pouco democráticas e excludentes. Esses aspectos residem na capacidade que o turismo e o preservacionismo possuem de modificar os usos possíveis do espaço pelos atores sociais que o frequentam cotidianamente.

Michel de Certeau (1994) também considera o espaço dinâmico e, tal como Milton Santos, acredita na possibilidade de transformação da sociedade por via das modificações e transformações nele ocorridas. A possibilidade de os homens transformarem o espaço, no exercício de sua vivência e a partir do entendimento sobre ele, fazem dos atores sociais sujeitos de sua própria história, ainda que exista a dominação e a hegemonia de alguns grupos e representações. Essa capacidade de mudança se faz na vivência efetiva do espaço e do entendimento que se possui sobre ele, o que é possível através da consciência de seu lugar e do

exercício de uma cidadania. Assim, todas as maneiras possíveis de se entender o espaço são válidas, embora nem sempre consideradas pela maioria das ações e políticas públicas a ele referentes e à proteção e tombamento dos bens culturais. A cidade é um palco muito diverso para, por intermédio de algum monumento, ou paisagem, representar todos os seus cidadãos.

O espaço seria, enfim, esse misto de materialidade, vida e energia em constante transformação que presencia as lutas, acordos, conquistas e perdas dos vários grupos que formam a sociedade. A compreensão do espaço, como o homem enxerga seu lugar no mundo, depende do contato, da vivência e da liberdade que ele possui de frequentar, experimentar e intervir. Embora Milton Santos (1997) aponte para o poder desigual que incide sobre ele, dividido entre os diversos segmentos da sociedade, Michel de Certeau (1994) aposta na vivência do espaço, na compreensão deste pelos homens como ferramenta indispensável para a transformação do mundo.

Junto do espaço, encontra-se a paisagem, que seria a materialidade que vemos no presente, um conjunto de objetos que, na realidade, narram uma história, um porquê de tal conformação. Na realidade, a paisagem possui a capacidade de reunir objetos diferenciados e conduzi-los a uma experiência comum no cotidiano. A paisagem seria uma parte do todo, caso pensada dentro de um processo histórico, representa a consequência de um processo. Os objetos, que nela estão, têm a capacidade de deixar os transeuntes e passantes à vontade em sua caminhada e em seus afazeres, uma vez que possuem intrinsecamente um caráter de continuidade, por abrigarem elementos naturais e edificações que se tornam parte dos objetos guardados no inconsciente e consciente dos cidadãos por estarem em um dado espaço anos e anos (SANTOS, 1997).

Espaço e paisagem são conceitos que se assemelham. A paisagem é composta por elementos materiais, objetos e toda conformação concreta que a constituiu historicamente, aliada ao movimento dos homens que passam e habitam, os sinais de trânsito, as fachadas, os prédios vivos no presente. Para alguns autores, a paisagem representa o encontro do tempo com espaço (SILVA, 2013¹⁷; SILVA, FONSECA, 2006). O espaço seria a materialidade, as formas aliando-se, acoplando-se à vida, às ações e aos feitos humanos neles. Ambos são conceitos que esmiúçam aspectos da vida social, embora nem sempre espaço e paisagem dialoguem e estabeleçam acordos. Cabe ao profissional de Ciências Humanas diferenciar esses conceitos.

¹⁷ALVES, Regina Helena Alves. Dinâmicas de uma paisagem congelada. Texto apresentado em encontro do Núcleo de Estudos Urbanos da Universidade Federal de Minas Gerais no dia 14 de agosto de 2013.

A paisagem existe, através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, *no momento atual, uma função atual*, (grifo do autor) como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sobre diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual. (SANTOS, 1997, P. 85)

Portanto, paisagem, espaço e tempo, para um historiador, são fontes riquíssimas de análises. Isso quer dizer que um monumento constituinte de uma paisagem não pode e nem deve ser considerado fora de seu contexto social dentro de um processo histórico.

A paisagem se aproxima e se assemelha ao que Michel de Certeau (1994) entende por lugar. O lugar seria o conjunto de aspectos físicos e concretos que conferem estabilidade e duração a uma localidade. Seriam um múltiplo de posições de objetos, construções, vias, ou seja, a constituição e conformação espacial. O espaço seria o lugar dotado, ocupado pelas ações pensadas, programadas, dos homens, que propiciam um melhor aproveitamento e vivência da configuração material. Esse movimento do lugar, realizado pelos homens, segundo esse autor, deve ser um objeto de análise constante do historiador, uma vez que possibilita e contempla uma reação dos grupos aos hábitos legais e culturais que lhe são impostos. Dessa forma, De Certeau explorou profundamente a temática espacial, sobretudo das cidades, e aconselha o historiador a observar com atenção os movimentos e deslocamentos espaciais. O ato de caminhar, para esse historiador, representa uma metáfora de como as pessoas, encontrando uma realidade à sua frente, podem transcender os limites que lhe são impostos e derrubar barreiras, atravessar fronteiras, interferir e se apropriar do espaço. Essa compreensão da realidade espacial permite entender o poder de invenção e resistência dos homens, e o espaço é o lugar em que se pode ler com clareza uma luta cotidiana (OHARA, 2012; REIS, 2013).

Para compreender a história e a atual situação socioambiental e econômica desses bairros, desses lugares e espaços, muitos termos, conceitos, são introduzidos em minha linguagem. Quando concebo o bairro Águas Gerais como território e como lugar é porque ambas as possibilidades são plausíveis. Quando se pensa em território, não é raro compreender esse termo como pertencimento a uma fronteira física nacional, que possui língua e signos que o fazem ser reconhecido. O conceito de território existiu, por muito tempo, interligado ao conceito de Estado Nacional, pois referendava limites próprios atrelados a uma identidade. Hoje, o conceito de território incorpora escalas de análise menores,

sobretudo considerando-se a ideia de conflito pelo espaço, que é concebível não somente em uma pátria ou país. As disputas pelo espaço ocorrem intensamente, fazendo de lugares, territórios que demarcam distinções e não semelhanças. Dessa forma, o território citadino, e as transformações espaciais que nele decorrem, tem despertado o interesse e o entusiasmo de investigação de geógrafos e historiadores, o que foi fruto de uma evolução e de uma dinâmica do conceito que envolve mais de cem anos de abordagem (SANTOS, 1997; VALVERDE, 2004).

Essa conceituação ajuda-nos a compreender de forma mais pormenorizada as interferências espaciais ocorridas na formação dos bairros, as atuações e ações dos grupos moradores, de atores sociais do capital imobiliário e das autoridades e seus recursos municipais.

2.3 Histórias dos bairros Águas Gerais e Gameleira.

Para se aprofundar na história desses bairros, dentro dos limites de trabalhos e documentações possíveis, é oportuno mencionar a importância da história local e regional dentro da produção historiográfica. À semelhança da História Oral, a História Local ou regional tem sido uma abordagem e uma possibilidade polêmica na historiografia. Um dos primeiros pontos, considerado delicado nessa prática, é a possível subjetividade do historiador, o que pode provocar um olhar enviesado a respeito dos eventos que ocorrem em uma localidade enfocada. Outro entrave seria o caráter elitista e diletante de alguns memorialistas, historiadores e outros escritores que, ao narrarem um contexto histórico, podem deduzir e inferir dados através de uma visão própria de mundo que privilegiem sua família, seu grupo. Ou seja, é perigoso que um olhar atento a uma trajetória própria escreva uma história local baseada nela e, assim, faça da história local ou regional uma narrativa particular. É necessário esclarecer que esse quadro que questiona a validade profissional e legítima da história oral é diferente do que ocorre na França, que há muito tempo já realiza essas pesquisas e que possui há séculos experiências sociais de comunas (Correa, 2002).

Tal como a História Oral, a História Local ou regional é consequência de uma evolução, um movimento de possibilidades de escrita da História que se iniciou em 1929, em que se rompe com o modelo que se debruçava sobre a história nacional e suas fontes escritas e

do universo político. A partir desse período abriram-se caminhos e objetos que remetem a uma cotidianidade, ao convívio entre grupos, a interações sociais e hábitos que não se enquadram a um modelo de história nacional e política. Outro aspecto interessante dessa modalidade de estudo reflete-se na importância que ela atribui ao estudo do espaço e nas transformações sociais, políticas e econômicas que nele incidem, produzindo um devir, uma história (BURKE, 1992;).

Para a educação e o ensino de história, a história local e regional possui um papel proeminente, segundo Carvalho (2007). Elas possuem a capacidade de conferir importância à vivência do aluno, a elementos e eventos de seu espaço que têm uma importância para ele e para o mundo, haja vista que as histórias local e regional sempre dialogam e são fruto de um contexto que é global e nacional.

Nesse trabalho, sobretudo em relação aos bairros Águas Gerais e Gameleira, a História Oral será imprescindível para se construir a história local e, longe de desejar construir um pensamento que se ancore na história das elites, anseio e busco expressar parte do universo daqueles que possuem, no dizer de Thompson (2001), uma narrativa baseada em uma história “vista de baixo”, reconhecendo os poderes e relações simbólicas às quais os oprimidos e desassistidos estão submetidos. Entretanto, somente estes podem relatar as formas e maneiras pelas quais reagem, resistem e estabelecem acordos que propiciem uma transformação, que lhes sejam favoráveis, de seus lugares materiais e simbólicos. E, o mais encantador da história local e regional é a possibilidade de reconhecimento de fatores, apropriações, ou seja, identidades que são locais, elevando essa abordagem não somente como legitimadora de uma história nacional como também universal .

Um olhar voltado para o regional ou local promove a compreensão das peculiaridades e singularidades que devem ser analisadas à luz de contextos maiores, porém, respeitando-as enquanto realidades de lugares específicos (DONNER, 2012; BARROS, 2013).

A formação de um bairro é fruto de um processo de disputas e de encontros entre grupos diversificados. Primeiramente, devem-se considerar os proprietários da terra, sejam eles a Prefeitura ou qualquer cidadão, dos lotes que poderão ser ocupados. Por outro lado, há aqueles que pretendem comprar, ocupar e construir em terrenos que podem atender ou não aos anseios das famílias ou indivíduos que viverão em uma determinada localidade. A ocupação de um lugar, realizada de forma regular ou ilegal, será analisada sob a perspectiva de conflito territorial urbano. Esse conceito pretende transcender a compreensão do uso do espaço e dos recursos naturais como possíveis problemas “ambientais”, uma vez que o uso do território e

dos recursos nele situados é realizado de forma desigual por grupos e indivíduos. Assim sendo, responsabilizar toda a sociedade pelos impactos ambientais ocorridos no espaço, ou no território, oculta um quadro cruel da sociedade capitalista, qual seja, a desigualdade social e a má distribuição de renda e do espaço, como parte integrante do processo de destruição e de exaustão do meio ambiente e dos recursos naturais (ACSERALD, 2010; CARNEIRO, 2009).

Essa desigualdade dos recursos, de apoio e da infraestrutura, a qual as populações têm acesso no território urbano caracterizam diferenças substanciais entre os vários bairros e territórios que formam uma cidade. Essas disparidades são fruto de um processo histórico e influem de forma significativa no cotidiano e na vivência dos moradores. É consequência de um passado e de um presente em que imperam o descaso ou a assistência dos poderes municipais, a interferência de investidores do setor imobiliário, um dos maiores responsáveis pela especulação e valorização de determinadas localidades citadinas, e o descaso por outras áreas habitadas, porém, desassistidas. Isto posto, é oportuno mencionar que a formação dessas duas localidades se caracteriza por uma ocupação realizada por moradores de baixa renda que, impossibilitados de adquirir terrenos e lotes em áreas de ocupação regular, ou seja, habitadas com o conhecimento e aval da Prefeitura, dirigiam-se para esses locais. Esse quadro confirma a proposição de que o acesso à terra, à casa própria, é preterido em relação aos detentores do capital e da especulação imobiliária, que possuem as áreas mais adequadas para a habitação e usufruto no solo urbano. Essa situação de desigualdade é compreendida como um conflito entre aqueles que possuem a posse e propriedade dos terrenos e aqueles desprovidos das mínimas condições de sobrevivência, tal como o acesso à moradia. Situação essa que os colocam em lugares ilegais, insalubres, desassistidos e, não raras vezes, em áreas de risco.

Pesquisar a constituição desses bairros é tarefa difícil, caso se atenha somente a documentos escritos. O fato de o povoamento das localidades constituir-se de forma irregular, à margem do planejamento urbano, contribui para a ausência de fontes nas Prefeituras e Câmaras. O que justifica um apelo à memória dos moradores para a compreensão da formação do bairro. Outra fonte que ofertou informações importantes, relacionadas à sua constituição, foi parte do projeto de extensão, “Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização comunitária em São João del-Rei – Minas Gerais”. O trabalho buscou reconhecer os conflitos socioambientais de várias comunidades de São João del-Rei, a mobilização popular e a vivência de uma cidadania que contempla uma perspectiva local e regional. As três comunidades analisadas foram contempladas nesse projeto, e as informações sobre as

duas primeiras localidades foram coletadas entre os anos de 2006-2009 pelo NINJA¹⁸-UFSJ, por intermédio do projeto “Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização nos

¹⁸ O Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA), inaugurado e em prática desde o limiar dos anos 2000, até o ano de 2015 apresentou esses dados que contemplam até o ano de 2012. Após essa data foram realizados, pelo NINJA/UFSJ, mais de 25 projetos ou programas de pesquisa ou de extensão que envolveram investigações e relatórios finais acerca da formação de bairros sanjoanenses de classes populares e respectivas populações. A seguir, a lista completa desses projetos. Pelo **Programa Infra-Estrutura Para Jovens Doutores (Edital FAPEMIG 005/2004)**: em 2004, “Conflitos e processos de apropriação das condições naturais: (in)justiça ambiental e a comunidade do bairro São Dimas (São João del-Rei – MG)”. Pelo **PIBIC-CNPq**: em 2005, “Conflitos e processos de apropriação das condições naturais: (in)justiça ambiental e a comunidade dos bairros IAPI e Vila Nossa Senhora de Fátima (São João del-Rei – MG)”; em 2006, “A construção de territórios urbanos de populações de baixa renda em São João del-Rei – MG: conjuntos habitacionais do IAPI e seus entornos”; em 2007, “O barroco nas asas da modernidade - competição interlocal e articulação de elites em São João del-Rei: aeroporto, *shopping center* e ‘revitalização’ do Centro Histórico” e “O Plano Diretor da Capital Brasileira da Cultura: estratégias de consenso e empreendedorismo urbano em São João del-Rei”; em 2008, “A sedução do patrimônio histórico: de ‘entreve’ a ‘alavanca’ do desenvolvimento de São João del-Rei (MG)?”; em 2009, “A construção sócio-histórica do ‘patrimônio histórico’: um estudo comparativo de jornais sanjoanenses da década de 1960 e da contemporaneidade”; pelo **PIBIC-FAPEMIG**: em 2005, “Conflitos e processos de apropriação das condições naturais: (in)justiça ambiental e a comunidade do bairro São Dimas (São João del-Rei – MG)”; em 2006, “Justiça ambiental e processos de construção de territórios urbanos: o caso da vila Brasil (São João del-Rei – MG)”; em 2007, “A construção social do ‘risco ambiental’ em territórios de classes populares em São João del-Rei – MG”; pelo **PIBIC-FAPEMIG/JÚNIOR**: em 2004, “Caracterização sócio-econômica da população do bairro São Dimas – São João del-Rei/MG”; em 2005, “Caracterização sócio-econômica da população do bairro São Dimas – São João del-Rei/MG” (continuação) e “Desigualdades ambientais em São João del-Rei: o caso da vila Nossa Senhora de Fátima”; em 2006 - “Processos de construção de territórios urbanos de classes populares: o caso do bairro Águas Gerais (São João del-Rei – MG)” e “Processos de construção de territórios urbanos de classes populares: o caso dos bairros vila Brasil e Novo Bonfim (São João del-Rei – MG)”; em 2007, “Processos de construção de territórios urbanos de classes populares: o caso dos bairros Águas Gerais e Gameleiras (São João del-Rei – MG)” e “Processos de construção de territórios urbanos de classes populares: o caso do bairro Senhor dos Montes (São João del-Rei – MG)”; em 2008, “Diagnóstico dos movimentos associativos de São João del-Rei – Região Alto das Mercês/São Dimas” e “Diagnóstico dos movimentos associativos de São João del-Rei – Região Grande Tejuco”; pelo **PIIC-UFSJ**: em 2007, “A Construção Social do ‘risco Ambiental’ em Territórios de Classes Populares em São João del-Rei –MG: Saneamento básico” e “Conflitos ambientais e processos de construção de territórios urbanos: o caso do bairro Senhor dos Montes (São João del-Rei – MG)”; em 2008, “Os jornais, o discurso, a cidade e a não cidade: representações de São João del-Rei na imprensa local” e “Racismo ambiental e expropriação territorial em São João del-Rei (MG): o caso do Residencial São Caetano”; pelo **PIBEX-UFSJ**: em 2004, Projeto de Extensão: “Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização comunitária no bairro São Dimas”; em 2005, Projeto de Extensão “Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização comunitária no bairro São Dimas” e Projeto de Extensão “Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização comunitária Vila Nossa Senhora de Fátima”; em 2006, Programa de Extensão “Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização comunitária em São João del-Rei – MG” - bairros Águas Gerais, vila Brasil e São Dimas; em 2007, Programa de Extensão “Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização comunitária em São João del-Rei – MG” - bairros Águas Gerais, vila Brasil, Cidade Nova e São Dimas e Projeto de Extensão Justiça ambiental e ações de mobilização comunitária no bairro Senhor dos Montes - São João del-Rei (MG); em 2008, Programa de Extensão “Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização comunitária em São João del-Rei – MG” - bairros Águas Gerais, Gameleiras, Cidade Nova, São Dimas, vila Brasil e Novo Bonfim; em 2009, Programa de Extensão “Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização comunitária em São João del-Rei – MG” - bairros Águas Gerais, Gameleiras, Cidade Nova, São Dimas, vila Brasil, Novo Bonfim e Senhor dos Montes; em 2010, Programa de Extensão “Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização comunitária em São João del-Rei – MG” - bairros - vila Brasil, Novo Bonfim, São Dimas e Cidade Nova; em 2011, Programa de Extensão “Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização comunitária em São João del-Rei – MG” - bairros - vila Brasil, Novo Bonfim, São Dimas, Cidade Nova e Senhor dos Montes; em 2012, Programa de Extensão “Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização comunitária em São João del-Rei – MG” - bairros - vila Brasil, Novo Bonfim, São Dimas, Cidade Nova e Senhor dos Montes (em andamento).

bairros Gameleiras e Águas Gerais no município de São João del-Rei (MG)”. A prática extensionista nessas localidades visou ao entendimento da situação socioambiental do lugar, aos conflitos territoriais e urbanos nele presentes e, o mais importante, ao reconhecimento da capacidade de organização social dos habitantes, haja vista a omissão da prefeitura e dos representantes políticos em relação àquela parte do município. É muito comum que, em localidades desassistidas pelo poder público, desenvolva-se uma ação popular em forma de organizações que, por vias próprias ou por exigências direcionadas ao poder público, adquira melhorias infraestruturais para os moradores. Assim, o projeto de extensão objetivou não somente a descrição de um quadro social da comunidade, mas também buscou atuar junto à população, incentivando a reativação da Associação de Moradores e de outras formas de organização comunitária. Esse reavivamento da participação social ativa na localidade foi delicado e trabalhoso, pois, segundo orientadores e bolsistas, era latente um total descrédito com a vida política, já que os representantes e as autoridades municipais, historicamente, comparecem ao local para fazer campanhas e promessas que não são cumpridas. Para uma elucidação do quadro socioambiental das áreas, é oportuno a princípio demonstrar, ainda que resumidamente, a formação do bairro e sua história.

As histórias desses dois bairros se entrelaçam devido à proximidade das duas localidades. A área possui ocupação antiga, que remonta à época da exploração do ouro. Embora a ocupação em áreas de mineração fosse proibida pelas autoridades reinóis, como à margem esquerda do Córrego do Lenheiro, as pessoas já residiam por aqueles arredores desde o período colonial (BRUGGER, 2007; GAIO SOBRINHO, 2001; CARNEIRO & PINTO 2006). Outro sinal que sugere uma ocupação desse tempo seria os resquícios e ruínas de um muro de pedra, em que se assentavam os dutos responsáveis por conduzir a água que nasce na Serra do Lenheiro até os locais em que se executava a mineração, construídos por escravos. Carneiro & Pinto (2006) afirmam que a ocupação se adensa a partir de 1940. De acordo com relatos de moradores, bem como o trabalho de pesquisa e extensão do NINJA, nos dois bairros, a ocupação daquele terreno se intensifica a partir da década de 1950.

P. Antes de a senhora vir aqui pras Águas Gerais onde a senhora morava?

D. Eu morava no mesmo bairro. Aqui, no Tejuco.

P. Vocês consideram o Tejuco e aqui tudo a mesma coisa?

D. Inteiro.

P. Ah, como se fosse tudo... Ah tá!

D. Hoje eu moro aqui, Águas Gerais, antes eu morava no Tejuco, mas lá em cima. Hoje eles chamam de Vila São Bento.

P. Então a senhora com oito anos morou na vila São Bento e depois a senhora veio pra cá?

D. Com oito anos eu vim pra cá. (Trindade da Conceição Rocha)

O relato dessa antiga moradora revela que, primeiro, ela considera e considerava o Tejuco como parte de um território maior que acoplava as Águas Gerais e Gameleira. O Tejuco compreende uma grande área que se localiza em direção à Serra do Lenheiro. Área ocupada desde a exploração do ouro, esse conjunto de bairros é constituído de uma população heterogênea no que se refere a grau de escolaridade, profissão, renda *per capita*. Todavia, nessa zona territorial, há inúmeras áreas marginalizadas e desprovidas de recursos municipais e de políticas públicas. A maioria das casas apresenta-se com fachadas modestas, com visíveis necessidades de acabamento, manutenção. É visível a necessidade de reformas nas casas e no bairro como um todo.

Os bairros Águas Gerais e Gameleira são constituintes dessa parte carente do Tejuco. Dona T. C. R afirma que se mudou para o bairro no final da década de 1950, deslocando-se de outra parte do Tejuco para o Águas Gerais. Carneiro (2009) menciona que a partir da segunda metade do século passado, com o crescimento populacional da cidade e com um encarecimento de áreas que circundam o centro alguns moradores, tal como Dona Trindade, retiraram-se do Tejuco e se afastaram para um território há muito tempo ocupado, porém, pouco povoado até então. Outros moradores habitavam cidades próximas e se deslocaram para a cidade de São João del-Rei em busca de emprego.

P. Nascida em SJDR?

D. Não, eu nasci em Passavinte, também, Minas Gerais.

P. Quando a senhora se mudou para Gameleira e em quais bairros a senhora morou antes?

D. Eu morava aqui na rua Santo Antônio né, primeiramente eu morei ali na General Osório, depois nós nos mudamos para o centro da cidade, em depois eh, voltamos viemos aqui para a rua Santo Antônio , aí eu me casei em 94 que foi quando eu vim morar aqui. (Dona Conceição, professora, 48 anos)

P. A senhora é nascida em São João del-Rei?

D. Carangola.

P. E quando a senhora se mudou pra São João del-Rei

D. Tem 27 anos.

P. Por que a senhora se mudou pra São João del-Rei?

D. Por que aqui era mais fácil de viver, né?

P. E senhora veio pra trabalhar?

D. Meu marido que veio trabalhar. (Maria Sueli, do lar, 66 anos)

P. Você é nascido em São João del-Rei?

D. Sou.

P. Cê sempre morou aqui nas Águas Gerais?

D. Sempre. (Sr José, servente de pedreiro, 42 anos)

P. Você é nascido em São João del-Rei?

D. Sou, sou daqui.

P. Você nasceu aqui nesse bairro sempre morou aqui?

D. Haram...sempre morei aqui. (Robson, auxiliar de topógrafo, 25 anos)

O depoimento de Dona Conceição confirma a saída de uma cidade relativamente próxima, Passa Vinte, em direção a São João del-Rei. A moradia em localidades próximas ao centro foi relatada por ela, bem como o fato de ter residido na Rua Santo Antônio, até se casar e se dirigir para o bairro Gameleira. Observe que seu trajeto confirma a retirada da moradora de áreas próximas ao centro, que só valorizaram e encareciam, em direção à sua comunidade atual.

Dona Maria Sueli saiu de Carangola, cidade localizada no sul de Minas, acompanhando seu marido que estava em busca de emprego. Ela relata que, em São João del-Rei “era mais fácil se viver”; o que endossa a imagem da cidade como propiciadora de melhores possibilidades de emprego e sobrevivência. Ela residiu na comunidade “Barro Preto” para posteriormente se dirigir para o Águas Gerais. Há também aqueles que sempre residiram no local, tal como Robson e Sr. José. Dona Dinara também, desde que nasceu, vive nesse bairro.

Foto 11 - Casas e serras do bairro Águas Gerais.



Fonte: Elaborada pela autora, 27 de julho de 2014.¹⁹

Dona Trindademora há 53 anos no Águas Gerais e seu depoimento foi muito importante por presentear-me com detalhes do cotidiano de pessoas que conviviam com ela. De origem humilde, ela relata que sempre trabalhou, desde criança, como cozinheira e doméstica. Quando perguntei sobre os locais e as casas nas quais ela trabalhou, esta se lembrou, em primeiro lugar, de uma casa do centro, na Avenida Tiradentes. Casou-se, teve quatro filhos e sempre foi ativa nas ações que visavam a melhorias na qualidade de vida dos moradores do bairro.

P. Qual o grau de escolaridade da senhora?

D. Só até a quarta série.

P. Qual a profissão da senhora?

¹⁹ Casas do bairro Águas Gerais, algumas de alvenaria. A Serra do Lenheiro localiza-se atrás das residências e, em tempos de chuva forte, esses morros, essa serra, provocam uma tensão nos moradores, devido à possibilidade de desabamento.

D. Doméstica, dona de casa. Tem muito tempo, mas já trabalhei muito em casa de família. Muitos anos.

P. E qual foi esses bairros que a senhora trabalhou? As casas ficavam em quais lugares?

D. A primeira vez que eu comecei a trabalhar com 12 anos era na Avenida Tiradentes.

P. Ah, tá. Mais ali no centro mesmo.

D. Isso. Fui pro Rio, trabalhei muito lá também, depois eu fui pra São Paulo, meu filho é de lá.

Outro depoimento que aponta para uma ocupação que se intensifica a partir da década de 1950 é o relato de Dinara Maria de Jesus, de 44 anos. Dona de casa, doméstica, profissão também executada por sua mãe, tal como Dona Trindade, já trabalhou no centro da cidade, porém, é moradora do local desde que nasceu. Afirma que conheceu várias pessoas, assim como sua mãe, que já residiam na localidade há décadas.

A senhora nasceu em São Joao del-Rei?

D. Nasci. Nasci lá no hospital.

P. E a senhora sempre morou aqui nas Águas Gerais?

D. Sempre. Eu moro aqui desde pequena, desde criança assim, desde que eu nasci.

P. Desde quando você nasceu? Ah, interessante, você vai me ajudar muito. No caso a senhora foi à escola, estudou?

D. Estudei até a 3º série.

P. E a senhora conhece um pouco da história sobre esse bairro? Como as pessoas foram vindo pra cá?

D. Ah, assim, foram, assim, a maioria do pessoal já morreu, né? Eles contam que na época minha aqui não tinha luz, era escuro, a gente usava lamparina de querosene...
(Dinara Maria de Jesus)

Se Dona Dinara menciona que antigos moradores, há quarenta anos, relatavam memórias sobre o bairro, mencionavam a ausência de luz elétrica e, levando em consideração que ela nasceu nos anos 1960, é porque alguns moradores, adultos nos anos 1940, já residiam naquelas localidades, pois já narravam histórias, eventos e cotidianidades sobre esse lugar.

O depoimento de uma moradora que reside na Gameleira há mais de 50 anos, também fortalece a hipótese de que a ocupação do bairro se intensificara entre os anos 1940-1950.

P. Me fale um pouco do porquê de a senhora ter se mudado pra Gameleira e quando que foi, o ano?

D. Minha filha, eu tô com a cabeça tão ruim e tem tanto tempo, que eu não me lembro quando eu comecei a morar aqui, não me lembro o ano.

P. Mas já tem muito tempo né?

D. Sim, tem muitos anos, minha filha mais velha está com 57 anos.

P. E ela já nasceu aqui?
D. Nasceu no Rio de Janeiro.
P. E ela veio pra cá novinha?
D. Novinha.
P. E ela veio direto pra Gameleira?
D. Sim, pra Gameleira. (Dona Judith)

É perceptível que esse adensamento populacional dos dois bairros ocorre ao mesmo tempo em que aumenta a densidade habitacional de São João del-Rei de forma ampla devido ao crescimento econômico e da industrialização. Parte considerável desses moradores veio das zonas rurais, outros se dirigiram de outros bairros em busca da construção da casa própria e com o intuito de não mais pagar aluguéis. Outros vieram de cidades próximas, menores, em busca de empregos. Se a filha primogênita de Dona Judith tem 57 anos e se mudou para o bairro muito “novinha”, é possível que essa senhora tenha se mudado para o bairro em final dos anos 1950.

A formação e a existência desses bairros, desses espaços no tempo, e o crescimento deles, à mercê da legalidade e das políticas urbanas municipais, contribuíram para suas legitimações enquanto lugares excluídos, escondidos, desnecessários para o conjunto da cidade. O relato dos moradores exprime a dificuldade de se viver sem o apoio e atenção das autoridades municipais e, o desabafar sobre os anseios e os desafios dos moradores, ajuda na construção não somente da história do bairro, mas também do entendimento da atual configuração e situação desses lugares. Expressam também qual o papel dos moradores em uma funcionalidade urbana, os quais representam uma mão de obra barata e útil na amplitude do conjunto urbano.

Começamos por relatar um dos grandes problemas dos habitantes dos dois bairros, sobretudo do Águas Gerais. Esse absurdo refere-se à ausência de uma rede de água e esgoto tratada, o que era amenizado anos atrás com a utilização e aproveitamento do córrego que recorta essa localidade. Vejamos o depoimento das duas moradoras:

P. A senhora lembra quando colocaram luz aqui?
D. Quando colocaram assim, a data certa, num sei não, mas a minha mãe ainda era viva, e essas pessoas assim de idade diz que quando elas veio pra cá já tinha luz, depois foram falecendo e já aqui era bem feio, bem escuro. Nós tudo lavava roupa, vasilha aí nesse corgozinho.
P. Ah, no córrego.
D. A gente tomava banho, lavava roupa, vasilha, a minha mãe pegava trouxa de roupa na cidade pra poder vir lavar ali, e era assim, ela vivia assim, a gente vivia assim, de roupa de fora, trabalhando lavando roupa de fora pra poder...

P. E utilizando o corregozinho.
D. É, aí depois começaram gente novo aí e começaram a jogar esgoto dentro do córrego tudo, aí acabou,
P. Aí não teve como continuar...
D. aí acabou tudo, só falta água aqui.
P. Costuma faltar água aqui?
D. Costuma, principalmente na seca. Essa nossa água vem lá de cima lá (a entrevistada aponta para a serra do lenheiro). Ali, lá daquele alto daquela serra lá e quando falta água, todo mundo aqui, as casas inteirinha, desde lá de cima até lá em baixo, a gente passa sacrifício com água aqui. (Dona Dinara)

Enquanto a população utilizava o córrego como solução para o uso diário da água, os moradores não se queixavam. Com o passar dos anos, o pequeno rio foi invadido, e os dejetos orgânicos e inorgânicos, jogados no leito e no interior dele. Não se poderia utilizar a água que foi poluída pela população, que sujava o rio não por comodismo ou falta de higiene, mas pelas necessidades e urgências de ações urbanizadoras, que muito demoraram ou nunca foram materializadas. Porém, no bairro Águas Gerais, ainda hoje a água é motivo de preocupações por parte dos habitantes e de descaso no que concerne à prefeitura, tal como é relatado no depoimento de Dona Trindade:

D. Não tinha, era estrada de chão, era trilho, não tinha rua. Não tinha luz, era lamparina e água a gente pegava nas mina.
P. E onde tinha mina aqui perto?
D. Tinha ali na frente.
P. Onde, pro lado da Gameleira?
D. Não, sabe ali onde você atravessou uma primeira ponte, ali, seguindo, tinha uma mina. Quando não era ali, era outra mina perto ali da igrejinha Santa Rosa de Lima.
P. E, como fazia, usava o balde e a água dele pra tomar banho, arrumar as coisas?
D. Era assim, a água que dava na mina era só pra gente tomar, banho...a gente praticamente pegava a água do córrego que era limpo...
P. Ah, o córrego era limpo?
D. Era limpo, não tinha rede de esgoto, a gente ia fazer necessidades no mato.
P. E enterrava?
D. Sim, é? Era limpo, a gente lavava roupa, tomava banho, lavava vasilha, tudo.
P. Vocês iam para a beira do Córrego e faziam tudo lá?
D. Lavá vasilha, tudo no Córrego.
P. E no caso assim, antes disso os moradores daqui contavam como que era, sempre...
D. Sempre foi assim, desde que aqui tem gente. Sempre foi, aí o decorrer do tempo, mais ou menos uns vinte anos, (sussurros), uns vinte anos atrás era assim, aí depois veio a luz o pessoal começou e liga, fazer banheiros nas casas que não tinha.
P. Aí o esgoto começou a ir pro Córrego?
D. Sim, hoje a gente não pode nem pisar.
P. Alguém já chegou a ficar doente por causa d'água, isso chegou a acontecer?
D. Não. A nossa água graças a Deus nunca foi contaminada.
P. Só depois que começou a jogar esgoto... (interrupção)

D. Aí todo mundo teve que parar. Aí parô e é até hoje. A nossa água é nossa mesmo. Aí juntô todo mundo, comprô os canos e encanô a água. Pra todas as casas, é nossa, não tem água do DAMAE não. Vem direto da Mina pras casa.

P. Essa mina fica lá em cima da serra?

D. Fica.

P. Então aqui não tem DAMAE? Então vocês não pagam água?

D. A água é nossa, quando falta, quando um cano estoura sempre vai mutirão e arruma a água.

P. Só a comunidade que arruma as coisas, então?

D. Só a comunidade.

P. Então vocês não têm um auxílio da prefeitura nesse sentido?

D. Não.

P. São vocês mesmos que dão um jeito?

D. É, é, é.

Foto 12 - Córrego que corta os bairros Águas Gerais.



Fonte: Elaborada pela autora. 26 de julho de 2014.

A população desassistida pelo poder público municipal elaborava iniciativas próprias, em conjunto, para solucionar as precariedades em relação ao uso da água. Após a poluição da água do córrego, foi improvisada pela população uma rede não tratada com água proveniente de uma mina que jorra líquido a céu aberto conduzido por um canal. Por não haver ali atuação do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DAMAE), esse mutirão de canalização foi executado pelos próprios moradores. Há relatos de habitantes que afirmam já terem encontrado um rato na boca da rede de canos e mangueiras, responsável por distribuir a água na área. Ademais, o córrego que corta os dois lados do bairro, outrora utilizado como fornecedor de água limpa, hoje é uma vala a céu aberto, ocasionando transtornos à saúde dos moradores e atraindo enfermidades como diarreias, febres e verminoses que atingem em

maior parte as crianças (CARNEIRO & PINTO, 2006). Embora Dona Trindade tenha afirmado que a água é limpa, o projeto de extensão utilizado como fonte aponta algumas consequências provenientes do não tratamento da água utilizável.

As queixas apontadas pelos moradores, bem como as pesquisas utilizadas nesse trabalho, permitem-me reconhecer uma permanência de vastas preocupações e obliterações socioambientais do bairro em questão. Ao recorrer à memória dos moradores, eu reconheço a história do bairro e a continuidade e o conflito presentes nesse espaço. É própria dessas localidades, principalmente do bairro Águas Gerais, a organização e a formação de grupos que busquem solucionar a situação insalubre e desfavorável desses territórios urbanos. Essa união no intuito de se resolver demandas comuns interfere no relacionamento e no apego que os vizinhos e a comunidade desenvolvem entre si. Esses relatos que narram e dizem sobre a história de um lugar e de uma cidade oculta, ilegal, encontram-se, dialogam, se confirmam e se divergem. A história oral propicia o encontro de dados e histórias mencionadas, o que reforça as proposições e hipóteses do historiador, bem como expressa uma vivência comum experimentada por duas moradoras de um mesmo bairro de gerações diferentes, Dona Trindade, de 60 anos e Dona Dinara. Os depoimentos das duas se encontram e exprimem um tempo em que se demonstrava um apego e uma memória pelo córrego, um patrimônio utilizado pela população carente, desassistida, mas que não foi objeto de preservação e de cuidado. São vestígios da memória de duas habitantes de um mesmo espaço que se confirmam e legitimam uma trajetória de dificuldades e limitações sociais daqueles que residem na periferia de uma cidade. Rememorações que apresentam uma vida comum compartilhada e experiências conjuntas, memórias cultivadas por situações e eventos em lugares e objetos que são protagonistas na formulação, na construção das lembranças (BOSI, 1983; PESAVENTO, 2005).

Esse córrego, para essa população, possui um significado especial, principalmente para os moradores mais antigos, ao passo que hoje é apenas um amontoado de lixo e água inutilizável que provoca mau cheiro, poluição visual, incômodos e doenças. Essa transformação do córrego não representa um descuido da população; foi, antes de tudo, fruto da condescendência dos poderes públicos, do esquecimento histórico de uma parte da cidade que não é em vão, sobretudo no atual cenário de gestão do território urbano na contemporaneidade. O fato é que um patrimônio significativo e simbólico do bairro foi destruído cotidianamente sem nenhuma interferência de qualquer órgão público.

Já o bairro Gameleira, mais próximo do centro e ocupado anteriormente em relação ao bairro Águas Gerais, apesar de muito próximo dessa localidade, sofrera também com a ausência de água potável, todavia, atualmente já é uma área assistida pelo DAMAE. O relato de Dona Judith, moradora antiga do bairro, remete-nos a um tempo desse espaço em que ocorria uma situação muito parecida com o que acontece hoje no Águas Gerais:

P. E as lembranças desse bairro, pois a senhora diz que vive aqui há muitos anos, a senhora criou seus filhos, viveu com sua família aqui.

D. Mas aqui não tinha muita coisa pra gente lembrar, o que a gente lembra aqui é a gente carregando as lata d'água na cabeça. É essas coisa que tinha aqui, ai ...rsrsrsrsrsrsrsrs.

P. E as coisas bonitas, bacanas, divertidas a senhora não se lembra?

D. Não. Rrsrsrsrsrsrsrsrs!

P. Marcou mais as latas d'água na cabeça? Rrsrsrsrsrsrs!

D. É uai! Nossa senhora, aqui era um sacrifício, rsrsrsrsrsrs! E em tempo de chuva então?

P. A senhora diz por que não era asfaltado?

D. Não era não.

P. Tinha muito barro?

D. Não era calçado e não tinha nem asfalto. Hoje é que colocaram o asfalto. Era assim, pedra, né? Quando colocou asfalto melhorou! Mas, olha isso aqui!e ninguém arruma! (Dona Judith)

A memória dessa senhora, ao se voltar para um exercício de rememoração, das lembranças vivenciadas em um lugar, para e se localiza em aspectos de um passado desagradável, em que era necessário buscar água em uma torneira localizada na Rua Santo Antônio. É interessante a maneira como ela se expressa acerca de sua relação de feição e memória com o lugar, uma vez que afirma que antigamente, com tantas dificuldades encontradas para a sobrevivência, tornou-se impossível cultivar lembranças lúdicas e aprazíveis no espaço em que discorrera parte de sua história de vida. A recordação de tempos difíceis, em que adquirir água tratada impelia a um deslocamento e ao uso de uma força física necessária para se carregar baldes e latas.

Foto 13 - Foto do bairro Gameleira.



Fonte: Elaborada pela autora. 30 de julho de 2014.²⁰

Apesar de haver apoio do DAMAE, há moradores que ainda relatam um descaso em relação à água no bairro. É o que retrata o depoimento de Dona Conceição, catequista e professora moradora do Bairro Gameleira, quando indagada sobre uma comparação entre a infraestrutura do centro e de seu bairro. É interessante que ela afirma que o centro “precisa de mais infraestrutura”. Essa ideia de que o centro necessita de mais “recursos”, é fruto de um discurso e de ações que realmente contemplam o centro da cidade como lugar protagonista.

D. Não, não é a mesma do centro porque o centro precisaria de mais né! aqui nós não temos muita, como Elisa já comentou a respeito disso, mas isso é em SJDR inteiro, a boca de lobo que não tem de uma forma geral, então a água fica correndo por aí. E muitas vezes a gente não sabe realmente a procedência da água, se é um esgoto, alguma coisa, e tudo molhado, a água atravessa ali na rua Santo Antônio e às vezes não dá nem pra tomar...

P. E a população do bairro já tentou tomar providências em relação a isso? D. Não, nossa providência foi individual de a pessoa pegar a enxada, né! e fazer um caminho pra água ou as pessoas fazem na porta das casas um canal pra passar a água, mas a prefeitura mesmo não toma medida em relação a isso não, mesmo porque eu acho que as pessoas já se acostumaram, e dessa água correndo eles não devem comentar muito a respeito disso não. (Dona Conceição, 48 anos)

Outro problema socioambiental grave e urgente, também mencionado na fala de Dona Judith, e agravado com o passar dos anos, é um processo erosivo denominado “buracão”. A situação é amedrontadora quando se pensa nos carros e outros veículos que circulam pela Rua Gameleira, aumentando o impacto sobre o solo e os riscos de desabamento em uma via que está sendo “engolida” pela erosão. Na época da aplicação dos questionários e de elaboração

²⁰ Travessa das Gameleiras, rua que liga os bairros Águas Gerais e Gameleira ao centro. Do lado esquerdo dessa travessa, vindo do centro, encontra-se a voçoroca que tem causado preocupação aos moradores há, no mínimo, dez anos. É a única passagem que liga as duas localidades ao Tejuco e ao centro da cidade.

de relatório do projeto, os moradores afirmaram que nenhum profissional comparecera ao local para avaliar a situação tecnicamente e propor soluções.

O prefeito da cidade na época, Sidney Andrade, segundo relato de moradores, em visita à comunidade, afirmou que o custo de uma ação de contenção da encosta seria muito alto e não condizia com as possibilidades da prefeitura (CARNEIRO; PINTO, 2006).

Essa afirmação do chefe do executivo municipal reforça a concepção de que as comunidades em pauta se enquadram em uma categoria de cidade ilegal e invisível. O prefeito se importa tão pouco com a situação do local que ao menos cogita a hipótese de que, caso o pior ocorra, ou seja, o desabamento, a prefeitura tenha que arcar com uma indenização exorbitante para mais de centenas de famílias atingidas e impossibilitadas de se locomoverem até o centro ou qualquer outro bairro.

É importante frisar que esse projeto foi desenvolvido dentre sete e oito anos antes de eu me dirigir à localidade para coletar depoimentos. Ainda hoje, em 2014, o buracão é motivo de queixa e medo no que tange aos habitantes. Ademais, a erosão que atinge a única via de acesso aos dois bairros impede a passagem de ônibus, prejudicando o serviço de transporte na região, contribuindo para cansativos deslocamentos que, até o centro da cidade, podem levar até 40 minutos, tempo considerável de caminhada para um idoso ou uma gestante (CARNEIRO; PINTO, 2006). A situação precária dos serviços de transporte também é uma insatisfação relatada por vários domiciliares das áreas.

P. O senhor gosta de morar aqui na Gameleira?

D. Olha gostar, gostar não, rrsrrrsrrsr, mas num tem outro meio, né? Se eu pudesse ir pra outro lugar eu me mudava daqui mesmo.

P. O senhor não gosta daqui não? E por que o senhor não gosta?

D. Por causa do lugar né, o lugar aqui não é um lugar bom pra se morar assim...a casa da minha menina é uma casa boa, agradável, dá pra você morar em uma casa bonita, mas ela não tem valor. O bairro aqui tem um buracão ali que ninguém... um buracão horrível ali.

P. Onde fica?

D. Fica do lado, fica da frente da minha casa um pouco, uns cinco metros da minha casa assim, minha casa fica à direita. Um buraco desse tamanho, faz sinal...e tem outro aqui. Nem o caminhão de lixo vem aqui mais. Nem ônibus, tinha ônibus antigamente hoje nem vem mais.

P. Então o caminhão de lixo nem vem aqui.

D. Vem aquele pequenininho. E o ônibus da presidente passava aqui, depois desse buraco aí não passou mais não.(João Deon)

O depoimento desse senhor alude a uma observação de um processo erosivo, não combatido ou remediado, que interfere nas possibilidades de transporte coletivo que poderia funcionar no bairro. O “buracão” impede a passagem de ônibus, uma vez que os motoristas ficam receosos de se deslocarem por cima de um perigo de desabamento constante. O baixo valor dos imóveis, consequência da má infraestrutura do bairro, também contribui para um desapego, uma insatisfação com a localidade explícita na fala do morador. Por mais que ocorra e se cultive um sentimento por um lugar e pelas pessoas que nele vivem, quando ele não nos oferece os requisitos materiais necessários à nossa sobrevivência, é possível sim um desapego, uma exaustão em se viver em tais condições.

É, quantas coisas vêm pra por aí na rua, quantas coisas pra por no centro aí é igual aqui, esse buraco aqui era pra tá cheio. (erosão que têm no bairro gameleira, em frente a casa da entrevistada) aí vai chegar uma hora que a gente vai ver carro aí dentro. Porque num distrito aqui quase pega as pessoa, entendeu! Então, o tempo que eles estão empregando lá, faz uma coisa bem feita porque a pessoa paga IPTU, o que é de direito, eles tão pagando, entendeu? (Dona Eliana)

No depoimento de Dona Eliana, moradora do bairro há 8 anos, também doméstica e cozinheira, ela reforça a incompetência da prefeitura em solucionar o problema da erosão, que devora o concreto e a estrutura topográfica da rua em que mora. Ela mora de frente ao buraco. Todos os moradores convivem com a eminência de uma tragédia que pode ocorrer a qualquer momento, deparam-se com uma situação de risco constante mesmo pagando impostos, mesmo sendo contribuintes. Daí o reforço para a ideia de cidade dual, de cidade ilegal e oculta, pois carregam consigo a desvantagem de não serem preocupações primordiais, principais das prefeituras. Enquanto isso, destacam-se propostas de revitalizações e restaurações centrais, algumas executadas pela prefeitura, outras não. Mas, pelo conteúdo dos jornais locais, pela observação do ambiente central em contraponto aos bairros Águas Gerais e Gameleira, vê-se nitidamente que existem preferências visíveis dos órgãos municipais por determinadas localidades. É visível que existem recursos que se dirigem em demasia para os patrimônios culturais, enquanto áreas não tão belas e visitadas encontram-se em situações precárias em um processo histórico que, no mínimo, ocorre há mais de 75 anos. Os moradores reconhecem e reclamam desse descaso. Questionam o porquê de não possuírem em seu bairro as situações e ações governamentais que vão conferir dignidade ao seu local de moradia “Ih,

rsrrrsrsrrs, aqui não tem nada que tem no centro, nada, entendeu? Eles fizeram uma pracinha agora, lá, então só isso que fizeram aqui, depois mais nada. Aqui num tem mais nada pra agradar ninguém, não. (João Deon, 2014)”. Esse sentimento de exclusão, de estar esquecido e negligenciado pelo Estado ou pela prefeitura, não colabora para um sentimento de cidadania, como cumprimento e usufruto dos direitos e deveres. Não colaboram para a formação de um sentimento de apego e identificação com o bairro em que se vive, não colabora para uma possível educação patrimonial, pois é contraditório pedir preservação de determinados espaços para moradores de zonas obliteradas pelo poder público.

As duas localidades são constituídas em sua maior parte de famílias e indivíduos pobres com renda média equiparada a países e regiões com extrema pobreza, como a África e o nordeste brasileiro. A situação do bairro Águas Gerais é ainda mais delicada, apresentando um índice de miséria e pobreza para 75% dos moradores. Esse indicador de pobreza refere-se à renda *per capita* dos moradores, que representa meio salário mínimo, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Já o bairro Gameleira é composto de uma população 68% carente socioeconomicamente. Essa situação de pobreza é acompanhada da situação de risco em relação à erosão presente no Gameleira, à composição das casas – muitas apresentando uma estrutura deficiente e frágil – bem como às encostas e morros que, em época de chuva, podem deslizar sobre as residências. O percentual de moradores que vivem abaixo da linha da miséria, ou seja, possuem como renda mensal apenas um quarto do salário mínimo, é de 46, 4% no Águas Gerais e de 24, 3% no bairro Gameleira (CARNEIRO, PINTO, 2006).

Outro problema encontrado é a ocorrência de lotes vagos, ou seja, matagais abrigam lixo e escondem animais peçonhentos, como escorpiões, aranhas e cobras. As mães e pais não permitem que seus filhos brinquem nesses terrenos baldios com medo de que algum acidente ocorra. É importante frisar que nas duas localidades há apenas uma quadra de esportes que serve de local de lazer para toda a população desses dois lugares.

Foto 14 -Imagem de lote vago que abriga voçoroca.



Elaborada pela autora dia 29 de julho de 2014.

Em relação a calçamento, até os anos 1980, o bairro Gameleira tinha chão de cascalho, o que em dias chuvosos causava grande transtorno.

P. E por que você acha que isso acontece? Por que o senhor acha que tem esses serviços no centro e não tem ... (interrupção)

D. Aqui é periferia, periferia, ninguém olha pra periferia, não. O Nivaldo asfaltou uns pedaço de rua aqui, eles já quis arrancar tudo.

P. Eles já querem tirar.

D. Tá aí feito, deixa lá, acabou uai.

P. Então o senhor é contra tirar o asfalto?

D. Sou uai, devia não ter deixado, aconteceu uai, vai tirar o asfalto daqui, por quê?

P. Então...

D. Aqui eles não vão arrancar não, aqui é periferia, é perigoso voltar àquelas pedras-sabão aqui, escorregando igual quiabo. Carro tinha que subir aqui tinha que arrancar tudo com o carro, acabava com o carro, aquelas pedras-sabão, umas pedras redonda, se você num lembra as pessoas mais antigas lembram, umas pedras grandona, escorrega igualzinho quiabo, ainda mais quando chove.

P. Eu ouvi falar nisso mesmo, o senhor lembra que ano que foi que eles tiraram a pedra-sabão e colocaram asfalto?

D. Foi na época que o Rômulo Viegas era prefeito, ele arrancou tudo aqui e colocou água aqui. Mas a questão da pedra-sabão tem pouco tempo. Foi ele que arrancou. O Rômulo Viegas foi ele que arrancou as pedras-sabão e colocou calçamento.

P. Ele botou calçamento?

D. E depois veio o Nivaldo e colocou esse asfalto.

P. A Rua Santo Antônio é que foi o Nivaldo, né?

D. Aqui também foi o Nivaldo, depois foi do calçamento. Igual o Zé Antônio, o calçamento é do burquinho pra cá, que o Padre não deixou não.

P. Ah tá.

D. Já que aqui já tá feito e aqui num tem tantas coisas que eles falam, que é, como que eles falam? ... "patrimônio histórico". Num é tanto não, olha as casas daqui que diferença. Bom, eu acho assim, tá feito, tá feito, então por que vai arrancar tudo outra vez? (João Deon, motorista)

O depoimento acima relata o tempo em que as ruas eram de pedra-sabão, e se convivia com poeira e barro em tempos de chuva. O prefeito Rômulo Viegas, em sua gestão de 1989-1992, autorizou o repasse de verba para o calçamento das vias do bairro. Poucos anos depois, ao tomar posse o prefeito Nivaldo Andrade, este resolvera asfaltar grande parte da cidade, incluindo o centro e todas as adjacências – consideradas antigas e possuidoras de edificações reconhecidas como patrimônios históricos e culturais. Uma dessas adjacências seria a Rua Santo Antônio, passagem que leva do centro ao bairro Águas Gerais e Gameleira e vice-versa. Via repleta de construções com traços de estilo colonial, igrejas, casas, passinhos, essa rua é um limite que corta a cidade antiga, “histórica” dos dois bairros acima citados. Ao se locomover pela rua Santo Antônio, é possível perceber as fronteiras do projeto de preservação do conjunto arquitetônico urbanístico central e o início de casas que ostentam um estilo contemporâneo.

O fato de o prefeito Nivaldo ter asfaltado as ruas e a comoção popular e ações judiciais impelirem o retorno ao calçamento, provocou receio em alguns moradores, que temem o retorno das pedras-sabão, haja o histórico de arbitrariedades e descasos do poder municipal em relação aos dois bairros. É interessante o reconhecimento que esse morador possui sobre o espaço em que vive, quando ele menciona que ali é periferia, e esse lugar não necessita ser “agradável ou agradado”. Mesmo com o processo de ocupação se intensificando nos anos 40, o calçamento foi realizado no início dos anos 1990.

Foto 15 -Rua Santo Antônio. Início de trecho asfaltado em via tombada pelo patrimônio histórico.



Elaborada pela autora. 29 de julho de 2014.²¹

A história dos dois bairros, bem como a atual situação socioeconômica deles, contribui para a formação de uma visão peculiar sobre o patrimônio edificado no centro. Deve-se levar em consideração que os bairros Gameleira e Águas Gerais representam a periferia do sistema capitalista, ao reconhecermos uma escala menor, que considere a cidade. Milton Santos (1997) denomina o processo de comunicação global das esferas econômicas, culturais, sociais como redes. Essas redes, segundo o autor, originam da necessidade de locomoção do capital e se formulam de acordo com as necessidades da vida econômica. Essa problematização permite-nos reconhecer essas localidades como locais desprovidos das redes tecnológicas e econômicas, o que incide na importância do lugar, do território enquanto investimento de políticas e ações públicas e privadas. Local que nunca é visitado por turistas, habitado por aqueles que não conseguiram acumular dinheiro suficiente para adquirir ou alugar casa em bairros assistidos e reconhecidos pela prefeitura e pelos mapas urbanos.

Seria no mínimo contraditório cultivar a preservação de um lugar e de um espaço sem possuir mínima infraestrutura e qualidade de vida. A educação patrimonial pode ser entendida aqui como uma estratégia com grandes chances de ser equivocada²². Compreendo a educação

²¹ A Rua Santo Antônio e a divisão da área calçada em pedras que dá início ao asfalto simbolizam e demonstram a separação, a distinção, entre uma área da cidade considerada histórica, que ostenta outros elementos paisagísticos e uma área desprezada pelos poderes públicos, que não é histórica nem moderna o suficiente para trazer lucros ao município.

²² É importante frisar que já existem propostas de educação patrimonial que contemplem localidades habitadas por moradores de baixa renda e também por jovens e crianças em situação de risco (SIEBRA; BATISTA;

patrimonial como um conjunto de ações que visam ao reconhecimento e à conscientização dos patrimônios culturais e ambientais, materiais ou imateriais, protegidos pelos órgãos responsáveis e caracterizados como símbolo e identidade de um grupo em esfera local, nacional ou mundial. Há também de se incentivar o sentimento de populações por seus próprios patrimônios para que aquelas os promovam e os legitimem, através dos devidos instrumentos judiciais e sociais (IPHAN, 2011; FLORÊNCIO, CLEROT, BEZERRA, 2014; HORTA, 1999; CASCO, 2006). Com uma proposta de incentivo ao reconhecimento e preservação do conjunto arquitetônico urbanístico central, torna-se um tanto contraditório quando não se expõe uma situação de desigualdade e exclusão entre os bairros pobres e o centro assistido e supervisionado. É contraditório pedir o cuidado com um espaço específico da cidade, se a localidade em que os moradores residem está carente dos mínimos aparatos de infraestrutura necessários à sobrevivência das pessoas que ali vivem. Compreendo que, através do conceito de cidade dual, de Ermínia Maricato (2000), o entendimento das diferenças de investimentos, salubridade e estrutura entre bairros distintos em uma cidade deve ser pensado não como ausência de recursos da prefeitura, mas como um aspecto fulcral da administração das cidades em que os recursos se direcionam aos lugares que geram mais recursos. Os bairros esquecidos, ocultos e desinteressantes, com cenários e paisagens que revelam pobreza e descaso, que não seduzem os investidores do capital imobiliário; para os administradores urbanos, servem tão somente para ofertar mão de obra barata e, de preferência, trabalhadores com mínima escolaridade para que não questionem o quadro social a que estão submetidos.

Um dado que exige muita atenção do pesquisador refere-se ao reconhecimento, por parte dos moradores, do Conselho da Cidade e do Plano Diretor de São João del-Rei - MG (CARNEIRO; PINTO, 2006). Uma vez sabido que essas diretrizes urbanas são importantes componentes para a construção de uma cidade mais justa, democrática e igualitária, sobretudo em relação à utilização dos recursos materiais e simbólicos existentes no espaço urbano. Ao tomar conhecimento desses dispositivos de construção e manutenção do solo urbano, o

BOMFIM, 2014; 2012). Outros projetos enfocam a importância da educação patrimonial e ambiental para o turismo e a geração de renda para os municípios e seus patrimônios (PORTUGUÊS; SEABRA; QUEIROZ, 2012). Primeiramente, essas ações ainda não foram desenvolvidas nas duas localidades para o reconhecimento dos mapas afetivos que caracterizam o lugar e o sentimento de seus habitantes por aquele. Segundo, existe a educação patrimonial que se discute na escola, que enfoca o patrimônio edificado do centro, porém, sem ações conjuntas da prefeitura e dos poderes municipais que, de fato, valorizem e confirmem dignidade aos locais de moradia dos estudantes, essas ações se tornarão obsoletas. Até mesmo porque há questões que urgem serem resolvidas nessas comunidades, tal como a voçoroca, que coloca em risco toda a localidade dos bairros Águas Gerais e Gameleira e interfere nos transportes que poderiam servir às localidades. Quando não se possui transporte e segurança, as preocupações dos moradores se voltarão para essas necessidades, pois não moram no centro, não vivenciam aquele espaço.

citadino possuirá mais argumentos, para cobrar dos poderes públicos, as funções legais e necessárias ao seu próprio bem-estar e de seus conterrâneos.

Percebi que há insatisfações que são gerais e outras se diferenciam de acordo com alguns fatores. É comum que os homens reclamem da falta de estrutura do bairro para se adquirir bens, como casa – tal como apontado pelo Sr João – da dificuldade de se ter uma casa em um local que abriga uma voçoroca, da desvalorização desta ou a dificuldade de se ter um carro que será dirigido em um chão de cascalho. Já as mulheres se preocupam com uma escola para seus filhos e netos, um local de lazer que não os coloque em risco.

D. Ah, aqui dentro das Água Geral tá precisando de muita coisa, né, num tem nada?
P. O que a senhora acha que tá precisando?
D. Uma creche pra criança, né, uma escolinha né, pra gente num...
Interrupção, uma vizinha passa, a entrevistada diz ____ (opa)!D. Pra gente não ter que ficar levando criança pra fora pra estudar, né? Porque se aqui tivesse uma escolinha ajudava muito as criança aqui.
P. E as crianças aqui ficam com os pais ou os pais levam elas pra creche?
D. Tem ônibus que leva pra creche. O filho da minha menina mesmo vai de ônibus.
P. E esse netinho da senhora a senhora cuida mesmo, né?D. Eu e a minha filha, né?
(Maria Sueli, do lar, 66 anos)

D. Pra levar os meninos pra passear eu vou muito ali na biquinha, levo eles lá pra brinca um pouquinho, tem que ser assim, tem que ser fora daqui, tem que andar bastante pra levar as crianças pra poder brincar porque aqui não tem uma área de lazer pra brincar, num tem nada. Assim, eles brinca aqui na rua e na rua num pode ficar brincando porque fica passando carro toda hora, vai pro campo a gente fica com medo de morder uma cobra, um bicho, a gente tem que ficar gritando o tempo todo, aí fica assim brincando, aí o único lugar que eu levo sim é na biquinha, de vez em quando dia de domingo eu vou passear lá e eles brincar (DINARA, 44 anos)

Todavia, apesar de todos os desafios, desigualdades e descasos com esse espaço, os moradores dos dois bairros podem ser considerados atuantes e praticantes do espaço. Unem-se, dialogam entre si e se organizam para executar ações que transformam o lugar, melhoram sua qualidade de vida de acordo com as possibilidades presentes na materialidade daquele espaço (DU CERTEAU, 1994). Observa-se também a criatividade, a invenção de soluções e resoluções de problemas que transcendem a imposição e a violência simbólica contidas na omissão das autoridades municipais, na negligência para com o lugar, em relação a uma parte da cidade que cresceram ilegalmente e distante dos olhos dos poderes públicos e da sociedade.

Essas duas localidades são territórios, pois estão em conflito com as injustiças e descasos das esferas municipais, das autoridades locais por terem crescido de forma

desordenada. É interessante perceber que esses lugares, embora estejam próximos do perímetro tombado, encontram-se distantes, levando-se em consideração as características e organização espacial presentes no centro e aquelas que lá se encontram. A periferia não é aqui compreendida somente enquanto um espaço distante do centro, uma aglomeração afastada, seja ela provida de recursos públicos ou negligenciada. Periferia é concebida nesse trabalho como um espaço esquecido, descuidado, esteja ele em qualquer canto ou local da cidade. Sgarioni & Tonon (2011) afirmam que a periferia não é somente um espaço geográfico e reforçam sua diversidade cultural e material, bem como das pessoas que ali vivem. Esse espaço das grandes cidades, nos últimos anos, tende a receber os bens de consumo e alguns serviços públicos, o que melhora a qualidade de vida de seus moradores. Porém, a periferia ainda é um lugar de exclusão e marginalidade, o que pode ser atenuado com a politização de seus habitantes (BONDUKI; ROLNIK, 1979).

Os bairros contemplados não são apenas lugares, pois são palcos de uma vivência subjetivada, em escala de pensamento e de concepção que propiciam uma série de oportunidades de intervenção no espaço (DU CERTEAU, 1994; REIS, 2013). Eles participam e transformam esse lugar, mesmo estando solitários e desacompanhados de instâncias e autoridades, que seriam imprescindíveis para a manutenção da salubridade e da infraestrutura do bairro. A fala dos moradores, por várias vezes, permite perceber que existe apego, identificação, memória e a construção dos bairros em consonância com a formação da história e da subjetividade dos moradores. Um espaço vivido e praticado é parte central da formação de um sentimento de identidade e memória, uma vez que se reconhece uma localidade, um lugar, ao se construir ali uma história integrada com as pessoas que se situam ao seu redor. Partindo desse pressuposto de que o cotidiano e o viver diário uniram aquelas pessoas residentes nos dois bairros, posso inferir que os moradores, aqueles os quais entrevistei, em sua maioria, cultivam uma identidade e uma memória em relação aos bairros Águas Gerais e Gameleira, memória produzida pela vivência, e não por um discurso exterior que sugere o que deve ou não ser lembrado (Ricoeur; 2007). Muitos deles ali cresceram, se desenvolveram, criaram seus filhos e alimentaram um sentimento de confiança pelos vizinhos, ao desenvolverem ações conjuntas que objetivaram e atingiram melhorias e ganhos consideráveis para o espaço dessas localidades.

2.4 História do Bairro Fábricas

A formação legal e socialmente reconhecida do Bairro das Fábricas possibilita descrever parte de sua história por meio de textos, artigos e através de documentos utilizados em trabalhos de pesquisa historiográfica, sociológica e projetos de extensão. A maior parte das informações encontradas em arquivos referem-se à construção de um conjunto de moradia para trabalhadores (IAPI) construído na década de 1950. Há documentação no arquivo do Cartório de Registro de Imóveis e nos arquivos do INSS, utilizada em trabalhos que se concentraram em se aprofundar na história e constituição desse bairro. Há também o trabalho do memorialista Gaio Sobrinho (s/d), que ilustra parte da trajetória do lugar nos séculos passados e sua posição econômica no desenvolvimento sanjoanense.

Dois caminhos, no século XVIII, partiam da Vila de São João del-Rei em direção nordeste/norte: o primeiro, atravessando pelo Matola e Matosinhos, ia em direção à ponte do Porto Real da Passagem; o segundo atravessava a região da mina do Barro, seguia pelas atuais ruas Coronel Tamarindo, Capitão Vilarim, Alexina Pinto, Dom Silvério, rumo ao Lava-Pés, Bengo e Fazenda do Pombal. Pode ser observado na pintura de Rugendas, em 1824. (Gaio Sobrinho, S/D)

Uma das seis zonas geográficas antigas que originaram o crescimento da cidade de São João del-Rei, sendo, portanto, tal como os dois bairros já citados, originários do processo de ocupação dos séculos XVIII e XIX. Fora uma passagem em direção à zona norte/nordeste, que levava a outras áreas ocupadas nesses séculos. Uma mudança significativa dessa localidade ocorrera quando foi prolongada a Estrada de Ferro Oeste Minas, devido ao surgimento de indústrias têxteis e, posteriormente, com a criação de fábricas modelagem de peças de estanho. Essa obra ferroviária servia como suporte para o escoamento de mercadorias e produtos que se direcionavam a várias cidades brasileiras, sobretudo ao Rio de Janeiro. (GAIO SOBRINHO, s/d; GRAÇA FILHO, 2003).

A ocupação dessas empresas na localidade possibilitou um desenvolvimento de casas, ruas, avenidas e outras instituições que conferiram uma importância e um olhar específico dos poderes públicos a ele, o que é distinto dos bairros Águas Gerais e Gameleira, que sempre estiveram à margem das políticas municipais urbanas.

A fundação da Fábrica de Tecidos Sanjoanense em 1891 fomentou a construção de 33 casas na localidade em 1927, o que se diferencia do processo ocorrido nas duas localidades citadas, cuja ocupação se desenvolvera de forma desordenada. Percebe-se que as iniciativas privada e pública se uniram e produziram intervenções no espaço que foram benéficas em relação à moradia e empregos para o conjunto da cidade e para o bairro.

Foto 16 - Ainda ativa na atualidade, a Fábrica de Tecidos Sanjoanense.



Fonte: São João del-Rei transparente.²³ Acesso em: 15 de fevereiro de 2014

Em 1912 foi construída a Av. Leite de Castro, também em decorrência da edificação do Cemitério Municipal do Quicumbi em 1898. No início do século XX, também foi edificado um albergue, chamado Santo Antônio. Em 1924, sucedeu a criação do Curtume Tortoriello e, conjuntamente, outras fábricas de tecelagem e fiação foram fundadas, o que serviu como possibilidade de empregos e de formação de uma vizinhança operária e unida. Esse conjunto de fábricas e indústrias caracterizou o lugar, sendo reputado a ele o nome de Fábrica Brasil, já em 1912 (GAIO SOBRINHO/s/d).

²³ Disponível em:

https://www.google.com.br/search?q=f%C3%A1bricas+da+av+leite+castro&biw=1366&bih=653&tbm=isch&imgil=bChytlcgpvCmM%253A%253BFUgJ7UtAbjU40M%253Bhttp%25253A%25252F%25252Fwww.panoramio.com%25252Fphoto%25252F3086109&source=iu&pf=m&fir=bChytlcgpvCmM%253A%252CFUgJ7UtAbjU40M%252C&usg=__vQYly9pZ74Mtq89zGJa1aqBcAmo%3D&ved=0CCgQyjc&ei=kwpVVJLNC8zagwTX1IDACA#imgdii=&imgrc=fX8FW1smfh5cHM%253A%3BIUS1xarfucihdM%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.gazetadesaojoaodelrei.com.br%252Fsite%252Fwpcontent%252Fuploads%252F100_3756.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fsaojoaodelreitransparente.com.br%252Fworks%252Fview%252F1077%3B525%3B250

Outra diferença substancial que vale ser observada é que a primeira escola do bairro fora inaugurada em 1912, o que possibilitava às crianças e adolescentes filhos dos operários o acesso ao ensino. A escola dedicava-se ao ensino básico primário. A Fábrica Brasil, em 1925, cedeu o terreno que hoje abriga a escola Aureliano Pimentel, que possui o ensino fundamental e médio. Na década de 1940, foi inaugurado o Colégio São João, próximo ao albergue e, em 1956, foi anexado o Colégio à edificação que hoje é conhecida como Faculdade Dom Bosco, atualmente um dos *campus* da Universidade Federal de São João del-Rei.

A constituição do bairro remete a uma história de crescimento populacional, de abrigo para uma mão de obra que atuaria nas empresas situadas na localidade. A prefeitura, o empresariado e a sociedade civil, em forma de grupos religiosos, foram responsáveis por ofertarem uma infraestrutura, um conjunto de serviços básicos para a população. Esse quadro socioambiental e espacial é distinto dos bairros Águas Gerais e Gameleira. Enquanto os primeiros cresceram à margem dos recursos municipais e da sociedade, o bairro das Fábricas é caracterizado como parte integrante do desenvolvimento da cidade, por abrigar os meios de produção e a força de trabalho, que possibilitara um desenvolvimento de capital e de imóveis para o qual o poder público e o setor privado conferiram importância (SANTOS, 1997; HARVEY, 1995).

Entretanto, mesmo sendo claro o fato de que o quadro socioambiental do bairro das Fábricas é melhor do que dos bairros Águas Gerais e Gameleira, é necessário compreender que a construção de uma localidade envolve conflitos e lutas pelo espaço protagonizadas por atores sociais que possuem, de maneira desigual e assimétrica, poderes e possibilidades de direcionarem um projeto de intervenção nos lugares. A formação do referido bairro se consolida de acordo com um projeto de desenvolvimento e investimento de empresários do setor industrial e imobiliário, ambiciosos pelo controle do espaço que, conseqüentemente, seria uma tentativa de possuir a mão de obra dos empresários próxima às indústrias. Além disso, há uma intenção de investidores do setor imobiliário de lucrarem com a construção, venda e aluguel de casas para os trabalhadores que, embora conseguissem abrigo, não participaram de forma significativa da construção da localidade e de suas casas, ficando esta a cargo e ao gosto de empresários e investidores (CARNEIRO; SILVA, 1997).

Vejamos parte da história do conjunto habitacional Juscelino Kubitschek, do bairro das Fábricas, construído em finais do anos 1950. O terreno vendido para a consolidação desse projeto era de João Lombardi, empresário da indústria têxtil também responsável pela venda de outros terrenos para outros conjuntos IAPI, situados em outros bairros do município. A

princípio seriam construídas 120 casas previamente planejadas para abrigar trabalhadores de indústrias têxteis próximas. É interessante observar que o dono da fábrica de tecidos, também proprietário do terreno, concentrava em seu poder a indústria e os terrenos para construir moradias a serem alugadas, em quantidade significativa, para seus próprios funcionários (ibidem, 2007).

Foto 17 - Casas construídas nos anos 1950 que formam o conjunto IAPI.



Fonte: Elaborada pela autora, 20 de julho de 2014. ²⁴

Um dos problemas de infraestrutura do bairro é a ocorrência de inundações. É sabido que a construção desse conjunto foi realizada em um terreno pantanoso, uma vez que havia ali uma mina que jorrava água no local. Além disso, existe um risco de inundações constantes devido a uma água que desce da montanha localizada a oeste do bairro em dias de chuva. Outro agravante dessa situação é a elevação artificial de um terreno de um metro de altura e dois metros de extensão realizada com o intuito de impedir a inundação dos trilhos da Estrada de Ferro Oeste de Minas, inaugurada em 1891. Isso prova que esse entrave das enchentes é antigo na localidade, sobretudo próxima à área do conjunto habitacional IAPI. O fato de o bairro se localizar em uma colina, rodeado por bairros habitados por famílias de baixa renda, São Dimas, Jardim América e Vila São Paulo, bem como a faixa central da Avenida Leite de Castro, posiciona o conjunto habitacional em lugar afetado pelas águas que deslizam da

²⁴ Conjunto de casas construídas para a habitação dos operários, patrocinadas pelas empresas que empregavam os moradores. Essas residências foram adquiridas por pagamento parcelado, levando anos ou até décadas para serem quitadas. Esses conjuntos habitacionais representam parte significativa do bairro das Fábricas.

montanha e dos bairros que ficam acima da colina. Situado em terreno em situação desfavorável do ponto de vista geográfico, a localidade, com o passar dos anos, e com o asfaltamento da maior parte das vias dos bairros próximos à colina, viu-se agravar o problema das inundações. Sem a devida precaução – com ações que visassem ao escoamento e à contenção das águas pluviais – as enxurradas só aumentavam em frequência e intensidade (ibidem, 2007). Outro problema socioambiental do bairro, à semelhança do bairro Gameleira, é a presença de uma gigantesca voçoroca que, em tempos de chuva fortes, levam um arsenal de lama, sujeira e lixo residencial para as casas estabelecidas no terreno. É relevante observar que os últimos três anos, como se caracterizam meteorologicamente por períodos de poucas chuvas, talvez influenciasses na opinião dos moradores que, em momento algum, mencionaram o problema da inundação. É importante observar que os moradores do bairro das Fábricas pouco mencionaram problemas de infraestrutura no lugar.

A construção do conjunto IAPI Juscelino Kubitschek é parte da história do bairro, que demonstra uma atuação dos setores públicos e privados na constituição do lugar. Porém, esses investimentos, que visavam aos aluguéis e à acomodação da classe operária, trabalharam e produziram de acordo com seus interesses. Percebe-se que o intuito principal era a execução de um projeto de intervenção no espaço em que a moradia dos operários propiciaria a acumulação de capital por parte de investidores do setor imobiliário que, não raras vezes, eram também proprietários de indústrias têxteis. O bem-estar do trabalhador, de certo, não foi preocupação primeira dos empresários protagonistas na formação desse espaço.

Embora os trabalhadores e o operariado das indústrias sejam parte da História e da identidade do local, atualmente vários grupos profissionais habitam essa região. Distintamente do que ocorre nas Águas Gerais e Gameleira, o bairro das Fábricas é repleto de uma diversidade de comércios, como supermercados e hortifrutis, faculdades, escolas, concessionárias e de poucas fábricas que restaram e ilustram um passado modificado que deixou resquícios.

Há edificações que já sofreram alterações que serviram de estabelecimento para indústrias no século passado. As construções, em sua maioria, seguem o perfil de casas na sociedade contemporânea tal como ocorre em outros bairros da cidade. Os resquícios de edificações passadas são poucos, e a apresentação das construções não remetem a nenhum dos estilos arquitetônicos que hoje se situam no centro da cidade.

Foto 18 - Foto do bairro Fábricas.



Fonte: Elaborada pela autora. 29 de julho de 2014.

Foto 19 - Foto da reforma da antiga Fábrica de Estanhos, hoje supermercado Bahamas.



Fonte: Elaborada pela autora. 29 de julho de 2014.²⁵

Essa diversidade de comércios, estabelecimentos e instituições presentes no local, uma vizinhança de tempos antigos e de ações de companheirismo propiciam aos moradores uma satisfação em residir ali. Essa satisfação é superior àquela dos moradores dos bairros Águas Gerais e Gameleira.

Embora os problemas de infraestrutura apontados por Carneiro & Silva (2007) sejam reais e visíveis, poucos moradores, inclusive aqueles que habitam o conjunto IAPI, reclamaram de inundações, questões de saneamento básico, escassez de água. Esse relato de

²⁵ Imagem de uma construção da antiga Fábrica de Estanho da Av. Leite de Castro, hoje transformada em um dos expoentes da rede de supermercados Bahamas, que ostenta traços do estilo neoclássico. A construção foi modificada em seu interior, mas a fachada permaneceu inalterada. Um dos poucos exemplares de edificação que rememoram o passado do bairro.

problemas infraestruturais que se encontra no trabalho supramencionado é pouco representativo na coleta dos depoimentos dessa pesquisa. Talvez se explique pelo fato de que esse projeto de extensão trabalhou com uma metodologia de *surveys*, questionários, enquanto essa dissertação se ancora na metodologia de história oral. Outra questão é que o projeto de extensão se ocupou previamente de reconhecer o quadro socioambiental do bairro, o que promoveu perguntas e diálogos direcionados às essas questões. A impessoalidade do questionário talvez facilite a menção de problemas enfrentados no cotidiano. Todavia, a satisfação com o local de vivência, a amizade pelos vizinhos e o apego por eles, são dados que se encontram nesse trabalho e nos resultados do projeto de extensão, como pode se ver:

P. Você gosta de morar aqui no Fábricas?

D. Gosto, é bem no centro, tem tudo aqui...

P. Você gostou de passar a sua vida aqui, a infância? Você tinha liberdade de brincar?

D. Sim, aqui sempre foi tranquilo, então foi muito bom. (Ana, 19 anos)

P. Tá certo, e no caso nesse bairro aqui a senhora mora há quantos anos?

D. Ah, desde a idade de três anos de idade que eu vim pra cá com meus pais.

P. Tá certo então, eh, no caso a senhora estudou aqui?

D. Estudei, lá no Garcia de Lima, fiz até a quinta série só.

P. E qual que é a profissão da senhora?

D. Eu sou doméstica.

P. A senhora gosta de morar aqui no Fábricas?

D. Adoro.

P. A senhora tem muitas lembranças aqui desse bairro?

D. Tenho, tenho muitas lembranças.

P. Com amigos?

D. Com amigos, pessoas, têm umas falsas, umas boas, mas vai levando a vida, né?

P. Rsrrsrrrsrrrsrrrs. Então a senhora gosta de morar aqui?

D. Adoro. (Dona Dirce, 42 anos)

P. Você gosta de morar aqui no Fábricas?

D. Mais ou menos.

P. Mais ou menos, o que você acha que tem de bom e de ruim aqui?

D. Não, aqui a única coisa que tá faltando é um banco.

P. É um banco? E do resto você acha que tem tudo, comércio?

D. Tem tudo, delegacia, comércio, tudo, escola. (Gabriel 36 anos)

P. O senhor gosta de morar aqui?

D. Adoro.

P. No Fábricas. Por que?

D. Eu ambiantei aqui, né? Desde quando eu sai do Matosinhos e vim morar aqui.

P. E o que faz o senhor gostar daqui?

D. Ah, as amizade.

P. E em relação a comércio, a infraestrutura, o senhor está satisfeito?

D. Eu estou satisfeito, aqui tem tudo que a gente procura. (Sr. Enésio, 65 anos)

P. Você gosta daqui desse bairro? Do bairro fábricas?

D. Gosto, gosto... Não gostaria de sair daqui de jeito nenhum, o bairro aqui é muito bom...

P. E você viveu aqui a vida toda, e seus pais por acaso trabalhavam na Fábrica de tecelagem?

D. O meu pai trabalhou a vida toda na fábrica de tecelagem, se aposentou lá...
(Márcia, 38 anos)

É perceptível que existe um sentimento de satisfação e de identificação com o bairro. Isso em pessoas de idades e sexos diferenciados. Nas várias visitas que fiz ao local, percebi que os moradores ocupam o espaço, se socializam e dialogam. Eles caminham pelas vias, observam seus espaços e nele se inserem. Esse movimento no espaço, esse caminhar, propicia a formação de mapas afetivos, que são representações comuns de “locais” presentes na vida e na memória dos moradores que incitam a sentimentos de pertencimento entre eles. (SIEBRA; BATISTA; BONFIM, 2014). A tranquilidade de um bairro, a possibilidade de se viver em um local no qual as pessoas se sentem seguras para se locomoverem e apreciarem o tempo, a paisagem também são atributos desse lugar segundo os depoimentos.

Porém, mesmo reconhecendo a atuação e investimentos dos setores públicos e privados no bairro, mesmo os moradores possuindo uma gama de instituições e serviços ali situados, há aqueles que desejam melhorias para o bairro e para o conjunto da cidade:

P. você gosta de morar aqui no Fáblicas?
D. Mais ou menos, não gosto muito, mas também não desgosto também não.
P. O que que você acha que falta aqui?
D. Aqui falta...por exemplo, o posto de saúde aqui não é dos bons, não é um posto de saúde assim, bom, bom.
P. E você acha que é diferente de outros lugares da cidade, que tem lugares que é melhor?
D. Eu acho que tem diferença pra outros bairros mesmo.
P. E no caso o que mais você acha que falta? Comércio, falta lazer?
D. Não, comércio até que tem, tá bom, mas lazer tá faltando muito, pra jovens assim, quadras, essas coisas assim, falta sim. (Dona Claudiana)

Claudiana, tal como outras moradoras das Águas Gerais e Gameleira, também acredita que é necessário melhorar o espaço de lazer para os moradores do bairro Fáblicas. Contudo em relação aos preceitos básicos de saneamento, transporte, segurança, comércio e educação, não houve queixas.

Assim, percebe-se que, por um lugar o qual se reside, nutre-se uma série de sentimentos, tal como apego, insegurança e satisfação. As imagens ofertadas pelas paisagens são trabalhadas em uma perspectiva social e subjetiva pelos moradores por intermédio dos objetos e edificações. Apresentam-se como imagens de uma memória construída no espaço,

no caminhar, no ato de possuir e praticar o espaço citadino (PESAVENTO, 2005; BENJAMIN, 1997). O fato é que a experiência de se viver em um local diariamente formula uma série de sentimentos e constrói uma identidade, sobretudo em um lugar que se constituiu por uma comunidade operária, mesmo que essa tenha modificado seu espectro com o tempo. Ali se cultiva uma série de sentimentos por edificações e por um passado que se encontra em vestígios de arquitetura e nas pessoas que se aposentaram das indústrias ou filhos delas. Essa memória operária e os patrimônios não legitimados dos três bairros serão assuntos abordados no terceiro capítulo.

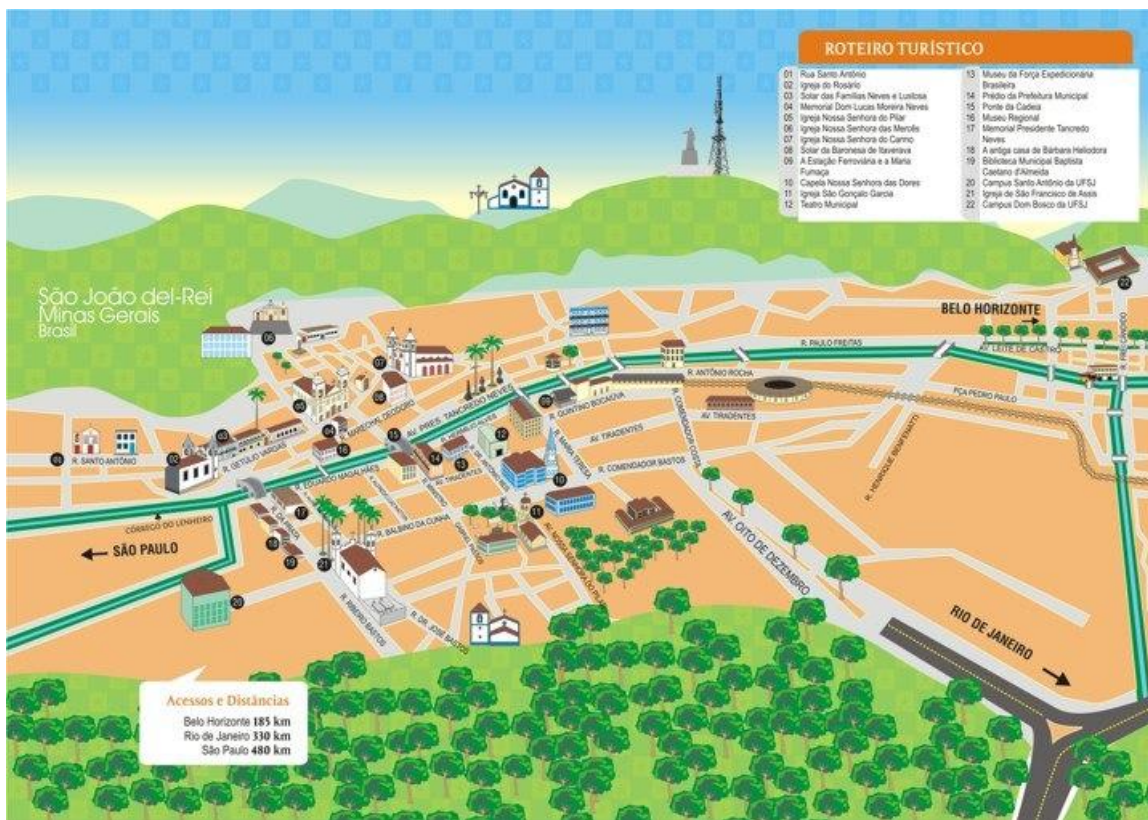
3. MEMÓRIA E IDENTIDADE: REPRESENTAÇÕES DO CENTRO PARA OS HABITANTES SANJOANSES

Foto 20 - Foto da Rua Santo Antônio, perímetro tombado de São João del-Rei.



Fonte: Elaborada pela autora. 29 de julho de 2014.

Mapa 2 - Mapa do roteiro turístico de São João del-Rei.



Fonte Blog São João del-Rei Transparente.

3.1 Patrimônio, memória, identidades e os centros “históricos”

No primeiro capítulo, realizei sucintamente um esboço sobre o conceito de patrimônio cultural e sua historicidade, sobretudo na França e no Brasil. Elenquei as ações, os laços, atores sociais, e os projetos que foram desenvolvidos pelo país na elaboração e aplicação das primeiras políticas de preservação. Esmiucei como essas ações se desenvolveram em São João del-Rei e as transformações que decorreram em 60 anos, bem como as legislações e os modelos de planejamento urbano que propiciaram suas realizações. Nesse capítulo conclusivo, procuro interligar os conceitos de patrimônio, memória e identidade e o lugar dos centros “históricos” como lugares de memória (NORA, 1993) e instrumento de marketing. E, a partir da compreensão dos centros “históricos” nesse cenário contemporâneo, busco analisar a observação dos moradores sobre as transformações desenvolvidas na maneira de preservá-lo e se eles se identificam com ele.

O termo patrimônio na Antiguidade remetia a uma herança, um conjunto de bens e valores, materiais ou imateriais, provenientes de laços consanguíneos, grupais e afetivos que caracterizaram uma sociedade mais enraizada no tempo e no espaço. Nos séculos XVII e

XVIII, as coleções de relíquias e os antiquários atraíam o olhar dos colecionadores, e os viajantes e turistas europeus frequentavam-nos como maneira de saciar o interesse por culturas distintas e seus respectivos passados. A Antiguidade greco-romana e seus objetos representavam a maior procura por parte dos frequentadores dos Antiquários. Embora os relicários sugerissem uma maior preocupação da sociedade pelo seu passado, esses estabelecimentos eram insuficientes para agregar os cidadãos por meio de um sentimento comum para consolidar a ideia de Estado - Nação. Esse feito somente ocorrerá no final do século XVIII, tal como abordado no primeiro capítulo (CHOAY, 2001; POULOT, 2009).

O patrimônio artístico e histórico, tal como elaborado no século XIX, compreendido em seu contexto original de legitimação do Estado Nacional, é caracterizado como portador de um conjunto de características capazes de definir os indivíduos de um dado território. Para Gonçalves (1988), a ideia de nacionalidade permite imiscuir a individualidade à coletividade de forma que ambas se consolidem em uma relação de complementaridade. O indivíduo comunga junto a seus iguais, hábitos e crenças, que o torna semelhante às pessoas que habitam um território e partilham uma língua. Para reforçar e conferir suporte a esse processo de compartilhamento de uma identidade nacional coloca-se o patrimônio histórico e artístico, atualmente considerado patrimônio cultural.

O patrimônio cultural, por ser representação de um objeto que remete a um passado, detém a capacidade de aglutinar diferenças em nome de um suporte comum. Esse objeto pode ser edificado ou móvel, desde que seja referência a um passado selecionado como símbolo de um país. Embora essa formulação do conceito de patrimônio seja própria do século XIX, ela ainda perdura convivendo com mudanças e apropriações.

A definição do que será ou não preservado é influenciada diretamente pela tradição. Tradições são alimentadas e vividas pelo cotidiano, pela linguagem, pelas festas e por um conjunto de costumes que celebra aquilo que é marcante e necessário de serem lembrados. A tradição, as artes, os modos de fazer, são constituintes desse conjunto de hábitos e valores que denominamos cultura (CASTRIOTA, 2012).

A aplicação de uma política de preservação do patrimônio histórico, com o intuito claro de criar um sentimento que consolide o Estado Nacional, sustentou-se sobre aspectos que visaram a uma identidade comum. A identidade cultural, compreendida aqui enquanto um laço que aproxima e caracteriza um grupo, no dizer de Joel Candau (2008, 2009), baseia-se e

sustenta-se por um conceito de essencialismo²⁶, ou seja, o ato de possuir algo intrínseco, que o outro não ostenta. O autor reconhece a complexidade de uma discussão no que tange à origem dessa visão que privilegia o “essencial” como suporte único de identidades. No entanto, uma pergunta é feita por ele: o que torna algo essencial, idiossincrático? Candau aponta a memória. Essa é capaz de repassar a outras gerações, tradições, hábitos e singularidades, que só podem ser perpetuadas por uma coletividade. E por carregar e demonstrar algo que perdura no tempo, a memória alimenta a continuidade daquilo que é cultivado por grupos, ao mesmo tempo em que norteia a consciência dos homens sobre si mesmos. O patrimônio, segundo esse autor, é um suporte de memórias.

Segundo Halbwachs (2006), a memória, considerada aqui enquanto fator indissociável de transformação de si mesmo e do mundo, é construída na e pela coletividade. Coletividade que habita um espaço, um lugar, um território, que divide experiências entre os indivíduos que a compõe. Embora reconheça a contribuição desse sociólogo para o entendimento da memória coletiva, a princípio elucidarei como compreendo a memória enquanto fenômeno de apreensão, trabalho e rememoração de impressões e sensações que ocorreram no mundo externo e, não obstante, foram internalizadas. Sua representatividade, além de provocar lembranças no cérebro humano, é objeto de reflexão e de esforço de rememoração por parte dos indivíduos. O que me permite sublinhá-la como algo que se constrói, se trabalha, por mecanismos sociais, tais como propagandas, rituais e festejos, como marcas individuais, sensações refratárias da história pessoal, de episódios da vida de cada sujeito. É oportuno mencionar a diferença entre a memória e lembrança: a primeira, no singular, representa uma faculdade, uma capacidade mental de guardar um presente próximo ou distante. Considerada enquanto referência que legitima o passado, a memória, não raramente, é colocada em cheque, pois, caso deficitária ou errônea, compromete a análise do passado e a veracidade em que se pauta a escrita histórica. Já as lembranças são consideradas no plural e apresentam a “multiplicidade e os graus variáveis de distinção das lembranças. A memória está no singular, como capacidade e efetuação, as lembranças estão no plural” (RICOEUR, 2007, p. 41). As lembranças destacam aquilo que, por motivos variados, foi construído enquanto memória. A definição abaixo nos auxilia na distinção entre lembrança, momentos e hábitos:

²⁶ Joel Candau (2009), apesar de considerar que há no meio acadêmico um consenso de que as identidades são construídas, plásticas e dinâmicas, reconhece a força da associação de um pensamento que liga a consciência de uma identidade a uma ou a um conjunto de características que um grupo possui de único, singular, que o marca, tornando-o reconhecido. É importante frisar que o autor tem consciência de que a identidade é construção, porém, ater-se somente a isso para esclarecer a formação das identidades é insuficiente.

O hábito abrange todos os resíduos mentais de atos e pensamentos passados, sejam ou não conscientemente lembrados. A recordação, mais limitada que a memória comum, mas ainda assim impregnante envolve consciência de ocorrências passadas, ou condições de existência. Momentos são recordações preciosas propositadamente recuperadas da grande massa das coisas recordadas. Essa hierarquia assemelha-se às relíquias; tudo que é familiar tem alguma relação com o passado e pode ser usado para provocar recordações; de uma grande quantidade de recursos mnemônicos potencial guardamos alguns *souvenirs* para nos lembrar de nosso passado próprio e de um mais abrangente. À semelhança do acervo de antiguidades, nosso repertório de lembranças preciosas está em fluxo contínuo, novas lembranças sendo adicionadas constantemente, as velhas sendo descartadas, umas emergindo à consciência presente, outras submergindo sob a atenção consciente. (LOWENTHAL, 1998, p. 16)

Em contraposição à memória cultivada e trabalhada de Paul Ricoeur, consideramos, também, os lugares de memória que, segundo Pierre Nora (1993), ocupam-se da função de reavivar a memória coletiva por intermédio dos monumentos e documentos que descrevem fragmentos de histórias no espaço. Esses “lugares” são fruto de uma sociedade que se encontra em constante mudança, mudanças estas tão ligeiras que não possibilitam uma reflexão sobre seu passado, sobre o que o espaço guarda de tempos pretéritos, sobre os hábitos dos homens e grupos (HARTOG, 1996). Os lugares de memória ostentam um papel de evocação em um mundo onde tudo é fluído, indefinido, indeterminado e mutável. Em suma, monumentos e documentos são dotados de um papel de guardiões da memória em uma sociedade onde é fácil e oportuno esquecer.

Uma percepção acerca da memória individual, subjetiva e espiritual não sustentada pela matéria, em contraposição à memória social e coletiva, que se produz em contato com a materialidade, suscita reflexões sobre as proposições de Bergson *apud* Bosi, (1983) e Halbwachs (2006). A dimensão psicológica e a dimensão social da memória, embora se distanciem no que se refere ao papel do inconsciente na elaboração e expressão dessa última, podem ser apropriadas nos estudos sobre recepção e fruição da obra de arte por parte do cidadão. Pode-se compreender as lembranças do centro “histórico”, por parte de um entrevistado, como imagens “guardadas” nas profundezas de seu inconsciente e adquiridas por ser um passante, bem como resultado da vivência desse lugar, da consciência de cada espaço utilizado como prática social.

Para o entendimento da relação do homem com seu espaço social, é necessária a percepção de memória de ambos os autores. O espaço trabalha e é trabalhado por nosso inconsciente e pela ação consciente e social de indivíduos e grupos. A memória se constrói

por intermédio de todas as imagens e paisagens que são familiares, porém, nem sempre enfocadas, observadas por olho clínico ou atencioso. Assim, percebe-se que a cidade está em nós e age sobre nós do mesmo modo que é possível que ajamos sobre o solo urbano, deixando marcas e memórias no espaço.

A memória é um trabalho individual e coletivo de rememoração, esforço de recordação e trabalho que busca a ausência da presença. O patrimônio evoca lembranças e sentimentos comuns e se afirma por duas prerrogativas: trabalho interno e apropriação de sinais e concepções do mundo exterior que provocam afeição e revelam marcas e trajetórias de acontecimentos e relações no tempo (RICOEUR, 2007). A memória, que mescla contribuições da esfera psicológica, individual e coletiva, é um exercício de consciência, de análise e de reflexão acerca do espaço e do contexto em que se vive em negociações e conflitos com o “outro”. Por ser elemento que constitui a identidade, alimenta o conteúdo simbólico dos monumentos arquitetônicos, edificações seculares com as quais milhares de pessoas conviveram, apreciaram, viveram. As imagens dessas construções podem evocar memórias em pessoas que visitam ou deparam-se com elas diariamente. Essa memória evocada pelos monumentos é um dos fatores que legitima o discurso preservacionista e os patrimônios arquitetônicos.

Gonçalves (1988) endossa alguns preceitos que serviram de crivo para a seleção dos primeiros bens culturais a serem tombados no Brasil. Um traço essencial que norteou a escolha da arquitetura colonial mineira foi a ideia de autenticidade. Autenticidade que transcendia a estética arquitetônica, mas que remetia a um “espírito de criação” que expressava os talentos das três raças constituintes do povo brasileiro: índio, negro, branco. O autêntico, aquilo que não é reproduzível e, ao mesmo tempo, efêmero, possui autoridade diante do inautêntico, pois tem aura, originalidade e permanência no tempo (BENJAMIN, 1987).

À semelhança disso, Bonfim (2006) e Ortiz (1986) esclarecem pontos centrais do preâmbulo da elaboração e aplicação dos discursos e práticas preservacionistas no país, que tem como maior expoente Rodrigo Mello Franco de Andrade. Falam do substrato ideológico que orientou os discursos e as práticas, quais sejam o evolucionismo científico e o darwinismo social europeu. Esses conceitos, muito em voga no século XIX e início do XX, apregoavam a superioridade da “civilização europeia” cujo modelo era o único pertinente a ser seguido pelas nações menos desenvolvidas. A escolha do Barroco como representação do passado brasileiro justificou-se pela precisão de se delinear um passado reconhecido como

herança europeia exposto no “corpus” arquitetônico e artístico escolhido como patrimônio e representante da cultura brasileira. Ortiz rechaça esse termo e endossa a impossibilidade de uma única “cultura”, a brasileira, representar um país com uma diversidade cultural, social e econômica tão expressiva.

Leonardo Castriota (2012) aponta trabalhos, sobretudo de antropólogos, que desconstruem a ideia de excepcionalidade e desnaturalizam o processo de aplicação de uma política patrimonial, que almejava divulgar os caracteres nacionais, materiais e imateriais, que supostamente seriam autênticos. A escolha do corpus “documental”, segundo o arquiteto, representa um mapeamento de um Brasil e sua história, que é muito peculiar e restrito. Esses trabalhos, cada qual a sua maneira, refletem sobre a construção das primeiras ações preservacionistas no Brasil e os grupos que a fizeram concreta. Todos esses trabalhos ressaltam o caráter pouco participativo do conjunto da sociedade brasileira, em sua diversidade, na elaboração, reconhecimento e aplicação dessas ações (GONÇALVES, 1988, 2007; FONSECA, 2006; CHUVA, 2009).

No Brasil, após a consolidação das políticas de proteção do patrimônio nacional, da trajetória de seleção dos bens a serem preservados e da aplicação de leis referentes ao assunto, um novo cenário se abre a partir de 1970. Com a saída de Rodrigo M. F. de Andrade e a entrada de Aloísio Magalhães, bem como a influência de uma sociedade mais plural e organizada, o conceito de cultura brasileira tornou-se obsoleto e ultrapassado. A identidade brasileira, criada ou forjada nos anos 1930-40, não contemplava a diversidade dos grupos que habitam esse país. De certo, a Revolução Cultural de 1968, o movimento feminista, o movimento negro, os sindicatos e todas as ações que contemplam movimentos sociais e suas bandeiras colaboraram para um entendimento mais plural e multifacetado da sociedade brasileira. Toda essa eclosão de movimentos sociais interferiu nas políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro pelo IPHAN, que já sustentava fama de ser pouco democrático no que concerne à participação da população na condução das políticas patrimoniais. É honesto reconhecer que, na fundação do SPHAN nos anos 1930, Mário de Andrade já propunha um anteprojeto que reconhecesse os costumes, os hábitos, os rituais, enfim, a cultura e suas manifestações imateriais como patrimônios a serem salvaguardados. Contudo, suas sugestões não se concretizaram, uma vez que Rodrigo Mello Franco de Andrade foi eleito autoridade máxima do SPHAN, sendo dele a condução de outros projetos que visaram a outras prioridades, tal como abordado no primeiro capítulo (FONSECA, 2006; CHUVA, 2009).

A cultura, nos últimos 50 anos, considerando toda a sua diversidade, tem sofrido interferências, encontros e conflitos pelo processo denominado globalização (CHOAY, 2001; SANTOS, 1997). A mundialização das tecnologias possibilita a disseminação de ideias, ideologias, costumes, ao mesmo tempo em que condiciona uma homogeneização da cultura, sobretudo dos países possuidores de patentes tecnológicas. Como exemplo existe a reprodução de *modus vivendi* norte-americano explorado pela indústria cinematográfica e musical. Não obstante a esse cenário de homogeneização, ocorre um movimento contraditório baseado na resistência de muitos cidadãos, que desejam resguardar seus próprios costumes, hábitos, patrimônios. As identidades locais ascendem com grande força e destacam um rio caudaloso de memórias múltiplas, subterrâneas, conflituosas ou harmônicas. Os suportes de memórias, quais sejam, a diversidade dos objetos a serem reconhecidos como patrimônios culturais, se alargam em uma gama de bens materiais e imateriais, relativos aos grupos mais distintos e antagônicos que entram para a plêiade dos objetos que carregam em si identidades culturais.

Para Stuart Hall (2003) e Néstor Garcia Canclini (2002), as identidades, sobretudo na “pós-modernidade” são múltiplas, dinâmicas e convivem com o conflito e o encontro no próprio ato de reivindicá-las. Esses autores assinalam a influência dos meios de comunicação, das tecnologias e da indústria cultural como fatores que podem interferir na elaboração e manutenção das identidades de forma a sustentá-las ou enfraquecê-las. Esses autores mencionam a existência de um discurso hegemônico que dissemina um pensamento opressivo, desejoso de suprimir diferenças, ditar comportamentos e visões de mundo. Em contrapartida, um movimento de resistência, identidades locais e regionais se fortalecem e se intensificam e utilizam desses meios de comunicação que propagam um discurso dominante, para discutirem, reivindicarem suas identidades e suas memórias. Pelo fato de se procurar a possibilidade de apropriação e recepção dos discursos, torna necessária a reflexão e investigação da dissipação de discursos hegemônicos. Considerar esquemas estruturantes de classificação do mundo, não impede o historiador de reconhecer estratégias de transformação e intervenção dos indivíduos no espaço físico e simbólico em que habitam (GRAMSCI, 1989; HALL, 2003).

Canclini (2000) endossa o caráter híbrido das identidades, sejam aquelas elaboradas no passado e no presente. Toda cultura é uma miscelânea de manifestações e costumes de diversos povos. Nenhuma cultura é pura e sempre se alimenta de criações e dos contatos de variados tipos de seres humanos, de suas tecnologias, de seus saberes.

A cidade, o espaço urbano, abriga uma multiplicidade de edificações, discursos, natureza, uma imensidão de elementos que evocam a memória e demarcam identidades. A memória é constituída e construída em um lugar, em contraposição a outros lugares. Lugares, espaços urbanos, são por excelência palco de construção de memórias, pois ali se depositam e se depositaram ações coletivas ou individuais que alimentaram trajetórias de vida. E o homem, na busca de si mesmo, de sua história e de seu lugar no mundo, volta-se para esses territórios para rememorar tudo aquilo que de forma positiva ou negativa o formara (BENJAMIN, 1987; 1986; 1989).

O espaço abriga diversas manifestações culturais dos grupos que as praticam. Eunice Durham (1993) afirma que todo patrimônio é cultural, pois legitima-se pela repercussão de uma representação de um universo simbólico. A História ancora-se na diversidade para problematizar o tempo e o espaço, e é perceptível o caráter de disputa entre os diversos grupos que desejam escolher, legitimar e divulgar seus patrimônios. Embora o discurso preservacionista, sobretudo aquele ligado aos bens selecionados como riqueza nacional e seus símbolos, aponte a necessidade de preservação pelos traços inquestionáveis de beleza e valor “histórico” de um dado objeto, pressuposições acerca desse patrimônio demonstram o discurso que o legitima. Um pensamento hegemônico que, ancorado em memórias e em capital simbólico, dissemina a inquestionável necessidade de preservá-los. Como exemplo, cito as igrejas barrocas de cidades setecentistas que, com seus caracteres duradouros, perpetuam-se, edificando também imagens, lembranças, memorações, representações.

Entrementes, proponho repensar o centro “histórico” de São João del-Rei como um lugar de memória, por abrigar exemplares arquitetônicos que remetem à construção de uma identidade, que embora refutada, ainda permanece, qual seja, do passado colonial do Brasil em que vigora representações da Igreja e da Monarquia. Essa identidade, que tem o centro como suporte, legitima-se pelos cuidados que a área recebe dos poderes públicos, por meio das mensagens e discursos elaborados por programas de educação e informação patrimonial, que endossam o conjunto arquitetônico urbanístico como um espaço que deve ser cuidado por todos. Esse cuidado deve-se ao fato de que esse patrimônio representa e sintetiza uma identidade cidadina e brasileira. Porém, será que os moradores, no conjunto da cidade, identificam-se com o centro, se importam com sua preservação? Antes de entrar nessa discussão, gostaria de discutir qual o papel dos centros “históricos” nos conjuntos urbanos na contemporaneidade.

3.2 Os centros “históricos”: lugares de memória ou estratégia de marketing?

Já foi esmiuçada parte da construção do discurso preservacionista no primeiro capítulo da dissertação. Foi esclarecido também, junto a essa análise, sobre as mudanças centrais na maneira de se perceber o centro histórico na cidade de São João del-Rei, o que se formula em consonância a esse discurso e às diretrizes de planejamento urbano que vigoraram e funcionaram nos últimos 60 anos no Brasil e no mundo.

Já foi citada a revalorização, intervenções e sobre novos usos do centro histórico de São João del-Rei como versão de um fenômeno que ocorre em escala global a partir dos anos 1980. Porém, antes de aprofundar na relação de memória e identidade de moradores dos três bairros citados, em relação ao centro, é oportuno esclarecer: qual seria a identidade desse centro, quais são seus novos usos?

As edificações, principalmente aquelas situadas no conjunto urbanístico tombado ou próximo dele, têm sofrido bruscas transformações em decorrência dos feitos decorrentes da globalização, uma vez que não somente a materialidade, as tecnologias e seus congêneres se mundializam. A cultura, os hábitos, as formas de se administrar e de interferir no espaço urbano, também se internacionalizaram. Françoise Choay (2001) afirma que o movimento de globalização atinge as edificações e centros “históricos” de modo a revitalizar e a restaurar construções e espaços que, outrora, estavam ocupadas por classes abastadas que, com a desvalorização ocorrida nos anos 1960,²⁷ dali se retiraram. A autora denomina esse fenômeno como inflação do patrimônio e problematiza a questão dos centros urbanos não somente como um efeito de mercantilização e gentrificação, pois, com as interferências nesses espaços, são elaborados novos usos, como comércio e estabelecimentos empresariais ocupados por novos atores sociais.

Essa definição da historiadora é muito pertinente para o que tem ocorrido no município em pauta. Várias edificações antigas da cidade têm sido revitalizadas e restauradas desde 1990. O centro da cidade, sobretudo o perímetro tombado, ostenta casas antigas restauradas. Todas as ações que visam à salvaguarda e à manutenção desse patrimônio são

²⁷Argan (2005), voltando-se para um modelo de planejamento urbano modernista funcionalista, realça uma matriz que dividia as cidades em setores, afastava os moradores dos grandes centros em nome da racionalização dos centros urbanos. A adequação de bairros a um conjunto dentro da cidade fragmentada em bairros de funções diferentes, as periferias independentes e autossuficientes, segundo o autor, provocou um esvaziamento dos centros históricos, sua deterioração e abandono. Ressalto que o centro de São João del-Rei sempre foi um pólo comercial para consumidores de cidades vizinhas e nunca esteve abandonado, tal como outras cidades setecentistas do Brasil. Porém, a preocupação com a preservação de suas edificações antigas de forma intensa e ampla para atrair turistas e renda é algo que se desenvolve com mais nitidez a partir dos anos 1980.

frutos de parcerias público-privadas e consomem milhões de reais para sua concretude. São João del-Rei encontra-se incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das cidades históricas que se dirige a 44 cidades de 20 estados. Na cidade, a presidente Dilma Rousseff anunciou, dia 21 de agosto de 2013, a quantia direcionada a esse projeto.

A presidente da República, Dilma Rousseff, anunciou, nesta terça-feira (20), R\$ 1,6 bilhão para investimentos em ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para 44 cidades históricas de 20 estados, em [São João Del Rei](#), a 185 quilômetros de Belo Horizonte. A previsão é a de que o recurso seja aplicado em requalificação e obras de infraestrutura urbana, recuperação de monumentos, sítios históricos e patrimônio. As ações devem ser desenvolvidas nos próximos três anos. (Pedro Angêlo, Portal G1 Minas. *Dilma Rousseff anuncia em Minas 1,6 bi para cidades históricas*. 21 de agosto de 2013).²⁸

A escolha da Presidente em anunciar esse plano no município não se faz aleatoriamente. Há anos, sobretudo a partir do ano 2000, a cidade de São João del-Rei tem recebido honrarias e fama, sobretudo seu centro. Em 2007, foi eleita a capital brasileira da cultura. Em 2014, recebeu mais verbas, em parceria público-privada para mais um projeto de revitalização, de seu mobiliário, projeto inovador piloto que, caso tenha êxito, se dispersará para outras cidades “históricas” ([Fonte: G1 MG Zona da Mata](#). apud, SÃO JOÃO DEL-REI TRANSPARENTE, março de 2014)

Além das ações que contemplam a infraestrutura do centro, há os eventos tais como: Inverno Cultural, peças de teatro, danças, procissões e ritos que ocorrem, em sua maioria, nas adjacências do perímetro tombado e, em menor quantidade, acontecem em outros pontos que também são patrimônios. Todas essas transformações e intervenções provocam uma cenarização, espetacularização e estetização dos espaços centrais. Esse fenômeno que se desenvolve em várias cidades do mundo é bem definido e sugere que novos olhares se voltem para os centros, sobretudo os dos turistas.

Essas duas questões enformam aquilo que designamos por processo de estetização. Este, nos variados contextos urbanos que se manifesta traduz-se concretamente no embelezamento de fachadas, num ordenamento das cidades ou através da criação de eventos atractivos que combinam o tradicional com o festivo. Esse processo revela-se, igualmente, no distanciamento que se estabelece entre uma cultura vivida ou um espaço ou um espaço habitado e sua relação de exterioridade (social, geográfica, cultural, ou intelectual que caracteriza a experiência turística, a exibição folclórica ou até a lógica político tecnocrática). Esse distanciamento conduz, nas palavras de

²⁸Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/08/dilma-anuncia-em-minas-r-16-bi-para-pac-de-cidades-historicas.html>.

Richard Handler, a uma “objetivação” dessa cultura ou espaço vividos. (FRIAS; PEIXOTO, 2001, p. 2)

Vários autores já estão cômnicos das transformações que as ações de revitalização e restauração provocam nos centros históricos. Salvador, Ouro Preto, Olinda, Recife²⁹, já tiveram os usos e costumes do território sendo alterados por interferências espaciais. Gentrificação, circulação excessiva de pessoas, mudança de rumos de comércios em estabelecimentos que passam a contemplar novos usos. A cidade se articula, organiza, mantém ou modifica a paisagem focada excessivamente nos lucros auferidos a partir do turismo e da atuação do setor empresarial. Segundo essa lógica, a cidade se prepara mais para o turista, para as iniciativas empresariais do que para os habitantes locais (BEREINTEIN, 2008; LEITE, 2010).

Porém, a lógica do mercado se insere e transforma o espaço urbano não somente por ser empresarial. Existe um discurso, o qual se mostra na linguagem e no espaço, que confirma, que legitima os centros históricos como lugares que sintetizam o passado e conferem sentido ao futuro. Segundo Peixoto (2003), a revivificação dos centros históricos e a consciência patrimonial que lhe subjaz é fruto de uma sociedade que, em decorrência das tecnologias, do avanço do capital, modifica-se e rompe permanências cotidianamente. O lócus principal dessas transformações seria o espaço urbano. Esse sentimento de mudança, não obstante, provoca um sentimento de perda, de ruptura; em que, na revitalização dos centros históricos; seus edifícios, sua paisagem, servem de objetos de rememoração de uma identidade coletiva, sobretudo a cidadina. Porém, o sentimento de identidade, para esse autor, não é o mais importante a ser observado nesse contexto. A união de diversos grupos em nome de uma identidade se faz, pois é necessário o sentimento de assimilação de mudanças que ocorrem no espaço, “a consciência patrimonial ajuda a promover essa assimilação” (ibidem, 1998, p. 213-214).

Essa mudança que Peixoto (2003) menciona refere-se à morte ou luto dos centros históricos a partir dos anos 1960, como já foi apontado nas linhas acima. Essa patrimonialização, que acarreta estetização, cenarização e, não rara vezes, gentrificação dos centros históricos, não ocorre pelo desejo de um retorno ao passado, ele é imprescindível para o futuro dessas cidades. Daí explica-se o fato de a maioria das cidades que se consideram

²⁹Para o conhecimento de estudos, em cidades brasileiras e europeias, que se ocupam de analisar as transformações no espaço em decorrência do planejamento estratégico e da patrimonialização, ler: (SANT’ANNA, 2004); (FORTUNA, 2002); (SANCHES 1999); PEIXOTO (2003); NEVES (2013).

históricas e que garantem seu marketing, sua imagem a partir dessa prerrogativa, nem possuem sua história, seu passado como função dominante para o conjunto da cidade. Ainda assim, os centros históricos representam o epíteto da identidade da cidade por expor os objetos mais antigos e simbólicos do conjunto urbano. Digo isso em uma perspectiva material e imaterial.

Percebo que, historicamente, há singularidades no caso de São João del-Rei, quando se analisa o seu centro. Uma delas, como foi apontado no primeiro capítulo, é a diversidade de estilos que se apresenta em seu conjunto arquitetônico urbanístico e a prevalência do uso residencial dos imóveis. Esse uso residencial, acoplado com a função comercial, não permitiu a existência de um centro morto, em luto. O local sempre serviu de abastecimento de produtos para o sanjoanense e os vizinhos de cidades menores da meso-região dos Campos das Vertentes, e o movimento sempre foi sua marca registrada. Ali também sempre ocorreu intensa circulação de capitais referentes ao setor imobiliário e de comércio de todos os tipos.

A preservação do centro “histórico” dessa cidade, algo que até a atualidade é motivo de disputas entre atores sociais distintos sobre o que deve ou não ser preservado, ainda privilegia os caracteres estilísticos coloniais, pois confere harmonia à ambiência do conjunto. Apesar de a variedade de estilos representar uma das imagens predominantes dos atrativos sanjoanenses, a autenticidade, a originalidade do estilo colonial ainda vigora nas leis de preservação do patrimônio mais recentes. Inclusive nas recomendações do Conselho Municipal de Patrimônio, órgão mais ativo em proposições de objetos a serem preservados e com autoridade para interceder junto aos órgãos governamentais (COTA; SILVA, 2013).

O centro, que historicamente foi alvo das intenções diferenciadas de tombamento e proteção, de três décadas para cá, tornou-se alvo de desejo de investidores e autoridades municipais. A maioria das interferências espaciais no local se faz em consonância com a intenção de se revitalizar o patrimônio barroco salvaguardado nos anos 1930, com a distinção de que, na atualidade, é quase um consenso sua preservação.

Assim, o centro histórico e o discurso que legitima sua preservação, que tem como limiar o final dos anos 1930, apresentaram-se como representação da identidade brasileira, da importância de ser mineiro para a formação de ser “brasileiro”. Hoje, esse discurso, ainda privilegiando o patrimônio barroco, constrói-se enaltecendo uma identidade cidadina, um diferencial que o município possui e que outros vizinhos não ostentam. A partir daí, compreende-se a necessidade de mesclar, amalgamar o aspecto colonial do município com alguns símbolos da modernidade, como a construção do shopping center e do aeroporto, já

citados no primeiro capítulo. Essa miscelânea entre moderno e antigo é o que distingue a imagem de São João del-Rei de Tiradentes, Ouro Preto ou Prados, cidades próximas ao município em pauta e que também se inserem no circuito turístico da Estrada Real.

Além das interferências espaciais, Fortuna & Silva (2012); Bereinstein (2008) e Pesavento (2005) nos indicam uma supervalorização das culturas produzidas em espaços urbanos e nos centros históricos. O fenômeno, conhecido como culturalização, coaduna os aspectos paisagísticos, arquitetônicos e naturais do espaço às manifestações culturais, à espetacularização do patrimônio imaterial, tal como as procissões e missas, como o Ofício de Trevas. Os hábitos ritualísticos dos moradores, cultivados pelas tradições católicas, não são apenas devoção, quando analisados em todo o cenário urbano. São eventos, acontecimentos que atraem turistas e renda para a cidade, atribuindo novos usos à fé e aos ritos.

A quarta-feira que antecede a Sexta-Feira Santa, para o povo de São João del-Rei, desde os tempos mais remotos é a *Quarta-Feira de Trevas*. Nela, à noite, na Matriz do Pilar, acontece uma das mais peculiares e tradicionais liturgias da Semana Santa: o *Ofício de Trevas*. *Pura música colonial, em latim*. Esta é a linguagem do Ofício, composto por cantos gregorianos, leituras cantadas em ritmo local e responsórios barrocos – compostos pelo padre músico *Padre José Maria Xavier*. É quase certo que o Ofício de Trevas acontece em São João del-Rei há quase trezentos anos, na noite da Quarta-Feira de Trevas e nas manhãs da Sexta-Feira da Paixão e do Sábado de Aleluia. Certo é que São João del-Rei é **o único local onde o ofício é celebrado ininterruptamente há mais de 200 anos, no mesmo formato e com o mesmo discurso e repertório de sua criação**(grifo meu)- coisa que não aconteceu em outras cidades históricas. (Blog Tensões e terentenas. Semana Santa 2013 . São João del-Rei 300 anos. Ofício de Trevas. Música na noite da amargura, 27 de março de 2013).³⁰

O Ofício das Trevas marca a Semana Santa em São João del Rei. Segundo o padre Geraldo Magela da Silva, pároco da Paróquia Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar, o antigo Ofício Divino da Igreja é realizado por completo, com três momentos, apenas no município. Tradição mantida a mais de três séculos, a cerimônia é toda em latim e repleta de simbolismo para reviver o sentimento de Jesus. (Nathalie Guimarães. Ofício das Trevas é tradição secular na Semana Santa de São João del Rei, Portal G1 Zona da Mata, 13 de abril de 2014)³¹

As duas reportagens endossam o caráter único do ritual celebrado somente na cidade em foco. As reportagens têm o intuito de divulgar e atrair fiéis católicos de toda a região dos Campos das Vertentes e da Zona da Mata. Citei esse ritual como exemplo, porém, ocorrem

³⁰ Disponível em: <http://diretodesaojoaodelrei.blogspot.com.br/2013/03/semana-santa-2013-sao-joao-del-rei-300.html>.

³¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2014/04/oficio-das-trevas-e-tradicao-secular-na-semana-santa-de-sao-joao-del-rei.html>.

inúmeras procissões, novenas e outras missas que atraem o público de São João del-Rei e das cidades próximas.

As revitalizações, por sua vez, aumentaram a vetustez das edificações, monumentalizando-as; os eventos culturais, as procissões e rituais religiosos seculares ao serem realizados em espaços de novos usos criam e reforçam uma identidade sanjoanense. Essas transformações que convivem com continuidades são observadas pelos passantes, pelos moradores do centro e pelos praticantes dos espaços centrais. Segundo Silva (2014), a paisagem urbana, por possuir vários traços do passado, sempre é reapropriada pelos cidadãos que lhes conferem usos e funções que são aplicáveis no presente. Entrementes, ela propicia uma reflexão sobre o que é pretérito, ao mesmo tempo em que explicita sinais de um futuro próximo através dos traços materiais e imateriais condizentes com o novo e com a contemporaneidade. O passado, enquanto experiência vivida, tem a possibilidade de orientar ações presentes e futuras de modo a possibilitar, aos homens, a escrita de sua própria história, o sentir e as consequências de suas ações no espaço. As intenções dos cidadãos e suas práticas escapam à intencionalidade inicial dos interventores do espaço e dos projetos e interferências que nele são colocadas.

Michel Pollack (apud HALBWACHS, 1989) aponta os monumentos, as edificações antigas, como pontos de referência que estruturam e consolidam a memória coletiva, pois sugerem um passado e a possibilidade de um futuro comum. É certo que conjuntos arquitetônicos, que servem como lugares de memória, só se tornam memórias a partir do momento em que se negocia conviver com outras memórias individuais e coletivas que os indivíduos e grupos possuem. Essas memórias são reelaboradas e se tornam identidades a partir do momento em que são aceitas como autênticas, como representação de um universo simbólico que é própria de uma coletividade.

Desse modo, resta-nos saber sobre os moradores que moram distantes desse centro, se vivem esse espaço, se conhecem as leis de salvaguarda do patrimônio que transformam esse lugar em território especial para a prefeitura e para o turismo. E, o mais importante, se eles se apropriaram da construção sócio-histórica desse discurso e se eles sustentam uma relação de memória com esse lugar.

3.2 Memória e identidade do centro para os moradores das Águas Gerais e Gameleira

Quando pensei em reconhecer um sentimento de identidade nos moradores dos três bairros, pelo centro de São João del-Rei, refleti sobre a complexidade de se compreender e encontrar indícios desse sentimento em um depoimento. Muitas considerações foram tecidas na elaboração das perguntas do roteiro. Primeiramente procurei saber com que frequência iam ao centro, o que procuravam e o que sentiam ao visitar o local. O fato é que quase 100% dos moradores dos três bairros visitam o centro em frequências variadas. Eis alguns depoimentos que sugerem isso:

P. Com qual frequência a senhora vai ao centro da cidade?

D. Todos os dias.

P. Todos os dias?

D. Todos os dias.

P. Porque a senhora dá aula no centro?

D. Sim, porque eu dou aula no centro e sempre tem outras coisas pra fazer, só nas férias que eu tenho ficado um pouquinho mais em casa, agora nas férias eu tenho ficado um pouquinho mais em casa, mas geralmente eu vou todo dia.

P. E o que mais a senhora vai fazer no centro?

D. Compras, ou alguma...eu vou muito ao colégio à tarde e também porque eu trabalho de manhã, mas eu vou muito à tarde, e mesmo algum tipo de passeio a gente faz, às vezes de ir pra praça mesmo sentar, ficar olhando o turista passar, né? rrsrrsrs, mas assim de uma forma geral tem sempre alguma coisa pra fazer lá em baixo... (Dona Conceição)

Dona Conceição é professora emoradora do bairro Gameleira, frequenta o centro diariamente por ministrar aulas em um colégio ali estabelecido. Seu depoimento me chamou a atenção, pois, dos 14 depoimentos dos bairros Águas Gerais e Gameleira, ela, quando perguntada sobre a frequência de suas idas ao centro, espontaneamente disse que gostava de ir para apreciar, além de comprar ou ir à missa. Existe um deleite de se apreciar a paisagem, de se caminhar sobre ela (DOSSE, 2004; OHARA, 2012). Os turistas, enfim, todos os traços e aspectos que tornam São João del-Rei uma cidade histórica e turística. Dona Conceição também trabalha, em suas aulas de português, artes e religião, a educação patrimonial e, segundo seu depoimento, já recebeu treinamento em algum museu da cidade, específico para a abordagem que discute a importância da preservação. Além de professora, catequista dos bairros Águas Gerais e Gameleira, dona Conceição é católica e frequenta os templos situados no centro.

eu já levei meus alunos para museu, já tivemos palestra em museu pra poder trabalhar eh, eu já dei aula na igreja, no largo do São Francisco, aulas de arte pra mostrar para eles que havia, havia mais artista ainda, né? então no caso aqui mesmo pra defender a memória da cidade. (Dona Conceição, professora, 48 anos)

Esse segundo trecho da fala da professora demonstra sua identificação e uma recepção do discurso preservacionista em uma perspectiva de identidade cidadina, e não de uma identidade brasileira. Isso sugere que ela se apropriou da transformação sócio-histórica do discurso que privilegia uma identidade local, consequência de transformações nas políticas de preservação incentivadas a partir dos anos 1970 pelo IPHAN e, sobretudo, pela Constituição Federal de 1988. Ela menciona “defender a memória” da cidade, realizando um trabalho de conscientização com seus alunos, realçando a produção artística, a exemplo, ela cita a igreja de São Francisco, local em que ela já ofertou aulas e que é um exemplar reverenciado do Barroco/Rococó produzido em Minas. Além de conhecer o discurso que incita a preservação dos bens situados no centro, ressalto que ela conhece os discursos e não as situações, atores sociais e razões sócio-históricas que o criaram, dona Conceição fala que gosta de caminhar no centro “histórico”. Ela se identifica com as edificações e todo o conjunto urbanístico central, sente-se à vontade nesse lugar, quer lutar por sua preservação e acha que a proteção desses espaços significa proteger a memória do município. Essa senhora tem apego e vivência no centro (RICOEUR, 2007) o que a distingue da maior parte dos moradores dos dois bairros que dizem ir ao centro para comprar e rezar. Considero que essa depoente treinou seu olhar para apreciar os monumentos do centro, com o auxílio da tradição católica, mas, sobretudo, pela presença constante de um modelo de preservação que se ancora na educação patrimonial.

O fato de ser uma educadora em uma cidade “histórica” estimulada a ser preservada pelos setores públicos e privados, condicionou essa senhora a receber treinamento com temas condizentes com a História do Brasil Colônia e História da Arte (DU CERTEAU, 1994; PESAVENTO, 2005). Mas o interessante é que a fala de Dona Conceição não menciona a palavra “minha identidade”, é uma identidade coletiva, é nossa, mas não minha.

- P. Com que frequência você vai no centro da cidade?
- D. Como assim?
- P. No centro onde fica o comércio, as igrejas, os museus.
- D. Não vou não. (sinal de negativo)
- P. é difícil você ir lá?

D. É.
P. E quando você vai o que você costuma procurar lá?
D. Eu vou passear, né?gastar.
P. Mais pra lazer mesmo. Você costuma frequentar o Inverno Cultural, os teatros, os shows?
D. Não.
P. Você não tem esse hábito?
D. Não. (Carlos Henrique, 20 anos, servente de pedreiro)

O rapaz de 20 anos considera o centro um lugar de lazer, porém, não compartilha ou cultiva imagens tradicionais do centro de acordo com sua fala, sobretudo dos edifícios antigos, considerando-os lugares especiais. Quando indagado sobre o contato com a educação patrimonial, se ele já assistiu a aulas sobre o conjunto arquitetônico urbanístico, sobre a importância de sua preservação, ele respondeu que talvez tenha assistido, porém, frequentava a escola, segundo ele, mais para “fazer bagunça”. Com certeza, o patrimônio histórico é algo que, para ele, não possui importância, não foi um discurso que lhe chamou a atenção. A fala desse rapaz foi por mim considerada como uma não identificação desse indivíduo com o conjunto arquitetônico urbanístico central, não há sentimento de apego, de se sentir representado ou à vontade naquele espaço caso não se consuma produtos. Não existe um uso, uma prática do espaço, um caminhar descomprometido e observador da paisagem (DU CERTEAU, 1994; PESAVENTO, 2005). Apesar disso o rapaz selecionou seu tipo de uso específico desse espaço que, para ele, seria o comercial, o de consumo.

P. A senhora costuma ir ao centro da cidade?
D. Costumo.
P. E quando a senhora vai ao centro o que a senhora costuma fazer lá?
D. Marcar consulta lá na saúde mental.
P. E tem mais alguma coisa que a senhora faz lá, compras?
D. Compra que eu faço é assim, roupa, né?quando eu vou comprar compro roupa. (Dona Maria Sueli)

P. De vez e quando vai à missa? Você costuma ir ao centro da cidade?
D. Pouco.
P. Pouco? E quando você vai costuma fazer o quê lá?
D. Passear, ir numa loja mesmo, comprar.
P. Quando você passeia lá quais os lugares em que você vai?
D. Na avenida.
P. Mas, assim, tem algum estabelecimento, um restaurante, um bar?
D. Não, restaurante eu nunca frequentei não. (Sr. José, 42 anos, servente de pedreiro)

Ótica similar pode ser adotada para a maior parte dos moradores entrevistados que afirmam frequentar o centro somente para comprar ou ir ao médico. Não há uma fruição do espaço, uma relação de identificação com o local, de observação de seus objetos arquitetônicos, paisagísticos, ou de usufruto do lugar. Esses depoimentos ilustram a relevância do centro da cidade para as relações comerciais, econômicas e de consumo. Consumo de produtos e consumo de cultura (TEOBALDO, 2010; FORTUNA, 2002; BEREINSTEIN, 2008) que serão confirmados em relatos de moradores que frequentam as festas e rituais que, em grande parte, se apresentam no centro. Alguns bairros, como Matosinhos, possuem uma malha comercial muito diversa, mas, ainda assim, as ofertas do centro são mais sedutoras, fartas e satisfazem a necessidade de consumo de pessoas de todos os bairros, além de habitantes de cidades circunvizinhas.

Percebi que os cidadãos decidem de que maneira vão usar a cidade, conforme as limitações que a paisagem coloca, embora exista um vetor de forças que sugere o quê e como um indivíduo pode interpretar e usar a cidade. Atribuo esses novos usos, essas novas práticas do espaço, a consequências das mudanças espaciais que ocorreram historicamente no município. O centro, em si, suas vias e calçadas, não é um convite ao deleite e apreciação dos cidadãos. Suas calçadas são estreitas e suas ruas largas são voltadas para a locomoção de veículos. Pessoas são bem-vindas ao centro quando estão nos restaurantes, em grande parte, ofertantes da cozinha “mineira” ou da alta gastronomia; nos museus, ou nas Igrejas. As praças oferecem poucos bancos e assentamentos que convidam à pausa contemplativa para observação do ambiente. Assim, acho compreensível que em ambos os bairros a motivação mais citada para se frequentar o centro seja comercial, sobretudo quando se reconhece que os bairros Águas Gerais e Gameleira não possuem comércio de supermercados, farmácia, lotéricas, lojas de roupas, calçados e todos os tipos de estabelecimentos.

No bairro Fábricas, que abriga um comércio significativo e variado, percebi que a visita ao centro para fins comerciais e de acesso à saúde também foi muito mencionado:

D. Ah, no tempo que eu vou lá eu vou muito em loja assim, mas assim, ir lá pro centro pra ver as igrejas, aqui é cidade pequena, nas igrejas...

P. Não vai ao médico, fazer compras, dentista?

D. Não, essas coisas é sempre no centro.

P. E é sempre no centro...

D. Sim. (Dona Márcia, 38 anos, auxiliar de cozinha)

P. Então a senhora, mas por exemplo, a senhora, não vai ao centro, na Colônia?

D. Eu não gosto desse lugar não. Eu gosto muito de ficar quietinha aqui no meu pedaço. (Dona Dirce, 42 anos, doméstica)

P. Tem mais algum outro bairro que você vai?

D. É só centro, Matosinhos, eu ando tudo aqui.

P. No caso quando você vai no centro, você vai fazer o que no centro?

D. Às vezes eu vou pagar algum coisa, às vezes eu vou fazer, assim...

Vizinha de Dirce. Na casa da sua sobrinha, nas Mercês. (observação da autora)

D. É, na casa da minha sobrinha, comprar alguma coisa que às vezes não acha aqui, eu compro lá, assim.

P. E você costuma ir ao centro a passeio, pra lazer?

D. Ah, não, não, agora não costumo ir não, já fui muito. Agora não vou mais não.

P. Mas cê já foi sim, e você gostava de ir?

D. Na época sim. Na época eu gostava, agora não vou mais não.

P. você ia só pra ver os monumentos, as igrejas, os casarões, os museus?

D. Não, museu e igreja eu nunca tive de ir nisso não. (Dona Cláudia)

P. você gosta de frequentar o centro? Você gosta das igrejas, dos casarões, dos museus?

D. Pra te falar a verdade assim, eu nunca frequentei, não tenho muita frequência com essas coisas não, mas, dizem que é bom, né? eu não tenho certeza, eu não tenho muita frequência!

P. E você acha bonito quando você está lá?

D. Ah, eu acho bonito. (Robson, auxiliar de topógrafo, 25 anos)

No depoimento de dona Márcia, auxiliar de cozinha, foi confirmada sua ida ao centro para fins de consumo e visitas a médicos e dentistas, embora afirmasse que há muito tempo não ia ao centro. Quando perguntei se ela frequentava as igrejas, os museus, se ela visitava o local para apreciar a paisagem, ela respondeu nem que sim, nem não se ia ao centro. Ficou em silêncio: “Ah, no tempo que eu vou lá eu vou muito em loja assim, mas assim ir lá pro centro pra ver as igrejas, aqui é cidade pequena, nas igrejas...”. Acredito que se ela visitasse o centro para visitas aos monumentos responderia prontamente, sem reticências ou dúvidas.

Dona Dirce, empregada doméstica, disse que evita ao máximo ir ao centro, que prefere ficar no “seu pedaço”. As palavras dessa senhora é um exemplo do sentimento de pertencimento a um lugar. Se ela considera esse lugar como algo que é seu, que lhe refere e representa, é porque ela se sente livre ao caminhar pelas vias do bairro, conhece as pessoas que ali vivem, sabe como agir em seu espaço, portanto, sabe como trabalhá-lo, transformá-lo e modificar-se a si mesma.

E a realidade, quer dizer o lugar onde se vive, deve ser conhecido e reconhecido pelos que ali vivem, pois conhecer o espaço, para saber nele se movimentar, para nele trabalhar e produzir, significa conseguir reproduzir-se também a si próprio, como sujeito. Esta realidade pode ser a cidade (ou o município) que é por excelência

o território compartilhado, o lugar da vida, onde se dá a reprodução em determinado tempo e espaço, do mundo que é o global, do universal. (CALLAI, 2013, p. 2)

É claro que o fato de ser uma moradora do bairro já propicia a identificação da senhora com esse espaço. Porém, o discurso hegemônico, disseminado pelos meios de comunicação e pelas escolas, afirma que o centro e seu conjunto arquitetônico urbanístico é um lugar que representa todos os habitantes, e sua preservação e reconhecimento devem ser protagonizados por todos os habitantes de São João del-Rei. Mas, que lugar é esse, que remete à identidade de todos, à memória da cidade e é frequentado majoritariamente para consumo? Lugar o qual Dirce afirmou não gostar de frequentar e preferir o seu “pedaço”, o seu bairro (SOBARZO, 2006). Dona Cláudia Valéria, auxiliar de cozinha, 43 anos, mencionou alguns aspectos negativos do bairro, porém, quando indagada sobre visitas ao centro para visitar monumentos, essa respondeu “não, museu e igreja nunca tive que ir não”. Essa parte do depoimento despertou meu interesse, pois a moradora do bairro Fábricas insinua que só iria a museus e igrejas se “tivesse” de ir. Quando é um lugar pelo qual se cultiva identificação ou admiração, primeiramente, frequenta-se, visita-se, ainda que esporadicamente. Essa senhora, segundo seu depoimento, nunca visitou as igrejas, os museus, os casarões. Somente frequentaria esses locais se tivesse de ir. Como se identificar e preservar um monumento, um documento, se não se frequenta, se olha ou se observa o patrimônio arquitetônico e seu entorno?

Já Robson afirma que não possui o hábito de visitar os monumentos do centro, não “tem frequência disso”. Essa frequência não se refere somente ao verbo frequentar. Sua fala me remete também a uma frequência que revela sintonia e simpatia pelo conjunto arquitetônico urbanístico central a ponto de visitá-los para lazer ou de simples uso do espaço para apreciar os monumentos. A fala dos indivíduos revela muito além do que a semântica que lhes são próprias e pode expressar compreensões acerca do mundo que não expressamos voluntariamente. Interpreto que esse rapaz, quando diz que não tem “frequência nisso”, explicitou que não cultiva esse hábito, que não se identifica com essa visão hegemônica do centro enquanto local a ser contemplado. Ou simplesmente ele não visita os monumentos centrais por não considerar necessário ou interessante para sua vivência. O fato é que esse rapaz, tal como outros entrevistados, escolheu o centro com o intuito de consumo e não de contemplação.

Um depoimento se destacou dos demais por expressar uma relação de identificação e apego em relação ao centro.

- P. Rsrsrcrsrsrs. Com que frequência o senhor vai ao centro.
D. Eu vou quase todo dia.
P. O senhor vai todo...
D. Todo dia eu vou, na caminhada. Pra passear, eu vou nas igreja, toda segunda-feira.
P. O senhor vai pra rezar, pra visitar?
D. Dia de semana vou pra visitar, dia de sábado eu vou pra ir à missa. Quando eu não vou aqui no Dom Bosco, eu vou lá na catedral.
P. O que tem lá nas igrejas que faz o senhor ir tanto lá, assim?
D. Eu gosto do centro, eu sempre gostei de andar, eu ando bastante. Eu sempre vou pro centro e pro lado de Matosinhos. É um dos lugar que eu mais ando.
P. O que o senhor acha de especial nas igreja que o senhor vai tanto, se o senhor pudesse falar?
D. As igreja, os monumentos, eu sempre admirei as igreja aqui de São João.
P. O senhor sempre teve esse hábito?
P. Além de quando o senhor vai pra visitar o que mais o senhor faz no centro, compras, médicos, dentistas?
D. Olha, compras é difícil, eu vou mais pra passear mesmo. Eu vou passear mesmo.
P. A passeio então. O que o senhor sente ao frequentar o centro?
D. É bom, eu acho bom. Acho interessante o centro.
P. O que o senhor acha que lá tem de especial?
D. Olha eu gosto de tudo ali, não tem nada que não me agrada no centro. Eu adoro o centro. Eu vou lá que eu converso com os amigo.
P. Então o senhor se relaciona com pessoas de lá.
D. Eu tenho muitos amigos lá no centro que ficam sentados lá na pracinha e a gente conversa, já tá aposentado mesmo. (Enésio, 63 anos)

A fala desse senhor expressa o quanto as opiniões sobre espaços e lugares podem se diferenciar conforme os usos que deles se fazem (SILVA, 2014.). Distintamente de grande parte dos moradores do bairro das Fábricas, ele diz que frequenta pouco o centro quando o intuito é consumir. Considero que o uso do espaço urbano para fins de consumo e de professar a fé como legítimas e autônomas maneiras de usufruto do território. Porém, seu relato é peculiar, pois Sr. Enésio afirma que, para o centro se dirige, por se sentir bem nesse espaço. Comparece às igrejas toda segunda para apreciar, observar e contemplar um lugar de meditação, oração e silêncio. Ele menciona repetidas vezes que se sente muito à vontade ao caminhar no centro, de se sentar na pracinha e conversar com os amigos. Vejo na fala desse senhor uma autonomia e uma consciência aprimorada sobre o uso do espaço público, ainda que este se transforme e se adeque ao consumo de mercadorias e de bens culturais materiais e imateriais (DU CERTEAU, 1994; BEREINSTEIN, 2008; TEOBALDO, 2010). Esse depoimento confirma a possibilidade de se considerar o espaço não somente como local de reprodução e interferência de poderes que representam o grande capital e a política a ele

subjacente. O espaço público é o lugar de realização das ações humanas, dos encontros entre pares e cidadãos que podem decidir de que forma ocupá-lo, para a reflexão da ação política, para o lazer, para a conversa descompromissada sobre amenidades do cotidiano (LEFEBVRE, 2008; SOBARZO, 2006). É a materialização das relações cotidianas se formulando no ambiente e construindo as diversas possibilidades não somente de uso, mas também de apropriação e de transformação do espaço urbano.

3.3 Usos do centro para consumo de eventos e manifestações culturais

Outra questão do roteiro que me fez analisar a relação de identidade dos moradores da cidade em relação ao centro “histórico” concerne à frequência em que estes se dirigem para esse lugar a fins de lazer e de comparecimento a eventos culturais. A imagem do centro e, por conseguinte, a identidade sanjoanense, constitui-se também pela memória imaterial que é representada nesse espaço. Indaguei se os moradores dos três bairros assistiam a peças e a espetáculos nas ruas ou em locais fechados, como o Teatro Municipal, se apreciavam eventos, como o Inverno Cultural. Eis aqui alguns depoimentos:

P. Vc vai no Inverno Cultural, nos eventos, nos shows, procura participar das oficinas?

D. Aham, vou,

P. Você gosta?

D. Gosto. (ROBSON, 25 anos, auxiliar de topógrafo).

P. A senhora já foi no Inverno Cultural, teatro?

D. Não.

P. A senhora vai assim, nas igrejas, nos museus?

D. Não.

P. A senhora é católica?

D. Eu sou católica.

P. A senhora frequenta alguma igreja aqui de São João del-Rei?

D. A Igreja São José. Quando eu vou eu, vou é na Igreja de São José que... pausa, silêncio. (Maria Sueli, do lar, 64 anos.)

P. Você costuma ir aos eventos do Inverno Cultural?

D. Não. (com veemência)

P. Não vai não?

D. Não. (Sr José, 42 anos, servente de pedreiro)

P. Você, quando tem o Inverno Cultural, você vai nos shows, nos eventos, nas oficinas?

D. Não, não vou não. (Leandro, 14 anos, estudante)

P. A senhora costuma ir ao museus, aos casarões, as igrejas?

D. Não. Nas igreja já, quando é época de festa, de visita, eu vou sim.

P. Em quais igrejas a senhora vai?

D. Eu vou na Matriz, no São Francisco, ali no Carmo, a gente vai de vez em quando naquele igreja nossa aqui ó, tem missa, a gente vai lá, mês que vem tem festa aqui, que dia dela, né? e de Santa Rosa de Lima e tem festa aqui. Aí a gente comemora, faz festa, tem missa, tem procissão, a procissão desce, vai até ali na descida da rua Santo Antônio, volta, até que é bom a festinha aqui. (Dona Dinara, faxineira, 46 anos)

P. Eh, a senhora costuma frequentar, ir nos Invernos Culturais, no teatro, nos espetáculos?

D. Ah, muito difícil...

P. Dífícil? Algum espetáculo de dança, algum evento religioso?

D. Sinal de cabeça que não. (Dona Ivone, bairro das Fábricas)

P. Tá, certo, você costuma frequentar o Inverno Cultural, os teatros, os shows?

D. Não, não.

P. Quantas vezes por semana, por mês, você vai ao centro? Tem como você ter uma ideia?

D. Não tenho ideia não, viu? Umas duas, três vezes assim?

P. Na semana?

D. Não, no mês, depende do que tiver que fazer. Depende muito.

P. E quando você vai ao centro você disse que vai por algum motivo...

D. Ou pra comprar, ou pra pagar. (Claúdia, auxiliar de cozinha, 43 anos)

Doze depoimentos dos 14 recolhidos dos moradores dos bairros Águas Gerais e Gameleira disseram não frequentar os eventos do Inverno Cultural e também negaram realizar visitas aos monumentos centrais ou irem ao centro apenas para apreciá-lo. O depoimento de Dona Dinara revela que, embora a moradora não frequente os eventos dos movimentos culturais do município, ela participa das procissões, das festas, das missas. Os eventos de cunho religioso, sobretudo os católicos, recebem um contingente considerável de pessoas, principalmente na Semana Santa. Esses rituais que acontecem em grande parte nas vias do centro são bem aceitos pelo conjunto da sociedade sanjoanense. São acontecimentos que auxiliam na composição de uma paisagem que remete a tempos passados, que remetem à continuidade de tradições vivenciadas em um cenário “histórico”, ambientado e considerado patrimônio histórico. Essa participação da população é condizente com a atual maneira de se gerir e realizar o marketing citadino. Todavia, os moradores, quando se dirigem ao local com esse intuito, demonstram uma maneira própria e subjetiva de utilizar esse espaço. A moradora se movimenta porque é devota e gosta da ideia de professar sua fé nessa localidade, sua atitude é autônoma e independe da imagem que querem divulgar sobre o centro. Ao mesmo tempo, a devoção desta e de outros moradores ajuda a reforçar um imaginário de que o centro carrega histórias e tradições vivas. Ela acentua a importância de uma comemoração de

devoção própria da localidade e também elogia a festa de sua comunidade. Outros moradores, dos dois bairros ou de outras localidades, participam de outras festas religiosas em outro bairros, porém, essa moradora, decidiu que gostaria de frequentar o centro também.

A localidade é frequentada por transeuntes dos referidos bairros, porém, toda a monumentalidade e disposição barroca, pelo menos de forma consciente, não é significativa para esses atores sociais sob o ponto de vista histórico, da memória coletiva ou da História da Arte, próprias de um discurso hegemônico. O barroco, considerado enquanto um estilo, uma manifestação própria de um tempo e de um espaço, considerado enquanto *modus vivendi* está presente na vida desses moradores, porém, de forma internalizada, como hábito. As igrejas são, antes de tudo, o templo de Deus, e a visita a esses locais se realiza em nome da fé cristã e de uma ética própria do lugar. As visitas a museus e igrejas, enquanto obras de arte a serem apreciadas, são pouco frequentes entre os entrevistados, e a participação nos eventos do Festival de Inverno, conhecido como Inverno Cultural, realizado em colaboração entre a UFSJ e a prefeitura, não é intensamente apreciado por grande parte dessas populações e públicos dos bairros.

Os depoimentos acima expressam a não participação dos entrevistados na construção do espaço, no caso “culturais”, concernentes às igrejas, museus, casarões e ao próprio centro, pois não são mencionados enquanto representantes da história e da identidade coletiva ou pessoal. Eles acham bonitas as edificações, de certo, em decorrência da grandiosidade e monumentalidade próprias do Barroco, orientadas por disposições do Concílio Tridentino, o qual regulamenta o local e a maneira de se construir as igrejas e a cidade visando à manutenção do *status quo* da Igreja e da Monarquia a partir de sua representação simbólica no espaço. De certo, a internalização do significado da grandiosidade da Igreja e do catolicismo é algo predominante na mentalidade e na conduta do sanjoanense. Porém, o monumento, enquanto documento (LE GOFF, 1996) e representação da identidade nacional ou local, é pouco significativo para muitos moradores desse município. Quando vão à Igreja é com o intuito de professarem sua fé.

Após buscar falas que sugeririam os possíveis usos do centro em relação aos moradores dos três bairros, conduzi a entrevista no sentido de perceber qual o conhecimento dos moradores a respeito do significado do conceito de patrimônio cultural e dos instrumentos de preservação legais que o legitima. Começamos por algumas considerações ouvidas no bairro Fábricas:

- P. E o que você entende por patrimônio? Por que você acha que as igrejas, os museus, alguns casarões são considerados patrimônio?
- D. É um patrimônio porque tem de zelar por eles, pro bem futuro das crianças, né?
- P. Tá certo, quando você estudou alguma professora falou dessa importância de se preservar o patrimônio?
- D. Já, já, já citô sim.
- P. Quando você estudava as professoras citavam? Você se lembra disso.
- D. Lembro. (Sr. Gabriel, 38 anos, pedreiro)

A fala desse senhor permite compreender que sua concepção de patrimônio contempla cuidados e zelos por determinados objetos. Quando ele diz que deve “zelar por eles, pro bem futuro das crianças” ele realça, ainda que não de maneira explícita, a necessidade de repassar o discurso preservacionista para as próximas gerações, em seus primeiros anos, para que o discurso seja arraigado junto ao desenvolvimento dos pequenos. Nesse senhor há uma recepção, uma aceitação clara de que patrimônio cultural é algo que deve ser salvaguardado. Esse pensamento é algo generalizado nos entrevistados. Quando indagado a respeito de sua memória, em seus tempos de escola, de uma abordagem docente acerca da temática, ele diz que se lembra das professoras mencionarem sobre a importância da preservação do conjunto arquitetônico urbanístico central.

- P. O que você entende por patrimônio? Quando, “ah, aquilo ali é um patrimônio cultural”, o que você entende por isso? Um edifício, uma construção, caracterizada como patrimônio cultural. O que você acha que esse objeto tem de diferente?
- D. (Pausa). Antiguidade.
- P. É por que é antigo?
- D. Antigo.
- P. Quando você estudou por acaso se lembra de alguma professora comentar da importância da preservação?
- D. Na época que eu estudei? Ah, primário, não lembro não. (Sr Marcelo, 53 anos)
- P. O que você entende por patrimônio cultural?
- D. Ih, agora cê me aperto?
- A vizinha respondeu: Igreja, orquestra...
- D. Resposta para a vizinha: Oh, já te falei que depois cê fala seu problema lá, na hora da sua conversa, deixa eu acabar com o meu primeiro, pelo amor de Deus.
- Resposta direcionada a minha pessoa: D. É as igreja.
- P. Tá certo. Quando a senhora estudou alguma professora falou dessa questão da importância de se preservar as igrejas, os casarões?
- D. Não, na minha época nunca não, num teve essas coisa não. (Dona Dirce, 42 anos)
- P. E o que você entende por patrimônio cultural?
- D. Isso eu não posso te responder por...
- P. Você não me responderia? Tá certo. Mas, por exemplo, cê sabe que as igrejas são consideradas patrimônio. O que que faz dessa igreja um patrimônio?

D. O tempo?
P. Eu quero que você me responda, rs.
D. Ah não, eu não posso te responder não.
P. Fica à vontade.
D. Eu vou tá repetindo o que eu falei, por ora eu não respondo não.
P. Quando você estudou alguma professora falou da importância da preservação?
D. Olha, é incrível, na minha época não se falava isso não, incrível.
P. Você não tem lembranças?
D. Não tenho lembranças, mas eu posso te afirmar que não se falava em bens tombados. (Sr. Rômulo, 59 anos).

Sr. Marcelo, 51 anos, recepcionista, endossa o caráter de antiguidade que o patrimônio cultural possui. Ou seja, patrimônios culturais são, intrinsecamente, objetos antigos. Dona Dirce não soube me responder o que é patrimônio cultural, a vizinha, Dona Cláudia, interrompendo a entrevista, citou prontamente as Igrejas, as Orquestras. Dona Dirce simplesmente repetiu o que a amiga disse, “é as igreja”. Sr. Rômulo disse que, por hora, não poderia me definir o que seria patrimônio cultural, não se sentiu apto a responder o questionamento. Sr. Marcelo, Sr. Rômulo e Dona Dirce estabeleceram depoimentos que se encontraram, se concordaram (BOSI, 1983) quando afirmaram que não se recordavam de aulas referentes à educação patrimonial e ao discurso preservacionista. Acredito que essa declaração sugere um indício no tocante às transformações do discurso preservacionista. Na época em que estudaram, nos anos 1960-70, embora possuam curta escolaridade, quarta e quinta séries, quase não se difundia a importância da preservação enquanto programa educacional, inclusive para crianças. A educação patrimonial, no Brasil, começa a ser praticada de forma mais notável a partir da Constituição Federal de 1988, que abrange o conceito de patrimônio como representante de identidades múltiplas. As transformações subjacentes às aplicações de modelos de planejamento urbano condizentes com a preservação dos patrimônios culturais também corroboram para a dissipação do discurso preservacionista e da disseminação pela sociedade desse instrumento de preservação. Em suma, em um modelo de planejamento urbano modernista-funcionalista ou nacional-desenvolvimentista, a preservação dos patrimônios culturais estava relegada ao segundo plano, embora existisse. Na atualidade, a preservação dos bens culturais, sobretudo em cidades setecentistas, tem sido intensamente estimulada pelos órgãos públicos e sua aplicação nas políticas educacionais é recorrente em todas as escolas do município. A experiência de estagiários do curso de História da Universidade Federal de São João del-Rei, inclusive a minha, foram realizadas no sentido de trabalhar a História Local e Regional como estímulo à preservação e identificação com o conjunto arquitetônico urbanístico central.

Com entrevistados mais jovens, também do bairro Fábricas, percebi outra situação:

P. O que é patrimônio para você?

D. Patrimônio eu acho que é aquilo que a gente tem de valor para a cidade, seria histórico...

P. Histórico? E só uma pergunta assim...você sabe por que aquelas igrejas foram tombadas, quem pede esse tombamento...?

D. Não...

P. Esse tema do patrimônio, da preservação foi falado na sua sala de aula, na universidade mesmo...esse tema é abordado, essa questão da preservação do patrimônio?

D. Raras vezes, na escola nem muito, raras vezes quando ia estudar a história da cidade aí se abordava o assunto, mas era superficial mesmo, o professor não entrava muito não...Na faculdade o meu curso não fala disso também não. (Ana, 19 anos)

P. Na escola, por exemplo, nas aulas que você tem, alguma professora fala que é importante preservar algumas construções lá do centro? Você tem aulas sobre isso?

D. Tenho.

P. O que você entende por patrimônio cultural?

D. É bão, cê aprende mais, é mais gostoso.

P. Patrimônio cultural. (Pedro, 12 anos)

Os dois jovens mencionam terem acompanhado aulas sobre o tema, embora não se expressem intensamente a esse respeito. Na fala da jovem Ana, de 19 anos, ela afirma que o tema foi abordado raras vezes em seu período escolar, quando se realizou, executou-se uma abordagem acoplada à História Local. Pedro, de 14 anos, diz que já presenciou falas desse tema e mencionou que ele ajuda na aprendizagem, apesar de não se aprofundar a respeito do assunto. Na realidade seus dizeres não me convenceram e acredito que sua afirmação desejava desviar o assunto, o foco, para não ter que assumir que nada sabe a respeito dele. A educação patrimonial ainda é uma temática pouco explorada nas instituições educacionais do ensino fundamental e médio diante de outras disciplinas, porém, já é uma realidade. Acredito também que o ensino da educação patrimonial, por ser algo recente, ainda está se enraizando na sociedade brasileira e nas escolas e, por conseguinte, sua mensagem ainda não foi apropriada pela sociedade brasileira. Ainda está se descobrindo, no Brasil, de que maneira elaborar ações para desenvolver essa educação patrimonial e sensibilizar os cidadãos para os patrimônios do conjunto da cidade. Porém, mais importante que isso seria despertar os cidadãos para reconhecerem e salvaguardarem seus patrimônios, não esperando que essa iniciativa venha do Estado (PELEGRINI, 2006).

Nos bairros Águas Gerais e Gameleira, à similitude do quadro do bairro Fábricas, pouquíssimos moradores definiram de forma mais precisa o significado do termo patrimônio. Porém, alguns moradores, com suas palavras, definem um juízo de valor sobre o termo.

P. E o que é patrimônio pra vc?

D. Patrimônio? Deixa eu ver, rsrrsrrs, é tão complicado patrimônio, cê me pegô de surpresa, tudo que é protegido, né? pelo estado, o estado protege esses lugares, por exemplo a Igreja de São Francisco é um patrimônio e tem as pessoas que protegem lá, tem os museus, esses museus também são patrimônio, então, alguém toma conta disso e sabem de tudo que acontece lá, e tudo tem alguém pra proteger, pra ficar lá tomando conta, aqui em São João tem muito patrimônio, né?... (Dona Elísia, 52 anos)

O depoimento de Dona Elísia endossa a imagem das igrejas enquanto maior representação do patrimônio cultural da cidade, sobretudo se considerarmos que ela citou a Igreja São Francisco de Assis, monumento colossal reconhecido como um magnífico exemplar do Barroco/Rococó mineiro. Essa representação das igrejas enquanto legítimos patrimônios culturais são notáveis desde os fins dos anos 1930 e também nos anos 1940. Nesse período de interferência do SPHAN no espaço central da cidade, em que se realizou o tombamento do conjunto arquitetônico urbanístico central, as disputas entre os atores sociais que desejavam “modernizar” o espaço contra aqueles que intencionavam preservar as características antigas não se arrefeciam quando o assunto era a salvaguarda das Igrejas (TAVARES, 2012). Esse consenso de que as Igrejas são os mais importantes exemplares de patrimônio a serem protegidos manteve sua continuidade no tempo e na memória do sanjoanense.

Outro aspecto que me despertou interesse na fala de Dona Elísia é o aspecto de vigilância incutido no conceito de patrimônio Cultural. Ela acentua que esses edifícios são vigiados, que “tem alguém que toma conta lá”, que “Alguém” está sempre protegendo esses locais. A definição dessa senhora também focou a responsabilidade do Estado na salvaguarda desses bens.

O que você entende como patrimônio?

D. Patrimônio,

P. Aqui na cidade de São João del-Rei?

D. A rua Santo Antônio.

P. Sabe de mais algum lugar?

D. A igreja de São Francisco.

P. A Igreja de São Francisco, o que mais?

D. É o Carmo?

P. O Carmo, seriam só essas?

Interrupção por barulho de carro. Silêncio.

P. Quando você estudou, alguma professora disse da importância de preservar as igrejas, os museus?

D. Falou. (Sr. José, 42 anos)

O depoimento do Sr. José confirma, se encontra com o depoimento de Dona Elísia e de outros moradores, ou seja, quando se fala em patrimônio cultural, logo se vem à mente as igrejas oitocentistas. Ele citou a famosa Igreja de São Francisco, a Igreja do Carmo, duas das Igrejas de Irmandades poderosas de São João del-Rei. Nenhum morador citou a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, por exemplo, tão ou mais antiga que as duas igrejas citadas.

Ele citou a Rua Santo Antônio como patrimônio, pois vive perto dessa rua. Todos os dias esses moradores se deparam com o aspecto “antigo” dessa localidade, seus telhados e fachadas coloniais, os passinhos. Essa rua também possibilita uma visão que incide sobre os grandes templos localizados no centro. Com certeza esse morador acompanhou a trajetória de asfaltamento e calçamento protagonizada por prefeitos distintos do município. Esse ocorrido, mencionado no segundo capítulo, serviu de exemplo para os moradores, uma vez que eles acompanharam o conflito entre aqueles que desejavam asfaltar a rua e aqueles que desejavam permanecer com a feição mais próxima ao estilo colonial, isto é, deixando-a calçada com paralelepípedos. Esse episódio mostrou aos residentes próximos dessa via que os espaços considerados patrimônios culturais estão mais suscetíveis a atitudes e interferências diferenciadas no espaço por parte dos poderes públicos que seus próprios bairros, que não são considerados abrigos de patrimônios culturais.

Ele menciona, tal como o Sr. Gabriel, morador do bairro Fábricas, que professores falaram sobre a importância da preservação em sua idade escolar, embora ambos não deem detalhes sobre essas recordações.

P. Sabe não? Eh, o que que é patrimônio pra você?

D. Ah, num sei fala não.

P. Você pode me falar o que você sabe...

D. Ah, mas eu num sei não.

P. Eu quero assim, que você fala com as suas palavras mesmo...

Silêncio. (Leandro, 14 anos)

P. Você acha o centro bonito, diferente, ou acha que o centro é um lugar como qualquer outro?

D. Um lugar como qualquer outro.

P. O que você entende por um bem tombado?

D. Como assim?

P. E quero saber se você já ouviu falar em tombamento, em patrimônio cultural e o que você entende por isso?

D. Eu acho que é ruim.

P. Você acha que é ruim?

D. Sim. (haram).

P. Tá certo então. E por que você acha que é ruim?

D. Ah, num sei não.

P. Quando você estudou sua professora falava sobre a importância da preservação? Que era importante preservar as igrejas, os museus, os casarões?

D. Eu nem sei, eu ia pra escola só pra bagunçar mesmo. (César Henrique, 20 anos)

P. O que a senhora entende como patrimônio?

D. Ah, não entendo nada. Rsrssrrsrrsrrs!

P. Rsrssrrsrrs!

D. Quando a senhora estudou, a senhora se lembra de alguma professora se falar que era importante preservar as igrejas, os museus, os casarões, enfim, os monumentos centrais?

D. Que eu saiba nunca, não, não me lembro. Deve que depois com o passar do tempo deve que ela perguntou outras crianças, né? Mas no meu tempo não. (Dona Judith, 86 anos)

Os depoimentos desses dois adolescentes assemelham a outros no sentido de que vários cidadãos não souberam explicar o que significa o termo patrimônio cultural. Além de mencionar que o centro, para ele, “é um lugar como qualquer outro”. Ou seja, é um lugar que se utiliza quando precisa e que, para ele, não ostenta nada de especial.

No segundo depoimento, o rapaz alega que patrimônio para ele é algo ruim, desagradável. Quando indagado sobre o motivo dessa ojeriza, ele não soube responder. Provavelmente sua declaração é baseada em relatos negativos acerca do termo patrimônio, realizados por vizinhos e parentes. Tais observações podem ter sido formuladas a partir da experiência ocorrida na Rua Santo Antônio. Acredito que, quando se fala de algo com o qual nos identificamos, jamais relacionamos esse termo a algo que é ruim. Dona Judith afirma que não entende nada de patrimônio cultural e, quando indagada sobre seus tempos de escola e sobre aulas acerca dos monumentos do centro de São João del-Rei, cidade que ela sempre viveu, ela diz não se lembrar desse discurso. Essa fala confirma depoimentos anteriores de moradores de ambos os bairros que não tiveram em sua época escolar o ensino de educação patrimonial. Ademais, o desconhecimento sobre o significado do termo patrimônio cultural compromete o entendimento, o reconhecimento e a identificação dos cidadãos em relação aos objetos portadores desse título. Como reconhecer um determinado bem cultural como patrimônio se é desconhecida a propriedade, a peculiaridade que define esses objetos? Esses depoimentos de dois jovens e de uma senhora idosa de 86 anos permite-me inferir que, embora as políticas de preservação do patrimônio cultural tenham se iniciado nos anos 30 do século passado, a população, mesmo depois da Constituição Federal de 1988, ainda tem

pouco conhecimento e participação na realização dos critérios de seleção e legitimação desses bens (FONSECA, 2006; CHUVA, 2009; PELEGRINI, 2006). O riso da moradora, quando perguntei sobre o que ela compreendia sobre o termo patrimônio cultural, revela uma resistência a essa temática que, para ela, parece não ser importante de forma que a ela mesma zomba de sua ignorância sobre o termo.

P. E o que o senhor entende por patrimônio? Quando falam que um objeto é patrimônio?

D. Ah, é quando é uma coisa antiga da cidade, foi criado, vamos pensar, um cem anos atrás. A cidade é histórica, cento e tantos anos. Aqui tem 149 anos?

P. Isso.

D. Justamente, a cidade tem cento e quarenta nove anos e tem coisa que não pode desmanchar, não pode mudar o visual, pode mudar lá pra dentro, piscina aquática, é possível mudar lá pra dentro, mas a frente, né? O modelo, a frente dela, não pode mudar a frente da casa, a estrutura. Não pode mudá a casa na frente, mas no fundo pode, porque já é patrimônio, e fica feio se mexer mesmo. Agora tem uma coisa, a rua depois que fez, tá feito. E agora não tem como desmanchar mais não, deixaram fazer. Agora pode deixar, e tem fiscalização pra isso.

P. Tá certo, o senhor se lembra, se quando o senhor estudou as professoras falavam da importância de se preservar as igrejas, os museus, o senhor lembra disso na sala de aula, só se o senhor se lembra mesmo assim?

D. Olha, não me lembro disso aí não, no meu tempo eles não falavam isso aí, não.

P. Então o senhor não se lembra?

D. Não, no meu tempo eles não falavam isso não.

O depoimento do Sr. João também considera que patrimônio deve ser um objeto antigo, de pelo menos 100 anos. Ele realça que uma construção considerada patrimônio não deve ter seus traços externos e sua fachada modificados sem a devida autorização do IPHAN. Ele menciona que, caso tenha ocorrido modificações nesses objetos, esses não devem sofrer intervenção por parte dos órgãos responsáveis. Ele deve ter se pautado no exemplo da Rua Santo Antônio para fazer essa afirmação, que na década de 1990 foi asfaltada pelo prefeito Nivaldo de Andrade. Posteriormente, em decorrência de denúncias ao Ministério Público, realizadas por órgãos responsáveis, foi expedida decisão judicial que ordenava o calçamento da rua para a melhor ambientação de sua arquitetura com o centro de características coloniais. Esse acontecimento marcou os moradores do centro e localidades próximas, uma vez que essa via é passagem para os moradores se dirigirem ao centro comercial e “histórico”, essas interferências por reformas, de certo, causaram transtornos nos moradores, daí a fala do Sr. João que afirma, “se deixou modificar não se deve mexer mais.”.

Esses acontecimentos permitem-me inferir que as mudanças ocorridas no espaço urbano em nome da preservação do patrimônio histórico repercutem nas concepções da população da cidade acerca dos objetos salvaguardados e da maneira como eles interpretam e se apropriam do conceito e de suas práticas. Ou seja, as ações que visam proteger ou descaracterizar uma paisagem em nome da preservação do patrimônio cultural são observadas, sentidas pelos moradores que utilizam e caminham nesse território (PESAVENTO, 2005; SILVA, s/d).

P. No caso, quando a senhora frequenta o centro, as construções antigas, as igrejas os museus, o que a senhora acha?

D. Não, é muito bem organizado, é muito bem feito. Eu admiro, é bonito. Eu acho bonito, é uma coisa assim que veio de quando criou São João, tem grandes histórias de São João aí, que a gente sabe que tem e a grande história aí de quando tudo começou, por isso eles num qué que as casas...não gosta de reforma que tira o modelo dela. Tem que reformar e deixar do jeito que tá. Portanto aqui na rua Santo Antônio tem que deixá as pedras, eles não querem que ranca. Não pode asfalto, asfalto assim, nas bilheterias, nos bairro, mas lá no centro eles não mexem. Entendeu, eles deixa porque aquilo ali é histórico mesmo. (Dona Elisa, 67 anos)

A definição de Dona Elisa sobre o que ela pensa sobre o centro permite compreender e detectar vários sinais de aceitação de um discurso preservacionista tradicional. Ela diz que considera o centro “histórico muito organizado, muito bonito”. Ou seja, ali existe uma manutenção, um cuidado que diferencia esse espaço de outros lugares da cidade. Ela também, tal como Sr. João e outros moradores, ressalta o caráter de proibição caso se queira modificar construções protegidas sem aviso e autorização prévia. Todavia, nesse trecho, me desperta grande interesse a afirmação do relato de que foi ali que tudo começou e, naquele cenário, há muitas histórias, que ali é “histórico mesmo”. A preservação daquele espaço, para essa senhora, se justifica, pois, ali está a história verdadeira sobre São João.

Primeiramente, que história é essa, que tem o centro como representante e que, na visão dessa moradora, expressa a história do município? Essa fala torna oportuna uma análise que considere a escrita da história enquanto seleção de memórias e objetos que delineiam um passado. Essa versão de um passado ancorada em um conjunto arquitetônico urbanístico que remonta ao início da ocupação do município, no século XVIII, é apenas uma das possibilidades da infinitude de histórias que ocorreram naquele espaço. Essa versão foi adotada para cultivar as memórias e a materialidade que a ela dão vida. Essa maneira de se contar o passado selecionou uma série de objetos e memórias, escreveu uma versão da história

e disseminou a toda a população com apoio do SPHAN, de autoridades locais, da Igreja Católica e das elites ligadas aos antepassados que construíram esse conjunto arquitetônico urbanístico.

Paul Ricoeur (2007), ao problematizar a historiografia e a memória como suportes da História, endossa o caráter seletivo intrínseco do processo de memorização que se constitui pela capacidade de armazenamento limitada do cérebro, bem como pelo seu caráter social. Memórias coletivas também são frutos de escolhas, contudo, realizadas por grupos, legitimadas e dissipadas por várias instituições. Por isso que, quando esse autor cita a memória e História, sempre realça o caráter de esquecimento que está impregnado em ambas. Muitas histórias se passaram em São João del-Rei no século XVIII e XIX, mas, os resquícios e os objetos das manifestações artísticas barrocas/rococó, integradas no conjunto urbano de São João del-Rei e acopladas a um discurso hegemônico, reforçaram a versão de uma história oficial que remete a elite branca, católica, portuguesa. Acredito que o relato dessa senhora, quando fala de algo “verdadeiramente histórico” remete a essa realidade. Por isso, Pollack (1997) cita as memórias subterrâneas que não encontraram ecos na história oficial, na história das elites. Essas memórias estão vivas e, ao serem consultadas, explicitam uma infinidade de possibilidades de construir novas versões das diversas Histórias que se construíram nesse município e de se salvaguardar irreconhecidos patrimônios. Essa possibilidade de escutar novas histórias e de se reconhecer novos patrimônios e memórias é um dos atributos da História e um presente para o historiador que seleciona a História Oral como metodologia (DELGADO, 2003; POLLACK, 1997; AMADO, 1997)

Quanto ao reconhecimento do tombamento como instrumento jurídico de conservação e proteção, é possível perceber que os moradores dos três bairros possuem certa noção do que significa, porém, sem muita profundidade. Alguns entrevistados demonstraram ter pouco ou nenhum conhecimento do que esse termo e essa ação propõem.

P. Você sabe por que alguns bens do centro foram tombados, você sabe por que acontece o processo de tombamento?

D, não, sei não...

P. Na sua opinião o que você acha que caracteriza um bem tombado? Por que você acha que as igrejas recebem tanto preservação, vigília...Por exemplo, aconteceu uma coisa aqui na cidade no meio da década de 90 que eles queriam asfaltar as ruas perto das igrejas e não foi permitido. Vários moradores da cidade foram contra, vários órgãos. Por que você acha que alguns imóveis têm essa proteção, por parte da prefeitura, do estado, do país...

D. Eu acho que é mais pelo Estado...

P. Pelo Estado? E por que você acha que o Estado guarda este bens...

D. Eu acho que é pela História, né? e pelo tempo que tem, né?

P. Nesse caso então o que você entende por esse patrimônio, o que você mealaria?

D. O que eu entendo como patrimônio?Ai meu Deus...risos e suspiros... agora cê me pegô...risadas
P. Silêncio (espera)
D. Não sei em palavras, em palavras... (dona Márcia, auxiliar de cozinha, 32 anos)

P.Você sabe como esses bens as Igrejas os museus como hoje eles são protegidos. Primeiro você sabia porque esses bens são protegidos?
D. Olha, eu sabia que era protegido, como, não sei não, como eles são protegidos não.
P. Você sabe quem pede para proteger, quem é que dá essa proibição de que não pode mexer, de que não pode mudar?
D. Não, não sei.
P. Tá certo.Você sabe o que é um tombamento, se eu te perguntasse o que é um tombamento, o que você me responderia?
D. É o que não pode mudar, né?Bem tombado não pode mudar. Ali na rua têm casas tombadas que não podem mudar, inclusive a Rua Santo Antonio todinha. Inclusive na época que o prefeito arrumou aqui a rua, que era rua só de pedra, nossa, quando ele colocou asfalto, nossa foi uma polêmica danada... (dona Elísia, do lar, 52 anos)

As entrevistadas reconhecem os efeitos sociais do tombamento, pois falam em segurança, proteção e estabilidade da morfologia dos imóveis. A definição de dona Elísia sobre tombamento e patrimônio desconsidera o caráter mutável dos objetos preservados e das ações que possibilitam a salvaguarda dos bens. Todo bem cultural material tende a se modificar com o tempo, pelo próprio processo de intempéries e por novos usos que se pode deles realizar. Patrimônio cultural, apesar de estar diretamente ligado à continuidade e à memória, possui um caráter de dinamicidade que lhe é intrínseco. Patrimônios arquitetônicos, tal como as paisagens que se encontram ao seu redor se modificam, pois são objetos históricos e culturais (CHOAY, 2001; GONÇALVES, 2002; CASTRIOTA, 2012)

Os exemplos de situações em que se aplicaram as políticas de tombamento voltadas a patrimônios arquitetônicos, vivenciadas por vários moradores dos três bairros, endossaram o caráter de proibição desse instrumento jurídico. Reforçou também a visão de que patrimônio é algo que não deve ter modificada a sua estrutura, sua morfologia. Os entrevistados, em sua maioria, não estão interados, conscientes dos mecanismos políticos, sociais e culturais que elevam certos bens culturais ao status de patrimônio em sua amplitude. A lei de tombamento é aplicável à sociedade, e a população tem consciência disso; embora não haja reconhecimento junto à ela sobre os mecanismos jurídicos que possibilitam tornar um objeto, ainda que seja para usá-los em consonância com a vontade dos moradores. O tombamento também pode ser utilizado para a proteção de edificações e costumes de grupos variados que habitam a cidade, sejam eles objetos antigos ou recentes. O que define um objeto a ser preservado não é somente seu aspecto antigo, e sim a capacidade que ele possui de agregar valores e

concepções próprias de uma coletividade para, assim, sustentar a durabilidade desse bem cultural e dessa identidade com o passar dos anos.

Em outros moradores, percebo um desconhecimento completo do que seria o tombamento.

P. Se eu te perguntasse o que é um bem tombado, o que você me responderia?

D. Não sei. (faz cara de espanto, interrogação)

P. Você não tem a mínima ideia?

D. Não, a mínima ideia.

P. Do que seja um bem tombado?

D. Não, a mínima ideia.

P. Então você não sabe...cê sabe que as igrejas, os museus, eles são protegidos, Expressão de interrogação do entrevistado.

P. Ou você não sabia?

D. Num sabia, não.

P. Então tá, ok. (Robson, auxiliar de topógrafo, 25 anos)

P. A senhora sabe o que é um tombamento, um bem tombado?

D. Não.

P. Não?

D. Não.

P. Por exemplo aquelas igrejas que estão lá no centro, a senhora percebe que aquilo é diferente de outros bens da cidade, ou pra senhora é tudo a mesma coisa?

D. Pra mim é tudo a mesma coisa, não faz diferença, não.

P. Num tem diferença, não?

Rsrrrrrrrrrrrrrrrrrrrrr

P. Tudo bem.

D. Eu sei que as igreja lá é muito boa.

P. E a senhora costuma ir só pra ver o que tem dentro das igrejas, a senhora vai para observar?

D. Não, (espanto) quando eu vou é pra mim rezar, ué! Rsrrrrrrrrrrr

P. Só pra rezar mesmo. Rsrrrrrrrrr. Tudo bem. O que que é patrimônio pra senhora?

D. Patrimônio é a cidade, né?

P. A cidade toda, né?

D. A cidade toda. A cidade histórica, né?

P. A cidade histórica. E tem outra parte da cidade, fora o centro que a senhora acha que é histórica também?

D. Tiradentes.

P. Tiradentes?

D. É, lá é uma cidade histórica.

P. E a senhora acha que Tiradentes é mais histórica que São João del-Rei?

D. Eu acho.

P. Por que a senhora acha?

D. É porque lá tem mais coisa, né? mais festa, mais apresentação, né? (Maria Sueli Sales de Machado, do lar, 64 anos.)

P. A senhora sabe o que significa tombamento?

D. Como assim minha filha?

D. A senhora sabe que algumas construções do centro são tombadas?

P. Ah, eu acho ruim, não se pode tomar igrejas não, tem que deixar existir. (Dona Maria, 70 anos, dona de casa)

O primeiro depoimento, concedido por um jovem rapaz de 25 anos, morador da Gameleira, reflete, expressa o total desinteresse e desconhecimento sobre a prática da preservação e do tombamento considerado na perspectiva do que ocorre em seu município e em contexto nacional e internacional. Suas respostas são breves e taxativas, voltadas para a negação do que significa esse processo. Essa ignorância não decorre tão somente da falta de educação, esclarecimento ou “cultura”. Ele não procura saber da história das igrejas e do significado dos bens tombados, porque não existe uma identificação com esses bens, ele não reconhece uma função desses objetos em sua vida, em sua identidade, em sua história individual ou daqueles que o cercam. Existe um espaço simbólico que separa as Águas Gerais e a Gameleira do centro “histórico”. Robson, apesar de não se identificar com conjunto arquitetônico urbanístico central, sabe e considera os usos que são possíveis e o que ele deseja realizar naquele espaço.

Antônio Arantes (2006) define o patrimônio cultural e as ações de preservação a ele referentes como uma realidade delineada e definida pelo Estado. O que se diferencia da construção social da memória, que é alimentada pelos atores sociais na tessitura dos contatos cotidianos. Gonçalves (2005) afirma que nem sempre um objeto instituído enquanto patrimônio pelo Estado encontra respaldo e identificação por parte da população. Ou seja, as políticas de tombamento e de salvaguarda do patrimônio cultural por parte do Estado não são suficientes para sensibilizar a totalidade dos cidadãos de um bairro, cidade, estado ou país em relação a um bem cultural. O autor denomina esse sentimento de referência da população por um objeto como ressonância. Ou seja, essa população sente-se representada por esse patrimônio cultural, existe uma sintonia, uma ligação entre a população e esses objetos.

A elaboração das políticas de preservação, em que se enfatiza a importância do ato da proteção sem se desenvolver projetos que visem expor à população os motivos que levaram a essa ação efetiva, podem comprometer a identificação da população com os objetos que são patrimônios culturais. A população brasileira, muito semelhante ao que ocorria nos anos 1930-40 do século passado, participa minimamente das decisões que selecionam os bens que serão preservados. Além disso, os moradores no conjunto da cidade cultivam vontades e afeições próprias e, não raras vezes, como foi demonstrado nos depoimentos supramencionados, não veem razão alguma para venerar um bem tombado pelo Estado, ou até mesmo poderiam reconhecê-lo como signo de um julgo social que há tempos os acompanha. Um morador do bairro Águas Gerais, ou um descendente de negros em São João del-Rei, possui motivos substanciais para questionar a representatividade das igrejas e a

predileção concedida ao centro por parte da prefeitura. Sobretudo se esse morador tem consciência de que foi o trabalho escravo que edificou a maior parte dos bens construídos no século XIX.

No segundo depoimento, a senhora de 64 anos não soube explicar o que é o tombamento. Contudo, quando indagada sobre o que seria patrimônio, ela imediatamente responde dizendo que este seria a cidade, “a cidade histórica”, tal como São João del-Rei e, sobretudo, Tiradentes que, em sua fala, demonstra ser um bairro de São João del-Rei. Ela confunde ou compara o centro da cidade com a própria história da cidade, com a representação da história oficial da cidade (DA MATA, apud, MENEGUELLO, s.d.). Para Peixoto (2003), a cenarização construída nos centros de cidades antigas, transformando-os em paisagens de edificações e traços que remetem ao passado, contribui para reforçar uma imagem que evidencia esses centros como lugares, ou provas, de um passado ainda visível e palpável. Essas imagens, essa paisagem, tornam-se alento e conforto para os cidadãos que vivem em uma sociedade que se transforma cotidianamente (HARTOG, 1996).

Dona Sueli evidencia o uso que faz dos monumentos centrais e endossa que vai às igrejas para rezar, orar, e estranha quando pergunto se já teria visitado os templos com fins de passeio ou lazer. Essa senhora está muito certa do uso que deseja fazer dos monumentos integrados ao conjunto arquitetônico urbanístico do município. Outra observação curiosa realizada por ela: quando indaguei a respeito de sua opinião sobre outros locais da cidade que poderiam ser considerados “históricos”, ela prontamente citou Tiradentes. Para ela, a cidade vizinha conservou de forma mais intensa os traços que a caracterizam como uma cidade “histórica”. Essa concepção de Tiradentes enquanto um lugar “verdadeiramente histórico” é fruto do cenário existente na cidade. A reforma realizada nos anos 1990 e 2000, patrocinada pelo setor público e privado, propiciou intervenções em várias edificações do centro. Essas modificações, pautadas em pressupostos de conservação e revitalização (CASTRIOTA, 2009) que privilegiaram o estilo colonial, foram possíveis, uma vez que Tiradentes não desenvolveu sua economia historicamente como a cidade vizinha. Esse parco desenvolvimento econômico permitiu uma menor variedade de estilos arquitetônicos. Aí reside o quadro propício de se reformular, reconstruir e intervir no espaço com o intuito de construir e evidenciar tal cenário “histórico”. Além desse fator material, que remonta à paisagem tiradentina ela justificou o aspecto “histórico de Tiradentes” pelo fato de que nessa cidade “acontecem mais festas, mais apresentações”. Ela fala do patrimônio imaterial que se desenvolve junto a um cenário

colonial “antigo” e, para ela, são essas manifestações históricas e culturais que tornam a pequena cidade mineira mais histórica que a cidade em que reside.

Acredito que em São João del-Rei, como já foi apontado, há inúmeras demonstrações e eventos que demonstram a vivacidade das manifestações imateriais. Contudo, seu cenário, que abriga o moderno e o antigo, e por possuir maior área urbana e maior população, não o torna tangível e visível pelo conjunto da população. Em Tiradentes, devido ao tamanho de sua malha urbana, qualquer acontecimento chega aos olhos e ouvidos da maior parte da população do município. Esse fato, agregado ao cenário colonial e bucólico, contribui e muito para o pensamento dessa senhora de que Tiradentes é mais “histórico”. Sobretudo quando o cidadão se apropriou da ideia de que patrimônio é aquilo que não se modifica, que se assemelha ao máximo com um passado que, não obstante, foi construído. Essa senhora, embora cultive a mesma indiferença que o rapaz de 25 anos acerca das políticas de tombamento, também incorporou a ideologia do patrimônio enquanto bem antigo, histórico, que perdurou no tempo. Sua observação, que interliga patrimônio histórico e História às manifestações culturais imateriais, demonstra uma visão muito arguta e sofisticada sobre esses conceitos e a aplicação deles em seu cotidiano principalmente quando se considera que essa senhora possui 3º ano do ensino básico.

No bairro Fábricas, me deparei com depoimentos semelhantes ao dos moradores das localidades Águas Gerais e Gameleira, que demonstram o desconhecimento da definição jurídica e social do significado do tombamento e de suas implicações no conjunto da cidade. Além disso, há a compreensão do tombamento como instrumento de vigilância e de proteção de objetos antigos, “históricos” e o total desconhecimento das funções desse instrumento de preservação como uso social, para ilustrar, recolhi depoimentos, como o deste senhor:

P. O que o senhor entende por patrimônio cultural?

D. Ah, isso aí eu não posso responder muito não porque não entendo nada disso aí.

P. Rsrssrrsrs. Quando o senhor estudou o senhor se lembra de alguma professora falar sobre esse assunto?

D. Algumas falavam que era preciso preservar, num sei o quê, naquele tempo (sic), mas hoje eu sou contra esse negócio de preservar o patrimônio. Eu acho isso aí um atraso.

P. Um atraso?

D. Em certo pontos, agora em outros lugares não. Agora num bairro cê preservar uma casa que tá caindo ali, eu acho errado, não sei se tô errado, mas eu sou contra. Tem que deixar o dono fazer o que quiser.

P. O senhor gosta de morar em uma cidade que é considerada patrimônio histórico que...

D. Eu gosto sim de morar aqui em São João del-Rei, eu nasci aqui.

P. que tem muitos bens tombados? Mas em relação a ser considerada uma cidade antiga, “histórica”, o senhor acha que é uma vantagem?

D. É bom, é vantagem morar. É um ambiente bom.

P. O senhor acha que esse tombamento é bom pros museus, pra cidade?

D. Eu acho que não. (Sr. Enésio, caldeirista, 62 anos, morador do Fábricas)

D. Entendo, entendo assim, que não pode mexer em bem tombado.

P. Isso, isso, quero que o senhor me fale com suas palavras, assim.

D. é, eu entendo assim que não pode fazer, bem tombado, tombado pelo patrimônio, então eu entendo assim, que não pode mexer em bem tombado, eu acho que é assim.

P. Não pode mexer, o senhor fala, não pode modificar?

D. Modificar, eu acho que é isso.

P. E porque o senhor acha que esses bens foram tombados? Por que eles escolheram determinados edifícios e tombaram.

D. Acho que por causa do patrimônio, a estrutura da cidade, o patrimônio, os anos, igual o edifício. Igual o edifício São João tá lá, diz que é pra desmanchar e ninguém consegue. Não devia ter feito aquele prédio lá, agora ninguém consegue. Eles tão na justiça, cê sabe disso, que eles tão na justiça?

P. eu...

D. O edifício São João.

P. Ah, sim.

D. Tá na justiça a quarenta anos, ninguém desmanchou não, uai. Vai desmanchar como?

P. Eh...

D. Num tem jeito não. Não podia ter feito, não.

P. Já tá feito, né? Rsrrrs.

D. Oh, “fulano” (ele chama o vizinho que trabalhava em uma construção), você concorda de arrancar aqui?

Vizinho responde: Não.

D. Aí, tá vendo? Ninguém concorda não, uai.

Vizinho responde. Eu não, não concordo de tirar asfalto não, tá doido. Por mim metia asfalto até lá na Biquinha.

D. Claro. Tá feito, tá feito, uai. (Sr. João Deon, motorista, morador do Gameleira)

Esse senhor conhece os efeitos do tombamento, embora não concorde com eles. Na fala de Sr. Enésio, 62 anos, percebo nitidamente um pensamento voltado para uma impressão de cidade e patrimônio cultural própria dos anos em que imperava um modelo de planejamento urbano que privilegiava o moderno. Ele menciona que a prática de tombamento, na maioria das vezes, representa um atraso e que, a preservação de edificações antigas somente deve ocorrer em determinados pontos da cidade, à semelhança do que apregoava os grupos contrários ao tombamento do conjunto arquitetônico urbanístico central nos anos 1940 (TAVARES, 2012). Um casarão antigo que suscite memórias e represente a identidade de um grupo, localizada em bairro de feições e edificações contemporâneas, não deve receber intervenção do Estado, segundo Sr. Enésio. O perímetro urbano de preservação, segundo ele, deve limitar os bens, as construções a serem salvaguardadas, ou seja, uma edificação antiga destoadada de uma ambientação estilística deveria ser desprovida de instrumentos de preservação.

A fala desse senhor é um dos indícios que confirmam a construção sócio-histórica de um discurso e possibilidades diversas de apropriá-lo com tempo. Sua idade, 62, permite confirmar que ele viveu e formou uma percepção de mundo, pelo menos ao que se refere a patrimônio cultural, forte nos 1950-60, anos de sua formação enquanto indivíduo, de criança para adulto. Ele enxerga o tombamento como um atraso, entrave ao crescimento, ao desenvolvimento da cidade. Esse mesmo senhor disse que aprecia muito ir ao centro, caminhar nesse espaço, conversar com seus amigos, ir à igreja. Mais uma vez percebo que a observação de alguns moradores sobre o centro e seu significado endossa uma visão limitada do que pode ser protegido e considerado patrimônio. Compreendo que, se a maioria dos bens tombados está no centro, se ali existe uma ambientação que pretende representar a história da cidade, pode-se comprometer o olhar direcionado dos sanjoanenses para outros bens, localizados em outros territórios, distantes do perímetro tombado.

O Sr. João Deon citou o edifício São João como prova de que um conjunto tombado pode se modificar. A construção erguida com apoio dos setores “progressistas” da sociedade local, em desacordo com órgãos e instituições de preservação patrimonial locais, foi terminada em 1961, destoando do conjunto de forte aparência colonial que a ele ficava próximo. Lembrando que, nessa época, ainda vigorava uma mentalidade que privilegiava a modernização. Após o ano 2000, a aparência do prédio, em um conjunto reformado e revitalizado, representou uma ameaça aos olhos do apreciador da paisagem colonial. O morador do bairro Gameleira afirma que na contemporaneidade não se deve derrubar o edifício, pois ele já está lá, inserido naquele conjunto e tem familiaridade para os cidadãos e função nesse espaço urbano. Se o passado não impediu sua construção, se ele se tornou parte constituinte da paisagem, para esse senhor, não é oportuna a sua demolição. O comentário do Sr. João sobre o edifício advém de boatos acerca de uma possível derrubada da construção, 40 anos após as transformações espaciais ocorridas na cidade nos últimos vinte e cinco anos, voltadas à conservação de um cenário que remete a tempos antigos.

Igualmente, percebi que a visão de tombamento, para esses moradores, remete de forma significativa aos aspectos proibitivos e de vigilância. Foram abundantes os relatos que endossavam o caráter autoritário que impedia os “patrimônios de serem modificados”, que o tombamento impossibilitava um proprietário de reformar sua casa como bem entendesse, ou seja, que limitava, ofendia e desrespeitava o direito de propriedade. Por outro lado, foi inexistente a argumentação favorável a essa prática que, de acordo com a legislação específica, pode servir de instrumento de luta para todas as classes e grupos que formam a

nação brasileira. Moradores dos três bairros ou de qualquer localidade do país têm o direito de utilizar a proposta de tombamento para salvaguardar um objeto material e imaterial que lhes represente. Eles não reconhecem o tombamento como um instrumento que, teoricamente, possa favorecê-los e zelar por um bem cultural de suas localidades.

A partir de 1977, com a Carta de Machu Picchu, reforça-se a importância da preservação dos valores socioculturais que circundam um edifício ou um conjunto tombado. Em 1986, a Carta de Washington reforça a necessidade de se preservar os valores, as relações culturais que se avizinham a conjuntos urbanos tombados, ou seja, essa carta já considerava a transformação das cidades e dos centros históricos em um novo contexto de gestão urbana. Em 1987, o Conselho Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas endossou a imprescindibilidade de se repensar os métodos de preservação de acordo com a realidade de cada cidade. Além disso, esse documento propunha inserir os cidadãos, os cidadãos, principalmente as crianças, em programas de informação patrimonial. A proposta também considerou a necessidade de se resguardar e zelar pela habitação das populações locais. Essas Cartas Patrimoniais influenciaram diretamente os rumos das políticas patrimoniais e a produção de outras cartas pautadas na realidade do Brasil e de outros países. A visão do patrimônio cultural interligada à possibilidade de um ambiente urbano que convive com suas relíquias e faz delas novos usos já é uma realidade nas políticas culturais do Brasil. Porém, a participação da população na execução das ações que selecionam, legitimam e protegem os bens culturais ainda é pequena. Isso compromete a preservação dos bens eleitos bem como de possíveis patrimônios que dizem respeito ao conjunto da sociedade brasileira e que podem ser esquecidos pelo desconhecimento da população em acionar mecanismos de salvaguarda de bens culturais. O Estado brasileiro já evoluiu no sentido de reconhecer a importância das populações locais para a preservação de um conjunto arquitetônico urbanístico e outros bens, porém, essas ações só repercutem em longo prazo e não alimenta expectativas imediatistas (PELEGRINI, 2006; FONSECA, 2006; CASTRIOTA, 2009).

Enveredando-me por essa questão que repensa o papel das populações, dos cidadãos, na preservação do patrimônio cultural, questiono se os mecanismos de preservação do patrimônio cultural incentivam, suscitam os interesses dos moradores dos três bairros a reconhecerem como seus próprios patrimônios, a legitimá-los e protegê-los. Considero também se o fato de esses moradores morarem em uma cidade reconhecidamente “histórica”, com diversos patrimônios protegidos e com um conjunto arquitetônico urbanístico

diferenciado, influencia e incentiva esses moradores a selecionarem seus próprios bens culturais a serem zelados, vigiados pelo Estado. Eis alguns depoimentos:

P. E senhora acha que aqui no Gameleira tem algum bem que possa ser tombado, ser considerado patrimônio?

D. De fato não tem, algo que possa ser tombado, naturalmente nós temos a igreja que a Elísia comentou, né? que, lá nas Águas Gerais, poderia ser trabalhada de forma pra que pudesse ser tombada. Mas, infelizmente é uma igreja que ela desaparecer de lá, lá eu acho que vai ser mais um prédio que foi, espiritualmente não, mas... (Dona Conceição, 48 anos, professora)

P. Tá, você acha que aqui, as Águas Gerais, também é considerado patrimônio, tem algum lugar, ou todo o bairro que poderia ser considerado patrimônio? Como as igrejas, o centro?

D. Ah não, aqui não tem nada. (Leandro, 14 anos, estudante)

P. A senhora acha que aqui no seu bairro tem algum lugar específico que poderia ser considerado patrimônio, que poderia ser protegido também, tombado?

D. Esse meio nosso aqui não, agora da Santo Antônio pra lá ninguém mexe. Agora aqui não.

P. Aqui a senhora acha que não tem nada?

D. Aqui não tem nada assim não. Aqui não tem nada a ver não. Se a pessoa quiser derrubar, derruba. Mais na frente aí um rapaz reformou a casa dele todinha esses dias. (Eliana, cozinheira aposentada, 57 anos)

Dona Conceição, a princípio, relutou em assumir e citar algum objeto de sua localidade que representasse a história e a identidade do local. Porém, suas lembranças remeteram à imagem da igreja da comunidade chamada. Ela mencionou que, caso se realizasse um trabalho de conscientização junto à população, seria possível pedir o tombamento do edifício que, independente do tempo de existência, é um local de uso e contemplação da comunidade, caracterizada por ela como um “patrimônio espiritual”; localizado às margens do córrego que corta o bairro. Enquanto professora, ela sabe o quão difícil seria realizar esse trabalho, haja vista que a comunidade, sem apoio da prefeitura, carece de serviços básicos de infraestrutura, pelos quais a própria população se une para resolvê-los. Uma comunidade tão esquecida pelos poderes públicos, com certeza, preferirá gastar energia emocional e dedicação quanto às questões urgentes, como abastecimento de água, voçorocas, enchentes. Infelizmente, o patrimônio cultural dessa comunidade, a organização para reconhecê-lo e legitimá-lo encontra-se em segundo plano para seus habitantes. Nesse aspecto, o centro, seus moradores e simpatizantes preocupados com sua preservação, estão em vantagem em relação aos três bairros pesquisados, sobretudo os dos bairros águas Gerais e Gameleira.

A maior parte dos moradores dos Bairros Águas Gerais e Gameleira não consideram que em suas localidades hajam patrimônios a serem cultivados. Sempre afirma que “ali não tem nada”. Muitos motivos apontam para essa tendência, o primeiro deles é que um bem cultural, para ser preservado, necessita possuir um aspecto antigo, histórico. Para esses moradores, para o conjunto dos habitantes da cidade de São João del-Rei, esse aspecto antigo se assemelha, se enquadra ao estilo colonial e às manifestações barrocas-rococó. A ausência de informação patrimonial, tal como denomina Pesavento (2007), o desconhecimento das formas de aplicação das políticas de tombamento e diversas outras ações que protegem os bens culturais de qualquer coletividade não foram trabalhadas de forma a abranger o conjunto da população. Dona Eliana afirma com alívio que seu bairro não é histórico. Histórico é um pedaço da Rua Santo Antônio para frente em direção ao centro. A partir do momento em que é visível o asfalto e que as casas se caracterizam por feições modernas, ou edificações que misturam janelas coloniais e telhados de amianto; esse espaço, na visão dessa moradora, deixa de ser histórico. O fato de não habitar um espaço antigo, protegido pelo IPHAN, IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico) ou até mesmo vigiado pelo Conselho Municipal de patrimônio, traz um alívio a essa senhora. Ela afirma que pouco tempo atrás um vizinho reformou a casa e “mexeu em tudo” ou seja, caracterizou sua casa da maneira que desejava, sem pedir autorização a qualquer órgão. Reiterou ainda que ali quem “quiser derrubar”, derruba.

Mais uma vez realço que a visibilidade do centro como patrimônio cultural, o estilo colonial preservado e que é componente do cenário desse lugar, é uma referência muito forte do que é história para os moradores de São João del-Rei. Todo lugar, espaço, território encontram-se imbuídos de história. Todo espaço é histórico, e acredito que seja urgente conscientizar a população desse fato. (LEPETIT, 2001; SANTOS, 1997). A História oficial do município construiu-se em consonância com as elites locais que obtiveram apoio do Estado, capital cultural e econômico para legitimar a preservação dos bens arquitetônicos por eles eleitos como representação de sua história. História essa contada nas escolas, nos jornais, como a história legítima do município. Dona Eliana acredita nesse discurso e foi doutrinada a praticar esse olhar sobre esses bens e sobre o espaço, o território que lhes abriga. A escolha de um patrimônio, a escrita de uma história, como assinalam Ricoeur (2007) e Pollack (1997), possui como característica básica a supressão, a destruição de memórias e identidades de outros grupos que não foram interventores do espaço. Esses são aqueles que, por intermédio das formações acadêmicas e profissionais, da ocupação de cargos em instituições de proteção

do patrimônio cultural, possuem o poder de intervir e transformar o espaço urbano de acordo com seus saberes e visões de mundo e sociedade. Podem “redesenhá-la, destruí-la, edificá-la, preservá-la ou remodelá-la segundo as diretrizes e normas da técnica, da estética, da moda e da tendência, das leis do mercado e das diretrizes da política”. (ROCAYOLO, apud, PESAVENTO, 2007, p.1). Dona Eliana não reconhece que a liberdade do vizinho em modificar sua casa, ou a permissão de derrubar construções em seu bairro impossibilitou a permanência no tempo e no espaço de vestígios que contariam a história de seu bairro, esteja essa história acoplada ou não à história do centro. Mais uma vez o esquecimento, a supressão dos vestígios que reportam aos oprimidos, provoca o esquecimento da história de uns e o reconhecimento e enaltecimento da história e dos patrimônios das elites.

P. Tá. Você acredita que aqui, você acredita que seu bairro, é um patrimônio também?

D. Não.

P. Você acha que aqui não?

D. Não. (Sr. Marcelo, Recepcionista, 55 anos)

Sr. Marcelo, recepcionista e morador do bairro Fábricas, mesmo cercado de exemplares da arquitetura industrial e ferroviária que fizeram parte da história da cidade, afirma não possuir em sua localidade nenhum objeto que representasse um patrimônio cultural ou natural. A concepção de patrimônio desse senhor, de certo, está embevecida de um modelo que pauta no cenário do centro “histórico”, qual seja, o estilo colonial. Percebo que a experiência desse senhor com o contato com o discurso preservacionista e as ações de preservação o influenciaram a engessar sua noção de patrimônio a um modelo de objeto e de estilo arquitetônico específico.

P. Poucas, né? lógico que você conhece mais pessoas aqui no seu bairro.. e você acha que também, seu bairro poderia ser considerado patrimônio?

D. Ah, não, tá longe disso.

P. Por que você acha que tá longe?

D. Tá longe que é mais pro centro da cidade, né? É mais por dentro da cidade.

P. Cê acha que isso tem que ser direcionado mais pro centro ou pra qualquer outro lugar?

D. Não, tem que ser mais direcionado para o centro. Aqui é mais pra expansão, pra obras, obras modernas, então, não adianta. Aqui é uma coisa muito pro mercado. (Sr Gabriel, 38 anos, pedreiro)

Sr. Gabriel, pedreiro, afirma que seu bairro “está longe de possuir patrimônios”, mesmo possuindo edificações protegidas e tombadas em sua localidade. A função de guardar objetos a serem protegidos é direcionada ao centro da cidade “histórico” e atrativo para turistas. Percebo que ele é a favor desse raciocínio, pois, ainda que não diga claramente, ele considera que o conceito de patrimônio histórico pode levar consigo atraso econômico, uma vez que seu bairro, em sua visão, não possui patrimônios, e tal característica permite à sua localidade desenvolver-se, abrir-se para o comércio e para o mercado.

Primeiramente encontro uma visão já ultrapassada de patrimônio histórico, presente na cidade nos anos 1940-50 e 60. A ideia de que a preservação do patrimônio cultural traz consigo atraso e não dialoga com o mercado. Na ideia desse senhor, o centro não se desenvolveu e o Fáblicas sim. Ele não considera que o centro, no atual modelo de gestão das cidades, está se adequando e já se adequou a outro tipo de mercado, o turístico, além de abrigar uma diversidade comercial que atrai moradores da cidade e da região. Ele demonstra, tal como relatos de outros moradores, que patrimônio só se caracteriza por bens “antigos” que se localizam no centro, que possuem uma aparência barroco-rococó, colonial. Esses dois depoimentos permitem-me inferir que as políticas de preservação do patrimônio, aliadas ao cenário do centro, que ostenta uma arquitetura colonial contribui para a criação de uma imagem restrita de bens edificados que devem ser selecionados e protegidos pelo Estado, que devem representar a história do município. A fala desse senhor também remete a uma apropriação específica da transformação sócio-histórica do discurso da preservação no município. Mesmo sendo jovem, 38 anos, ele compartilha de uma visão de patrimônio histórico semelhante aos industriais e empresários dos anos de nacional desenvolvimentismo em São João del-Rei. Primeiramente, o espaço é capaz de condensar aspectos e resquícios de tempos históricos distintos que passam a coexistir e conviver, tal como ocorre no centro, casarões, igrejas, passinhos próximos a shopping centers e prédios altos (LEPETIT, 2001; SANTOS, 1997). Os discursos sobre esses espaços também convivem e coexistem, pois, os lugares não vivem somente de matéria, mas também dos pensamentos, ideologias e concepções das pessoas que neles vivem. Apesar de o patrimônio histórico atualmente possuir um lugar de destaque no conjunto de ações que contemplam a administração das cidades, ainda existem pessoas que dão continuidade a um discurso do passado que relaciona o patrimônio ao atraso, a um empecilho, ao desenvolvimento e ao mercado.

Mais uma vez remonto a Arantes (2006) que realça o caráter estatal e seletivo dessas ações. Essa perspectiva social, que foi constituída historicamente, incide em uma possível

identificação verdadeira, genuína dos moradores distantes do centro em relação ao conjunto arquitetônico urbanístico. Muitos poucos se identificam de fato, consideram que aquele espaço é seu, parte constituinte de suas memórias e suas histórias. Interfere também na maneira pela qual os indivíduos e grupos irão reconhecer um determinado patrimônio cultural, haja vista que, a maioria enxerga a preservação, o patrimônio, como algo antigo, histórico, destoado do presente e da realidade de seu cotidiano no espaço de seu bairro.

Primeiramente, para compreender esse fato acima explanado, ou seja, o não reconhecimento e consciência dos moradores de seus patrimônios próprios dos bairros distantes dos centros históricos, acho pertinente compreender o papel deles na contemporaneidade como espaços e territórios que guardam, cultivam, constroem e alimentam memórias (PESAVENTO, 2005, 2007; RICOEUR, 2007). Essa capacidade que os centros históricos possuem, de aglutinar em suas paisagens objetos que são atratores de olhares, de usos ou contemplações, bem como um discurso que o classifica como lugar que deu origem ao tecido urbano, contribui para a formulação de uma identidade coletiva. Essa identidade, que é cidadina, ancora-se nos símbolos, no imaginário presente nesses espaços centrais que, por serem avistados pelo conjunto dos habitantes da cidade, por se encontrarem nas vias e lugares frequentados, servem de referência de usos e pontos de atenção. Por isso, pode-se considerar que a constituição, que a forma de um território, bem como os discursos a ele referentes, podem nos induzir a “identificar lugares de uma cidade, partilhando das mesmas referências de sentido, em um processo de vivência do imaginário urbano coletivo” (PESAVENTO, 2007, p.1). Porém, o fato de ser induzido a se identificar com determinados espaços citadinos, não significa que não pode ocorrer o reconhecimento de patrimônios locais afastados do centro ou mesmo o insucesso de se sensibilizar a população para a capacidade de aglutinação de uma memória e de uma identidade pelos centros “históricos”. Os citadinos são seres de opinião, de formação intelectual e social próprias, não são apenas receptáculos de discursos. Discursos hegemônicos nem sempre serão aceitos tal e qual sua reverberação nas instituições sociais pelo conjunto da sociedade. Eles podem até conseguir sensibilizar alguns indivíduos e grupos, mas não a totalidade do tecido social. Parte de suas argumentações apropriadas sempre será transformada pelos indivíduos e grupos de acordo com a realidade, a vontade e aplicação cotidiana que lhes cabem (GRAMSCI, 1989; HALL, 2003).

Por isso, mesmo com a força do centro histórico como representação da identidade e da memória sanjoanense, mesmo sabendo que o imaginário do centro e do barroco-rococó influencia diretamente na visão dos moradores sobre a definição do que seja patrimônio,

encontrei aqueles que encontraram patrimônios em suas respectivas localidades de moradia. Patrimônios distintos dos significados atribuídos ao conjunto arquitetônico urbanístico central.

P. O senhor acredita que aqui tem algum local que pode ser considerado patrimônio?

D. Aqui no bairro das Fábricas?

P. Sim.

D. Eu acho que o único lugar aqui é onde é o Fábricas hoje, que é a Marli Brás, e a Sanjoanense ali e a Fábrica Brasil.

P. Ah, sim, esses são os únicos locais que o senhor acha? E por que o senhor acha que lá poderia ser considerado patrimônio?

D. Eu acho que ali é uma coisa que já tem mais de 100 anos ali. A Sanjoanense tem mais de 100 anos, a Brasil acho que vai fazer uns 90 ou tem mais de 90. Trabalhei ali e aposentei ali. (Sr. Enésio, 62 anos, caldeirista)

P. Que pode ser considerado patrimônio?

D. Pode, aqui pode. (fala com convicção)

P. Por que o que tem aqui de diferente, de bonito, que não tem em outro lugar?

D. Ah, assim, a Serra, pra passear, tem a cachoeira ali em cima pra poder nadar.

P. Ah, tem uma cachoeira lá em cima?

D. Tem.

P. Não sabia.

D. Tem cachoeira aí pra cima aí, tem, Lá pro dia de domingo por causa do calor, o pessoal sobe, aquele monte de gente vai nadar, vai lá em cima, nadá...

P. Não sabia que tinha não.

D. E não deixa lixo lá, é limpo, não deixa lixo jogado assim.

P. Interessante.

D. Lá, se eles levam coisa eles vão lá e queimam lá, lá é limpinho, num é minha filha?

A menina faz que sim com a cabeça.

D. A água limpinha, pessoal não deixa lixo lá. É um lugar assim que é pra ser preservado mesmo. E até que é bom lá, a gente vai lá nadar tá limpinho, só dali, daquelas últimas casas pra cá que o córrego é sujo. Se não fosse assim, a gente podia deixar criança nadar, brincar, a gente lavar roupa, lavar vasilha, mas acabou com o corgo, ele vem de lá, ele era limpinho, mas limpinho mesmo, acabou com o corgo.

O Sr. Enésio, do Bairro Fábricas, mencionou duas das indústrias que deram nome ao bairro: a Fábrica Sanjoanense e a Fábrica Brasil. Primeramente, porque são patrimônios protegidos pela cidade de aspectos da arquitetura industrial em conjunto com a antiga ferrovia que se localizava na atual Av. Leite de Castro. Ele trabalhou longos anos na Fábrica Brasil e lá se aposentou. Ele considera esses edifícios como patrimônios de seu bairro não apenas pela morfologia, pela fachada, estilo dessas construções e tempo de existência dessas construções. Ele participou da história dessa Fábrica da mesma forma que essa fábrica é parte constituinte de sua história. Uma visão de patrimônio cultural que se alimenta não só do contato com o edifício em suas caminhadas pela avenida, mas também por memórias individuais e coletivas

que conferem um significado especial em relação a esse monumento. O olhar voltado para esse patrimônio, para esse espaço da cidade, a identificação cultivada por ele é fruto da vivência e de um sentimento que traduz uma ligação verdadeira com esse objeto. Esse objeto incitou nesse senhor um sentimento de reconhecimento, ligação e ressonância. Castriota (2009) e Gonçalves (2005) relacionam o significado do patrimônio cultural na contemporaneidade com as possíveis definições de cultura que as Ciências Humanas concebem. A primeira definição estaria ligada a um ideal de trabalho e aperfeiçoamento das capacidades humanas e das civilizações. A outra conceituação de cultura possível, mais aceita pela Antropologia, seria aquela que sublinha seu caráter orgânico e sua capacidade de dar corpo e forma a manifestações coletivas que possibilitam a formação de um sentimento de identidade entre os grupos. Nesse sentido, o patrimônio cultural propicia o encontro de uma perspectiva individual e grupal quando construído, formulado pelos diversos atores sociais que trabalham essa ideia junto a uma comunidade ou a uma nação. Um patrimônio cultural só possui sentido quando é aceito de forma individualizada, única na realidade dos e pelos atores sociais que constituem os grupos, as coletividades. Da mesma forma, o conjunto das subjetividades das pessoas que formam a coletividade pode considerar um bem cultural como patrimônio por ter um significado universal e, ao mesmo tempo, particular para o conjunto dos cidadãos que o alimentam e o legitimam. Essas fábricas, de certo, tocam e sensibilizam a subjetividade desse senhor e das instituições que garantiram a proteção desse bem. A categoria analítica Subjetividade, para Gonçalves (2005), possui um traço que remonta a um aspecto de referência e de localização temporal.

Dona Dinara também concede um depoimento maravilhoso em que cita prontamente as cachoeiras e os córregos localizados na Serra do Lenheiro, que circunda o bairro Águas Gerais, como patrimônios valiosos que se encontram no seu bairro. Explica uma concepção muito pertinente sobre o uso dos recursos naturais presentes nesse espaço direcionados à fruição e lazer. Ela, que possui parco poder aquisitivo, não possui cota de entrada para um clube da cidade e utiliza um patrimônio natural próximo para ir e levar seus filhos a passeio. Ela afirma que o conjunto dos moradores de seu bairro preocupa-se com a limpeza das águas dessa serra e afirma que o local é muito preservado. Ela diz que é costume dos frequentadores recolherem ou queimarem o lixo quando se retiram dessa cachoeira. A preservação desse patrimônio natural por eles reconhecido, o uso desse espaço e os cuidados a ele direcionados, as experiências e as histórias que se passam nas idas, constroem nos moradores um sentimento de apego e identificação pela cachoeira. Ademais, a água que desce da serra é a

mesma que abastece o bairro, um patrimônio utilizável e essencial para os moradores. Além desse uso, a cachoeira possui valor simbólico para a população, que a preserva sem necessidade de tombamento, vigilância, registro. Na visão dessa senhora, é um patrimônio construído pelo uso dos moradores e das histórias e memórias que ali foram construídas, formuladas.

Para os grupos que os selecionaram, esses objetos, que remontam a uma dimensão pretérita, o patrimônio, não se localiza apenas no passado, ele é continuidade, possui uma função no presente e tende a influenciar um futuro. O sentido e a importância de um patrimônio histórico estão diretamente proporcionais à experiência e vínculo que os indivíduos a eles vinculam. Valter Benjamin (1987) afirma que a perda da experiência e dos relatos que as narram é um quadro social próprio da modernidade. Patrimônio, memória e identidades são autênticos, verdadeiros e genuínos quando perpassam as sensações e emoções que nos tornam seres humanos.

Reconheço que o foco de meu trabalho é patrimônio arquitetônico central e a representação desse território para o sanjoanense. Porém, o patrimônio citado por essa população é um patrimônio natural dotado de significado e afeto independente da atenção ou da classificação que o Estado a ele reporta. Preserva-se porque se usa, porque possui significado prático e simbólico para os habitantes (DURHAM, 1993; PESAVENTO, 2007).

D. Aqui é tipo patrimônio aqui, né? Aqui antigamente passava cavaleiros, (ou seja, tropeiros). Aqui era antigo, né?.

P. Cê acha que algum coisa poderia ser tombada aqui? Algum bem protegido tipo as igrejas?

D. Ah, tombado aqui não.

P. Cê acha que não?

D. Não. (Sr. José, servente de pedreiro, 42 anos)

O Sr. José apontou que o bairro em que reside faz parte da história de São João del-Rei. Ele menciona que, por ali, atravessavam os cavalheiros que, na realidade, os tropeiros que vieram de São Paulo, do Nordeste e de Portugal para explorarem ouro e estabelecerem comércios. No século XVIII e XIX, como já foi exposto, explorava-se ouro nessa região e, portanto, foi caminho de tropeiros e seus escravos. Ele integrou a história de seu bairro à história do Brasil colonial, na qual a cidade está inserida. Porém, ele não mencionou um patrimônio edificado do século XIX com o qual se depara cotidianamente. Um muro de

pedras, construído por mão de obra escrava, localizado em seu bairro. A história do bairro foi por ele reconhecida, pois, naquele espaço, ocorreu a exploração de ouro, tal como ocorreu nos arredores do centro. Porém, o cenário colonial, as construções e os traçados do século XIX não permaneceram nesses locais, por isso, a legitimidade em expor e ostentar o “passado” é do centro, o que não impediu que algumas pessoas soubessem e reconhecessem que naquele espaço viveram tropeiros e escravos. Com certeza, a memória e a história local foram imprescindíveis para essa consciência da importância do seu bairro para a história da cidade.

3.3 Memórias e representações do centro histórico e dos bairros

Já foi mostrado que os centros históricos são lugares de memória e se destacam pelos monumentos que são considerados ativadores de recordações e aglutinadores de tempos distintos, ou seja, espaços memoriais. Vimos também que o atual modelo de planejamento urbano na contemporaneidade tende a induzir usos mercantis desses lugares (PESAVENTO, 2007, 2005; TEOBALDO, 2010). Os monumentos históricos que embelezam o centro do município, no passado construído ou reapropriado para a criação, manutenção e difusão da identidade nacional, foram apropriados, criando-se novos significados e usos. Esse discurso fragmentou-se e tornou-se a representação de uma identidade cidadina ou local, ainda que influencie concepções acerca dos monumentos barroco-rococó e em fragmentos do discurso preservacionista dos anos 1930-40.

Já vimos também que a necessidade de preservação desses locais tende a criar e a difundir um discurso que visa sensibilizar os cidadãos a despertarem outros olhares para os centros históricos, um deles seria o de referência temporal, histórica e identitária. Vimos também que identidade é compreendida como instrumento que se formula e se constitui em detrimento da negação de diversas identidades que representam o outro, seja familiar, grupal ou “histórico”. Dizer que se faz parte de “algum grupo”, significa negar uma infinidade de outras possibilidades de identificação e de afeto com outras experiências espaciais e temporais. Enaltecer uma identidade subliminarmente é uma forma de se proteger “do outro” e significa o “confronto com outrem, percebido como ameaça” (RICOEUR, 2007, p. 94). Sandra Pesavento (2007) aprofunda-se no atributo que as identidades possuem para elaborarem e incentivarem uma coesão social, a união entre indivíduos que se assemelham.

Apesar de construídas, fabricadas, elas não são necessariamente falsas, uma vez que vivenciadas no ambiente urbano:

...dão a ver um “acontecido” que, a rigor, não é mais verificável ou sujeito à repetição. Mas o tempo passado não é irrecuperável, uma vez que, através do imaginário, se faz presente no espírito, dando-se a ler e ver através de discursos e imagens. Uma cidade é, pois, detentora de história e memória, assim como também o é desta comunidade simbólica de sentido a que se dá o nome de identidade. O centro de uma cidade foi, por muito tempo, o cartão de visitas de uma cidade. Mesmo que tais espaços tenham sofrido degradação, deixaram marcas, que funcionam como padrões de referência identitária para uma cidade. (PESAVENTO, 2007, p.1)

A cidade só pode ser representação de uma identidade a partir do momento em que guarda memórias. Já foi demonstrado que a memória se constitui de fatores fisiológicos, sociológicos e culturais de forma que a espacialidade também é memória. Partindo dessa premissa, exponho algumas conclusões provenientes do diálogo com moradores de bairros operários e periféricos de São João del-Rei- MG. Em inúmeras conversas, de tempo e durações distintas, pode-se reforçar o caráter híbrido e diverso da percepção desses atores sociais acerca do patrimônio edificado no centro. Nesse tópico pretendo discutir a relação de memória que esse moradores estabelecem com o centro, se realmente cultivam memórias desse lugar. Como já foi esclarecido por Paul Ricoeur (2005), um sentimento de identidade só pode existir quando se cultiva memórias, e memórias se consubstanciam por vivências, lembranças e acontecimentos em um determinado espaço e lugar. Um passado trazido à tona com lembranças de algum lugar, torna-se um passado reconhecido. Assim,

...a transição da memória corporal para a memória dos lugares é assegurada por atos tão importantes como orientar-se, deslocar-se e, acima de tudo, habitar. É na superfície habitável da terra que nos lembramos de ter viajado e visitado locais memoráveis. Assim, as “coisas” lembradas são intrinsecamente associadas a lugares. E não é por acaso que dizemos sobre uma coisa que aconteceu que ela teve lugar. É de fato nesse nível primordial que se constitui o fenômeno dos lugares de memória. (RICOEUR, 2007. p. 58)

Partindo desse pressuposto, exponho o depoimento de Dona Dinara, faxineira, moradora do bairro Águas Gerais.

P. Quando a senhora vai no centro a senhora vai nas igrejas?

D. Vou, minha mãe trabalhou bastante nessas casa aí, ali na beira da praia ali, ela trabalhou muito, nessas casa de gente rico. A gente também era criado em casa de rico, e ela ajudava o pessoal, lavava roupa, faxina, eu fui criada no Joanino, no bosque ali, fui bem dizer criada lá, ali na casa da Chica, ali na Aparecida, aqueles pessoal da praia ali. Bem dizer fui criada, minha mãe, vinha de madrugada pra casa, nós ficava lá o dia inteiro, ela na faxina e eu lá brincando. Ela vinha com lata de lavagem, que ela engordava porco, vinha com lata de lavagem e eu carregando as trouxa pra levar pra ela, pra ela lavar no outro dia, pra secá pra ela entrega pras pessoas. E, eu tenho bastante pessoa, conhecido.

(...)

P. Tá certo, e deixa eu só te perguntar assim, quando você era criança você disse que brincava muito no centro, com pessoas que você vivia lá e você gostava?

D. Gostava, mas só que eu não gostava muito porque lá a gente não tinha liberdade, aqui a gente já tinha, podia ir correr, ir pra serra, eu corria por essa serra atrás de pipa, lá no centro a gente não tem muita liberdade, carro né, muita movimentação, aí já num tinha muita liberdade. Mas aqui não, aqui a gente corre, brincava, nadava, e a gente fazia um monte de coisa, brincava até de pique de noite no escuro, aí a mãe da gente ficava gritando “cuidado, bicho, se morder você a gente não vai saber o que que é”. Mas mesmo assim a gente brincava. A gente ficou mocinha assim, a gente saía daqui ia a pé aqui assim, tudo, ia parar lá no Matosinhos. Lá pro lado do social, América e a gente juntava uma turminha aqui e ia pro baile. Hoje em dia é que não tá podendo sair porque ah, bem complicado, né. (Dinara Maria de Jesus, do lar, 44 anos)

Dona Dinara, em seu depoimento, evocou memórias de seu passado que se desenvolveram no centro e no seu bairro. Quando vem à sua mente lembranças sobre o centro, sua fala remete a um local em que foi criada enquanto sua mãe trabalhava. Ela se lembrou da lata de lavagem que sua mãe carregava para alimentar os porcos criados em sua casa. Apesar de falar com tranquilidade dessas memórias vividas no centro, ela se mostra bem mais animada e nostálgica quando fala das lembranças de sua infância vivenciadas em seu bairro. Ela tem um momento de rememoração de suas brincadeiras que culminaram em lembranças da adolescência, em que começou a sair, a ir aos bailes. Ela fala com saudade do tempo em que caminhava até o outro lado da cidade sem medo de retaliações e agressões por parte de contraventores que vivem na localidade. Essa senhora, com certeza, identifica-se com o centro, por ela, já foi relatado, frequentá-lo para consumo e participação de festas religiosas e procissões. Todavia, mais que isso, ela viveu no perímetro central e guardou memórias daquele espaço. Mas, concluir que o centro representa a sua história e de sua comunidade, que ela se sente representada pelo centro, parece-me difícil. O que fica claro em seu depoimento é uma enorme identificação por seu bairro. Essa identidade também é alimentada pelas ações e relações de cooperação que são vividas por moradores de áreas carentes em que é ausente a participação do Estado (CARNEIRO, 2009). Acho oportuno lembrar que eu não a indaguei sobre suas experiências em seu bairro. As lembranças do centro evocaram nessa senhora as

memórias de outro lugar. É interessante perceber que a moradora relata que, em sua localidade de moradia, ela se sentia mais à vontade, tinha mais liberdade e espaço. Ali ela brincava com mais tranquilidade. Outra relação de memória também deve ser percebida: a de que os indivíduos e os grupos estabelecem com seus locais de moradia, de crescimento e sobrevivência. Essa relação se engendra e se alimenta da vivência do lugar em todas as suas nuances: A montanha próxima a minha casa na qual brinquei na infância, o banco da praça em que sentei e vivi meu primeiro romance, as festas da vizinhança, a vida que se transborda e faz história, prende-se à memória. Memória vivida, memória internalizada, os lugares alimentam a memória e são a própria (BENJAMIN, 1987).

Apesar de toda a simbologia de uma superioridade conferida ao centro histórico, percebo que memória, tal como aponta Éclea Bosi (1983), não é somente fruto da ideologia internalizada, porém, seria esta trabalhada com o contexto de vida de cada depoente. A linguagem é, por excelência, uma elaboração da memória, memória hábito que, conectada a uma experiência de prática do espaço, possibilita ao pesquisador analisar a recepção e compreensão do patrimônio edificado por parte do cidadão. A história oral propicia a apreensão de um pensar sobre o mundo, ancorado na vivência da cultura e em experiências grupais e individuais.

P. E em relação ao centro a senhora guarda muitas lembranças?

D. Ah, do centro (silêncio).

P. A senhora convivia com o centro?

D. Sim, eu tinha, eu lembro que eu saía e casa cedo e voltava todo dia à noite.

P. A senhora passava o dia no centro?

D. Trabalhando.

P. Em casa de família?

D. É.

P. A senhora tem lembranças boas nesse momento?

D. Ah, não posso reclamar não. Na época eu era moça, as coisas eram muito difícil. Não tinha filgo nenhum ainda. Nem pensava em sair pra fora. Tenho, até que não é tão ruim.

P. A senhora tem amigos no centro, muitas pessoas que conhece no centro?

D. Ah, tenho, deixa eu ver, ah, mas geralmente mora mais é pra esses lados aqui mesmo. (Dona Trindade, 60 anos, faxineira aposentada)

No depoimento de dona Trindade, ela também evoca lembranças do centro como um lugar de trabalho em que ela saía de dia e retornava à noite. Quando pergunto se ela cultiva lembranças dessa época, ela diz que não tem nada a reclamar, porém, não tece nenhuma narrativa, não conta nenhum caso ou hábito vivenciado naquele espaço. Tal como dona

Dinara, ela mencionou lembranças vividas em sua localidade, como foi apontado por ela no segundo capítulo, a experiência de utilizar a água do Córrego. Ela também menciona com orgulho que foi ali que criou e formou os três filhos.

Há aqueles que, mesmo residindo em outros bairros, conviveram no centro e cultivam lembranças, memórias. Visitavam parentes e lidavam com a realidade de estarem em um território preservado:

P. Cê guarda lembranças do centro, ou da infância, ou da adolescência?

D. Eu me lembro bem porque eu sempre gostei daquele outro lado, me identifico, e eu me lembro muito quando minha mãe, a gente de férias, ela levava a gente pra casa do meu avô. E meu avô morava em um local onde, um local tombado, que é ali na praça, naquele local, Largo do Carmo. Então eu me sentia muito bem, tanto é que eu sinto, eu to me aproximando lá do centro. (Rômulo, 59 anos, mecânico de máquinas)

O depoimento desse senhor se diferencia daqueles que negaram cultivar lembranças e memórias do centro. Ao contrário do irmão Marcelo, também morador do bairro Fábricas, que afirmou ter pouco convívio no centro, ele se lembra dos momentos na casa do avô, localizada no centro. Mesmo que esse convívio tenha no mínimo 40 anos, foi significativo para formular nesse senhor uma imagem positiva do centro, de forma que ele afirma desejar se reaproximar desse espaço.

No bairro das Fábricas, ocorreu também o silêncio e a negação em relação ao cultivo de lembranças vividas no centro.

P. Tá, e como você cresceu aqui, até se tornar adulta com o passar dos anos você teve contato com o centro, você tem uma relação de lembranças com o centro da cidade?

D. Ah, não, só isso mesmo que eu comentei de festa, em época de visitação de igreja, na semana santa, né? aí é só que eu lembro da minha infância, né? (Ana, 19 anos, estudante)

A ausência de relatos sobre o patrimônio edificado no centro por parte dos moradores de territórios periféricos ou operários, permite-me inferir que há poucas lembranças ou momentos significativos que se desenvolveram nesse território. Outro fator que inspirou minha atenção foi o cultivo de memórias pelos monumentos, sobretudo pelas igrejas,

influenciado por fatores religiosos. Para uma moradora do centro “histórico” de São João del-Rei – MG, o espaço, o lugar “Igreja”, é dotado de uma valoração própria, pois enxerga todos os dias essa edificação. Se ela for católica e frequentar esses templos, maior valor estes terão. Primeiro, porque esse indivíduo enxerga nos monumentos do centro um elemento constituinte de seu cotidiano e de sua história, segundo porque as igrejas são parte constituinte da sua formação subjetiva que também é cultural, em que o aspecto religioso tem forte peso. Ótica distinta pode ser adotada por um morador das Águas Gerais, pouco frequentador do centro, que vivencia intensamente o seu espaço, ou seja, seu bairro. Se esse morador for evangélico, as igrejas católicas serão imbuídas de outro valor.

D. Não era mais fácil, por mim, é meu jeito de pensar, colocava asfalto na cidade inteira,

P. Na cidade inteira a senhora colocaria?

D. Eu colocaria. Pra quê essa bobagem, coisa materiais, estamos aqui de passagem. Num sei se é porque hoje eu sigo um Deus vivo, isso aí é idolatria demais.

P. A senhora acha assim, não mudar...

D. O jeito da casa, bobeira. Isso é passado, nós estamos vivendo num outro, né? cê vê como é que tá o mundo aí. Se Deus não tiver dó, nós tamo aí, num sei. Se não pode sair de casa, na rua tá difícil, onde você tá, tá difícil.

A senhora quer dizer que a vida está difícil e é bobagem preocupar?

D. É, a gente fica preocupando com coisas materiais. Eu, eu sigo, o Deus que eu sigo eu não preocupo com coisas materiais, não. Eu preocupo assim, lá dentro da minha casa, cê pode ir lá dentro, já tá assim num ponto, é piso, é rebocado, mas por fora, se eu arrumar, arrumei, e seu eu fechar o olho nem registrar minha casa eu não vou, sabe porquê? Eu não vou levar nada disso, fica por aí ó! Eu não me apego em nada não.

P. Pra senhora isso é um apego?

D. Eu acho, num sei se estou certa ou errada... (Eliana, cozinheira aposentada, 57 anos)

Essa senhora fala da necessidade de se asfaltar toda a cidade e diz que o fato de não poder fazê-lo é idolatria e excesso de apego por parte da sociedade. Ela mencionou as calçadas estreitas como um empecilho à sua prática de deslocamento nas vias da cidade. Para essa senhora, é absurdo conservar traços urbanos que não privilegiem o bem-estar, sobretudo de idosos e deficientes. Por ser evangélica, ela valoriza menos as atitudes de proteção do patrimônio de um conjunto arquitetônico urbanístico que ostenta magníficos templos católicos. Ela afirmou que já foi católica, entretanto, hoje, o centro não possui para ela uma dimensão sagrada. Sua existência e a existência desses patrimônios históricos são interessantes desde que a manutenção de suas características não atrapalhe o bem-estar dos cidadãos, o caminhar, o viver no conjunto urbano.

O fato de haver homens e mulheres que moram em bairros de precária situação socioeconômica e em localidades operárias, o grau de escolaridade deles, seus posicionamentos e envolvimento com a problemática da preservação interferem na compreensão do homem acerca do seu espaço, da conservação e uso dos monumentos abrigados no território.

P. Tá...Você acha importante esses bens serem tombados. Você acha importante viver em uma cidade considerada histórica, você acha que isso é bom para a cidade?

D. Eu acho que tem suas vantagens e desvantagens.

P. Quais seriam as vantagens e quais as desvantagens?

D. Bom, as vantagens em questão turística, mas também têm as desvantagens, a falta de emprego aqui, não tem uma indústria, algo que pode dar emprego para os jovens daqui...nesta questão...

P. Tá certo...Você acha que seu bairro também pode ser considerado ou possui imóveis que podem ser preservados, como as igrejas do centro?

D. Eu acho que sim, por causa das Fábricas, né? que tem, são muito antigas...Antigamente o trem passava aqui na Leite de Castro, né?...tinha estação ali, enfim, eu acho que sim... (Dona Márcia, auxiliar de cozinha, 32 anos, moradora do bairro das Fábricas)

No relato da moradora, evoca-se uma memória existente em seu bairro, característica da vivência do trabalhador, do operário. É um período marcante na história de São João del-Rei e de muitos moradores que residem e que tiveram uma história de envolvimento com o operariado urbano do município, o qual a existência se inicia nos anos 1940. Márcia é filha de um trabalhador que se sustentou com a indústria têxtil toda a vida e se aposentou nela. Assim sendo, a história das fábricas, a memória do trem que carregava a produção dessa fase industrial da cidade, revela a identificação com um passado distinto daquele cenário ambientado no centro da cidade. A construção do discurso preservacionista em São João del-Rei e a participação do centro como cenário colonial que remete ao passado da cidade foram mais fortes na construção desse discurso. As fábricas, distantes desse espaço, embora importantíssimas na história econômica dessa região e protegidas e tombadas por órgãos municipais, ainda não são um lugar histórico para o turismo; mas, forte referência para a população local.

Outro fator que chama a atenção na fala da moradora refere-se à ausência das indústrias no município na atualidade, o que representa a carência de emprego para os jovens, como se o turismo e o comércio, atividades geradoras de renda da cidade, não cumprissem esse papel.

Para Márcia, a fábrica de tecelagem, a fábrica de estanho e a antiga estrada de ferro representam um monumento, documento de sua própria história (LE GOFF, 1996). Embora essas edificações sejam antigas, elas ainda possuem todo o valor atribuído ao patrimônio que se encontra no centro. Por viver e se formar em um espaço, o homem, conseqüentemente, cria laços e afeição, lembranças e sentimentos, que alimentam suas recordações. Quando determinados “espaços” são divulgados, enaltecidos como lugares dignos de proteção, quando apreciados pelos transeuntes e apontados por seus parentes, amigos, como um monumento, antigo, “histórico” e belo, essa edificação se sobrepõe a outros espaços urbanos, na construção da memória do indivíduo e de sua percepção sobre outros lugares. Assim, considero que a memória se constrói por tudo aquilo que possui significado social e individual para uma coletividade, como as fábricas para Márcia, as igrejas para os católicos, bens coletivos e tombados.

É sob esse prisma que reforço a ideia de que o discurso preservacionista como discurso hegemônico que se legitima por intermédio da mídia, da caução legislativa do Direito, da mídia de massa e de redes de interação comunicacionais. Esse pressuposto, embora seja considerado por várias esferas sociais como uma verdade insofismável, é reapropriado e ressignificado por aqueles que o recebem, como também é motivo para uma não reflexão e uma aceitação, sem profundos questionamentos, do objeto como bem cultural passível de proteção. Ao entrevistar moradores da cidade de São João del-Rei, pouquíssimos souberam explicar de forma clara e elucidativa o que era patrimônio, quem selecionava o objeto, muitos acreditavam que uma edificação era digna de proteção simplesmente por ser antiga. A meu ver, com ou sem patrimônio as pessoas usariam como bem lhe apeteassem o espaço. A assimilação do discurso oficial é parcialmente digerida por esses moradores o que não quer dizer que não utilizem o espaço central com certo grau de autonomia. (DU CERTEAU; OHARA, 2012)

Paul Ricoeur (2005) alerta para a ligação da memória coletiva com as ideologias. Acontecimentos, edificações e culturas podem ser manipulados, relegados ao esquecimento, contemplados, dependendo do grupo e do capital financeiro, cultural e simbólico que se possui para selecionar, divulgar e legitimar um patrimônio ancorado em uma memória. O dever de lembrar o passado e transmitir culturas é de todas as gerações, que, em seu tempo, criaram, distribuíram e legitimaram seus hábitos, seus símbolos, ancorados em uma ideologia que, analisada sob o ângulo da memória, se disfarça, camufla-se. Ideologias são discursos e ações que visam à manutenção do *status quo*, do exercício do poder em um espaço

determinado. Todo esse cenário ameaça e coloca em cheque o conceito de memória coletiva como algo que se define por si só, uma vez que esta é resultado de constantes conflitos, trabalhos, acordos e descartes. Os grupos reivindicam suas memórias pelo fato de que estas oferecem substrato à criação, difusão e legitimação das identidades.

Quanto ao orgulho, a identificação dos moradores em morar em uma cidade “histórica”, as opiniões se mostraram diversas.

P. Cê gosta de morar em uma cidade que é reconhecida pelas igrejas, pelos casarões?

D. Ah, pra mim tanto faz.

P. Tá, você acha que aqui, as Águas Gerais, também é considerado patrimônio, tem algum lugar, ou todo o bairro que poderia ser considerado patrimônio? Como as igrejas, o centro?

D. Ah não, aqui não tem nada.

P. E no caso a senhora gosta de morar numa cidade que é considerada uma cidade histórica?

D. Gosto, é muito bom morar aqui em São João del-Rei, num lugar histórico, antigo, eu acho bom.

P. A senhora acha que isso traz vantagens pra cidade?

D. Traz, traz muita vantagem, traz turismo, acho que traz bastante vantagem pra gente, mas tem que saber cuidar, né?

P. E no caso a senhora conhece alguém que trabalha com turismo? Assim, diretamente, guias?

D. Aqui, do meu bairro aqui, não que eu saiba não, pode até ter, mas o pessoal aqui não comenta nada com a gente, é cada um, a maioria não são todos, muitos aqui não comenta com a gente, trabalha lá pra baixo, mas não comentam com a gente não. (Dona Dinara, faxineira, 46 anos)

Para alguns moradores dos bairros Àguas Gerais e Gameleira, o fato de a cidade ser “histórica” e turística é indiferente. Com certeza, esse morador não é diretamente afetado ou beneficiado por essa atividade econômica.

Nos últimos três depoimentos, há um orgulho de se pertencer a uma cidade que abriga as igrejas, casarões e festas católicas. Afirmam que a arquitetura da cidade e os monumentos convidam visitantes que desejam apreciar a cidade, porém, quando indagados a respeito de sua convivência ou conhecimento de trabalhadores inseridos no setor de turismo, os moradores raramente conheciam alguém diretamente sustentado com essa atividade. Todavia, eles têm consciência de que trabalhadores do comércio de todos os tipos lucram com o fluxo de turismo no centro e, em menor medida, no restante da cidade. O município em pauta, embora possua fama de turístico, possui uma economia ancorada no comércio, que abastece

as cidades circunvizinhas da meso-região do Campo das Vertentes. Com uma industrialização que se estagnou a partir dos anos 1970 (CARNEIRO, 2009), essa cidade passou por momentos de crise em período de aumento da densidade demográfica e do aumento do desemprego.

Desse embate desdobrado no tempo, sabe-se que o comércio se sobressaiu em relação às duas atividades, sendo o turismo uma atividade geradora de renda, porém, sempre a disputar espaço com a bucólica e famosa Tiradentes, Ouro Preto, Sabará e outras localidades. O conjunto arquitetônico sanjoanense modificou-se com as mudanças oriundas desse jogo de interesses, de forma que o centro perdeu muitas construções que, hoje, seriam objeto de apreciação para os turistas. (TAVARES, 2012; ALENCASTRO, 2002). Podemos perceber essa instabilidade da imagem do município enquanto destino para uma cidade histórica no próximo relato:

P. A senhora gosta de morar numa cidade histórica?

D. Gosto, gosto muito de São João, acho que devia ser mais trabalhada. Ano passado nós fomos a Tiradentes. Minha irmã, minha filha e eu, nós fomos em Tiradentes, então, na descida, quando nós estávamos descendo pra ir à estação, comprar, verificar pra gente a respeito das passagens e coisa e tal, de repente parou uma família perto da gente e perguntou sobre lugar onde ficar. Aí eu mostrei pra eles vários lugares, hotéis, pousadas, e apontando com a mão, e eu falei com eles que mais adiante, tinha secretaria de turismo, que poderiam ir até lá e assim, tentar entender melhor, verificar melhor o que eles podiam fazer. E aí quando eu cheguei, eu estava chegando na estação, veio um rapaz, com carro, e chegou até pra gente e começou a perguntar a respeito da cidade então a questão que ele me fez, onde é mais romântico, Tiradentes ou São João del – Rei? Daí eu falei pra ele, ele perguntou onde fica Tiradentes, quilômetros, essa coisa toda. E eu falei pra ele que Tiradentes seria mais romântico e que São João não tem nada, vc não tem um lugar pra se divertir à noite. Eu lembro quando nós éramos mais jovens e nós saímos para o réveillon, réveillon!!!! (exclamação) e quando nós chegamos num lugar aqui e, de repente eles começaram a colocar as mesas pra cima, “vamo lá por que tá na hora de acabar”, né? a cidade dorme muito cedo, então, os turistas não gostam muito disso.

Mais uma vez, a imagem de Tiradentes se sobressai à de São João del-Rei enquanto cidade “histórica”. Dona Conceição expôs um relato em que ocorreu um encontro com um turista pedindo informações sobre qual das duas cidades a senhora aconselharia visitar. Ela respondeu Tiradentes, alegando que a cidade seria mais romântica. Esse romantismo interliga-se à idealização e desejo de um retorno ao passado, presente no cenário colonial e bucólico de Tiradentes (HARTOG, 1996). Ela afirma que a cidade de Tiradentes está mais preparada para o turismo, possuindo posto de informações para turistas e locais para se passear à noite.

Em primeiro lugar, sei que em São João del-Rei existe locais de passeio para serem frequentados à noite. Bares, restaurantes, boates, pois, além de ser uma cidade histórica, é um município que possui várias universidades. Talvez essa senhora tenha sentido uma mudança significativa desse espaço em relação a preços e usos.

Acredito que o que reforça o imaginário sobre a cidade de Tiradentes como histórica é sua paisagem que remete a uma suposta originalidade, uma autenticidade do município que atravessou os anos e permaneceu no espaço. A mídia televisiva, a Rede Globo, que selecionou Tiradentes como cenário de novelas, contribui e muito para isso. Os festivais de Gastronomia e Cinema que lá acontecem anualmente atraem um número considerável de turistas que são recebidos por pousadas confortáveis e, não raras vezes, luxuosas. Por isso questiono, o que faz de São João del-Rei menos “histórica” que Tiradentes? Os resquícios de vários tempos que se passaram coexistindo em um mesmo local, a convivência de um cenário colonial com edifícios contemporâneos?

Talvez essas marcas de historicidade impregnadas no espaço façam de São João del-Rei um município mais original que sua cidade vizinha. A intervenção espacial em Tiradentes e o tamanho da cidade propiciam um cenário mais colonial, porém, não mais verdadeiro. A compra dos imóveis da população local com sua consequente expulsão do centro e a intervenção nas construções visando criar um cenário “histórico” é um fenômeno delicado que vem ocorrendo em Tiradentes nas duas últimas décadas. A população local, outrora residente no centro, dirigiu-se para áreas próximas aos rios, áreas desvalorizadas, pois alagam. Além de um cenário fabricado, Tiradentes conviveu com um processo de gentrificação mais visível que em São João del-Rei (NEVES, 2013; ZOLINI, 2007; COSTA, 2011).

Não desejo afirmar que em São João não ocorreu cenarização ou gentrificação. O fato é que as reformas e revitalizações do centro não foram capazes de esconder outros tempos históricos da cidade registrados em construções do estilo eclético, neoclássicos e contemporâneos. Por detrás desse cenário de arquiteturas, identidades e tempos híbridos, subjazem lutas políticas e simbólicas de seleções de bens culturais a serem preservados e de diversos usos e fruição do espaço convivendo com a cenarização do centro. Realmente, talvez esse município seja menos romântico, sua intervenção espacial em prol da preservação de um patrimônio colonial barroco-rococó seja menos abrangente dentro do espaço urbano em sua totalidade. É importante reconhecer as marcas de historicidade de São João del-Rei, todavia, o próprio turismo e os próprios moradores talvez estejam mais acostumados e desejosos de

ver um ambiente mais homogêneo estilisticamente, que não explicita vários tempos históricos abrigados no espaço, tal como Tiradentes.

P. Você gosta de mora em uma cidade que possui bens tombados?

D. É bom e é ruim ao mesmo tempo, né?

P. O que é bom e o que é ruim?

D. Rsrssrrsrrsrrs. Tipo assim, a cidade não pode crescer. Ela não pode crescer, ela não pode asfaltar. Muita cidade aí é asfaltada. Agora por causa de ser patrimônio não pode asfaltar nada. Aquela Rua ali é a Rua Santo Antônio, vai até lá embaixo ali. De lá pra cá não tem nenhuma casa “histórica” mais. Cê reparou que na rua Santo Antônio quase não tem casa histórica. Só lá pra frente que tem casa histórica.

P. É verdade.

D. Aqui é tudo normal. Lá pra frente eu até ficô quieto, mas aqui.

P. E o lado bom, o que seria pra vc?

D. O lado bom é os turistas, né?

P. E isso é bom pra cidade, esses turistas que vem?

D. É bom.

P. Você conhece alguém que trabalha com o turismo diretamente?

D. Conheço uns cicerone aí.

P. Esses profissionais que vão nas igrejas e tudo.

D. De vez em quando eles vem aqui em casa comprar uns móvel aí. (Alex, marceneiro, 36 anos)

Mais uma vez, uma fala que remete aos aspectos negativos da preservação. Ele afirma que a preservação do patrimônio impede a cidade de crescer, de ser asfaltada. Ele afirma que essa ausência de asfalto ocorre até mesmo em áreas não “históricas”, como a partir de um determinado trecho da Rua Santo Antônio. Entretanto, é um paradoxo, pois ele afirma enxergar vantagens para cidade que, por abrigar um centro “histórico”, atrai turistas e visitantes. Inclusive afirma conhecer cicerones e guias que lidam diretamente com os visitantes, ou seja, ele tem consciência da importância da geração de empregos provenientes do turismo.

P. Sim, você gosta de morar em uma cidade que possui bens tombados? Uma cidade que é considerada histórica?

D. Acho legal.

P. Quais vantagens isso traz pra cidade?

D. É a troca de, por exemplo, o turista vem aqui e ele aprende muito com nós, modesto, sou do interior. E eles passam a cultura deles pra nós aqui. Eu acho muito legal.

P. Então cê acha interessante essa troca de ideias. Você acha o tombamento importante pra cidade?

D. Acho.

P. Por exemplo como sempre você morou aqui a vida toda, você tem lembranças aqui do seu bairro, como eu disse pra seu irmão, você tem muitas lembranças daqui?

D. O trenzinho passando aqui na frente, saudades. (Rômulo, 59 anos, mecânico de máquinas)

O Sr. Rômulo aponta um aspecto muito interessante, a troca de diálogos, o intercâmbio entre o sanjoanense e o visitante. Foi o único relato recolhido que frisou o aspecto cultural, da troca de informações, de aprendizados que ambos possuem. Seu depoimento também se encontra com a fala de Dona Marcia que se recorda do trenzinho e da importância desse objeto na história e nas memórias dos moradores da localidade. O próximo depoimento se encontra com o relato de Dona Márcia e Rômulo de evocar lembranças sobre o “trenzinho”, assim chamado pelos moradores, que se localizava na atual Av. Leite de Castro. O depoimento desse senhor também remete aos relatos do Sr. Enésio, que mencionou a Fábrica Brasil e a Sanjoanense como reconhecidos patrimônios do bairro. Porém, ele citou mais um bem cultural, um objeto destruído, o trem de Ferro que vagava na Estrada Oeste Minas. Ele, longe de remeter-se ao aspecto comercial e industrial desse objeto e da sua importância para a economia da cidade, recorda-se do veículo como meio de transporte que o levava e também, os moradores ao Balneário das Águas Santas.

D. No momento aqui, pra falar isso agora, tinha mas, foi quase tudo demolido. Tudo é obra nova, né? Tem o prédio da sanjoanense ali, o prédio do Bahamas hoje, que é mais antigo, tem aquele do Iptan, mas o Iptan, já é um prédio bem mais novo. Os dois mais antigos que tem aqui, que eu conheço desde a época que eu mudei pra cá são esses, a Fábrica sanjoanense, a Brasil também, mas a sanjoanense é a mais antiga aqui porque foi a primeira da cidade, foi em 1891. Foi em 1891 mesmo, foi quase junto com a estrada de ferro.

P. Aqui passava um trem, né?

D. Sim, aqui em baixo ali, ele descia aqui, ia até a Aureliano Montão e aqui na esquina do Dom Bosco, onde o pessoal sobe pra ir pra faculdade ali, e ia ali até no portão azul da sanjoanense. Ali tinha um ramal que o trenzinho controlava que entrava dentro da fábrica, com cargueiro, com óleo, essas coisas. Ali tinha um entroncamento, um pouco pra cima da Cachel, tinha um entrocamento, que os vagão entrava dentro da Fábrica sanjoanense.

P. O senhor então acompanhou essas duas fases. A fase que tinha o trenzinho, a maria fumaça, e a fase de hoje que é a Leite de Castro, o que o senhor prefere?

D. Infelizmente, né? o movimento do jeito que tá que tá crescendo, a gente tem que acompanhar, mas o caso, por exemplo, o trenzinho das Águas, era um circuito turístico menor, atração turística num balneário igual aquele, o do Ctan nem tanto, mas o trenzinho das Águas...

P. Esse trem levava até nas Águas?

D. Até nas águas Santas,

P. Ah, sim, por isso vocês sentem mais falta desse?

D. Lá tinha um virador, igual Tiradentes, a senhora conhece Tiradentes, né? É igualzinho o que tinha nas águas, era muito bonito. (Sr Hilton, operário aposentado, morador do bairro das Fábricas)

Ele relembra o trajeto do trem, as vias pelas quais trilhava carregando mercadorias e matérias primas, essas que eram levadas para o interior das indústrias abastecendo seu funcionamento. Sr. Hilton compreende que a cidade se modifica, em seu dizer “cresce”, e as paisagens mudam. Ele questiona que os poderes públicos municipais deveriam ao menos permitir a permanência do trenzinho que transportava até o balneário, pois serviria de instrumento para uma atual cidade turística. A desativação da Estrada de Ferro, em 1984, bem como o descarte de uso de todo o complexo do Bitola, culminou atualmente no resquício de trecho que liga São João del-Rei a Tiradentes. Essa estrada de ferro de curto trajeto hoje representa um forte ponto turístico do município.

Quando os agentes do capital imobiliário e os interventores do espaço não mais se interessavam pelo complexo ferroviário, fato que ocorria em escala nacional, esse patrimônio foi desativado, destruído. A preservação de um determinado patrimônio cultural depende da vontade e das possibilidades de atores sociais, que lutam com instrumentos materiais e simbólicos, distribuídos de forma desigual, pela manutenção ou transformação de um espaço e de um patrimônio nele situado. As intenções de proteção e a valorização de um patrimônio dependem do tempo em que existiram ou existem, das intenções dos grupos em salvuardá-lo e do capital cultural e econômico que se dispõe para fazê-lo. O que foi desprezado como bem cultural no passado pode ser reavaliado, ressignificado no presente e no futuro pelo mesmo grupo que o descartou. Ou mesmo um grupo reconhecer um patrimônio e, por não possuir conhecimento dos instrumentos jurídicos de proteção, não se organiza, perdendo a oportunidade de preservar um bem que lhes representaria (DURHAM, 1993; FONSECA, 2006; CHAGAS, 2007).

Ouvi também relatos impressionantes. Um vereador do município, Sr. Gilberto, morador do bairro Águas Gerais, afirma que não considera São João del-Rei uma cidade histórica.

P. Em relação ao centro ser tombado, uma cidade assim, ter um patrimônio. O que você sente quando entra em contato com esse patrimônio? Pra você, ele está presente na sua maneira de fazer política, nas suas ações, na cidade? Ou é um tema que não chama a sua atenção e você está preocupado com outras coisas?

D. Oh, pra mim não chama atenção nenhuma. o que eu deixo bem claro aqui quando eu faço meu discurso na Câmara Municipal, igual eles fala “cidade histórica”, me aponta onde é que tem cidade histórica aqui, me aponta. Se você sair daqui agora, me aponta várias casa aqui no centro da cidade com vasculante, normal. Nem todas as casa aqui é tombada. É Tombada que o patrimônio fala, mas, se pegar uma por

uma aqui você vai ver que não é e outra coisa, fica atrasando a cidade. Por que atrasa a cidade? Não, oh, o turismo nosso aqui é fraco, o pessoal vem pra São João pra pegar o trenzinho, a Maria Fumaça pra ir embora pra Tiradentes e São João fica andando pra trás. Olha como Tiradentes cresceu? Por que eles investiram no turismo lá, nós não investi... Quê que tem aqui de turismo em São João del-Rei pra atraí turista e pro povo ganhar dinheiro? Num vejo nada e aí atrapalha o povo a trabalhar. Por quê? Porque se não tivesse e se num fosse cidade tombada, histórica, o que que acontecia? Os próprios empresários, dono de pousada, poderia tá fazendo os prédio aqui pá aluguel, mas aí tá trazendo serviço pras moça trabalhá, pras pessoa fazê as obra tudo. Hoje o que tem dentro da nossa cidade só tem um prédio que é o edifício São João, aqui perto da Avenida, e aquele hotel do Glória ali, e esse aqui virando o calçadão aqui. Mais nada, qual prédio que tem dentro de São João aqui? Depois tem lá no Matosinhos, tem mais lá e pronto. No centro mesmo não tem, qual o serviço que tem? Aqui 70% da população de São João del-Rei vai procurar serviço em Tiradentes, ou senão tem que ir embora, as pessoas estuda, forma aqui, ou vai embora ou fica desempregado. Eu tenho um sobrinho que ele é formado. Hoje ele é gerente chefe do açougue do Bahamas, porquê? Estudou, mas não tem o emprego dele. Não adianta você estuda, aí tem que frequentá ou pegá outro bico ou serviço de outra linha pro cê tocá senão você morre de fome.

P. No caso assim, o que você entende por tombamento e você acha que isso atrapalha ou ajuda a cidade?

Atrapalha, ou te falar porque que atrapalha. Pra mim não ajuda em nada. Por que talvez você tem um dinheiro de pessoas ricas aqui no centro, talvez eles qué fazê um prédio naquela casa, talvez é uma herança duma família, então o que que acontece, mas não pode, tem que manter aquele nível ali, aí não gera emprego porque se ocê tem um dinheiro pra fazer um prédio com cinquenta apartamentos, cê vai ter cinquenta aluguel num vai? Mas em compensação cê tá gerando emprego. Tá gerando emprego porque cê vai colocar o pessoal pra trabalhar, pra levantar o prédio e depois as pessoas que vão morar ali no apartamento vai contratar faxineira, babá, vai crescer o emprego dentro da nossa cidade. Agora do jeito que tá aqui só atrapalha porque não pode fazer nada uai, na nossa cidade não pode fazer nada. É o que eu te falo, aonde está o turismo na nossa cidade, não tem. Agora vai em Tiradentes pro cê ver o final de semana, ocê não anda lá dentro de Tiradentes. São João del-Rei é uma cidade morta no fim de semana. Num tem nada (Gilberto, vereador, 46 anos).

O depoimento de Gilberto remonta à historicidade das políticas de preservação no Brasil e em sua cidade. É muito vivo ainda no pensamento de muitos sanjoanenses que o patrimônio arquitetônico é algo que traz atraso. Atraso este que se representa na ausência de prédios, indústrias que, para esses moradores, foram impedidas de se desenvolverem na cidade por causa do turismo. Uma apropriação de um discurso dos anos do nacional desenvolvimentismo que, uma vez reapropriado, convive com a ideia de necessidade de investimento no turismo, algo próprio do discurso contemporâneo concernido com o planejamento estratégico.

Existe uma disputa entre Tiradentes e São João del-Rei na observação desses moradores. Isso é muito próprio de um jogo de interesses que estimula a rivalidade entre as cidades. Vainer (2013) afirma que uma das marcas do planejamento estratégico é promover a competitividades entre as cidades em um contexto em que é necessário criar o marketing

citadino e, assim, atrair recursos do capital público e privado. Essa competitividade não se restringe à esfera do mercado, mas, realiza-se no contato cotidiano, em exercícios comparativos entre as duas cidades, estabelecidos pela mídia local e que é observada pela população.

De acordo com esse morador, visão que não é única, São João não é histórica, nem moderna, não tem indústria e, portanto, não tem emprego. O patrimônio cultural, a preservação dos edifícios no perímetro tombado é considerada um entrave à cidade. Visão um tanto reducionista considerar que o atraso da cidade decorre somente de seus bem tombados. Outro aspecto interessante é sua observação sobre empregos criados em uma possível construção de prédios no centro. Haveria empregos para as mulheres, empregadas domésticas para as residências no centro e trabalho para homens como serventes de pedreiro. Em seu depoimento, ele insinua algo que ocorre em seu bairro há muitos anos, a oferta de mão de obra barata para a classe média que ali reside.

Ele afirma que em Tiradentes houve investimentos para o turismo, o que não ocorreu em seu município. Afirma que São João del-Rei não é histórica, pois está descaracterizada. Um lugar que não é caracterizado, não é histórico. Professores e pesquisadores de História necessitam urgente abrir os olhos da população para as marcas de historicidade presentes no espaço por eles praticado.

Tal como os patrimônios, a construção da memória, do passado, é constituída e reconstruída mediante seleções, confirmações, interpretações e esquecimentos. Os objetos e relíquias que foram encontrados e apropriados por pesquisadores, sobretudo historiadores, por si só, não apresentam somente uma versão do passado. Toda análise do passado impele um trabalho de reflexão, rememorações coletivas ou pessoais e de descartes, restando ao pesquisador, a certeza de que seu trabalho alcança somente parte do fato ocorrido no passado.

Esse ponto é fundamental na discussão sobre os patrimônios culturais, os discursos que os legitima e as ações que os protegem. Quando o Estado permite o reconhecimento de um objeto, seja ele edificado ou não, ele influencia o cultivo de determinadas memórias que reverenciam grupos específicos. A partir dessa ação, lhes é concedido o poder de legitimar as representações de suas identidades e perpetuarem suas memórias para uma cidade, um estado, uma nação. Memória é poder, ou seja, poder de escolher e fazer reconhecer os aspectos da cultura inerentes a uma coletividade, pois,

a cultura de uma sociedade que fornece os filtros através dos quais os indivíduos que nela vivem podem exercer o seu poder de seleção realizando as escolhas que determinam aquilo que será descartado e aquilo que precisa ser guardado ou retido pela memória” (MORAES, 2007, p1).

Um dos componentes que constituem a produção do conhecimento histórico são os vestígios, testemunhos e documentos, muitos deles presentes na paisagem, cultivados e protegidos por representarem memórias coletivas. Quando se privilegia objetos próprios de uma época, no caso de São João del-Rei, dos séculos XVIII e XIX, a história privilegia memórias desse período e de grupos privilegiados que nesse tempo viveram. Os homens e mulheres que praticam esse espaço, que veem todos os dias esses monumentos e seu atributo “histórico”, criam uma visão limitada do que é patrimônio cultural e, por conseguinte, do que é História. Isso condiciona alguns cidadãos a definirem e acreditarem somente em uma História oficial, da qual eles e seus antepassados não foram protagonistas. E, o mais preocupante, influencia na observação e reconhecimento de suas próprias histórias, das histórias de seus próprios espaços, lugares e paisagem.

Diante disso, é oportuno ao pesquisador realizar um trabalho de autocrítica e, ao mesmo tempo, epistemológico da pesquisa historiográfica, ou seja, refletir sobre o processo de apropriação subjetiva da cultura por estar ancorada em ideologias nos objetos considerados patrimônios culturais, porém, reconhecendo a autonomia daqueles que caminham e usam a cidade e, mais especificamente, o centro. É preciso incentivar a população a reconhecer seus patrimônios culturais e, nesse caso, considero mais importante que trabalhar pela preservação daquilo que já se encontra protegido pelo Estado.

Para mim, o mais relevante nessa pesquisa é que o trabalho desenvolvido para a proteção de um patrimônio cultural, por parte do Estado, se não for aliado a um projeto que vise aos cuidados com a cidade em uma dimensão ampla, e não somente aos territórios “históricos”, não atingirá seu objetivo. Ou seja, deve-se sensibilizar verdadeiramente a população para um patrimônio protegido para que ela realmente reconheça esse patrimônio e que decida se realmente se identifica com esses objetos “especiais”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando decidi escrever o projeto que por hora desenvolvo, algo que se frutificou das pesquisas cujas fontes eram jornais do município, sobre as representações desse patrimônio histórico na mídia local, nos últimos cinquenta anos, formulei uma hipótese para o trabalho. Essa observação acreditava no desenvolvimento de meu estudo que, ancorado na metodologia de História Oral, encontraria depoimentos que mostrassem uma grande aceitação e identificação com a ideia de proteção dos monumentos do centro histórico por parte do sanjoanense. Pensei que haveria uma identificação desses atores sociais com o centro, por ser um lugar de memória, patrimônio cultural divulgado e enaltecido pela mídia, pelos órgãos protetores IPHAN e Conselho Municipal de Patrimônio e instituições educacionais.

O desenvolvimento da pesquisa, o recolhimento e transcrição da fala dos moradores abriu um leque de possibilidades de representações que esse espaço possui na visão dos cidadãos e dos usos que dele se pode fazer. A possibilidade de interpretação e reconhecimento do centro enquanto patrimônio histórico se diferencia de indivíduo para indivíduo. Confesso que as concepções sobre os usos dos espaços reconhecidos como patrimônios culturais transcendem pressuposições engendradas em discursos hegemônicos que expõem bens culturais selecionados sem a participação da população. Patrimônios culturais arquitetônicos, como qualquer bem cultural, também dependem da aceitação dos cidadãos comuns e devem ressonar diante dos cidadãos para que sua preservação obtenha êxito e não dependa somente da força e autoridade do Estado (Gonçalves, 2005).

Porém, o mais importante foi detectar a transformação sócio-histórica desse discurso na fala dos moradores. Perceber que muitas pessoas ainda concordam com uma visão de patrimônio histórico que foi modificada com o passar dos anos nessa cidade. Observar que as transformações espaciais, reformas, revitalizações interferem na visão dos cidadãos acerca do patrimônio histórico e dos usos que se pode realizar do espaço.

O discurso preservacionista no Brasil, iniciado nos anos 1930-40, difundiu um modelo de preservação que privilegiava o patrimônio barroco-rococó. As cidades históricas de Minas Gerais que dispunham de exemplares desse estilo assistiram a uma série de intervenções no

espaço que se direcionavam a esses objetos e a seu entorno. Em São João del-Rei, houve forte resistência das elites “progressistas, desenvolvimentistas” em aceitar o tombamento de seu conjunto arquitetônico urbanístico realizado em 1938, enquanto SPHAN, e outros setores das elites locais estabeleceram um limite para o perímetro tombado, bem menor do que aquele desejado pelo SPHAN a princípio. Foi significativa na concepção de alguns representantes dos setores progressistas, a ideia de que o patrimônio evocava atraso. Periódicos que se inserem no recorte temporal da pesquisa ilustram a disputa simbólica e espacial de dois grupos: um que almejava uma cidade com ideais de urbanização que se enquadrassem no nacional desenvolvimentismo, outro que preconizava a manutenção da paisagem barroca e o todo substrato cultural que ela carrega.

Nos anos 1970, o SPHAN se descentralizou, criando responsabilidades estatais para o IEPHA. Nesses últimos quarenta anos, o olhar e as práticas de preservação se modificaram. O incentivo à preservação do patrimônio se adequou a tendências e sugestões do planejamento estratégico. Cada vez mais se executaram reformas, revitalizações, visando à conservação de construções do centro. Na mídia local, publicam-se notícias incitando a preservação, enaltecendo o potencial turístico do município. A partir dos anos 1990, as instituições educacionais, administrativas e políticas, em sua maioria, concordam que é necessário preservar essa “cidade histórica” com seu conjunto arquitetônico urbanístico central. Essa ideia amadureceu e se desenvolveu na conjuntura econômica e cultural e no espaço urbano do município nesses últimos trinta anos.

Enquanto o discurso e as ações preservacionistas se colocavam no espaço central, e em menor quantidade em outros cantos da cidade, as periferias sanjoanenses cresciam com habitantes de cidades vizinhas e com deslocamentos de moradores de áreas próximas ao centro que encareciam pela especulação imobiliária. Assim ocorria o adensamento populacional de bairros carentes, como Gameleira e Águas Gerais. Já o bairro Fábricas foi construído e ocupado em sua maior parte por operários das fábricas de seus arredores.

Vimos que São João del-Rei, até a primeira metade do século XX, distintamente do que ocorreu em Tiradentes, desenvolveu-se economicamente, o que propiciou uma variedade de estilos arquitetônicos que caracterizam edifícios e residências localizadas no centro. Bernard Lepetit (2001) assinala que o espaço urbano carrega consigo traços de temporalidades distintas. Passado e presente dialogam, justapõem-se, de forma que o passado é fragmento do presente. As memórias se formulam com a reutilização dos espaços que, embora estejam imbuídos do passado, de expressões e de disposições de horizontes de

expectativa passados, adequaram-se a usos e fruições do território que se justificam por necessidades do presente. Entendo horizonte de expectativa como as intenções, os anseios que os homens projetam e internalizam na busca de sua felicidade e de sua realização pessoal. Por serem fruto de um tempo e decorrência de um contexto, os homens desejam atributos distintos em tempos distintos. A paisagem mudou e, com ela, os discursos e práticas que incidem sobre o espaço urbano também se modificaram nesses últimos 50 anos. E a população, como se apropriou dessa transformação, dos espaços considerados patrimônios, do conjunto arquitetônico urbanístico de São João del-Rei? Como esse discurso e suas modificações interferem na representação do centro para o sanjoanense?

Começemos por analisar os usos que os cidadãos realizam no centro que se parecem variar de forma significativa. A grande maioria utiliza para consumo de produtos, lazer e de bens culturais. Outros, com menor frequência, fazem uso dos monumentos, igrejas, passinhos e vias para professarem a sua fé, sua memória hábito. Os moradores são muito cômicos dos usos que desejam e podem fazer do centro. Seja qual for o motivo de suas idas, é fato que esses moradores se deparam todos os dias com esse conjunto arquitetônico urbanístico, observam e praticam esses espaços. Apesar disso, apenas dois dos 31 entrevistados afirmaram visitar o centro para observar os monumentos, a paisagem.

É perceptível que os moradores dos três bairros utilizam o centro para fins comerciais. Porém, no bairro Fábricas, encontrei duas entrevistadas, Dona Dirce (42 anos), Dona Carmem (86 anos), que dizem não necessitarem ir ao centro para fins de consumo, pois o bairro delas dispõe de tudo aquilo que precisam. Quanto aos bairros Águas Gerais e Gameleira, desprovidos de quase todos os tipos de comércio, as idas aos centros são frequentes para pagamento de contas, consumo e acesso a serviços de saúde. A proximidade desses dois bairros com o centro facilita esse contato.

Quanto ao uso do espaço para a apreciação de eventos culturais, abundantes em São João del-Rei, sobretudo a partir do ano 2000, os relatos dos moradores demonstraram o que já era esperado. Alguns frequentam e outros não, sendo estes a maioria. Percebi que os eventos ligados à UFSJ junto às outras entidades possuem menos aderência da população. Já os eventos religiosos foram mencionados por duas entrevistadas. No depoimento de Dona Dinara, do bairro Águas Gerais, ela afirma que muito aprecia participar das procissões e festas da cidade, inclusive daquelas que se passam no centro. Essas festas religiosas possibilitam a inserção do cidadão no espaço através das práticas e costumes referentes a um patrimônio imaterial. Esse patrimônio imaterial é uma memória-hábito, ou seja, trabalhada pelo cotidiano

que a formulou, presente nas ações diárias, portanto, transportada para o corpo. É o levantar-se, arrumar a cama e lavar o rosto diariamente. A ida a uma igreja aos sábados ou domingos de forma voluntária para ir à missa. É a vivência da religiosidade, tal como essa moradora relata, que a faz participar das procissões e das festas. Essa memória está em sua vivência e não carece de esforço e rememoração. Ana, universitária moradora do bairro Fábricas, no momento da entrevista, também evocou memórias sobre o centro construídas em sua infância nos eventos religiosos, os quais ela frequentava com sua mãe. Esses hábitos, que são também construções históricas, sobrevivem há séculos junto às inovações no tempo e no espaço, aos ideais de modernização e industrialização. Porém, se adequam aos novos costumes dessa sociedade que se modificou ao longo dos anos. Por ser forte, garante e se perpetua, adaptando-se a toda mudança da paisagem e de hábitos da modernidade que se colocam no mundo contemporâneo, um deles é o excesso de dedicação ao trabalho que acarreta falta de tempo para a contemplação e a vivência da espiritualidade. Esses rituais também são instrumentos que constroem o marketing da cidade como cidade “histórica” e de atributos culturais, embora a atitude de participar dos rituais seja autônoma e livre por parte do cidadão.

Em uma perspectiva geral, os moradores consideram bonitas as edificações e monumentos, de certo, em decorrência da grandiosidade e monumentalidade próprias do Barroco orientadas por disposições do Concílio Tridentino, o qual regulamenta o local e a maneira de se construir as igrejas e a cidade visando à manutenção do *status quo* da Igreja e da Monarquia a partir de sua representação simbólica no espaço. De certo, a internalização do significado da grandiosidade da Igreja e do catolicismo é algo predominante na mentalidade e na conduta do sanjoanense. Porém, o monumento, enquanto documento e representação da identidade nacional ou local, é ausente, insignificante para muitos moradores desse município. Quando vão à Igreja, é com o intuito de professarem sua fé. Enfim, os moradores reconhecem esses objetos como atratores e referências do espaço, utilizando-o da maneira que lhe é necessária e agradável. É fato que o convívio cotidiano com esses patrimônios lhes fazem passar despercebidos por esses objetos atratores, porém, somente dois moradores dos 31 entrevistados alegaram ir ao centro por prazer, para usufruir e observar a paisagem e os turistas. Os depoimentos acima expressam uma ausência de participação dos entrevistados na construção do espaço, no caso “culturais” concernentes às igrejas, museus, casarões e ao próprio centro.

Em relação aos conhecimentos e à definição do conceito de patrimônio, bem como dos procedimentos legais para legitimá-lo frente ao Estado e à sociedade, as respostas foram as mais diversas e impressionantes. O reconhecimento do termo, bem como dos instrumentos e procedimentos que possibilitam a esses bens culturais serem salvaguardados, encontra-se estritamente ligado ao entendimento ou até mesmo à identificação de qualquer patrimônio. Dona Conceição, professora de português e de ensino religioso, recebeu treinamentos das instituições educacionais e culturais locais para trabalhar a educação patrimonial com seus alunos e, portanto, ilustrou em sua fala uma noção bem tradicional de patrimônio cultural. Visão que considera o centro como a “memória” da cidade. Sr. Gabriel, morador do bairro Fábricas, disse que era necessário informar as crianças sobre o valor do conjunto arquitetônico central tombado, apesar de ter 4º série de grupo. São representações que concebem o centro como um patrimônio cultural valioso para as futuras gerações, que devem entrar em contato com esses objetos para preservá-los. Nesses moradores que responderam de forma mais assertiva, ou naqueles que pouco falaram, é unânime a concepção de patrimônio enquanto objeto antigo e, portanto, histórico. Ninguém mencionou que patrimônio pode ser caracterizado como qualquer objeto material ou imaterial que independe do tempo, desde que represente uma coletividade. A maneira como esse discurso se dissipou e as ações que o materializam contribuíram para uma concepção engessada e limitada do que é patrimônio cultural. Entrementes, ao se considerar o centro como espaço referencial para as políticas de preservação do patrimônio, sobretudo o edificado, esse espaço influencia a concepção desses moradores sobre o que é patrimônio e História.

A legitimação de um patrimônio cultural, ou mesmo natural ou intangível, depende de cada grupo e indivíduo, que luta com as armas que possui para preservar aquilo pelo qual cultiva apreço. Aquele que ostenta maior capital político, econômico, terá maiores possibilidades de ver seus projetos incidirem no espaço, seus símbolos e signos divulgados no território, na mídia, no Direito, na família. Em São João del-Rei, percebi que os moradores interferem no espaço de suas localidades de moradia, realizando, inclusive, atividades que seriam função dos governos locais, federais e estaduais. Falo especificamente dos Bairros Águas Gerais e Gameleira, cujos residentes expressaram uma insatisfação significativa em relação à infraestrutura do bairro. Criando relações corporativistas e de ajuda mútua, os moradores conseguiram algumas mudanças que melhoraram sua qualidade de vida. O interessante é que, embora conscientes de que em seus bairros há uma omissão do governo em relação a políticas públicas e serviços de infraestrutura, muitos afirmaram que o centro precisa

de mais atenção e serviços da prefeitura. Existe um consenso, para muitos, de que o centro é, de fato, local que merece privilégios e ações que são raras ou quase inexistentes em suas localidades. Atribuo essa percepção à dissipação do discurso preservacionista e seu esforço de apontar os problemas do centro na mídia, casarões em estado de deterioração, vazamentos de canos e desperdício de água, descaso com o patrimônio público. Ao mesmo tempo, os moradores elogiam as revitalizações e reformas que garantem a sua conservação e seu cenário “histórico”.

Encontrei também aqueles que não sabiam explicar o significado do termo patrimônio, ou que sabiam; porém, lhes faltavam palavras. Quando indagados sobre o que entendiam acerca da política de tombamento, os que responderam, majoritariamente, alegaram ser “aquilo” que impede as coisas de mudarem. O episódio de asfaltamento de parte do centro, na década de 1990, e seu posterior calçamento anos depois, expedido por órgãos responsáveis, citado por entrevistados, foi um acontecimento que muito contribuiu para essa visão.

Eles desconsideram e desconhecem que patrimônio é algo mutável e dinâmico. O aspecto de vigilância e proibição foi proeminente nos depoimentos, até para moradores que não souberam responder o que é patrimônio. Sr. João e Alex, moradores do bairro Gameleira, agradecem por não viverem em um local tombado, pois podem “mexer” nas suas casas como desejam e têm asfaltadas as vias locais e circunvizinhas. Percebe-se que o tombamento, ou a preservação de um patrimônio cultural, é analisado, por esses moradores, na medida em que aquele interfere nos seus usos do espaço e de seus objetos. O tombamento também interfere na maneira como compreendem a função da propriedade privada. Nenhum morador mencionou que a política de tombamento pode favorecê-los no que tange à proteção de um patrimônio que os represente.

Após conhecer algumas concepções e representações do espaço central pelos moradores, verifiquei o não reconhecimento deles acerca de possíveis objetos de suas comunidades que poderiam ser considerados patrimônios. Os três bairros são possuidores de paisagens que abrigam patrimônios edificados ou naturais de grande valor para a comunidade e que fazem parte da história e da paisagem do município. No bairro Fábricas ocorreu um número mais significativo de entrevistados que citaram patrimônios do lugar. Três dos 16 entrevistados afirmaram possuir bens culturais importantes e representativos na localidade. Os mais citados foram as Fábricas Sanjoanense e Brasil, o antigo trem que ocupava a Av. Leite de Castro, em especial o trilho que levava os moradores até o balneário das Águas Santas.

Nos bairros Águas Gerais e Gameleira, dos 15 entrevistados, apenas duas moradoras mencionaram patrimônios locais, mesmo utilizando-os e usufruindo-os cotidianamente. Dona Dinara mencionou a Serra do Lenheiro e a cachoeira lá situada. Sua fala impressiona pelo grau de consciência e reconhecimento expressos relativos à necessidade de se preservar o local, cultivados por toda a população do bairro Águas Gerais. Aquilo com o qual se convive e se utiliza no território motiva o zelo e a proteção sem necessidade do incentivo e intervenção do Estado.

Quanto ao orgulho de se residir em uma cidade “histórica” turística, pode-se inferir que parte considerável da população o cultiva. Esse sentimento de satisfação por se morar na cidade “turística” é incentivado e alimentado pela mídia local que, de trinta anos para cá, confere destaque ao patrimônio edificado do centro e às manifestações culturais que nele ocorrem. Porém, há aqueles que nem consideram São João del-Rei uma cidade histórica e, nesse sentido, Tiradentes ocupa um lugar central para a feitura dessa análise. No imaginário de grande parte dos sanjoanenses sobre o que é “histórico”, destaca-se o município vizinho por sua cenarização colonial e bucólica. São João e seu centro histórico, que expõe marcas de historicidade mais variáveis, ou seja, que expressa os vários tempos históricos vividos justapostos e superpostos no espaço, não agrada os olhares de grande parte da população que busca um cenário semelhante ao de Tiradentes. Ademais, acreditam que o cenário de monumentos e memórias de tempos híbridos revela uma incompetência do município por não investir no turismo e, por causa do patrimônio, não ter se industrializado. De acordo com o vereador Gilberto, o atraso provocado pela necessidade de preservação do patrimônio, hoje é um entrave para a criação de empregos para a população em relação à construção civil e à indústrias. Como para o vereador o centro está descaracterizado, o turismo da cidade seria apenas uma “sombra” do que significa a atividade em Tiradentes. Na fala desse morador e de outros, vejo manifestar-se um patriotismo cidadão.

Diante desses relatos, da análise dos usos do centro pelos moradores, da relação dos entrevistados com o patrimônio e o conjunto arquitetônico urbanístico do centro, percebo que poucos são os moradores que estabelecem uma relação de memória com os monumentos localizados no centro da cidade, embora esse seja enaltecido como um lugar de memória. Segundo Paul Ricoeur (2005), a formação de uma identidade, ou seja, o centro, enquanto representação daquilo que pensam e agem os moradores dos três bairros, deveria perpassar em primeiro lugar o convívio e a memória desses cidadãos. Pouquíssimos me relataram lembranças de convivências no centro. Nos bairros Águas Gerais e Gameleira, duas das

entrevistadas que evocaram lembranças relembram de seus papéis subalternos nesses espaços, como afazeres domésticos em casa de família, função realizada por grande parte das mulheres dessas localidades. Outros mencionaram a participação em festas religiosas, procissões e rezas. Poucos depoimentos demonstram uma relação de memória que se constrói a partir das relações que se estabelecem com aquele espaço em que os grupos interferem e participam cotidianamente. Alguns, moradores, realmente, cultivam lembranças vividas no centro, porém, seus relatos, frisam uma memória viva e atuante sobre o que acontecera em seu entorno, na localidade em que vivem. Ali se uniram para resolverem problemas comuns de seus próprios interesses e são beneficiados ou prejudicados pela manutenção e dignidade de um espaço em que se ausentam os poderes públicos. Essa rede de relações que se forma para ocupar um lugar que o Estado não se apresenta cria um sentimento de identidade autêntica e genuína grupal (CARNEIRO, 2009). Os homens que habitam os territórios possuem a capacidade de transformá-lo conforme suas demandas e necessidades. Assim, compreender o espaço é, de antemão, compreender os homens que o habitam e o que pensam sobre ele. Uma relação de memória se alimenta das relações que se estabelece com o espaço.

Isto posto, compreendo que a construção da memória acerca de um lugar é proporcional à vivência e à interferência que os indivíduos e grupos possuem de um território. Um discurso dóxico, como se apresenta o discurso da preservação, embora tenha a capacidade de formar opinião, não é aceito majoritariamente em uma sociedade, porém, por se pautar e se legitimar no âmbito das instituições, família, escola, direito e na mídia, torna-se ponto de partida tacitamente consentido para qualquer discussão, impossibilitando questionamentos que atinjam as contradições que qualquer conceito e teoria carregam (BORDIEU, 1989).

Assim, questiono o papel não só do discurso preservacionista, como também o da educação patrimonial e o da educação em si, no que tange à proteção dos bens culturais protegidos ou selecionados como patrimônio. Reconheço que uma política educacional centrada no reconhecimento dos espaços, não somente daquilo que se considera patrimônio, inexistente no município em questão no que se refere a meu recorte espacial. Esse quadro reflete uma carência não só da cidade em questão, mas da realidade de todo o Brasil, ou seja, além da carência do ensino de educação patrimonial oficial, tampouco se direciona para um reconhecimento, consciência e experiência dos seus lugares do cotidiano, seu bairro de residência. Depoimentos dos moradores revelam poucas ou nenhuma aulas direcionadas ao ensino da educação patrimonial em seus respectivos períodos de escolarização. Quando perguntei sobre a presença dessa temática, em suas respectivas trajetórias discentes, notei uma

tendência de encontrá-la à medida que diminui a idade do entrevistado. Esse dado da pesquisa permite uma associação que reflete uma mudança de orientação do discurso preservacionista que, com o tempo, se disseminou quantitativamente e qualitativamente. A leitura e a análise de jornais locais produzidos nas décadas de 1960 a 2008 expressam a construção sócio-histórica desse discurso, bem como a recepção de sua recepção ou a recepção deste pelos moradores sanjoanenses.

Na realidade, se a educação, ou seja, os governos e instituições que se ocupam dela, se comprometessem em incentivar um sentimento de cidadania e de autonomia nos projetos de ensino, na infraestrutura escolar, acredito que a educação patrimonial nem seria necessária. Uma educação libertadora incentiva o reconhecimento de si mesmo e de seu espaço no mundo, o que incita ao cultivo de memórias que remetem a meu grupo, aos meus “lugares” de memória. Lowenthal (1998) aponta o caráter individual que a constituição das lembranças e da memória carrega. Uma relíquia remete mais a uma experiência pessoal que com ela vivi a laços coletivos que relembram nacionalidades e grupos, ainda que o discurso oficial vise convencer e expressar suas considerações acerca dos bens culturais.

Pressuponho que o respeito pelas edificações, ainda que haja poucas manifestações que visam à destruição do que é legitimamente preservado, é fruto da repetição e consagração de um discurso que, não obstante, gera o medo da punição perante regras asseguradas por um conjunto de leis. Se o patrimônio se legitima pelo exercício da vivência e da memória, ele também pode se afirmar por intermédio de outras vias, uma delas, a repressão e a violência.

O discurso preservacionista não é emancipatório, pois se direciona a locais e a espaços privilegiados por vias institucionais, exercendo pouco o cunho libertador e crítico, não executando o exercício de se preservar, se proteger, se politizar para garantir dignidade a seu “lugar”, no mundo ou em seu bairro. Torna-se inclusivo para se reforçar na teia das ideologias, para atingir e convencer um maior número de adeptos. Em suma, é fazer com que os grupos e indivíduos se apropriem de um patrimônio e que nele acredite independente de qualquer relação simbólica que um bem cultural mantenha com períodos de opressão, escravidão e outros tipos de conservadorismos. De certo que, nesse processo, vários grupos utilizam o discurso da preservação e das leis de salvaguarda do patrimônio que servem de voz e conferem sentido à história dos vencidos. No entanto, percebe-se que no cenário brasileiro e mundial se preserva, com mais frequência, o patrimônio dos abastados de capital econômico, político e cultural.

Em contrapartida, percebi uma relação de memória no bairro Fábricas ancorada em uma identidade operária pautada no reconhecimento da força trabalhadora. Esses cidadãos reconheceram a modernidade e a industrialização como algo positivo. O bairro nasceu e cresceu em prol da industrialização, embora, hoje, seu perfil de moradores tenha mudado significativamente. No entanto, os depoimentos permitem-me reconhecer uma maior autoestima entre os cidadãos que residem no bairro Fábricas, do que aqueles que vivem nos bairros Águas Gerais e Gameleira. As melhores condições socioambientais do bairro composto por trabalhadores, aliada a uma identidade operária, condiciona e alimenta um sentimento de afeição e de orgulho pelo lugar que se cresceu e viveu.

Percebi, pelos relatos recolhidos, que a memória é, de fato, uma construção e consequência da relação de proximidade com as relíquias no espaço físico, bem como da formação educacional que privilegie a formação de cidadãos autônomos e questionadores que possam fruir ou rejeitar a obra de arte, um edifício ou qualquer bem cultural. Cobrar da população e afirmar que a cidade de São João del-Rei é de todos, que o espaço central é público e proteger e zelar pelos edifícios que lá estão é obrigação de todos, é sustentar uma irrealidade. Um morador do Águas Gerais, localidade cuja indicação no mapa urbano de São João del-Rei - MG é inexistente, possui poucos motivos para enaltecer o centro, ainda que o discurso hegemônico procure convencê-lo de que lá é histórico e, por isso, deve ser valorizado. Uma indagação pertinente e cidadã seria: por que meu bairro não é tão “cuidado” como o centro, por que não sou estimulado a proteger meu bairro e a cobrar dos responsáveis ações que melhorem a qualidade de vida dos meus vizinhos e da minha vida? Enquanto isso, percebo que há um consenso de se direcionar a preservação para determinados locais que foram “museificados” no espaço urbano e, considerando a funcionalidade do processo, sabe-se que as localidades pobres fornecem a mão de obra barata que alimenta a produção em setores diversos da economia sanjoanense. O discurso preservacionista e a maneira pela qual ele se dissipa induz a formação de uma cidade dual, cidade de uma memória que oblitera, corrói e oprime outras memórias pertencentes a grupos que não conseguiram se afirmar e legitimar seus patrimônios e lembranças no mundo. O que não quer dizer que esses grupos e homens não lutaram, não transformaram seus territórios e não se reconheceram nele. Mais uma vez reitero que considero o silêncio dos moradores sobre o termo patrimônio e tombamento uma forma de resistência, quando indagados sobre suas lembranças, ou sobre a importância do centro para eles.

O discurso preservacionista e as ações de preservação não são, por si só, a causa desses males, pois é mais uma manifestação da influência física e simbólica que determinados atores sociais possuem do espaço. Como historiadora, sou a favor da preservação desses bens culturais, que são fontes e documentos históricos, desde que não impossibilite a dignidade de outras localidades, sobretudo as periféricas. A tomada, o reconhecimento do espaço urbano, encontra-se no cerne da questão e de todos os questionamentos que realizo até agora. A cidade não é de todos, não é para todos, mas a proteção dos bens e sua manutenção em território urbano é dever de todo cidadão, a manutenção de símbolos de poder que visam à manutenção do *status quo*, ao invés de serem objetos de reflexão e crítica, são condecorados e protegidos em primeira instância.

No relato das moradoras, residentes em diferentes bairros percebe-se a estima delas, pelo espaço em que vivem, bem como uma relação de afeição pela vizinhança, por tudo que as rodeia, que lhes facilitem a vida, seja nas relações humanas e de solidariedade, seja na praticidade da vida cotidiana. O comércio e a materialidade presente no território, tudo o que contribui para criar qualidade de vida, são elementos que podem emanar a satisfação de se viver, habitar um “lugar”. Apesar de reconhecerem as limitações de seus locais de moradia, ali a vida se faz, portanto, por ele se tem apreço. É na riqueza desses depoimentos que se torna possível escrever uma história menos linear e homogênea. É na narração e na palavra dos moradores entrevistados, que se identificam maneiras diversas de se interpretar e de se reapropriar de um patrimônio que nem sempre se refere aos edifícios dos séculos XVIII, XIX e XX.

Essa visão engessada e reducionista do que é patrimônio cultural, detectada na maior parte dos moradores de São João del-Rei, é algo a ser trabalhado por nós historiadores, em pesquisas e ensino. Uma vez sabido que o patrimônio cultural é um objeto histórico e representação do que é a História, é dever de nossa profissão, dos arquitetos e urbanistas, em consonância com os poderes públicos, descentralizarmos as políticas de preservação do patrimônio e nos atermos a objetos referenciais e representativos de memórias subterrâneas (POLLACK, 1997). Além disso, é necessário que as políticas de preservação não contribuam para a formação de uma cidade dual em que os territórios “históricos” recebam apoio, recursos e estrutura das instituições públicas e outras localidades padeçam com a falta de recursos e de direitos básicos.

Acredito que essas ações podem enriquecer o leque da produção historiográfica, contribuir para uma cidade mais democrática e para que os cidadãos exerçam seu direito à cidade.

APÊNDICE A

Fontes utilizadas:

- Fontes Bibliográficas, expostas na Bibliografia do projeto, item IX, dentre outras obras (livros e artigos) impressos ou virtuais que serão buscados cotidianamente. É um instrumental teórico referente às áreas de conhecimento que sustentam esta proposta (História, Geografia, Arquitetura, Sociologia, Antropologia).
- Fontes primárias, como jornais referentes ao período estudado, muitos já catalogados em três anos anteriores de pesquisa. Somam-se fichamentos de 1075 impressos entre os anos de 1960-1985 e mais de 2500 impressos, relacionados aos anos de 2004-2008 (*O Correio, Diário do Comércio, A Comunidade, Jornal das Letras, Jornal de São João del-Rei, Gazeta de São João del-Rei, A Tribuna Sanjoanense, Folha das Vertentes*).
- A oralidade dos habitantes dos bairros supracitados sanjoanenses, instrumento indispensável para essa proposta. Os entrevistados serão divididos em grupos e categorias em que se especifique idade, profissão, religião, escolaridade, dentre outros traços para que se identifiquem diferenças quanto à recepção e à apropriação do discurso.

Nome dos entrevistados cujas entrevistas já foram transcritas.

Ivone Marcelino, 46 anos, moradora do Bairro Fábricas.

Márcia Patrícia da Silva, 32 anos, moradora do bairro Fábricas.

Ana de Assis Silva Pereira, 19 anos, moradora do Bairro Fábricas.

Felícia Sebastiana Teixeira de Meneses, 52 anos, moradora do Gameleira.

Conceição de Lourdes Quintiliano, 48 anos, moradora do Gameleira.

Robson Nascimento Aguiar, 25 anos, morador do Águas Gerais.

Maria Sueli de Gonçalves Machado, 66 anos, moradora das Águas Gerais.

José Gonçalves da Silva, 42 anos, morador do Águas Gerais.

Leandro Sérgio de Assis, 14 anos, morador do Águas Gerais.

Ednara Maria de Jesus, 44 anos, moradora do Águas Gerais.

João Alves Sandino, 56 anos, morador do bairro Gameleira.

Cláudia Valéria de Melo, 43, moradora do Fábricas.

Dirce Gonçalves Rodrigues, 42 anos, moradora do bairro Fábricas.
Gabriel Gonçalves dos Santos, 46 anos, morador do bairro Fábricas.
Marcelo Alvarenga Simas, morador do bairro Fábricas.
Rômulo Alvarenga Simas, morador do Bairro Fábricas.
Maria do Perpétuo Socorro belo, 74 anos, moradora do Bairro Fábricas.
Ilton Carlos de Oliveira, 64 anos, morador do Fábricas.
Vera Lúcia Alves Resende, 74 anos, moradora do bairro Fábricas.
Carmem Antônia Teodoro, 83 anos, moradora do Fábricas.
Etelvina Esteves de Oliveira, 84 anos, moradora do bairro Fábricas.
Enésio Paula Lopes, 65 anos, morador do bairro Fábricas.
Alex Drumond Sousa Lopes, 36 anos morador do Gameleira.
Mariana José da Silvia, 67 anos, moradora do Gameleira.
Charles Henrique Santos dos Anjos, 20 anos, morador do Águas Gerais.
Judith Sousa da Cruz, 76 anos, moradora do Gameleira.
Trindade Maria da Conceição Rocha, 60 anos, moradora do Águas Gerais.

Os entrevistados foram selecionados mediante um perfil que visa ao estabelecimento de diferenças de gênero, de idade e socioeconômicas.

APÊNDICE B

Roteiro da entrevista com moradores de São João del-Rei.

1. História de vida do depoente (local em que nasceu, quando se mudou para a cidade, caso não seja de SJDR, quando se mudou para o bairro, onde estudou e o grau de escolaridade, se for o caso, profissão).
2. Levantar informações a respeito dos jornais e revistas que os entrevistados leem, se assistem a jornais de TV, se escutam rádio e leem os jornais locais.
3. Interrogar sobre a afeição dos moradores em relação ao local onde moram: (“você gosta de seu bairro”?)
4. Investigar quais outros lugares da cidade o depoente frequenta, outros bairros, outros locais, igrejas, clubes etc. Perceber na fala dos entrevistados a relação deles com esses “lugares”, qual a importância que é atribuída a esses “espaços”.
5. Pesquisar se os entrevistados frequentam os eventos culturais da cidade (Inverno Cultural, teatros, shows).
6. Informações sobre a frequência de visitas ao centro da cidade pelo depoente.
7. Informações sobre o motivo das idas ao centro (o que procura lá? porque vai ai centro? O que tem lá que não tem no bairro ou mais perto?). Perceber a funcionalidade das visitas (fazer compras, tirar dinheiro, ir ao médico, ao dentista, participar de reunião de Irmandades, apreciação de eventos culturais).
8. Interrogar como se sente o entrevistado ao frequentar o centro (inibição, maravilhamento, pertencimento, dentre outros sentimentos que podem ser sugeridos).
9. O que o depoente entende por tombamento, ou seja, quando um bem é tombado, o que caracteriza este objeto tombado?
10. Interrogar sobre o sentimento dos moradores do Águas Gerais, Gameleira e Fábricas em relação ao patrimônio edificado no centro, ou seja, o que o depoente entende como patrimônio.
11. Caso o depoente tenha estudado, levantar se o tema da preservação do patrimônio foi explorado, trabalhado nas escolas.
12. Perceber se o fato de um bem da cidade ser tombado é importante e tem significado para o depoente. Observar se o tombamento exerce influência na percepção e simbologia do patrimônio por parte do morador. Se esse tombamento, se o fato de se

morar em SJDR, cidade “histórica” é importante para ele no seu convívio com e na cidade.

13. Sondar se o depoente acredita que seu bairro também é patrimônio.
14. Reconhecer o contato que os depoentes, de bairros periféricos, estabelecem com o centro, se conhecem pessoas de lá e se encontram com estas.
15. Perguntar se o entrevistado prefere seu bairro ao centro, ou seja, perguntar se ele moraria ou não no centro, deixando seu bairro, seria uma maneira mais eufêmica de questionar isso, não acha?

BILIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Rev. da Faculdade de Letras: Geografia**, Porto, vol XIV, serie 1, p 77-97, 1998. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>. Acesso em: 9 out. 2014.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia. Ética e História Oral. In: **PERELMUTER, D.; ANTONACCI, M. A. (Orgs.). Ética e História Oral**. São Paulo: EDUC, 1997.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARANTES, Antônio. O patrimônio cultural e seus usos. A dimensão urbana. **Rev. Habitus, UCG**. Goiânia, v. 4, n. 1, p. 425-435, 2006. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/362/300>. Acesso em: 15 jun. 2014.

ACSERLALD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por Justiça Ambiental. **Rev. Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n68/10.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2014.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BARROS, Carlos Henrique Farias de Barros. Ensino de história, memória e história local. **Rev. Criar Educação**, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/index.php/criaredu/article/view/1247>. Acesso em: 26 dez. 2013.

BENJAMIN, Walter. **A arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Disponível em: http://ideafixa.com/wpcontent/uploads/2008/10/texto_wbenjamim_a_arte_na_era_da_reprodutibilidade_tecnica.pdf, 1955. Acesso em: 23 ago. 2014.

_____. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

_____. Infância em Berlim por volta de 1900. **Obras escolhidas**. v. 2. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. **Obras escolhidas**. v. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

BEREINSTEIN, Paola Jacques. Patrimônio Cultural Urbano. Espetáculo Contemporâneo. **Rev. Arquitet. e Urb.da UFB**, Salvador, p. 32-39, 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/3229-7519-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/3229-7519-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 17 jun. 2014.

BONFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Miguel Reale (1910-2006).Um esboço de planejamento no Brasil na década de 1930. **Scripta Nueva: Rev. Eletrôn. Geo e Ciênc. Soc.** Barcelona, v. 10, n. 218, 2006.

BONDUKI, N.; ROLNIK, R. **Periferias**. São Paulo: USP, FAU: Fundação para Pesquisa Ambiental, 1979.

BONI, Marcela. História Oral temática. Particularidades metodológicas.**Rev. Fala e Escrita. Pesquisa, documentação, histórico oral e memória**. Disponível em: <http://falaescrita.wordpress.com/2013/01/29/historia-oral-tematica-particularidades-metodologicas/>. Acesso em: 14 nov. 2014.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Editora Difel, 1989. Disponível em: http://minhateca.com.br/atilamunizpa/Documentos/BOURDIEU*2c+Pierre.+O+poder+simb*c3*b3lico,2876944.pdf. Acesso em: 9 dez. 2013.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade:lembranças de velhos**. São Paulo:TA Queiroz Editora, 1983.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**.Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

BRUGGER, Silva Maria Jardim. **Minas Patriarcal. Família e Sociedade**. São João del-Rei, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**.Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Rev. Opinião Pública**, Campinas,v. vii, n. 1, p. 40-53, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/op/v8n1/14873.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2014.

CANDAL, Joel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Rev. Memória em rede**, Pelotas, v. 1, n. 1, jan/jul de 2009. Disponível em: <http://www.unice.fr/LASMIC/PDF/candau-article-10.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2015.

_____. **Memoria e Identidad**. Buenos Aires: Del Sol, 2008. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=d9C7MA9BgvoC&oi=fnd&pg=PA13&dq=joel+candau&ots=9UDlh3TboC&sig=yErTJGu1mfo35uiG5PsvgVVsjnA#v=onepage&q=joel%20candau&f=false>. Acesso em: 13 mar. 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução: Uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. **Representações, contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas, Papirus, 2000, p. 9-39.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Formações territoriais urbanas em São João del-Rei (MG). **ANPUH – XXV Simpósio Nacional De História**, Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0201.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2013.

_____. **Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais**. 2003. Tese(Doutorado em Sociologia e Política) – Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 449f.

CARNEIRO, Éder Jurandir; LEITE, Dayse de Souza. **A poeira dos empregos**. Mineração e conflitos ambientais em Santa Cruz de Minas-MG. Artigo de pesquisa desenvolvida no âmbito do CNPq, 2008.

CARNEIRO, Éder Jurandir; LEITE, Dayse de Souza. **O barroco nas asas da modernidade**. Competição inter local e articulação das elites na cidade mineira de São João del-Rei- MG. Aeroporto, shopping center e revitalização do “centro histórico”. Artigo de projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do CNPq, 2009.

CARNEIRO, Éder Jurandir; TAVARES, Dênis Pereira. **O plano diretor e a capital brasileira da cultura 2007**:estratégias de consenso e empreendedorismo urbano em São João Del-Rei/MG. Artigo de pesquisa desenvolvida no âmbito do CNPq, 2008.

CARNEIRO, Eder Jurandir. SILVA, Luis Raimundo Tadeu. **A construção de territórios urbanos de populações de baixa renda em São João del-Rei-MG**:conjuntos habitacionais do IAPI e seus entornos. Artigo de conclusão de pesquisa desenvolvida no âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFSJ, 2007.

CARNEIRO, Éder Jurandir; DELPHINO, Priscilla Dantas. **A construção sócio histórica do patrimônio histórico**. Uma análise comparativa entre os jornais de 1960-1970 até a contemporaneidade. Artigo de projeto de pesquisa desenvolvida no âmbito do CNPQ, 2009.

CARNEIRO, Éder Jurandir; DELPHINO, Priscilla Dantas. **Os jornais, o discurso, a cidade e a não cidade.** Representações de São João del-Rei na imprensa local. Artigo de pesquisa desenvolvida no âmbito do CNPq, 2009.

CARNEIRO, Éder Jurandir; PINTO, Lucas Henrique. **Notas sobre uma experiência de extensão nos bairros Águas Gerais e Gameleira – São João del-Rei-MG.** Artigo de projeto de extensão desenvolvido no âmbito da UFSJ, 2007.

CARTROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **Fronteiras do Milênio.** Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2001.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas.** O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASCO, Ana Carmem Amorim Jara. Sociedade e educação patrimonial. **Rev. Eletrôn. Inst. do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=526>. Acesso em: 13 dez. 2014.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **A “via crítica” no patrimônio cultural:** uma perspectiva comparativa. Artigo para apresentação no I Seminário da Rede de Conservação – BR do Centro de Estudos da Conservação Integrada.. Olinda, 12 e 13 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ct.cecibr.org%2Fceci%2Fbr%2Finformacao%2Acervo-para-download%2Fcategory%2F12-artigos.html%3Fdownload%3D122%253Aa-via-critica-no-patrimnio-cultural-uma-perspectiva-comparativa&ei=Rkv8VJ74OIHrggSYmYToDA&usg=AFQjCNHjv4rbVaFVqxDsS-k4O8Fhv4l4Q&bvm=bv.87611401,d.eXY>. Acesso em: 13 nov. 2014.

_____. **Patrimônio Cultural:** conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. **Rev. Eletrôn. Em Questão: Comunicação e Informação, UFRS**, v. 13, n. 2, 2007. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/2980/2033>. Acesso em: 23 jan. 2015.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Rev. Estudos Avançados**. v. 5, n.11. São Paulo: Jan./Apr. 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext. Acesso em: 20 fev de 2012.

_____. **À beira da falésia.** A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.

CHUVA, Márcia. **Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CIFELLI, Gabrielle. **Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto**. Dissertação. (Mestrado em Geografiarealizado no Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

CHOY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Ed. UNESP, Estação Liberdade, 2001.

CLAVAL, Paul. Marxismo e Geografia Econômica. **Rev. Eletrôn. Espaço e Economia**. Ano ii, n. 3, 2013. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/570>. Acesso em: 25 fev. 2015.

COSTA, Everaldo Batista da Costa. A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial.**OLAM, Ciência e Tecnologia**, Rio Claro, São Paulo, ano viii, v. 8, 2008.

_____. **Patrimônio, território e memória: da preservação ao significado das cidades**.In: 5º SEMINÁRIO – PATRIMÔNIO CULTURAL: CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO NO SÉCULO XXI (300 anos das Vilas Mineiras), Ouro Preto, FAOP, 2011. Disponível em: <http://www.faop.mg.gov.br/images/Texto%20Everaldo%20Batista%20da%20Costa.pdf>
Acesso em: 15 out. 2014.

COSTA, Everaldo Batista da Costa; SCARLATO, Francisco Capuano. As fases de (re)produção e mercantilização das cidades históricas do Brasil.**OLAM, Ciência e tecnologia**, Rio Claro, São Paulo, ano IX, v. 9, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. Monumentos, política e espaço. In: ROSENDAHL, Zeny. e CORRÊA, Roberto Lobato (org). **Geografia: Temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: UERJ. 2005. pp. 9-39.

CORREA, Silvio Marcos de Souza. História local e seu dever historiográfico. **Rev. Metis**, v. 1, n. 2, 2002. Disponível em: www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1084/734. Acesso em: 15 dez. 2015.

COTA, Daniela Abritta; SILVA, Cecília Miranda. **A relação entre a política urbana e a política patrimonial em São João del - Rei, MG: uma análise crítica**. In: XXVII CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA, Natal, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370259239_ARQUIVO_anpuh_125_rela_cao_politicas_DACeCMS.pdf. Acesso em: 02 jan. 2015.

DÂNGELO, André Guilherme Dornelles. Condicionantes para a preservação arquitetônica e urbanística do centro histórico de São João del-Rei. **Blog São João del-Rei Transparente**. Disponível em: <http://saojoaodelreittransparente.com.br/works/view/606>. Acesso em: 14 dez. 2013.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **Rev. História Oral**, v. 6, 2003. Disponível em: [http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path\[\]=62](http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path[]=62). Acesso em: 10 dez. 2014.

DONNER, Sandra Cristina. **História Local, discutindo conceitos e pensando na prática**. O histórico das produções no Brasil. In: XI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. Universidade Federal do Rio Grande (UFRG). Rio Grande, Rio Grande do Sul, 23 a 27 de julho de 2012. **Anais eletrônicos**. Disponível em: http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1342993293_ARQUIVO_HistoriaLocalBrasileMundotexto2012.pdf. Acesso em: 9 jan. 2014.

DOSSE, François. O espaço habitado segundo Michel de Certeau – descontinuidade e intangibilidade da personalidade: a relação com o tempo no individualismo contemporâneo. **Rev. Arte e Cultura**, Uberlândia, n.º 9, jul./dez. 2004. Disponível em: http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF%209/ArtCultura%209_dosse.pdf. Acesso em: 20 dez. 2014.

DU CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DURHAM, Eunice Ribeiro (1984). I Seminário (CONDEPHAT). In: ARANTES, Antônio Augusto. **Produzindo o passado**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

ETIENNE, François. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. Disponível em: http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=s17dL_KNlz0C&oi=fnd&pg=PA1&dq=hist%C3%B3ria+oral+tem%C3%A1tica&ots=DGDzFZza4m&sig=t0ye0v9VxwkJ0qvTCnG0jRhZ6I#v=onepage&q=hist%C3%B3ria%20oral%20tem%C3%A1tica&f=false. Acesso em: 17 nov. 2014.

FIORAVANTI, Fernanda. As festas barrocas nas Minas Coloniais e seu significado político. **Rev. Espaço Acadêmico**, n. 64, ano vi, 2006. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/064/64fioravante.htm>. Acesso em: 10 nov. 2014.

FLORÊNCIO, Sonia Rampim et. Allii; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial. Histórico, conceitos e processos**. Brasília, Distrito Federal, IPHAN, DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4240>. Acesso em: 12 dez. 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres (1997). **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 2006.

_____. Para além da pedra e cal. Por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FORTUNA, Carlos. Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológicos. **Rev. de Ciências Sociais**, n. 63, out. 2002. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-123-148-Carlos%20Fortuna.pdf>. Acesso em: 9 out. 2012.

FORTUNA, Carlos. SILVA, Augusto Santos. Cidade ao lado da cultura. Espacialidades Sociais e modalidades de intermediação cultural. **Cadernos CES**, v. 1, parte vii, s/d. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/169_Cidade_do_lado_da_Cultura.pdf. Acesso em: 9 fev. 2012. cap. 11.

FORTUNATO, Elizabeth. RUSCHEINSKY, Aloísio. A História Oral na pesquisa social sobre espaço urbano. **Rev. Biblios**, Rio Grande, Universidade Federal do Paraná, v.16, 2004, pp. 25-36. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/408/93>. Acesso em: 14 nov. 2014.

FRIAS, Aníbal; PEIXOTO, Paulo. Representação imaginária da cidade. Processos de racionalização e de estetização do património urbano de Coimbra. Texto apresentado no ENCONTRO TEMÁTICO INTERCONGRESSOS DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA CIDADE E CULTURAS: NOVAS POLÍTICAS/NOVAS URBANIDADES. Porto, 27-28 de Setembro de 2001. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11051/1/Representa%C3%A7%C3%A3o%20imagin%C3%A1ria%20da%20cidade.pdf>. Acesso em: 9 set. 2014.

GAIO SOBRINHO, Antônio. Notas sobre o bairro das Fábricas. **Portal São del-Rei transparente**. Disponível em: <http://saojoaodelreitransparente.com.br/works/view/11>. Acesso em: 14 nov. 2014.

GOMES JUNIOR, Guilherme Simões. **Palavra Peregrina: O Barroco e o Pensamento sobre Artes e Letras no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GORELIK, Adrián. Ciudad, modernidad, modernização. **Rev. Universita Humanista**, jun., n. 056, Universidade Javeriana, Bogotá, 2003.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais. São João del-Rei, 1831-1888**. São Paulo: Annablume, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A retórica da perda: os discursos do património cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2002.

_____. Autenticidade, memória, e ideologias nacionais. O problema dos patrimônios culturais. **Rev. Estudos Históricos, Rio de Janeiro**, v. 1, n. 2, 1988, p. 264- 275.

_____. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **CIDADE: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 108-123.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Rev. Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832005000100002&script=sci_arttext. Acesso em: 20 fev. 2014.

GRAMMONT, G. **Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, p. 12-20.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 307-397.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do tempo**. Rio de Janeiro: Autêntica, 1996.

HARVEY, David. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. In: HARVEY, David (org). **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira Horta. **Guia básico de educação patrimonial**. Caderno do Arquivo Histórico de Joinville, 1999. Disponível em: <http://www.arquivohistoricojoinville.com.br/nucleos/Educativo/EducaPatrimonial%20.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IPHAN. **Educação Patrimonial: orientações ao professor**. 2ª imp. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2011. 65 p.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JEUDY, Henri Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. 'Prefácio' e 'Espaço de Experiência' e 'Horizonte de expectativa': duas categorias históricas: In: **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. Puc-Rio, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. México: Cidade do México. Fondo de Cultura Económica, 1983. Disponível em: <https://didacticaproyectual.files.wordpress.com/2011/10/henri-lefevre-la-presencia-y-la-ausencia-1941.pdf>. Acesso dia 18 de agosto de 2014.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2008. p. 18-30.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

LEITE, Carlos Proença Fortuna. A exaustão das cidades. Antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Rev. Bra. Ciênc. Soc.**, v. 25, n. 72, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n72/v25n72a06.pdf>. Acesso em: 9 set. 2014.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova História Urbana**. São Paulo: Edusp, 2001.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Rev. do programa de pós-graduados em História, PU- SP**, v. 17, 1998. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110>. Acesso em: 13 ago. 2013.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, Otília et. al. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-124.

MARX, Karl. **O Capital**. Processo de trabalho e processo de construir a mais valia. v. i, parte iii, c. vii, 1968. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap07.htm#topp>. Acesso em: 15 ago. 2014.

MATOS, Júlia Silveira; DE SENNA, Adriana Kivanski. História Oral como fonte: problemas e métodos. **Rev. Historiae**, Rio Grande do Sul, v. 2, 2011. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=14&ved=0CFYQFjAN&url=http%3A%2F%2Fwww.seer.furg.br%2Fhist%2Farticle%2Fdownload%2F2395%2F1286&ei=IjB5VL7AcWdNtPbg6gP&usq=AFQjCNFDDBkHTxKgk7G5a3B-se1KOOOrKLg&bvm=bv.87611401,d.eXY>. Acesso em: 9 nov. 2014.

MENEGUELO, Cristina. **O coração da cidade, observações sobre centros históricos**. In: Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, s/d. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=++cristina+meneguello+centros+hist%C3%B3rico+na+contemporaneidade&hl=pt-BR&>. Acesso em: 9 dez. 2014.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural, uma revisão de premissas. In: I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Conferência Magna**. Brasília: [s.n.], v. 1, 2010. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3306>. Acesso em: 20 dez. 2014.

NEVES, Rodrigo. **História e turismo: a “mercadorização” do “patrimônio histórico” e a elitização da área central de Tiradentes, Minas Gerais (1980-2012)**. 2013. Dissertação (Mestrado *Stricto Sensu* em História) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pghis/dissertacaoorodrigoneves.pdf>. Acesso em: 01 out. 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Rev. Est. dos Pós Graduados em História, Departamento de História da PUC - SP**, São Paulo, n. 10, 1993.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. O historiador como passeur: considerações sobre Michel de Certeau e o ofício do historiador. **Cadernos de Pesquisa, Cdhis**, Uberlândia, v. 25, n. 2, 2012. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.seer.ufu.br%2Findex.php%2Fcdhis%2Farticle%2Fdownload%2F15152%2F11837&ei=o_H6VOaXJMWoNrHgAg&usq=AFQjCNG6Q9laDnmXokqy-am0QRLQoffd3A&bvm=bv.87611401.d.eXY. Acesso dia 12 de dezembro de 2015.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Memória, história e patrimônio - perspectivas contemporâneas da pesquisa histórica. **Rev. Fronteiras**, Dourados, v. 12, n. 22, p. 131-15, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/1184/728>. Acesso em: 20 fev. 2014.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PEIXOTO, Paulo. **Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades**. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8511.pdf>. Acesso em: 9 out. 2014. [Apresentado no colóquio: A cidade entre projectos e políticas – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Cidade do Porto, 30 jun. 2003.]

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e Natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Rev. Bra. de História, São Paulo**, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n51/07.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2015.

_____. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. **Rev. Patrimônio e memória. FCLAs – CEDAP**, v. 2, n. 2, 2006. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/37/445>. Acesso em: 14 jul. 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, Espaço e Tempo. Reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 2, n. 4, p. 1-10, 2005. Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/893>. Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. História, Memória e centralidade urbana. **Rev. Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, jan. 2007. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/3212>. Acesso em: 14 dez. 2015.

PINSK, Jaime. História da Cidadania. **Rev. Espaço Acadêmico**. ano ii, n. 23, 2003. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/023/23res_pinsky.htm. Acesso em: 2 mar. 2015.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1997.

PORTAL IPHAN. São João Del Rei (MG) Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=C8A07C68C0AB14EAB447EEA1E7BCAEF1?id=18096&retorno=paginaIphan>, 2014. Acesso em: 10 ago. 2014.

PORTAL SÃO JOÃO DEL-REI TRANSPARENTE. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, 1999. Disponível em: <http://saojoaodelreitransparente.com.br/laws/view/35>. Acesso em: 12 jan. 2014.

PORTUGUÊS Anderson Pereira; SEABRA, Giovanni; QUEIROZ, Odaleia Teles, M, M. **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora da Universidade Federal de Paraíba, 2012. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/~paulorosa/Documentos/Divulgacao/livros/livroGEPTEEDL.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2014.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI**. Do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

REIS, Breno Maciel Souza. Pensando o espaço, o lugar e o não lugar em Certeau e Augé: perspectivas de análise a partir da interação simbólica no Foursquares. **Rev. Contemp.** ano ii, v. 1, n. 21, 2013. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/6969>. Acesso em: 12 dez. 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSAS, Fernando. Seis teses sobre memória e hegemonia e o retorno da política. **Germinal marxismo e educação em debate**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 84-87, 2009.

RUSCHEINSKY, Aloisio; FORTUNATO, Elizabeth. A história oral na pesquisa social sobre espaço urbano. **Biblos, Rev. Inst. Ciênc. Hum. e Inform.**, v. 16, 2004. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/408>. Acesso em: 20 nov. 2014.

SANCHES, Fernanda. **A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política.** . [Apresentado no Simpósio Cidade e Poder na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Rev. Bra. de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, maio, 1999. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/13/1>. Acesso em: 20 jan. 2015.

SANT' ANNA, Márcia. A cidade atração, Patrimônio e valorização das áreas centrais no Brasil dos anos 90. **Cadernos PPG-AU.** Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, ano 2, Salvador, 2004. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/download/1686/980>. Acesso em: 15 mai. 2013.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos Santos. Acerca do conceito de representação. **Rev. Teoria da Hist., Universidade Federal de Goiás**, ano 3, n. 6, 2011. Disponível em: <https://revistadeteoria.historia.ufg.br/up/114/o/Artigo%202,%20SANTOS.pdf?1325192377>. Acesso em: 15 dez. 2014.

SEVCENKO, Nicolau. **História da vida Privada no Brasil.** Da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SGARIONE, Mariana, TONON, Rafael. O que é periferia? **Rev. Continuum**, Itaú Cultural, junho de 2010. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/direito-a-cidade/page/2/>. Acesso em: 20dez.2014. Entrevista a Raquel Rolnik.

SIEBRA, Lúcia Maria Goncalves; BATISTA, Vanessa Louise; BOMFIM, Zulmira Aérea Cruz. **Reconhecendocaminhos para uma educação patrimonial no território cearense.** Série Patrimônio Cultural e Extensão Universitária. IPHAN, Ceará, 2014. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4323>. Acesso em: 20 jan. 2013.

SILVA, Regina Helena Alves; FONSECA, Cláudia Graça da. **Diálogos da rua.** Uma cartografia dos sentidos e usos do Centro de Belo Horizonte. Trabalho apresentado ao NP Comunicação e Culturas Urbanas do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, UNB, Brasília, 2006. Disponível em: www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1316-1.pdf. Acesso em: 10 nov. 2014.

SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público. Da dominação à apropriação. **Rev. Espaço e tempo, GEOUSP**, n. 19, 2006. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs2.2.4/index.php/geousp/article/view/334>. Acesso em: 9 dez. 2014.

SOUZA, Renato Luiz Gama. A Revolução de 1930, Projetos Autoritários e o Estado Novo. **Rev. Eletrônica Tempo Presente**. Disponível em: http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=3177:a-revolucao-de-1930projetos-autoritarios-e-o-estado-novo&catid=35&Itemid=127. Acesso em: 01 out. 2014.

TAVARES, Dênis Pereira. **O tombamento do conjunto arquitetônico urbanístico de São João del-Rei: Negociação e conflito entre projetos de apropriação e uso do patrimônio cultural**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

TEOBALDO, Izabela Neves. A cidade espetáculo, efeito da globalização. **Rev. Depart. Soc. FLUP**, v. xx, p. 137-148, 2010. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8791.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

THOMPSON, Paul. História Oral e Contemporaneidade. **Rev. Hist. Oral**, v. 5, 2002. Disponível em: [http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path\[\]=47&path\[\]=39](http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path[]=47&path[]=39). Acesso em: 20 ago. 2014.

TODOROV, Tzvetan. As utilizações da memória. In: _____. **Memória do mal, tentação do bem**. Indagações sobre o séc. XX. São Paulo: Arx, 2002.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos B. Pátria; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. Transformações no conceito de território. Competição e mobilidade na cidade. Revista Espaço e Tempo, **GEOUSP**, São Paulo, o, num 15, pp. 119 - 126, 2004. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp15/Artigo8.pdf>. Acesso em: 11 out. 2014.

VON SIMSOM, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, Cultura e Poder na Sociedade do Esquecimento. **Rev. Margens Virtual**, Universidade Federal do Pará, ano 1, n. 1, 2007. Disponível em: www.ufpa.br/nupe/artigo1.htm. Acesso em: 27 dez. 2014.

ZANIRATO, Silvia Helena. Usos sociais do patrimônio. **Rev. Patrimônio e Memória. UNESP, FCLAs – CEDAP**, v. 5, n. 1, 2009, p. 137-152. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/145/521>. Acesso em: 23 fev. 2015.

ZOLINI, Gustavo Pimenta de Pádua. **A inflexão do conceito gentrificação em conjuntos urbanos patrimoniais em cidades de pequeno porte. Os casos mineiros de São Thomé das Letras e Tiradentes.** 2007. Dissertação da Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.bibliotecadigital.ufmg.br%2Fdspace%2Fbitstream%2F1843%2FRAAO7BQPVN%2F1%2Fa_inflexao_do_conceito.pdf&ei=Nr_8VNTFHcXSgwS464CIAQ&usg=AFQjCNGm6kr6C8wXK5LE2b61n8zO3pNzYg&bvm=bv.87611401,d.eXY. Acesso em: 9 ago. 2014.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas: mapeando cultura e lugar. In: ARANTES, Antônio A. (org). **O Espaço da diferença.** Campinas: Papyrus, 2000, p. 91-99.